

ANDRÉ LUIZ DUTRA FENNER E IRACEMA
FERREIRA DE MOURA (COORDS.)

DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR NA PROMOÇÃO DA SAÚDE E DE SISTEMAS AGROALIMENTARES SAUDÁVEIS, SUSTENTÁVEIS E SOLIDÁRIOS



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
AGRÁRIO E
AGRICULTURA FAMILIAR

MINISTÉRIO DA
SAÚDE

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E
AGRICULTURA FAMILIAR NA PROMOÇÃO DA
SAÚDE E DE SISTEMAS AGROALIMENTARES
SAUDÁVEIS, SUSTENTÁVEIS E SOLIDÁRIOS

ANDRÉ LUIZ DUTRA FENNER
IRACEMA FERREIRA DE MOURA
(COORDS.)

DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR NA PROMOÇÃO DA SAÚDE E DE SISTEMAS AGROALIMENTARES SAUDÁVEIS, SUSTENTÁVEIS E SOLIDÁRIOS

Conselho editorial: Eliseu Sposito, Gaudêncio Frigotto, Juvelino Strozake, Luiz Carlos de Freitas, Maria Victória de Mesquita Benevides, Paulo Ribeiro Cunha, Rafael Litvin Villas Bôas, Ricardo Antunes e Walnice Nogueira Galvão

Produção editorial: Lia Urbini



Preparação de texto: Letícia Bergamini Souto

Revisão: Lia Urbini

Ilustrações e capa: Gabriel Cunha Maia Silva e Juliana Chagas de Souza

Projeto gráfico: Zap Design

Impressão e acabamento:

EDITORA EXPRESSÃO POPULAR
Alameda Nothmann, 806, salas 06 e 08,
térreo, complemento 816
01216-001 – Campos Elíseos – SP
livraria@expressaopopular.com.br
www.expressaopopular.com.br
 ed.expressaopopular
 editoraexpressaopopular

FIOCRUZ BRASÍLIA
Avenida L3 Norte, s/n, Campus Univer-
sitário Darcy Ribeiro, Gleba A, Brasília
– DF, 70904-130
Telefone: 61 3329.4708/3329.4609
E-mail: psat@fiocruz.br
www.fiocruzbrasil.fiocruz.fiocruz.br/

1ª edição
Expressão Popular
São Paulo – 2025

Sumário

Prefácio: Agricultura para a vida	9
--	----------

Flaviane Canavesi

Apresentação	11
---------------------------	-----------

Fernanda Machiaveli Mourão de Oliveira

PARTE I

DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR NA PROMOÇÃO DA SAÚDE E DE SISTEMAS AGROALIMENTARES SAUDÁVEIS, SUSTENTÁVEIS E SOLIDÁRIOS

1. Ações e caminhos de integração da saúde e do trabalho da agricultura familiar nos territórios rurais: uma parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e a Fiocruz	17
--	-----------

Iracema Ferreira de Moura, André Luiz Dutra Fenner

2. A construção do conhecimento em desenvolvimento rural: velhos dilemas e novos desafios	25
--	-----------

Allan Razera, Iorrana Lisboa Camboim

3. Saúde, agricultura familiar e as crises climáticas	35
--	-----------

Gislei Siqueira Knierim, André Luiz Dutra Fenner, Fátima Cristina Cunha Maia Silva

4. O papel do Condraf na construção de políticas públicas para o desenvolvimento do Brasil rural	45
---	-----------

João Torrens, Milena Araguaia de Castro Sá Lima, Roseli Bueno de Andrade

PARTE II

RELATOS DE EXPERIÊNCIAS TÉCNICAS E POPULARES EM DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR NA PROMOÇÃO DA SAÚDE E DE SISTEMAS AGROALIMENTARES SAUDÁVEIS, SUSTENTÁVEIS E JUSTOS

SEÇÃO 1. AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA

1. Bio Serra Mix	73
-------------------------------	-----------

Claudemir Pereira Brito

2. Baldinho do bem: experiência de compostagem como fomento à economia circular e à agroecologia	79
---	-----------

Mayara M. Guimarães, Mariana O. P. Amaral, Aline da Silva Costa

3. Agricultura urbana e soberania alimentar	85
--	-----------

Diana Nascimento Rodrigues, Alexandra Santos de Assis, Veranílta Alves Costa

4. Assistência técnica e extensão rural à agricultura familiar camponesa do sudoeste baiano	91
--	-----------

Joelton Belau da Silva

5. Bahia produtiva: a assistência técnica na formação para estudo da agro-homeopatia	95
---	-----------

Aldnira Tolentino Nogueira, Derivaldo Santiago Oliveira, Icaro Renne de Gois Santos, Kelly Santiago Oliveira, Meire Ane de Lima Costa

6. Custos operacionais na produção de óleo de andiroba em produção familiar no assentamento Tapera Velha, Santarém, Pará	103
<i>Rommel Noce, Iris Mayara Leão Mota, Juliana Mendes de Oliveira, Rafael Rode, Daniela Pauletto, Ádria Fernandes da Silva</i>	
7. Semeando sustentabilidade: a transformação agroflorestral do sítio Campo Verde da Lagoa, Beberibe/CE	111
<i>Ana Karina Cavalcante Holanda , Luiza Lorena Martins Lobo, Maria de Lourdes Carvalho Neta, Moacir de Souza Junior, Alexandre Caique Costa e Silva, Gislane Mendes de Moraes</i>	
8. Ser-tão mulher juventude: empoderamento pela autonomia, protagonismo feminino rural, capacitação, sensibilização e sustentabilidade	117
<i>Marisa M. Beltrão, Ricardo L. R. R. Cavalcanti, João Itácito de M. Duda, Van Giap R. Cardoso</i>	
9. Implantação do núcleo de estudos em agroecologia e produção orgânica do Maranhão no cenário da pandemia da covid-19	123
<i>Maria Rosângela Malheiros Silva, Ariadne Enes Rocha, Gislane da Silva Lopes, Josilda Junqueira Ayres Gomes, José Ribamar Gusmão Araújo, Guillaume Xavier Rousseau, Antônia Alice Costa Rodrigues</i>	
10. Quintais produtivos agroflorestrais agroecológicos e a criação da CSA Veredas Vivas, comunidade tradicional de Ponte de Mateus, São Desidério/BA.....	131
<i>Mario Alberto dos Santos, Vanessa Cristina Rescia, Manuela Batista de Souza, Valney Dias Rigonato</i>	

SEÇÃO 2. CULTURA E EDUCAÇÃO DO CAMPO & GOVERNANÇA FUNDIÁRIA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

1. Reaatingamento: recuperação e conservação de áreas de Caatinga em parceria com as comunidades tradicionais.....	141
<i>Luís Almeida Santos, Clérison dos Santos Belém</i>	
2. Encontro de Mulheres Xavantes – vidas e lutas banhadas pelo Ôwawe, o rio das mortes.....	147
<i>Sofia Martins Carvalho, Giovana Rodrigues Soto Liziana, Bernardina Renhere, Maira Taquiguthi Ribeiro, Raissa Menezes de Oliveira, Ana Paula dos Santos Fonseca Boquadi</i>	
3. Alimentação e saúde para o bem viver: uma solução inovadora de promoção da segurança alimentar, melhoria da nutrição e promoção da agricultura sustentável no Sul da Bahia	153
<i>Altamar Felberg, Valtângeli Rodrigues da Silva Moitinho, Priscila Valente Batista Neto, Everaldo da Conceição Júnior, Bruno Santos Inácio, Elismar Fernandes dos Santos, Gleiber Costa de Santana</i>	
4. Educação patrimonial, saberes e sustentabilidade: o patrimônio vivo da tradição doceira da antiga Pelotas/RS.....	161
<i>Giane T. Belmonte , Wagner Halmenschlager, Francisca F. Michelin</i>	
5. Educação no Campo e agricultura familiar: a experiência da produção de cacau e seus derivados por uma aluna da EJA na comunidade Brasil Verde em Santa Izabel do Pará.....	167
<i>Nice Hellen Mateus Oliveira Miranda, Alessandra Monteiro Lopes, Rissandrea Dantas de Vasconcelos</i>	
6. Educação popular em saúde e práticas integrativas e complementares no cuidado em saúde à pessoa do campo.....	171
<i>João Paulo Assunção Borges, Lucas Silva Peixoto, Mariza da Silva Rodrigues</i>	
7. "Entre plantar, colher e lutar": conhecimentos alimentares nas vazantes e quilombos do rio São Francisco, no norte mineiro	175
<i>Adinei Almeida Crisóstomo</i>	
8. Projeto territórios da agricultura	183
<i>Mariana Monferdini Romão, Jucimara Gonçalves dos Santos, Gabriel Lima, Rubia Silva Camaratiba, Rosani Passos, Yago da Silva Oliveira</i>	
9. O contato infantil na produção de alimentos agroecológicos: plantei, cuidei, colhi, comi	191
<i>Mônica Miyuki Akune, Beatriz Cristina Antunes , Raul Amorim</i>	

SEÇÃO 3. SOBERANIA E ABASTECIMENTO ALIMENTAR

1. Feira agroecológica de Teresópolis: conectando campo e cidade	201
<i>Maurício Lourenço Operti</i>	

2. A Feira Baiana da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Febafes) e sua importância para a comercialização dos produtos da agricultura familiar do estado da Bahia.....	205
<i>Derivaldo Santiago Oliveira, Icaro Renne de Gois Santos, Kelly Santiago Oliveira, Aldnira Tolentino Nogueira, Meire Ane de Lima Costa</i>	
3. Alternativas de produção e consumo sustentáveis: a experiência do grupo de consumo do Recôncavo no estado da Bahia	209
<i>Ana Georgina Peixoto Rocha, Letícia Andrea Chechi, Larissa Silva Santos, Karina Zanoti Fonseca</i>	
4. Circuitos curtos de comercialização e a valorização da agricultura familiar: uma experiência no programa de residência profissional em Ciências Agrárias e a feira da UFRB.....	217
<i>Vinicius de Jesus Ferreira, Letícia Andrea Chechi, Silvana Pedreira Dias Silva</i>	
5. Circuitos curtos que nutrem vidas: agência das mulheres sem-terra na construção de sistemas agroalimentares saudáveis e sustentáveis.....	225
<i>Cristiane Coradin, Maria de Los Angeles Arias Guvara, Simone Santos Oliveira</i>	
6. Fábrica de desidratados Prefeito Édio Muniz no contexto da agricultura familiar: uma experiência no município de Maricá/RJ.....	229
<i>Mariana O. P do Amaral, Ângelo B. Garcia, Mayara M. Guimarães, Edwiges A. de Macedo, Laís Vitor, Laura Maria de O. Da Silva</i>	
7. Horta comunitária inclusiva do Parque Reid: transformando vazios urbanos em áreas produtivas. Uma parceria da prefeitura do município de Diadema e Transpetro.....	237
<i>Edna Verônica Mendes da Cunha</i>	
8. Introdução de galinhas nativas na associação de produtores rurais do Jiquiriçá, Valença – Bahia	243
<i>Edmille da Silva Farias, Jefferson Duarte Brandão (Taata Sobodê), Ronaldo Vasconcelos Farias Filho, Olimpia Lima Silva Filha</i>	
9. Irrigapote: sistema de irrigação sustentável na produção agroflorestral	249
<i>Daniela Pauletto, Lucieta Guerreiro Martorano</i>	
10. Marketing digital: ferramenta para comercialização dos produtos da agricultura familiar	255
<i>Meire Ane de Lima Costa, Kelly Santiago Oliveira, Derivaldo Santiago Oliveira, Icaro Renne de Gois Santos, Aldnira Tolentino Nogueira</i>	
11. Mulheres rurais de Perdões-MG e a execução do PAA e PNAE	259
<i>Jucilaine Neves Sousa Wivaldo</i>	
12. Organização coletiva de mulheres assentadas da reforma agrária em Goiás: geração de renda e promoção da saúde	265
<i>Janice Moraes Oliveira</i>	
13. Segurança alimentar nutricional: saberes e sabores para além da mesa do agricultor familiar.....	273
<i>Kelly Santiago Oliveira , Derivaldo Santiago Oliveira, Icaro Renne de Gois Santos, Meire Ane de Lima Costa, Aldnira Tolentino Nogueira</i>	
14. Troca de saberes entre agricultoras de São Felipe-BA, que atuam nas cantinas da UFRB, e discentes de medicina veterinária durante a formação em boas práticas de fabricação	281
<i>Tatiana Pacheco Rodrigues, Maria da Conceição de Menezes Soglia, Gleiza Raiane Pereira Santos, Vanessa Santa Rosa Santana, Maria Vitória Dias Couto, Camila de Jesus Brito, Jackson dos Anjos Nascimento</i>	

SEÇÃO 4. PROMOÇÃO DA SAÚDE, AMBIENTE E TRABALHO NA AGRICULTURA FAMILIAR

1. A experiência do projeto Calanguinho na implantação de sistemas populares de saúde em espaços públicos como ferramenta de sustentabilidade social, ecológica e de promoção da saúde.....	291
<i>Leandro Nascimento Bertoldi , Verena Macedo Santos, Mainara Mizzi Rocha Frota, Angélica Orunesu Araújo</i>	
2. Agrofloresta liberta e promove saúde	299
<i>Fabiana Mongeli Peneireiro, Maria Antônia Rufina da Silva Souza</i>	
3. Contribuições do Programa de Incentivo à Atividade Física para a população de um acampamento rural que desenvolve agricultura familiar: relato de experiência.....	307
<i>Bárbara Pitanga Souza, Marília da Silva Alves, Letícia Renata Conceição Santos, Rosely Santos Mota, Mário Luís Tavares Mendes, José Marcos de Jesus Santos</i>	

Prefácio: Agricultura para a vida

Flávia Canavesi¹

4. Saúde popular e educação: uma prática das agentes populares de saúde no assentamento Contestado.....	311
<i>Camila Fernanda Detro Correia, Denice de Campos, Jéssica Cordeiro de Godoi Kotarski, Maria Natividade de Lima, Olívia Dias Leal, Sirlei Aparecida de Oliveira</i>	
5. Psicologia e promoção de saúde em um território quilombola	315
<i>Bianca Silva Araujo, Thiálita Carneiro Lima, Angela Francielly Candido da Silva, Geraldo Gomes de Maria, Manuella Castelo Branco Pessoa, Manuele Maria Gomes dos Santos, Wesley Jordan Pereira da Silva</i>	
6. Ações em saúde do trabalhador junto a um empreendimento agrícola agroecológico solidário	321
<i>Radmila Raysha Santana de Oliveira, Manuella Castelo Branco Pessoa, Daniel de Oliveira Silva, Renato Genuíno de Oliveira Santos, Vitória Sampaio Monteiro Furtado, Brenda Cibelle Martins da Silva, Maria Letícia da Costa Nascimento</i>	
7. Criação de banco de germoplasma para o incentivo a projetos de base ecológica de plantas medicinais, aromáticas e condimentares.....	327
<i>Lilier R. Santos, Suellen Quadrat de Almeida, Gísele M. de Araujo, Hugo H. Neves, Marden M. R. Marques</i>	
8. Cultivo da passiflora edulis sims: conduzindo mudanças para a promoção da saúde, desenvolvimento econômico e conservação ambiental na Amazônia	331
<i>Wilson Sabino, Lúcia Cordeiro, Deleon Damasceno Freitas, Rair Sílvio Alves, Francely Brandão de Souza, Lilian Regina Furtado Braga, Mauricio Bigolin</i>	
9. Educação popular em saúde e práticas integrativas e complementares no cuidado em saúde à pessoa do campo	337
<i>João Paulo Assunção Borges, Lucas Silva Peixoto, Mariza da Silva Rodrigues</i>	
10. Educação popular em saúde como proposta de atuação na extensão rural	341
<i>Juliana de Almeida Costa</i>	
11. Empoderamento e saúde: as rodas de terapia comunitária integrativa para mulheres agricultoras.....	349
<i>Maria da Conceição Martins Bezerra, Yokohama Odaguiri Enes Cabral, Denise Cidade Cavalcanti</i>	
12. Jardim Medicinal para promoção da saúde mental em clínica da família	355
<i>Mayra Gabriela Machado de Souza, Joana Moscoso Teixeira de Mendonça</i>	
13. Práticas populares de saúde: experiências emancipatórias de mulheres assentadas e acampadas do Vale do Rio Doce – Minas Gerais.....	361
<i>Cíbele Lima dos Santos, Polyana Aparecida Valente</i>	
14. Saúde de homens trabalhadores em assentamento rural	369
<i>Iuri Trezzi, Fernanda Beheregaray Cabral, Leila Mariza Hildebrandt, Alexa Pupiará Flores Coelho Centenaro</i>	
15. Saúde coletiva e agroecologia: a contribuição do estudante de saúde coletiva em um grupo de pesquisa relacionado à agroecologia	375
<i>Bruno Barros Anchieta, Lívio Sergio Dias Claudino</i>	
16. Vigilância em saúde ambiental: promoção e cuidado em saúde à população exposta aos agrotóxicos agrícolas em Ronda Alta – RS	379
<i>Carla Agostini, Rafael Arenhaldt</i>	
17. Práticas e saberes tradicionais de cuidado: o uso de ervas medicinais enquanto instrumento de geração de renda e resistência feminina no campo.....	385
<i>Alexsandra Rodrigues Lima, Edinaldo Correia Novaes</i>	
PARTE III	
REFLEXÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS – OLHANDO PARA AS EXPERIÊNCIAS, MIRANDO PARA O FUTURO	
1. Análise e caracterização dos relatos de experiências: lições aprendidas e contribuições futuras	395
<i>Claudiana Guedes de Jesus, Gabriel Salles Rêgo, Allan Razera, André Luiz Dutra Fenner, Camila Lima Gomes, Fátima Cristina C. Maia Silva, Gabriel Cunha Maia, Gislei Siqueira Knierim, Juliana Chagas de Souza, Missifany Silveira, Virginia da Silva Corrêa</i>	
Postfácio	409
<i>Maria Veronica de Santana</i>	

A produção e difusão do conhecimento, aliadas à qualificação das políticas públicas que o incorporam, integram uma espiral virtuosa. É nesse contexto que o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar reinaugura, com este livro, o lançamento de publicações com grande potencial de contribuição para a formação de gestoras(es), estudantes, pesquisadoras(es), extensionistas, profissionais da área e lideranças que compõem a diversa e plural agricultura familiar no Brasil.

Se antes, no meio rural, os estudos agrários e agrícolas críticos concentravam-se nas questões ecológicas e sociais, hoje observamos não apenas a construção do conhecimento agroecológico, que oferece respostas consistentes a um desenvolvimento rural sustentável, mas também o crescimento de estudos e experiências em saúde coletiva em reação aos impactos negativos da agricultura industrial.

A incorporação dos riscos do uso indiscriminado dos agrotóxicos como um problema de saúde pública, por exemplo, impulsiona a promoção da saúde e de sistemas agroalimentares saudáveis, sustentáveis e solidários. Essa transformação exige tanto ações do Estado – por meio de políticas públicas – quanto dos movimentos sociais engajados nas disputas contra-hegemônicas em seus territórios.

As experiências exitosas relatadas neste livro têm o potencial de ampliar e multiplicar a escala das iniciativas a partir do aprendizado acumulado.

Estratégias como essa demonstram metodologias que valorizam a participação social, ancoradas em vivências concretas e em histórias que, quando apoiadas, ganham força e impacto. O processo metodológico adotado – que convoca e visibiliza ações em andamento – também permite que políticas públicas sejam revisadas, aprimoradas e construídas de forma verdadeiramente popular.

¹ Professora, pesquisadora e extensionista na Universidade de Brasília (UnB).

Este material, que sistematiza experiências organizadas, torna-se uma referência para a qualificação e elaboração de políticas públicas não apenas em âmbito nacional, mas também em escalas estaduais e municipais. Ao trazer relatos concretos, ele apresenta soluções efetivas para a saúde coletiva e o desenvolvimento rural.

Impulsionar uma agricultura ética, voltada para um rural saudável, sustentável e solidário, deve ser missão das políticas públicas. Nesse sentido, é com satisfação que recebemos essa iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar na cooperação com a Fiocruz Brasília. A partir da sistematização e visibilização de práticas já consolidadas, o projeto aprofunda processos democráticos, como a chamada pública que originou esta obra, e oferece subsídios para ajustes e novas proposições na atuação do Estado e da sociedade nos territórios.

É com grande alegria e compromisso que apresento esta obra, construída a muitas mãos. O livro *Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar na Promoção da Saúde e de Sistemas Agroalimentares Saudáveis, Sustentáveis e Solidários* resulta de uma parceria fundamental entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e a Fundação Oswaldo Cruz Brasília (Fiocruz Brasília), unindo o saber técnico-científico à força transformadora das experiências populares nos territórios.

Trata-se de um testemunho da vitalidade da agricultura familiar e camponesa, da potência da agroecologia e da necessidade de priorizar os sistemas alimentares na agenda do Estado brasileiro. Esses sistemas devem garantir a saúde das pessoas, o trabalho digno no campo, a diversidade cultural e a sustentabilidade ambiental.

A obra está organizada em três partes. A primeira apresenta reflexões essenciais sobre a reconstrução e o fortalecimento do MDA, destacando a parceria com o Programa de Promoção da Saúde, Ambiente e Trabalho (PSAT), da Fiocruz Brasília, ressaltando a importância da integração entre saúde, ambiente e trabalho no contexto da política agrária.

O primeiro artigo oferece uma reflexão sobre o passado recente, destacando os aprendizados acumulados e as estratégias atuais para o desenvolvimento rural como prioridade nas políticas públicas.

O segundo, percorre a reconstrução do MDA, seu papel na formulação de políticas para o campo e o compromisso com a produção e democratização do conhecimento. Já o terceiro artigo, “Saúde, Agricultura Familiar e as Crises Climáticas”, aponta caminhos a partir da agroecologia para enfrentar a emergência climática e garantir soberania alimentar com justiça social. Fechando a seção, temos um texto essencial sobre o resta-

¹ Secretária-Executiva Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA).

belecimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), espaço democrático e estratégico para a construção coletiva das políticas do campo.

Na segunda parte, o livro apresenta 49 experiências de todo o Brasil protagonizadas por agricultoras e agricultores, técnicos, movimentos sociais, universidades, cooperativas e organizações da sociedade civil. São relatos vivos, diversos, enraizados nos territórios, que mostram o que há de mais potente quando unimos agroecologia, saúde, educação do campo, soberania alimentar, acesso à terra e políticas públicas bem implementadas para o fortalecimento da agricultura familiar.

A terceira e última parte faz uma análise abrangente dessas experiências: onde estão, quem são seus protagonistas, o que podemos aprender com elas e quais caminhos podemos seguir a partir dessas práticas. Esse olhar sistematizador é importante para orientar políticas que se apoiem no que já dá certo.

Quero destacar com carinho os dois textos que abrem e encerram este livro. O prefácio da professora Flaviane Canavesi, “Agricultura para a vida”, ressalta a valorização do conhecimento para fortalecer políticas públicas sustentáveis na agricultura familiar e na saúde coletiva. Já o posfácio “Vozes dos territórios: diálogos entre a academia e os saberes populares” de Maria Verônica de Santana – assentada da reforma agrária, conselheira do Condraf e representante da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) – nos lembra, com sensibilidade e sabedoria, que não se constrói soberania alimentar sem ouvir e valorizar quem está na terra, cultivando com cuidado e com afeto.

Este livro é lançado em um momento decisivo. No Dia Mundial da Alimentação de 2024, celebramos dois marcos fundamentais: o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo III) e o Plano Nacional de Abastecimento Alimentar – Alimento no Prato. São instrumentos fundamentais para garantir comida de verdade, acessível, saudável, com geração de renda no campo e respeito à natureza. Por meio deles, busca-se implantar uma agenda de transformação dos sistemas alimentares que promova a saúde, a sustentabilidade e a resiliência climática, ao articular produção, distribuição e consumo de alimentos com base na valorização dos saberes locais e na oferta de alimentos saudáveis para a sociedade.

Precisamos superar o modelo agroalimentar baseado em veneno, destruição ambiental e alimentos ultraprocessados. Queremos arroz, feijão, frutas, legumes, leite, verduras, vindos da agricultura familiar, livres de agrotóxicos, produzidos com dignidade, respeito e cuidado. Para isso, o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara), que está sendo construído com a sociedade, será um divisor de águas, ao promover a redução do uso de agrotóxicos e incentivar práticas agroecológicas, protegendo a saúde pública, o meio ambiente e fortalecendo a agricultura sustentável no Brasil.

O Brasil voltou a olhar para o campo com seriedade e esperança. Com políticas de crédito rural, reforma agrária, compras públicas e assistência técnica, já estamos colhendo os primeiros resultados. Estamos aumentando a área plantada de arroz, feijão e outros alimentos, gerando renda no campo e ampliando o acesso ao crédito para produção de alimentos. Estamos também incluindo famílias na reforma agrária, tirando pessoas da fome e reduzindo o desmatamento, e, com isso, ajudando o povo a voltar a comer melhor, com mais saúde e dignidade. Mas ainda há muito por fazer.

A agricultura familiar é parte da solução para os grandes desafios do nosso tempo. Os relatos presentes neste livro nos ajudam a enxergar isso com clareza e nos inspiram a seguir em frente, de cabeça erguida, com coragem e compromisso.

Convido todas e todos a mergulharem nestas páginas com o coração aberto. Que esta leitura fortaleça nossa luta por um Brasil mais justo, agroecológico, solidário e saudável.

PARTE I

DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA
FAMILIAR NA PROMOÇÃO DA SAÚDE E DE
SISTEMAS AGROALIMENTARES SAUDÁVEIS,
SUSTENTÁVEIS E SOLIDÁRIOS

1. Ações e caminhos de integração da saúde e do trabalho da agricultura familiar nos territórios rurais: uma parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e a Fiocruz

Iracema Ferreira de Moura, André Luiz Dutra Fenner

O governo brasileiro, nos últimos dois anos, reconstruiu e continua reconstruindo políticas públicas voltadas ao desenvolvimento agrário e territorial, à agricultura familiar e à promoção da saúde com foco, em especial, nas populações do campo, da floresta e das águas (PCFA).

A desestruturação das políticas públicas anteriores, voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar brasileira, afetou de forma desigual os(as) diferentes sujeitos(as) que produzem alimentos no país. Mulheres, jovens, povos e comunidades tradicionais foram alguns dos mais impactados nesse processo e as prioridades do governo atual são combater a fome, preservar o ambiente, promover a saúde e reduzir as desigualdades sociais.

Nesse sentido, a parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e a Fundação Oswaldo Cruz Brasília (Fiocruz Brasília) reflete essa abordagem ao tematizar a Determinação Social da Saúde e os Determinantes Sociais da Saúde (DSS). Ela considera as condições de vida e trabalho, além de fatores ambientais, culturais, econômicos e sociais, com o objetivo de fomentar iniciativas que ampliem a visibilidade e estimulem as práticas promotoras de bem-estar dessas populações.

Esse esforço conjunto tem como objetivo promover um impacto positivo sobre a saúde e o bem-estar das populações brasileiras, especialmente aquelas que vivem no campo, na floresta e nas águas, além de ser um campo fértil para integrar ações de saúde e trabalho nas comunidades rurais com foco na agricultura familiar.

Ao unir expertise no desenvolvimento agrário com o conhecimento técnico da saúde pública, a colaboração pode fortalecer os sistemas alimentares, garantir a promoção de saúde e bem-estar dos trabalhadores rurais e reduzir as desigualdades no campo. Isso implica criar estratégias intersetoriais que abordem a saúde do trabalhador, a segurança alimentar, o enfrentamento das mudanças climáticas e a perda da biodiversidade.

A integração das ações se mostra, portanto, uma forma de garantir que as comunidades rurais tenham acesso a serviços de saúde adequados ao mesmo tempo que fortalecem a agroecologia, promovendo um modelo sustentável e justo de desenvolvimento territorial. Além disso, fortalece as políticas públicas destinadas às PCFA, consolidando conhecimentos técnico-científicos e promovendo a saúde, a vigilância popular em saúde, a soberania alimentar e o desenvolvimento agrário.

Vale enfatizar que a compreensão sobre os fenômenos de saúde, doença e suas formas de enfrentamento baseia-se na perspectiva social e científica que se caracteriza por uma postura crítica em relação às diretrizes da ciência hegemônica. Além disso, essa abordagem é também propositiva, pois sugere estratégias para a construção de novas formas de pensar a saúde e novos modelos de organização e desenvolvimento das práticas e ações no setor de saúde.

Como complemento, a agricultura familiar, como um modo de produção sustentável e socialmente responsável, ocupa um papel fundamental na reconstrução das políticas públicas, visto estar diretamente associada à preservação ambiental, ao fortalecimento da segurança alimentar e à promoção da saúde das populações do campo.

A partir de práticas agroecológicas e sustentáveis, a agricultura familiar pode contribuir não apenas para a produção de alimentos saudáveis e diversificados, mas também para a preservação e conservação dos ecossistemas e a promoção de um ambiente saudável para as comunidades. Nesse sentido, o fortalecimento das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, a preservação ambiental e a saúde integral são essenciais para garantir um futuro mais justo, saudável e sustentável para a população brasileira.

A parceria entre o MDA e a Fiocruz Brasília oferece, ainda, uma oportunidade única de promover mudanças estruturais que atendam às necessidades dessas comunidades, respeitando seus saberes e fortalecendo suas capacidades de se organizar e enfrentar os desafios que surgem no processo de desenvolvimento rural sustentável.

Assim, as abordagens concordam que fatores econômicos como renda, emprego e organização da produção podem impactar positiva ou negativamente a saúde de diferentes grupos populacionais. Compreendem que a cultura e os valores sociais influenciam as possibilidades de saúde, ao determinarem a importância atribuída à vida, ao reconhecimento da cidadania, à concepção de saúde e à maneira como cada grupo lida com as questões de gênero, etnia e até mesmo desigualdades econômicas.

Essas abordagens refletem a importância de compreender a agricultura familiar, onde os modos de produção estão diretamente ligados à sustentabilidade e à saúde das comunidades rurais, conforme apontam Altieri & Nicholls (2017).

O estudo de Béné *et al.* (2019) apresenta um mapeamento global que destaca indicadores de sustentabilidade dos sistemas alimentares, mostrando como políticas

voltadas para práticas agropecuárias sustentáveis e diversificadas podem mitigar os impactos ambientais e promover a saúde. A promoção de uma alimentação baseada em alimentos frescos e minimamente processados produzidos pela agricultura familiar se alinha com esses indicadores, fornecendo uma base para políticas que promovam esse segmento da agricultura.

Em oposição, a introdução de alimentos ultraprocessados tem contribuído para o aumento da obesidade e das doenças associadas, enquanto a desnutrição persiste como um problema para muitas comunidades, principalmente as rurais. Esse fenômeno é particularmente preocupante, considerando as mudanças no padrão alimentar em que as populações se afastam dos alimentos tradicionais e se voltam para produtos ultraprocessados, com impacto direto na saúde e no meio ambiente.

A celebração do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre as duas instituições, concretizada por meio do Programa de Promoção da Saúde, Ambiente e Trabalho (PSAT) da Fiocruz Brasília e do Departamento de Monitoramento, Avaliação, Estudos e Informações Estratégicas do MDA, em 27 de março de 2024, tem o objetivo de desenvolver ações conjuntas, como: pesquisas, estudos, formação e sistematização de conhecimento nas temáticas saúde, ambiente, trabalho, agricultura familiar e desenvolvimento agrário rural.

Para isso, foi elaborado o Plano de Trabalho do ACT que contempla as seguintes ações: i. Sistematizar experiências de desenvolvimento agrário, saúde e agroecologia apresentadas na chamada pública n. 09/2023; ii. Publicizar produções acadêmicas e relatos de experiências, gerando uma base de conhecimento sobre desenvolvimento rural e saúde pública; e iii. Promover a articulação e parcerias entre MDA e Fiocruz, apresentando resultados e perspectivas dessa colaboração.

A promoção da saúde está intrinsecamente ligada à agricultura familiar, uma vez que a produção local de alimentos, além de sustentar a economia das comunidades rurais, desempenha um papel vital na garantia de uma alimentação saudável e do bem-estar das populações. Além disso, a produção oriunda da agricultura familiar frequentemente prioriza a diversidade alimentar e o cultivo sustentável, o que, por sua vez, tem um impacto positivo não apenas na saúde pública, mas também na preservação ambiental. Dessa forma, a agricultura familiar contribui de maneira significativa para a saúde das pessoas e para a sustentabilidade do meio ambiente.

A Comissão da revista *The Lancet* (2019) que trata sobre a sindemia global destaca a profunda interdependência entre saúde, agricultura e meio ambiente, enfatizando a urgência de políticas públicas integradas que tratem esses três elementos de forma articulada. Essa abordagem conjunta é essencial para enfrentar, ao mesmo tempo, a obesidade, a desnutrição e os impactos das mudanças climáticas.

Essa perspectiva reforça a necessidade urgente de políticas públicas que integrem essas áreas, buscando soluções que promovam uma alimentação saudável e acessível, ao mesmo tempo que protejam o meio ambiente e incentivem práticas agrícolas sustentáveis.

A implementação de tais políticas pode contribuir para a redução dos impactos negativos das mudanças climáticas, ao mesmo tempo que combate as crises alimentares, oferecendo alternativas para o fortalecimento da agricultura familiar e a melhoria das condições de saúde das populações mais vulneráveis. A construção de um sistema alimentar saudável e sustentável, portanto, é essencial para enfrentar as complexas questões globais que afetam diretamente a saúde pública e o bem-estar das gerações futuras.

No entanto, esse avanço esbarra em desafios críticos: as crises ambientais afetam profundamente as populações do campo, comprometendo a segurança alimentar e nutricional, a qualidade da água e os sistemas de saúde locais.

Vale a pena destacar que essas populações enfrentam dificuldades como a escassez de recursos hídricos, a perda de biodiversidade e o aumento de doenças relacionadas ao clima. Além disso, há a vulnerabilidade devido à falta de infraestrutura adequada e serviços de saúde acessíveis, exigindo adaptações que integrem a sustentabilidade ambiental com o cuidado da saúde.

A questão do trabalho seguro e saudável também é um elemento estruturante na agricultura familiar. Os trabalhadores e trabalhadoras do campo estão frequentemente expostos a riscos ocupacionais, como acidentes com máquinas e a manipulação inadequada de substâncias químicas perigosas.

Assim, é essencial que as práticas de trabalho na agricultura familiar sejam desenvolvidas de forma segura, protegendo a saúde e reduzindo os impactos negativos no meio ambiente e na própria saúde dessas populações. Cabe destacar que os princípios da Agroecologia adotados por diversos Movimentos Sociais do Campo, da Floresta e das Águas (MSCFA) representam uma abordagem que valoriza a diversidade e a interação entre os sistemas culturais, ecológicos e econômicos.

Enquanto prática, a agroecologia promove a produção de alimentos saudáveis e a conservação dos recursos naturais, sendo também uma estratégia de resistência e de fortalecimento dos direitos da agricultura familiar. Essa perspectiva reconhece a interdependência entre os seres humanos e o meio ambiente, buscando uma produção de alimentos que respeite os limites naturais e promova a saúde das comunidades.

Os MSCFA têm desempenhado um papel importante na defesa da agroecologia, promovendo a soberania alimentar e pressionando os governos a adotarem políticas que valorizem a agricultura familiar e os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), contribuindo para a construção de um sistema alimentar mais justo e sustentável. Ao fazer isso, buscam não apenas garantir o direito à alimentação, mas também promover

um sistema alimentar mais justo e sustentável, que respeite as especificidades de cada território e a dignidade das populações do campo, uma vez que estas passam a produzir, acessar e consumir alimentos adequados, seguros e culturalmente apropriados.

A agroecologia também emerge como uma prática profundamente transformadora, que resgata saberes ancestrais e formas tradicionais de cultivo e propõe alternativas inovadoras e solidárias para a construção de um modelo agrícola que se alinhe com as necessidades ambientais, culturais e sociais de cada região. Trata-se de um saber que tem se consolidado como um caminho promissor para o desenvolvimento rural sustentável, principalmente devido à sua capacidade de enfrentar desafios complexos, como a insegurança alimentar, os impactos ambientais do agronegócio e a concentração de terras nas mãos de poucos.

Ao contrário do modelo agrícola convencional, que muitas vezes se orienta pela maximização do lucro e pela dependência de insumos externos, a agroecologia propõe um novo paradigma de produção baseado na diversidade biológica, no respeito à natureza e na integração de práticas sustentáveis com os saberes locais.

Além disso, ela proporciona uma agricultura mais inclusiva, na qual pequenos e médios produtores se tornam protagonistas, assegurando sua permanência no campo e contribuindo para a segurança alimentar tanto das populações urbanas quanto rurais. Adicionalmente, a agroecologia estimula o uso de técnicas de baixo impacto, como o manejo agroflorestal, a rotação de culturas, o controle biológico de pragas e o uso racional da água. Dessa forma, promove a saúde dos ecossistemas e das comunidades, favorecendo a sustentabilidade a longo prazo.

Na agenda política, a agroecologia ganhou visibilidade especialmente após a articulação de movimentos sociais e entidades da sociedade civil (Moura, 2016), pois pressionaram para a inclusão de políticas públicas e o fortalecimento da agricultura familiar. Não é apenas uma prática, portanto, mas uma visão política e social que busca transformar as relações de poder no campo, garantir os direitos dos(as) trabalhadores(as) do campo e promover uma alimentação saudável para todos(as).

A perspectiva da agroecologia nas políticas públicas – como evidenciado no período de 2003 a 2014 –, alinhando-se com iniciativas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), reforça as estratégias de promoção da saúde ao valorizar alimentos frescos e minimamente processados oriundos da agricultura familiar, conforme estudo do Ipea (2011-2019).

Tais esforços demonstram a importância da estratégia de políticas de estado para integrar saúde, ambiente e segurança alimentar e nutricional, favorecendo a agricultura familiar e promovendo saúde e justiça social no campo. Desta forma, as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento agrário e à promoção da saúde precisam ser repensadas para garantir um modelo sustentável, justo e inclusivo para as PCFA.

A integração entre agricultura familiar, agroecologia, soberania alimentar e saúde é fundamental para superar desafios como a fome, a desigualdade e os impactos das mudanças climáticas e da perda da biodiversidade. Portanto, é essencial promover ações intersetoriais que envolvam a participação ativa de comunidades tradicionais, mulheres, jovens e povos indígenas, assegurando a equidade e a sustentabilidade nos territórios rurais.

Outra questão fundamental é se a implementação de sistemas agroalimentares saudáveis, sustentáveis e solidários deve ser vista como uma prioridade nas políticas públicas, com foco na promoção da saúde, no fortalecimento da agricultura familiar e no enfrentamento dos problemas ambientais, econômicos e sociais que afetam as populações rurais. A articulação entre o MDA e a Fiocruz deve favorecer o intercâmbio de conhecimentos, práticas inovadoras e experiências que possam contribuir para a construção de um modelo de desenvolvimento agrário que assegure tanto a saúde das pessoas quanto a preservação ambiental.

Vale destacar que o lançamento da Chamada Pública para a coleta de relatos de experiências em desenvolvimento agrário e agricultura familiar com foco na promoção da saúde e em sistemas agroalimentares saudáveis, sustentáveis e solidários foi o resultado da parceria entre o MDA e o PSAT/Fiocruz Brasília.

A chamada contou com os mais diversos autores(as), entre eles(as), pesquisadores(as) e lideranças de movimentos sociais que compartilharam suas *expertises* sobre as diferentes temáticas e abordagens que valorizam as experiências em pesquisa, inovação e uso, como bioinsumos, energias renováveis, assistência técnica e extensão rural, transição agroecológica, sistemas agroflorestais, agricultura urbana, segurança alimentar e nutricional, agricultura familiar, associativismo e cooperativismo solidário, inclusão social de povos e comunidades tradicionais, entre outros, trazendo a riqueza da saúde, do ambiente e do trabalho com a participação social, e a relação entre esses elementos.

Os Relatos de Experiências sobre o Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar na Promoção da Saúde e de Sistemas Agroalimentares Saudáveis destacam a necessidade de políticas públicas integradas que considerem a diversidade das populações rurais e suas práticas sustentáveis. As ações devem contemplar o fortalecimento da agricultura familiar, com foco na Agroecologia, na soberania alimentar e no desenvolvimento de territórios saudáveis.

A ideia central é que essas produções, além de documentar experiências relevantes, possam servir de base para a formulação de políticas públicas que promovam o desenvolvimento agrário e a saúde nos territórios rurais brasileiros, como podemos destacar, por exemplo, a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCFA).

Cabe destacar que o PSAT/Fiocruz Brasília tem desempenhado um papel fundamental na implementação da PNSIPCFA, reconhecendo a transversalidade, a intersectorialidade e a interseccionalidade como estratégias de implementação. É por meio de ações de ensino e pesquisa que o programa busca contribuir e dar respostas às diferentes questões e especificidades dessas populações.

Da mesma maneira, o ACT busca promover a articulação entre as instituições federais e tem como objetivo formalizar a colaboração mútua para a realização de atividades, projetos e ações que beneficiem ambas as partes e contribuam para o cumprimento de suas missões institucionais, apresentando resultados e perspectivas dessa parceria e reforçando o compromisso com a saúde e o bem-estar das PCFA.

A Chamada Pública visou identificar e disseminar práticas que promovam a melhoria da vida, trabalho, renda, cidadania e saúde das populações do campo, consolidando um modelo de desenvolvimento agrário saudável, sustentável e solidário. As experiências e práticas sociais documentadas podem inspirar avanços no desenho e implementação de políticas públicas orientadas à gestão e à criação de sistemas agroalimentares que contribuam para a segurança alimentar e nutricional da população brasileira.

Ao valorizar e fortalecer sistemas agroalimentares saudáveis, sustentáveis e inclusivos, essa iniciativa contribui para o aumento da disponibilidade de alimentos adequados e saudáveis, promovendo a saúde, a sustentabilidade, a equidade e a soberania alimentar no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. *Agroecology: A Transdisciplinary, Participatory and Action-Oriented Approach*. CRC Press, 2017.
- BÉNÉ, C.; PRAGER, S. D.; ACHICANOY, H. A. E. *et al.* Global map and indicators of food system sustainability. *Scientific Data*, v. 6, p. 279, 2019.
- IPEA. *Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos para a segurança alimentar e nutricional no Brasil (2011-2019)*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11194>. Acesso em: 26 out. 2024.
- MOURA, Iracema Ferreira de. *Agroecologia na agenda governamental brasileira: trajetórias no período 2003-2014*. 2016. 123f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, 2016.
- THE LANCET. A syndemic of obesity, undernutrition, and climate change: The Lancet Commission on Obesity. *The Lancet Commissions*, 2019.

2. A construção do conhecimento em desenvolvimento rural: velhos dilemas e novos desafios

Allan Razera, Iorrana Lisboa Camboim

INTRODUÇÃO

Há cerca de 30 anos emergiram de forma mais incisiva e organizada reivindicações sociais para que o Estado brasileiro reconhecesse e desse a devida atenção às agriculturas de base familiar. Foi da demanda de diversos atores e segmentos sociais para o reconhecimento destas especificidades, e da necessidade de políticas e intervenções do Estado direcionadas a este público, que nasce uma nova categoria sociopolítica, a agricultura familiar. Não há dúvidas de que esse processo foi vitorioso, no sentido do reconhecimento e legitimação da agricultura familiar pela sociedade e pelo Estado. Foi criado um Ministério específico, normatizada a Lei n. 11.326 de 2006, e um conjunto de políticas públicas para o desenvolvimento rural foram criadas e implementadas nestas três décadas, especialmente na primeira década dos anos 2000.

Esse período mais recente foi palco de intensos debates e estudos sobre o mundo rural brasileiro, realizados principalmente pelas Ciências Sociais brasileiras em meados do século XX, demandando muita reflexão e produção de conhecimento direcionado ao estabelecimento de estratégias de intervenção do Estado. Para tanto, a sociedade civil e os movimentos sociais tiveram papel central nessa construção. O então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) apoiou esse processo de construção de conhecimento de diferentes maneiras, mas vale destacar o papel do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (Nead) que, em colaboração com Universidades, instituições de pesquisa e outras organizações parceiras, publicou centenas de estudos em temas e aspectos variados relacionados ao desenvolvimento rural, incluindo uma coleção específica de experiências, onde foram trazidas iniciativas e narrativas do campo, contadas pelos próprios protagonistas da vida rural.

Esse percurso de estímulo e avanço na produção e disponibilização de conhecimento sobre o desenvolvimento rural pelo Estado brasileiro sofreu revés significativo a partir

de 2016, com o golpe sofrido pela Presidenta Dilma Rousseff. Desde então o Brasil vivenciou retrocessos expressivos em uma trajetória que, com seus limites e dificuldades, avançava na construção e implementação de estratégias de desenvolvimento rural e para a agricultura familiar. O MDA foi extinto, os recursos orçamentários para as políticas minguaram e os espaços de participação e controle social foram revogados. Com a eleição do presidente Lula, o governo federal resgata em 2023 o MDA, agora Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, e essa trajetória. Trata-se de um momento no qual novas questões, reflexões e estratégias precisam ser implementadas para darem conta do atual contexto e dos diferentes desafios que a agricultura familiar enfrenta. Esse artigo busca trazer uma breve síntese desse novo momento e das estratégias que vêm sendo desenhadas e realizadas pelo MDA para a produção e disponibilização do conhecimento. Esta publicação, fruto de parceria com o Programa de Promoção da Saúde, Ambiente e Trabalho da Fundação Oswaldo Cruz (PSAT/Fiocruz), reunindo um rico conjunto de relatos e experiências técnicas e populares, consiste em importante iniciativa para sistematizar e dar visibilidade a ações que vêm sendo implementadas no país relacionadas à promoção da saúde e de sistemas agroalimentares mais saudáveis, sustentáveis e solidários.

MUDANÇAS E PRIORIDADES NA NOVA ESTRUTURA DO MDA

No dia 1º de janeiro de 2023 foi publicada a Medida Provisória n. 1.154 estabelecendo a estrutura ministerial do novo governo Lula, incluída a recriação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA). No Decreto n. 11.396 de 21 de janeiro de 2024 a estrutura e as competências do MDA são definidas, com mudanças que apontam algumas das prioridades e direcionamentos do governo. Além da inclusão da “Agricultura Familiar” no nome do Ministério, a estrutura das Secretarias finalísticas muda significativamente em relação à que foi extinta em 2016.

A Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) inclui a Agroecologia em seu nome, e passa a contar com um novo Departamento, o de Inovação para a Produção Familiar e Transição Agroecológica, além dos Departamentos voltados ao crédito e à Ater. Mais à frente, em março de 2024, é criado o Departamento do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar, que institucionaliza a substituição da antiga DAP (Declaração de aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf) pelo Cadastro da Agricultura Familiar (CAF) em uma estrutura mais robusta para a gestão das informações da agricultura familiar e para garantir o acesso às políticas públicas.

A antiga Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) assume mudanças ainda mais significativas. Passa a se chamar Secretaria de Governança Fundiária e Desenvolvimento Territorial e Socioambiental (SFDT), incorporando atribuições da antiga

Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA), principalmente o crédito fundiário, e retomando no MDA a coordenação da Câmara Técnica de Destinação e Regularização Fundiária de Terras Públicas Federais Rurais. Temas como energias renováveis, recursos hídricos, educação do campo, restauração ecológica e sociobiodiversidade são de competência da SFDT, além da elaboração e implementação de uma estratégia nacional de desenvolvimento territorial rural.

As outras duas secretarias criadas na estrutura do MDA são novidades resultantes de demandas sociais, consideradas prioridades do atual governo. A Secretaria de Abastecimento, Cooperativismo e Soberania Alimentar (Seab) está à frente da agenda do abastecimento alimentar e da articulação de diferentes instituições para o controle dos preços e da inflação de alimentos, além de ser responsável por ações de geração de renda e pelo fomento ao cooperativismo e às agroindústrias na agricultura familiar. Vale destacar que a Seab reúne algumas das atribuições que o antigo Departamento de Geração de Renda e Agregação de Valor (Degrav), criado em 2010, exercia dentro da SAF, dando continuidade e fortalecendo as ações voltadas à geração de renda para a agricultura familiar.

Nessa nova estrutura também foi criada a Secretaria de Territórios e Sistemas Produtivos Quilombolas e Tradicionais (Seteq), com papel de articular e apoiar a implementação de políticas públicas de acesso à terra, valorização de saberes e práticas, e inclusão social e econômica considerando as especificidades e demandas de comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais. Outro avanço da nova estrutura do Ministério é a criação da Subsecretaria de Mulheres Rurais, vinculada à Secretaria Executiva, para ampliar o acesso das mulheres do campo, das águas, das florestas e das cidades às políticas públicas de segurança alimentar e nutricional e de autonomia econômica das mulheres rurais.

Vale mencionar que políticas específicas para as comunidades quilombolas e para as mulheres rurais eram conduzidas pelo antigo MDA por meio da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais e Quilombolas/Secretaria Executiva, criada em 2010.

Estas e outras mudanças na estrutura do MDA recriado em 2023 – advindas de reflexões e debates de diversos atores sociais e políticos no momento da transição de governo, ocorrida no final de 2022 – foram também resultado de acúmulos anteriores e necessidades que vêm sendo percebidas e demandadas ao longo destes pouco mais de dois anos de novo governo, marcados pela retomada e criação de um conjunto de políticas, planos, programas e ações de desenvolvimento agrário. Neste texto, daremos ênfase à estrutura e às estratégias que vêm sendo implementadas no MDA para tratar dos dados, informações estratégicas e principalmente da construção do conhecimento em desenvolvimento rural.

ESTRATÉGIAS PARA A GESTÃO DO CONHECIMENTO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

Como citado anteriormente, o MDA articulou diversos processos de construção do conhecimento a partir do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (Nead), com uma rica produção de publicações em diferentes temas afetos ao desenvolvimento rural e à agricultura familiar. Neste governo, o tema da gestão de dados e conhecimentos ganhou relevância, dado o reconhecimento sobre o papel que a geração e disponibilização de informações tem para o aperfeiçoamento das políticas públicas. O Decreto n. 11.396, de 21 de janeiro de 2023, criou o Departamento de Avaliação, Monitoramento, Estudos e Informações Estratégicas (Damei), vinculado à Secretaria Executiva do MDA. Este departamento é dividido em duas coordenações-gerais, uma de Monitoramento e Avaliação (CGMA) e outra de Gestão do Conhecimento e Informações (CGCOI). Ambas atuam de forma articulada e em diálogo com as áreas finalísticas e a alta gestão, para dar suporte ao aperfeiçoamento das políticas e subsídios à tomada de decisão. As competências do Damei estão expressas no artigo 17 do Decreto, da seguinte forma:

I – desenvolver e implementar instrumentos de avaliação e monitoramento das políticas e programas de desenvolvimento agrário; II – produzir dados qualificados e instrumentos de pesquisa para subsidiar decisões estratégicas; III – fornecer informações estratégicas e cooperar para o desenho de ferramentas computacionais para gestão da informação; IV – apoiar o desenho e a elaboração de planos, programas, projetos e ações de desenvolvimento agrário, incluindo estudos e mapeamento de territórios e suas potencialidades socioeconômicas; V – subsidiar a formação e a capacitação de agentes públicos e de gestores nos níveis federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, especialmente em ações de avaliação e monitoramento de políticas de desenvolvimento agrário; VI – promover a gestão do conhecimento, bem como o diálogo e a cooperação técnica no âmbito das políticas de reforma agrária e da agricultura familiar; VII – coordenar análises sobre o desenvolvimento rural sustentável, a reforma agrária, a agricultura familiar e a diversificação das economias rurais; VIII – avaliar políticas e programas desenvolvidos pelo Ministério, priorizando o uso de metodologias que permitam medir os impactos sobre a vida econômica e social das famílias beneficiadas, e projetos financiados por agências multilaterais de crédito ou definidos pelos órgãos colegiados; IX – articular a criação de rede nacional para um observatório do desenvolvimento rural, fomentando o intercâmbio de informações e experiências nas atividades relacionadas com o desenvolvimento rural sustentável; X – participar de cooperação e parcerias, com vistas à aquisição de novos conhecimentos e à divulgação de projetos, estudos, pesquisas e experiências relativas ao desenvolvimento rural sustentável ou a outros temas determinados pelo Ministro de Estado; e XI – promover a formalização de acordos, ajustes, termos de parceria, termos de cooperação, contratos de gestão ou convênios com Estados, Distrito Federal, Municípios, organizações da sociedade civil, agentes financeiros e outros, para desenvolver instrumentos de avaliação e monitoramento integrado das políticas e dos programas do Ministério (Decreto n. 11.396, de 21 de janeiro de 2023).

Esse amplo e ambicioso conjunto de competências revela alguns dos direcionamentos dados para a atuação do (Damei) no momento da recriação do Ministério.

Cabe destacar a ênfase da atuação do Departamento nas necessidades mais prementes associadas à urgente retomada das políticas, e para isso foram priorizados a qualificação das informações para a tomada de decisão da alta gestão e o subsídio à elaboração de planos, programas, projetos e ações do Ministério, bem como na estruturação da gestão de dados e conhecimentos do rural e para a agricultura familiar.

Em relação à gestão do conhecimento e informações em desenvolvimento rural, é importante destacar algumas das bases conceituais e das estratégias em curso. De acordo com Batista (2004), o termo gestão do conhecimento pode ser dividido em práticas e sistemas. Enquanto as *práticas* dizem respeito à gestão organizacional voltada para produção, retenção, disseminação, compartilhamento e aplicação do conhecimento dentro das organizações e na relação dessas com o mundo exterior, os *sistemas* de gestão do conhecimento referem-se ao conjunto de práticas distintas e interligadas visando melhorar o desempenho organizacional.

Sendo assim, quando há um sistema, a organização gerencia as práticas de maneira interligada com a finalidade de melhorar o desempenho organizacional, e para isso as práticas devem estar alinhadas com a missão, a visão de futuro e as estratégias organizacionais (Batista, 2004). Para o autor, as práticas de gestão do conhecimento reúnem ainda como características uma execução regular, a finalidade de gerir a organização e uma base em padrões de trabalho.

O Damei/MDA tem buscado avançar na reflexão e definição de caminhos para um modelo de gestão do conhecimento para o desenvolvimento rural sustentável, com o objetivo de melhorar a capacidade de atuação do MDA em suas agendas mais importantes junto ao governo e sociedade.

Nesse sentido, foram estabelecidos três principais alicerces de sustentação. O primeiro refere-se às competências estabelecidas no Decreto n. 11.396/2023 que, de forma sintética, traz como competências do Departamento a promoção da gestão do conhecimento por meio de: i) diálogos, parcerias e cooperações técnicas; ii) coordenação de análises; iii) criação de rede nacional e observatório do desenvolvimento rural; iv) desenvolvimento de instrumentos de avaliação e monitoramento integrado de políticas e programas do Ministério; e v) formação e capacitação de agentes públicos e gestores. Um segundo alicerce para o estabelecimento da estratégia de gestão do conhecimento é o planejamento estratégico do MDA. Neles estão estabelecidas as prioridades do Ministério, o que podemos chamar de “direcionadores estratégicos”, que vão nortear os rumos da atuação prioritária para a gestão do conhecimento. O item anterior deste capítulo aponta algumas das grandes estratégias e agendas do Ministério.

Por último, consideram-se como alicerces dessa construção três grandes “Eixos de Atuação” estabelecidos pela Coordenação-Geral de Gestão do Conhecimento e

Informações. São eles: i) mapeamento e organização do conhecimento existente; ii) geração de novos conhecimentos; e iii) socialização e aplicação do conhecimento. Uma descrição geral destes eixos de atuação, que orientam o trabalho da Coordenação, pode ser observada no quadro 1 abaixo. No próximo item são descritas algumas das ações implementadas e em curso em cada um destes eixos.

Quadro 1. Grandes eixos de atuação da CGCOI/Damei

Eixos de atuação	Descrição
1. Mapeamento e organização do conhecimento existente	Atividades de mapeamento de produções existentes e organização do conhecimento para posterior disponibilização (organização de acervos, sistematização de produtos e consultorias, organização de bases de literatura e evidências sobre o rural e políticas públicas, levantamentos de experiências e saberes).
2. Geração de novos conhecimentos	Agenda de pesquisas e estudos, rearticulação e constituição de redes de conhecimento, construção e acesso a novas bases de dados de interesse da agricultura familiar.
3. Socialização e aplicação do conhecimento	Atividades de formação, novos formatos de disponibilização de conteúdo para o Ministério e a sociedade, com padronização de metodologias, análises e produtos direcionados à tomada de decisão e aperfeiçoamento das políticas públicas; repositórios, plataformas e eventos.

Fonte: CGCOI/Damei.

AÇÕES PARA A GESTÃO DO CONHECIMENTO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

Para cada um dos eixos que orientam a estratégia de gestão do conhecimento e informações foram e vêm sendo implementadas ações no sentido de qualificar a atuação do Ministério na perspectiva da promoção do desenvolvimento rural. Reunimos as principais iniciativas em curso.

Mapeamento e organização do conhecimento existente

A primeira ação realizada foi o resgate e disponibilização do conhecimento produzido pelo Nead. No governo anterior, o acervo do Nead, físico e digital, foi praticamente perdido, sendo necessário um esforço de recuperação deste material com servidores/as e grupos sociais que conseguiram manter alguns dos livros e arquivos produzidos. Este acervo está disponibilizado no *site* do MDA,¹ e organizado em cinco coleções: i) “Nead Estudos”; ii) “Nead Debate”; iii) no “Nead Especial”; iv) “Nead Experiências” e v) “Nead História Social do Campesinato no Brasil”. Há também a categoria adicional

¹ Disponível em: www.gov.br/mda/pt-br/acervo-nucleo-de-estudos-agrarios/nead-estudos Acesso em: 05 ago. 2025.

“Nead Outras Publicações”, englobando títulos que, embora não façam parte das séries mencionadas, receberam apoio do Governo Federal.

Outra ação em curso tem sido a organização de bases de literatura e evidências sobre o rural e as políticas públicas. A partir do levantamento de problemas e temas prioritários junto a gestores/as e técnicos/as das secretarias do MDA estão sendo identificadas, sistematizadas e categorizadas referências científicas e técnicas existentes, no sentido de mapear para quais questões há saturação e para quais há lacunas de conhecimento. Esse processo é fundamental, tanto para a organização e disponibilização do conhecimento já existente quanto para a definição de uma agenda de pesquisa futura em temas que demandam maior aprofundamento ou conhecimento estruturado. Almeja-se promover um processo de permanente atualização do conhecimento produzido sobre as agendas do MDA.

Além do conhecimento científico produzido e disponibilizado, sabemos que o conhecimento e os saberes tradicionais, experienciados e vividos nos territórios pelas populações do campo, das águas e das florestas, precisam ser parte dessa organização de conhecimentos e evidências.

Nesse sentido, estão sendo estabelecidas algumas estratégias para esse mapeamento. Uma delas está materializada neste livro. Por meio dos relatos aqui selecionados, não apenas técnicos, mas também populares, buscamos identificar projetos e ações realizadas por instituições de ensino, pesquisa ou extensão, em colaboração com a sociedade civil, e as vivências contextualizadas pelos próprios agricultores, agricultoras, comunidades e povos tradicionais sobre os sistemas agroalimentares sustentáveis e justos e a promoção da saúde. Estes relatos e experiências inspirarão o governo em suas políticas públicas e a sociedade em projetos inovadores. Pretende-se assim implementar o mapeamento do conhecimento popular em temas prioritários e transformadores que têm o potencial de influenciar positivamente as políticas públicas de desenvolvimento agrário e agricultura familiar.

Geração de novos conhecimentos

A geração de novos conhecimentos envolve um conjunto de iniciativas que estão ancoradas em três frentes principais: i) a construção, governança e acesso a bases de dados e informações; ii) a rearticulação e criação de redes de conhecimento; e iii) o estabelecimento de uma agenda de pesquisas e estudos.

No que se refere ao tema dos dados e informações, as ações que vêm sendo estabelecidas estão baseadas nas diretrizes estabelecidas no âmbito do subcomitê técnico de dados e informações estratégicas, criado na Portaria MDA n. 40, de 23 de fevereiro de 2024, que institui o Comitê de Governança e Gestão Estratégica. Esse subcomitê, coordenado pelo Damei, tem como atribuições principais: i) consolidar informações para envio aos órgãos centrais de governo; ii) definir indicadores de monitoramento; iii)

ampliar o conhecimento institucional sobre as bases de dados e informações dos públicos e políticas públicas existentes no Ministério; iv) facilitar o intercâmbio de dados e o uso das informações entre seus integrantes, como instrumento para subsidiar a integração de ações e políticas públicas de desenvolvimento agrário e da agricultura familiar; e v) organizar demandas comuns para acesso, troca e produção de dados junto a órgãos externos. Essas atribuições estão sendo implementadas pela Coordenação-Geral de Monitoramento e Avaliação em ações de desenvolvimento de métodos e ferramentas de organização, tratamento, automação e sistematização de dados, bem como de subsídio ao monitoramento e análise das políticas e, neste caso, em parceria com a Diretoria de Programas da Secretaria Executiva.

Outra iniciativa para geração de novos conhecimentos é a rearticulação e constituição de redes de conhecimento. Fomentar espaços de troca e integração de conhecimentos é essencial para estimular reflexões articuladas em diferentes grupos de pesquisa, que atuam nos diversos territórios rurais brasileiros. O MDA recriou o Grupo de Especialistas em Agrosociobiodiversidade (GEA) pela Portaria MDA n. 23, de 3 de agosto de 2023, com a finalidade de discutir, articular e subsidiar o Ministério nos temas agrosociobiodiversidade, agroecologia, patrimônio genético, biossegurança, organismos geneticamente modificados (OGMs), agrotóxicos e bioinsumos. São 20 membros que compõem o GEA, o qual é coordenado e secretariado pela Coordenação-Geral de Conhecimento e Informações (CGCOI).

Duas iniciativas em curso também merecem destaque. Discussões estão sendo feitas para a rearticulação do Grupo Permanente de Análise de Conjuntura (GPAC),² que atuou de 2013 a 2017 para subsidiar a alta gestão do MDA com informações e reflexões relativas à formulação, à implementação e à avaliação de políticas, programas e ações de governo. Também se encontra em discussão a criação de uma Rede Nacional em Desenvolvimento Rural, que teria por finalidade promover diálogo entre instituições públicas, da sociedade e da academia que desenvolvem pesquisas, estudos e análises sobre o rural brasileiro. Um espaço de articulação, produção e socialização de conhecimentos, informações estratégicas e evidências destinadas a subsidiar a tomada de decisão sobre políticas de desenvolvimento rural e voltadas à agricultura familiar. Caminhos para a articulação desta Rede Nacional vêm sendo debatidos a partir de iniciativas em curso que promovem diálogo em rede (Razera *et al.*, 2024).

² Para mais informações sobre o GPAC, ver Maluf e Flexor (2017)

Socialização e aplicação do conhecimento

A principal iniciativa em desenvolvimento no Damei para a socialização e aplicação do conhecimento, coordenada pela CGCOI e que também está associada à geração de conhecimentos, é a criação de uma Unidade de Evidências em Desenvolvimento Rural. Partindo das diferentes iniciativas existentes de Políticas Públicas Informadas por Evidências – PIE (Bapi, 2024; Koga *et al.*, 2022, entre outros), o MDA vem construindo, por meio de parceria com o Instituto Veredas, um conjunto de ações direcionadas à padronização de metodologias, análises, ferramentas e produtos direcionados à tomada de decisão mais bem informada e aperfeiçoamento das políticas públicas de desenvolvimento agrário e agricultura familiar.

O apoio técnico e metodológico do Damei à realização de eventos e debates no MDA, identificando atores-chave e especialistas em políticas e temas específicos, tem sido ação recorrente e importante para a permanente qualificação da atuação e das políticas do Ministério. Iniciativas específicas para a qualificação do quadro de servidoras e servidores do MDA, como o “Dedo de Prosa”, um webinar que reúne especialistas externos e gestores do MDA para discutir temas emergentes, também foram realizadas e estão sendo aperfeiçoadas. Também é essencial destacar os acordos e parcerias construídas e em construção com diversas instituições, do governo e da sociedade, para a realização de pesquisas e avaliações que vêm sistematizando e disponibilizando conhecimentos em diferentes formatos. Este livro em parceria com a Fiocruz é uma destas iniciativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, buscamos trazer um panorama geral da estratégia de gestão do conhecimento que vem sendo construída e implementada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA). Nessa estratégia busca-se, de um lado, direcionar a organização, produção e socialização do conhecimento a partir da visão estratégica do Ministério e das principais demandas das áreas finalísticas e movimentos sociais e, de outro, das principais questões e temas que emergem, ou que permanecem presentes, para o desenvolvimento rural e para a agricultura familiar. Velhos dilemas e novos desafios se colocam.

Há 10 anos atrás a edição da *Revista de Economia e Sociologia Rural* trouxe um conjunto de publicações que fazem essa reflexão sobre o passado, o presente e o futuro da agricultura familiar e do mundo rural (Nierdele *et al.*, 2014; Wanderley, 2014; Mattei, 2014; Grisa e Schneider, 2014; entre outros). Passada uma década, alguns desafios demandam soluções ainda mais urgentes, como a sucessão rural, a ampliação das ocupações e rendas não agrícolas, a inclusão digital e as questões ambientais, principalmente as mudanças climáticas e a necessidade de estratégias para dar escala para a implementação de

sistemas produtivos agroecológicos. Os relatos que aqui foram apresentados nos trazem experiências e saberes que vão no sentido de construir e disponibilizar conhecimento vivido para encontrarmos soluções para enfrentar estes desafios.

REFERÊNCIAS

- BAPI – Boletim de Análise Político-Institucional. *Governança e cultura do uso de evidências no Brasil: experiências, desafios e temas emergentes*. Rio de Janeiro/Brasília-DF: Ipea/Cepal. 2024.
- BATISTA, F. F. Governo que aprende: gestão do conhecimento em organizações do executivo federal. *Texto para Discussão n. 1022*. Brasília: Ipea, 2004
- GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. Piracicaba/SP, v. 52, supl. 1, 2014.
- KOGA, N. M.; PALOTTI, P. L. M.; MELLO, J.; PINHEIRO, M. M. S. *Políticas públicas e usos de evidências no Brasil: conceitos, métodos, contextos e práticas*. Brasília: Ipea, 2022.
- MALUF, R. S.; FLEXOR, G. *Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas*. Rio de Janeiro: RJ. E-Papers, 2017.
- MATTEI, L. Considerações Acerca de Teses Recentes sobre o Mundo Rural Brasileiro. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. Piracicaba/SP, v. 52, supl. 1, 2014.
- NIERDELE, P. A.; FIALHO, M. A. V.; CONTERATO, M. A. A pesquisa sobre Agricultura Familiar no Brasil – aprendizagens, esquecimentos e novidades. Editorial. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. Piracicaba/SP, v. 52, supl. 1, 2014.
- RAZERA, A.; PERAFAN, M. E. V.; ALMEIDA, V. L.; FAVARETO, A. Redes de Conhecimento em Desenvolvimento Rural: Iniciativas Existentes e Caminhos para a Articulação em uma Rede Nacional. In: *Anais do 62º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (Sober)*. Palmas: TO, 2024.
- WANDERLEY, M. N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. Piracicaba/SP, v. 52, supl. 1, 2014.

3. Saúde, agricultura familiar e as crises climáticas

Gislei Siqueira Knierim, André Luiz Dutra Fenner,
Fátima Cristina Cunha Maia Silva

INTRODUÇÃO

O planeta se encontra em profunda crise de caráter global, multidimensional, complexa, colocando em discussão o futuro da humanidade. A dimensão ambiental da crise, segundo Garrido Peña (*apud* Hernández, 2011, p. 9), é um “processo de deterioração acelerado dos ecossistemas onde a vida humana é factível”, crise essa resultante do impacto da ação humana sobre o meio ambiente.

São duas as dimensões que as diferem das demais crises ocorridas no passado. A primeira dimensão a ser considerada é a geográfica, pois estamos diante de uma crise de escala planetária que afeta todos os continentes e impacta diretamente todas as regiões do mundo e a todos os povos. Essa abrangência global é uma característica que torna a crise climática ainda mais complexa, pois suas consequências não se limitam a áreas específicas, mas reverberam de maneira interconectada, afetando diferentes ecossistemas, economias e populações ao redor do planeta. A interdependência entre os territórios e a escala universal dos desafios impõem uma necessidade urgente de ações coordenadas e soluções globais para mitigar seus efeitos nefastos.

A segunda dimensão é a irreversibilidade dos danos causados ao meio ambiente, um aspecto que torna a crise climática ainda mais alarmante. A intensidade e a velocidade com que estamos explorando os recursos naturais superam amplamente a capacidade de regeneração dos ecossistemas. Esse desequilíbrio entre exploração e recuperação gera impactos profundos, como o desaparecimento de espécies, a degradação irreparável dos solos e a perda de biodiversidade. Além disso, o aumento das temperaturas, a acidificação dos oceanos e a morte das barreiras de corais, por exemplo, são mudanças de longo prazo, cujos efeitos se estenderão por séculos, senão milênios da nossa era.

A irreversibilidade não se limita apenas à destruição de habitats e à extinção de espécies, mas também envolve o comprometimento de processos ecológicos essenciais,

como os ciclos de água e de carbono, que sustentam a vida na Terra. Assim, o que estamos perdendo agora, em muitos casos, não poderá ser recuperado, e isso torna a ação imediata ainda mais crucial para mitigar os danos e evitar que a degradação ambiental chegue a um ponto sem retorno.

Ainda segundo Garrido Peña (2011), essa crise ambiental, ameaça a sobrevivência humana e do planeta, e é consequência de uma racionalidade produtiva e econômica, baseada no uso intensivo de energias exossomáticas, na exploração e consumo dos recursos naturais, para além da sua capacidade de regeneração.

A crise climática é, portanto, resultado direto das atividades humanas, que têm funcionado como os principais motores das alterações no sistema climático global. O desmatamento, a emissão descontrolada de gases de efeito estufa, a industrialização desenfreada e a exploração insustentável dos recursos naturais têm provocado mudanças drásticas no clima, afetando não apenas os sistemas ambientais, mas também os processos naturais que sustentam a vida e impactam diretamente a agricultura.

A produção de alimentos, que depende de um equilíbrio delicado entre solo, água e clima, sofre as consequências dessas mudanças, com secas prolongadas, enchentes, variações extremas de temperatura e a alteração dos ciclos de cultivo, comprometendo a segurança alimentar e gerando desafios adicionais para os pequenos produtores, em especial os da agricultura familiar.

Assim, a crise climática não é apenas uma questão ambiental, mas um fenômeno que repercute nas estruturas sociais e econômicas, afetando a forma como produzimos, distribuímos e consumimos alimentos e consequentemente a qualidade de vida da população.

No ambiente, ela se expressa em redução da agrobiodiversidade; esgotamento dos minerais, da água e do solo; poluição dos ecossistemas com substâncias químicas perigosas que degradam os meios vitais para a vida no planeta; e saturação do meio ambiente com resíduos oriundos de processos produtivos e do consumo, que extrapolam a capacidade de assimilação dos ecossistemas.

Na sociedade, os impactos vão além dos danos ambientais e alcançam a saúde humana. Aprofundam-se os níveis da pobreza e da marginalização para muitos, enquanto poucos concentram mais riquezas. Há mortes associadas a doenças sensíveis ao clima, à proliferação de patógenos e doenças infecciosas e não transmissíveis, além de efeitos negativos sobre a saúde mental. Os desastres e emergências em saúde pública tornam-se mais frequentes diante ao aumento de eventos climáticos. Soma-se a isso o crescimento da insegurança alimentar e hídrica. Esses fenômenos, em escala global e em constante agravamento, conforme destacam Boff e Arruda (2001), revelam um modelo desenvolvimento que aprofunda as injustiças sociais e ambientais.

A crise em sua dimensão econômica é resultante de um modelo capitalista de desenvolvimento que tem como base a desregulação dos mercados, a especulação financeira e a concentração de capitais por parte ínfima dos habitantes do planeta. Tal modelo tem múltiplos efeitos sobre a qualidade e a expectativa de vida da população, e se sustenta por espoliação dos recursos naturais, precarização das relações de trabalho e reconfiguração de novas sociabilidades geradas pela revolução digital.

Victor Toledo (2004) aponta que a ciência se encontra em crise hoje não só porque não contribuiu para o bem-estar da humanidade, mas porque sua versão dominante ou convencional se mostrou inábil para compreender a complexidade do mundo contemporâneo. Ratificado pelo pensamento de Jara (1999), conforme abaixo, ele afirma:

Estamos cada vez mais convencidos de que esse caminho coloca em risco a nossa própria existência e, assim, chegamos a uma encruzilhada civilizacional, onde precisamos desenvolver um novo conjunto de significados, um novo senso de valores capaz de redefinir nossas prioridades, rumo a uma civilização com um futuro justo, equitativo, solidário e sustentável. (Jara, 1999 apud Hernández, 2011, p. 7, tradução nossa).

Esse modelo tem gerado impactos ambientais, econômicos e sociais devastadores, que ameaçam a sobrevivência do planeta e a vida das pessoas, e é numa tentativa de contrapor a este modelo que surge a discussão do desenvolvimento sustentável (Brasil, 1991).

Segundo Acosta (2016), deveríamos acolher o desenvolvimento sustentável apenas como uma etapa transitória a um paradigma distinto do capitalismo, ao qual estariam intrínsecas as dimensões de liberdade, igualdade e sustentabilidade ambiental. Superar as visões dominantes e construir novas opções de vida devem fazer parte da caminhada, reaprendendo e aprendendo a aprender simultaneamente.

AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E SUAS IMPLICAÇÕES NA SAÚDE

As mudanças climáticas apresentam diversos efeitos sobre a saúde coletiva que podem ser ocasionados pelos seus diferentes eventos, mediados por fatores de risco associados às dimensões ambiental, econômica e social.

Dentre os fatores de risco podemos identificar: indisponibilidade hídrica e comprometimento da produção de alimentos, advindos da produção agrícola, agropecuária, extrativismo, pesca e outros; perda da qualidade do ar; repercussão sobre os meios de sobrevivência das famílias; perda de bens; migração da população; e comprometimentos dos serviços de saúde. Esses fatores terão impactos sobre o processo saúde e doença da população, gerando diferentes agravos (Sena *et al.*, 2022).

Podemos elencar alguns impactos sobre a saúde, como: doenças infectocontagiosas, que podem ser transmitidas por alimentos ou água contaminada (cólera, febre tifoide,

diarreia), doenças respiratórias, reações alérgicas, doenças cardiovasculares, desnutrição, anemia, ansiedade, estresse, depressão, suicídio entre outras.

De acordo com a autora Sena (2022), os impactos sobre a saúde mental afetam principalmente as pessoas idosas (agricultores[as]) e as mulheres, diante da perspectiva da perda dos meios que garantem o sustento da sua família.

Diante deste cenário, o planejamento em saúde deve considerar as populações e comunidades mais vulneráveis, principalmente aquelas constituídas por pessoas mais pobres, mulheres, idosos, gestantes, crianças que vivem da agricultura, da pesca e da pecuária de subsistência, comunidades rurais, extrativistas e pesqueiras e que vivem em lugares mais remotos.

Maiores esforços serão exigidos do setor da saúde, pois qualquer evento natural pode vir a se tornar um desastre e emergência social. Nesta perspectiva, torna-se necessário estabelecer estratégias conjuntas com outros setores para preparar medidas de promoção, prevenção e redução de risco de desastre e de mitigação aos impactos na saúde da população.

IMPLICAÇÕES DAS CRISES CLIMÁTICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

As crises climáticas têm se tornado uma ameaça crescente à agricultura, especialmente à agricultura familiar, que é a principal responsável pela produção de alimentos nas regiões brasileiras.

Pequenos produtores, que dependem diretamente do equilíbrio dos ecossistemas e das condições climáticas previsíveis, enfrentam impactos devastadores à medida que o clima se torna mais errático e imprevisível. Fenômenos como secas prolongadas, tempestades intensas, aumento de temperatura e a mudança nos padrões de precipitação têm alterado significativamente as condições de cultivo, afetando a produtividade e a qualidade dos alimentos e, por consequência, a vida dos(as) pequenos(as) agricultores(as), extrativistas e pescadores(as).

Cabe destacar que a agricultura familiar é um dos setores mais vulneráveis às mudanças climáticas, sendo diretamente afetada pelos eventos climáticos extremos, como secas prolongadas, enchentes, geadas e outras intempéries. Esses fenômenos impactam não apenas a produção de alimentos, mas também as condições de vida das famílias do campo, a qualidade dos recursos hídricos e a integridade das florestas e das águas (rios, oceanos). A vulnerabilidade dessa agricultura é ampliada pela falta de acesso a tecnologias adaptativas e de mitigação, políticas públicas inadequadas e a precariedade da infraestrutura no campo, na floresta e nas águas.

Em contrapartida, a agricultura familiar desempenha um papel fundamental na economia e na mesa da sociedade brasileira, sendo responsável pela produção de gran-

de parte dos alimentos consumidos no país. Itens essenciais da alimentação cotidiana dos brasileiros – como feijão, arroz, mandioca, frutas, verduras, leite e carne – vêm majoritariamente dessa modalidade de produção. Ao garantir o abastecimento constante e diversificado de alimentos, a agricultura familiar é peça-chave para assegurar a segurança alimentar no Brasil, ou seja, o direito da população ao acesso contínuo a alimentos nutritivos e de qualidade.

Além disso, essa forma de agricultura contribui para a preservação da biodiversidade e dos ecossistemas, o fortalecimento da economia local e a geração de emprego e renda, especialmente nas áreas do campo (rural). É necessário compreender ainda que na agricultura familiar há uma pluralidade de formas de se relacionar com a terra, família, vizinhança, cultura, ancestralidade e espaço.

Assim, observa-se que a agricultura familiar se caracteriza por práticas mais tradicionais e sustentáveis, porém em uma escala menor. Essas mudanças representam um desafio ainda maior, pois a falta de recursos para adaptação, mitigação e a vulnerabilidade frente a desastres naturais tornam os(as) agricultores(as) mais suscetíveis às perdas produtivas e aos desastres.

Além dos impactos diretos sobre as colheitas, a crise climática também prejudica a saúde do solo, essencial para a produção agrícola, e altera o ciclo de vegetação, interferindo nas safras e dificultando o planejamento das atividades rurais.

O aumento das pragas e doenças também tem sido um reflexo das mudanças no clima, exigindo intensificação do uso de substâncias químicas perigosas, o que contraria os princípios de sustentabilidade e da produção agroecológica da agricultura familiar. A escassez de água, combinada com a degradação dos recursos naturais, coloca em risco a viabilidade de muitos cultivos, especialmente em regiões mais áridas ou em áreas com sistemas de irrigação precários.

Com a intensificação da crise climática, a agricultura familiar enfrenta desafios ainda maiores, colocando em risco a segurança alimentar e nutricional de milhões de pessoas, especialmente em regiões mais isoladas. Além disso, as desigualdades econômicas e sociais se agravam, pois as famílias agricultoras de pequena escala têm menos capacidade de se adaptar a essas mudanças e mitigá-las, o que torna ainda mais difícil a superação de períodos de adversidade climática.

Diante desse cenário, a agricultura familiar se apresenta como um pilar essencial para a construção de um sistema alimentar mais solidário, resiliente e sustentável. No entanto, é urgente a implementação de políticas públicas que incentivem práticas agroecológicas, o fortalecimento da agricultura sustentável e o acesso a sistemas de apoio e financiamento que garantam a adaptação dessa população à nova realidade climática. Para isso, é fundamental valorizar os saberes tradicionais, promover a formação-ação

e a inovação tecnológica, para assegurar a participação ativa dos(as) agricultores(as) familiares nas decisões sobre a gestão dos recursos naturais.

A agricultura familiar, apesar de ser a mais vulnerável, também detém um grande potencial para ser parte da solução, promovendo alternativas agrícolas que integrem preservação e reconstituição ambiental, assim como a adaptação às novas realidades climáticas. Os consumidores têm provocado uma reflexão nos produtores sobre a importância de consumir alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos; com isso, a agricultura familiar agroecológica vem ganhando mais espaço e visibilidade no mercado, para o melhor uso dos bens e serviços da natureza, sem danificar esses recursos ambientais.

O aumento da conscientização dos consumidores sobre a importância de uma alimentação saudável e livre de agrotóxicos tem impulsionado os produtores a repensarem suas práticas agrícolas. Nesse contexto, a agricultura familiar agroecológica se destaca como uma alternativa sustentável e benéfica tanto para o ambiente quanto para a saúde humana. Ao adotar práticas que respeitam os ciclos naturais e utilizam métodos de cultivo que não dependem de substâncias químicas perigosas, a agricultura familiar agroecológica promove um uso mais consciente e equilibrado dos recursos naturais.

A agroecologia, enquanto um modo de produção agrícola, vai além da simples adoção de práticas orgânicas. Ela é fundamentada em uma visão integrada, que leva em consideração as interações entre os diferentes elementos do ecossistema – solos, plantas, animais e seres humanos. A agroecologia busca a manutenção da biodiversidade, o uso eficiente da água, a preservação dos solos e a promoção de sistemas agrícolas mais resilientes às crises climáticas.

Ademais, a agricultura familiar agroecológica se distingue por seu foco na produção em pequena escala, com um vínculo mais estreito entre os(as) produtores(as) e a terra. Em vez de utilizar substâncias químicas perigosas e técnicas de monocultura, que muitas vezes degradam o solo e comprometem a saúde ambiental, os(as) agricultores(as) familiares agroecológicos(as) apostam na rotação de culturas, no uso de compostos naturais e na diversificação de cultivos. Isso resulta não apenas em alimentos mais saudáveis, mas também em um solo mais fértil e resistente a pragas e doenças.

Outro aspecto relevante da agricultura familiar agroecológica é sua capacidade de gerar benefícios econômicos e sociais para as comunidades locais. Ao promover uma produção mais sustentável, a agroecologia também fortalece a autonomia dos(as) agricultores(as), reduzindo a dependência em relação às grandes corporações e garantindo maior soberania alimentar. As feiras e mercados locais têm sido espaços importantes para a comercialização desses produtos, permitindo que o consumidor tenha acesso a alimentos frescos, saudáveis e de qualidade, ao mesmo tempo que contribui para o fortalecimento da economia local.

Além disso, a agricultura familiar agroecológica se apresenta como uma solução estratégica para enfrentar os desafios impostos pela industrialização da agricultura e dos ultraprocessados e os impactos ambientais do modelo convencional. Ela promove a resiliência dos sistemas produtivos, incentiva a preservação dos ecossistemas e ajuda a mitigar os efeitos negativos da degradação do solo e da poluição causada pelo uso excessivo de agrotóxicos.

Em síntese, a agricultura familiar agroecológica não só responde à demanda crescente por alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos, como também oferece um caminho para uma relação mais equilibrada, sustentável e solidária entre a humanidade e a natureza. Ao apoiar esse modelo de produção, é possível contribuir para um futuro mais justo, saudável e ecologicamente equilibrado, onde o bem-estar das pessoas e do planeta caminham juntos.

PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS E A AGRICULTURA FAMILIAR

Em seu processo de intensificação produtiva e adoção de tecnologias avançadas, a contemporaneidade da agricultura trouxe mudanças profundas nas relações de trabalho, no uso da terra e nas dinâmicas de produção e reprodução agrícola. Essa transição resultou em um aumento significativo da produtividade, mas também gerou uma série de desafios para os diferentes sujeitos da agricultura, com consequências desiguais.

Por um lado, os grandes produtores e os agentes do agronegócio se beneficiaram amplamente da adoção de modelos de produção em larga escala, que priorizam a eficiência e o lucro. O uso de tecnologias como maquinários avançados, agrotóxicos e sementes geneticamente modificadas, embora tenha contribuído para o aumento da produção e a redução de custos, resultou em uma concentração de terras e recursos nas mãos de poucos, marginalizando aqueles que não conseguem competir com esses grandes sistemas.

Por outro lado, os(as) agricultores(as) familiares enfrentam enormes dificuldades para se manterem viáveis dentro desse novo modelo agrícola. A pressão do mercado – que exige uma produção em larga escala e a adoção de práticas que muitas vezes são incompatíveis com as condições de pequenas propriedades – torna o processo de reprodução da agricultura familiar cada vez mais difícil. Assim, muitos(as) agricultores(as) familiares acabam sendo forçados a abandonar suas terras devido à falta de competitividade ou pela crescente dificuldade de acesso a recursos e crédito.

Além disso, o modelo de agricultura convencional, que prioriza a maximização do lucro e da produção, tem se mostrado insustentável do ponto de vista socioambiental. A intensificação do uso de agrotóxicos, monoculturas e o desmatamento para abrir novas áreas de cultivo comprometem os ecossistemas naturais e o equilíbrio ambiental do planeta. O resultado é a degradação dos solos, a perda de biodiversidade e a conta-

minação das águas e do ar, além de uma crescente concentração de terras, o que gera impactos negativos nas comunidades rurais.

Esses efeitos são particularmente notáveis quando se observa a crescente dificuldade de muitas famílias agrícolas em manter suas formas de produção sustentáveis, baseadas em práticas agroecológicas ou na diversificação das atividades.

O avanço do modelo convencional também tem prejudicado os agroecossistemas naturais, ou seja, os ecossistemas que suportam as práticas agrícolas sustentáveis. A falta de valorização de uma agricultura mais integrada ao meio ambiente e às necessidades sociais tem gerado uma pressão crescente sobre os pequenos produtores, que muitas vezes não têm acesso a políticas públicas adequadas que incentivem práticas sustentáveis ou que garantam o acesso à terra e à produção de forma justa.

Dessa maneira, a modernização da agricultura, ao promover uma lógica de mercado voltada para o lucro a qualquer custo, tem gerado um descompasso entre a produção agrícola e o bem-estar das populações rurais, prejudicando a capacidade de muitos(as) agricultores(as) familiares de se manterem na terra e comprometendo a saúde dos agroecossistemas. Isso coloca em questão a viabilidade de um modelo agrícola que não equilibre os interesses econômicos com a sustentabilidade social e ambiental.

Em resposta, as práticas agroecológicas vêm ganhando cada vez mais espaço, se destacando como uma alternativa viável e sustentável frente aos desafios impostos pela agricultura convencional, especialmente no contexto das questões socioambientais. As práticas agroecológicas, que buscam integrar a produção agrícola com o meio ambiente de forma equilibrada, vêm ganhando espaço tanto entre os(as) consumidores(as) quanto entre os(as) próprios(as) produtores(as). Esse movimento tem se intensificado nos últimos anos, impulsionado por uma crescente conscientização sobre os impactos negativos dos modelos agrícolas industriais, como a degradação ambiental, o esgotamento dos recursos naturais e os prejuízos sociais para as comunidades rurais.

A crescente adesão dos(as) produtores(as) às práticas agroecológicas tem sido estimulada por uma série de fatores, tanto internos quanto externos ao sistema produtivo. Entre essa transição, destacam-se: i) a redução de custos; ii) a valorização da produção local e orgânica; iii) apoio de políticas públicas; iv) movimentos sociais mais engajados na promoção de alimentos saudáveis e como forma de fortalecimento da agricultura familiar; v) resiliência a crises climáticas, uma vez que os sistemas agroecológicos, por serem mais diversos, oferecem uma maior capacidade de adaptação às mudanças climáticas, como secas, enchentes e/ou outras condições extremas.

Apesar dos avanços e do crescente reconhecimento da agroecologia, existem ainda desafios para a sua adoção em larga escala, tanto por parte dos(as) produtores(as) quanto dos(as) consumidores(as).

Contudo, à medida que cresce a conscientização sobre a necessidade de uma transição para sistemas alimentares mais sustentáveis e justos, as práticas agroecológicas têm apresentado um grande potencial de expansão, ajudando a construir uma agricultura mais resiliente, inclusiva e ambientalmente responsável. O fortalecimento das redes de comercialização de produtos agroecológicos, o aumento do apoio público e privado e a maior integração entre consumidores(as) e produtores(as) podem ser fatores-chave para impulsionar essa mudança.

Portanto, tanto a adoção das práticas agroecológicas pelos(as) produtores(as) quanto a valorização dessa produção pelos(as) consumidores(as) são fundamentais para a construção de um sistema agrícola mais sustentável e justo e, como traz Caporal (2002), a premissa de “cuidar da casa” é fundamental para ações sustentáveis, o que demanda não apenas a preservação e/ou melhoria das condições biológicas, físicas e químicas do solo, mas também a preservação da biodiversidade, das reservas e mananciais hídricos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise climática e os impactos negativos do agronegócio – caracterizado por monoculturas, pecuária extensiva e dependência de substâncias químicas perigosas – exigem alternativas sustentáveis e inclusivas. Nesse contexto, a agricultura familiar de base agroecológica surge como uma estratégia de promoção de segurança alimentar, mitigação dos efeitos das mudanças climáticas e de construção de economias locais resilientes, fundamentada em práticas agroecológicas, diversidade produtiva e economia solidária.

A agricultura familiar, embora essencial para a produção de alimentos e preservação ambiental, é particularmente vulnerável às crises climáticas, como secas e enchentes. A falta de recursos e apoio para adaptação e mitigação climática coloca em risco a segurança alimentar de milhões de pessoas. No entanto, a agricultura familiar agroecológica, ao adotar práticas sustentáveis e respeitadas com o meio ambiente, tem se mostrado uma alternativa promissora. Ao contrário da agricultura convencional, que depende do uso de agrotóxicos e da produção em monoculturas, a agroecologia promove a diversificação de cultivos, a melhoria da saúde do solo, o uso adequado dos bens comuns, a preservação e conservação da biodiversidade e a valorização da participação das comunidades rurais.

A preservação e o uso de sementes crioulas por meio de bancos de sementes compõem outra estratégia essencial para a autonomia dos(as) agricultores(as) familiares. Essas sementes, adaptadas às condições climáticas locais, apresentam maior resiliência e dispensam o uso de transgênicos e de agrotóxicos. Essa prática defende o controle comunitário sobre recursos essenciais, como as sementes e os solos.

O uso de tecnologias sociais – como cisternas para captação de água da chuva, cisternas de produção e casa de sementes – são outras ferramentas poderosas para

fortalecer a resiliência da agricultura familiar diante das mudanças climáticas. Essas tecnologias promovem a autonomia das comunidades e garantem água para consumo humano, para a produção de alimentos e para os animais.

As práticas agroecológicas são também uma resposta à crescente demanda dos(as) consumidores(as) por alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos. Apesar das dificuldades, como de financiamento para processos de transição agroecológica e de assistência técnica, a agroecologia apresenta um potencial significativo para transformar o sistema agrícola e os ecossistemas ambientais, tornando-os mais resilientes, justos e sustentáveis. O fortalecimento das redes de comercialização de produtos agroecológicos e o apoio a políticas públicas podem impulsionar a transição para sistemas alimentares mais sustentáveis e garantir a viabilidade da agricultura familiar.

Em suma, a agroecologia surge como uma possibilidade para o enfrentamento da crise climática ao promover práticas agrícolas que respeitam os ciclos naturais, protegem o meio ambiente, conservam a biodiversidade e asseguram a saúde e o bem-estar das populações. O fortalecimento da agricultura familiar agroecológica é essencial para enfrentar os desafios climáticos e construir um futuro mais solidário e sustentável.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária/Elefante, 2016.
- BOFF, L.; ARRUDA, M. Educação e Desenvolvimento na Perspectiva Integra. In: BOFF, L.; ARRUDA, M. (orgs.). *Globalização: Desafios socioeconômicos, éticos e educativos*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- BRASIL. Comissão Interministerial para Preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *O Desafio do Desenvolvimento Sustentável*. Brasília, Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 1991.
- CAPORAL F. R.; COSTABEBER, J. A. *Agroecologia: enfoque científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável* (texto provisório para discussão). Porto Alegre: Emater/RS-Ascar, 2002.
- CAPORAL, F.R. *Uma caminhada de modestas contribuições, a partir do nosso Mestrado em Extensão Rural na UFSM*. *Extensão Rural*, Deaer/CCR/UFSM, Santa Maria, v. 23, n. 3, jul./set. 2016.
- HERNÁNDEZ, J. M. (coord.). *Agroecologia na construção de alternativas à sustentabilidade rural*. México: Siglo XXI Editores/Instituto Tecnológico de Estudios Superiores de Occidente, 2011.
- LEFF, E. *Epistemologia Ambiental*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- SENA, A; CORVALAN, C; FEITOSA, P. Mudanças Climáticas, Seca e Saúde no Semiárido Brasileiro. In: SENA, A; CORVALAN, C; FEITOSA, P. (orgs.) *Mudanças Climáticas, Desastres e Saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2022.
- TOLEDO, V. Ecología, globalización y sustentabilidad: la construcción de una modernidad alternativa. *Estudios Económicos y Sociopolíticos*. Banamex: México, 2004, p. 29-30.

4. O papel do Condraf na construção de políticas públicas para o desenvolvimento do Brasil rural

João Torrens, Milena Araguaia de Castro Sá Lima,
Roseli Bueno de Andrade

INTRODUÇÃO

A melhoria das condições de saúde de uma determinada sociedade depende de uma diversidade de fatores objetivos e subjetivos. Um desses elementos está relacionado diretamente à influência da alimentação na promoção da saúde humana. Uma alimentação adequada, nutritiva e saudável propicia os meios necessários que contribuem para o bem-estar das pessoas. A tendência à ingestão de alimentos ultraprocessados e de má qualidade ou o consumo de alimentos em quantidades muito acima das necessidades nutricionais diárias provoca sobrepeso e obesidade, além de serem corresponsáveis pela incidência da diabetes, enfermidades cardiovasculares e doenças crônicas não transmissíveis. Mas outra face dramática desse processo está na impossibilidade de as pessoas acessarem a quantidade e qualidade de alimentos suficientes para a sua sobrevivência social.

No âmbito do governo federal, uma das principais pastas ministeriais encarregadas de atender a essas demandas sociais e implementar políticas que ampliem a produção, transformação e o consumo de produtos agropecuários saudáveis é o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA). O MDA possui um conjunto de competências, dentre as quais destacam-se: o desenvolvimento rural sustentável; o fortalecimento de sistemas agroalimentares; a implementação de políticas de reforma agrária e de garantia de acesso à terra; a viabilização da agricultura familiar; a consolidação dos povos e comunidades tradicionais; a execução de uma diversidade de instrumentos de política agrícola que assegurem condições de produção; comercialização; compras públicas da agricultura familiar; estoques reguladores e estratégicos; abastecimento alimentar; além de outras políticas destinadas a temas como energias renováveis; infraestrutura hídrica; conservação dos bens naturais; educação do campo; pesquisa e inovação; etc.

Como parte integrante da estrutura do MDA, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) se constitui num espaço de diálogo para a formulação e gestão de políticas públicas de desenvolvimento do Brasil rural. Analisando-se as

atribuições técnicas do MDA, pode-se perceber que as ações desenvolvidas pelo Condráf incidem sobre vários temas ligados à busca de uma vida mais saudável para a maioria da população brasileira. Nesse sentido, parte substantiva das atividades realizadas pelo conselho vincula-se ao tema da produção e consumo de alimentos de qualidade e saudáveis, de maneira que contribuam para a segurança alimentar e nutricional da sociedade, e a eliminação da pobreza e da fome nas áreas rurais e urbanas do país.

No entanto, além da melhoria das condições de saúde humana, o tema da alimentação sustentável diz respeito também à saúde dos ecossistemas e das diferentes formas de vida, incluindo o próprio planeta como organismo vivo¹ em constante transformação. Com base nesta perspectiva mais ampla, a produção de alimentos necessita estar alinhada às dinâmicas ecológicas globais, de modo que contribua para a manutenção dos mecanismos de regulação do clima e de preservação da biodiversidade.

Esta breve introdução busca, portanto, revelar a profunda articulação entre os temas saúde e alimentação, e a necessidade de se construir políticas públicas que coordenem e integrem as estratégias de ação desses dois campos de intervenção do Estado. Diante deste cenário, este texto pretende apresentar um subsídio sobre a história do Condráf, destacando sua contribuição para aproximar representantes do Estado e da sociedade civil comprometidos com a implementação de políticas públicas de dinamização dos territórios rurais, da reforma agrária, da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais.

Em 2026, o Condráf realizará sua 3ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (3ª CNDRSS), que tem por objetivo propor uma agenda política para a transformação agroecológica dos Sistemas Agroalimentares. Ao colocar este tema no centro da agenda política da conferência, o Conselho busca avançar na perspectiva da produção de alimentos saudáveis e de qualidade que contribuam, entre outros fatores, com a redução da fome e a melhoria das condições de bem-estar da população, com o desenvolvimento sustentável e os processos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. O texto apresenta, ao final, um breve balanço de seus principais avanços e limitações, e conclui apontando alguns desafios estratégicos para assegurar a continuidade de suas ações.

O PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO E A CRIAÇÃO DOS CONSELHOS DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

De um modo geral, a década de 1990 inaugura um período de profundas mudanças político-institucionais associadas ao processo de democratização da sociedade e do Estado brasileiro, bem como de implementação de uma estratégia de estabilização

macroeconômica que contribuiu para reduzir os impactos negativos provocados pela hiperinflação e pela crise monetária nacional. Em contrapartida, esta mesma década é marcada pela consolidação das organizações da sociedade civil e por mobilizações populares que levaram à conquista de novos direitos.

O processo de democratização da sociedade brasileira, a partir da Constituição de 1988, promoveu um conjunto de avanços na institucionalidade pública, dentre os quais se pode destacar a descentralização político-administrativa, a criação de espaços institucionais de diálogo entre Estado e sociedade civil e o fortalecimento das organizações sociais. Independentemente do formato institucional definido para esses espaços de participação social nas diferentes áreas de atuação setorial e nas diversas esferas de intervenção dos governos (municipal, estadual/distrital e federal), é preciso que se cumpram determinados critérios para a seleção dos atores participantes: i) paridade e diversidade (participação igualitária de todos os setores da sociedade); ii) pluralidade (participação de grupos com visões e condições distintas, em especial os setores mais vulneráveis e historicamente excluídos dos processos de construção de políticas públicas); e iii) representatividade (dirigentes que tenham legitimidade para falar em nome de seus associados). Além disso, é relevante pactuar as regras de funcionamento, objetivos, competências, mecanismos de tomada de decisões e responsabilidades desses conselhos.

Nesse sentido, a formação de conselhos participativos de políticas públicas representou importante conquista democrática, pois são espaços legítimos onde representantes governamentais e da sociedade civil interagem para transformar as demandas sociais em propostas de políticas públicas estratégicas e imediatas com vistas a solucionar problemas enfrentados pela maioria da população brasileira. Com base em uma perspectiva de construção de diálogos e decisões horizontais, os movimentos e organizações sociais passam a assumir um papel de corresponsabilidade pelas políticas governamentais.

Os conselhos participativos de políticas públicas formam plataformas de relacionamento de diferentes atores institucionais e sociais com o objetivo de estabelecer uma agenda de trabalho comum, pautada na formulação, implementação, gestão e avaliação de políticas públicas. Trata-se de instrumentos de participação social que apontam para a democratização do poder político, em particular dos processos de decisão das políticas públicas. Assim, no âmbito de uma sociedade democrática, as experiências de diálogo e construção coletiva desenvolvidas nesses conselhos permitem a ampliação e consolidação da esfera pública, na medida em que facilitam a participação cidadã na definição das alternativas.

Outra característica fundamental dos mecanismos de participação social é a sua capacidade de descentralizar os processos de decisão, buscando adequar a implementação das políticas públicas às condições específicas de cada território e dos grupos sociais que neles vivem. Por isso, a articulação entre os níveis de gestão pública (do local ao

¹ Sobre a “hipótese de Gaia”, consultar James Lovelock (1985; 2000).

nacional) é essencial para que as ações realizadas contemplem a diversidade dos contextos territoriais, sociais e econômicos.

Portanto, no caso específico dos processos participativos de políticas públicas, os sucessivos governos federais, a partir da metade dos anos 1990, estimularam a criação de conselhos setoriais. Ainda que a institucionalização desses espaços tenha assumido diferentes matizes e perspectivas de atuação, de um modo geral, as experiências desenvolvidas permitiram alcançar importantes resultados que serviram para extrair diversas lições e aprendizados. No âmbito das políticas públicas de desenvolvimento rural, compreendendo aqui as políticas de desenvolvimento territorial, reforma agrária, agricultura familiar, segurança alimentar e nutricional, abastecimento, sustentabilidade ambiental etc., o Condraf tem sido um espaço de articulação entre as ações do Estado e as demandas coletivas das representações dos movimentos e organizações sociais vinculadas ao Brasil rural.

HISTÓRICO DO CONDRAF: LINHA DO TEMPO

O Condraf é fruto de um processo de construção político-institucional com importantes antecedentes no período de transição democrática e com a criação de espaços de participação social na gestão das políticas públicas. Inicialmente, em 1996, por meio do Decreto n. 1.946, o governo de Fernando Henrique Cardoso instituiu o Conselho Nacional do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) que, entre seus objetivos, buscava definir diretrizes para o Pronaf e propor adequações na política de crédito para atender as demandas da agricultura familiar.

Esse conselho foi transformado, em 1999, no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural (CNDR) e, nesse momento, se constituiu numa instância vinculada diretamente ao gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Política Fundiária. O CNDR tem as suas funções ampliadas, pois, de acordo com o Decreto n. 3.200, passa a ser responsável pela coordenação, articulação e proposição do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural, a ser elaborado a partir das diretrizes, objetivos e metas referentes às políticas de reforma agrária e de agricultura familiar do governo federal. Este decreto estabelece ainda que essas ações deverão ser articuladas com os Conselhos Estaduais e Municipais de Desenvolvimento Rural, facilitando o processo de descentralização da implementação e gestão dessas políticas.

Posteriormente, em 2001, o CNDR passa por um ajuste institucional e se transforma num órgão colegiado integrante da estrutura do recém-criado Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A composição desse conselho buscava assegurar a participação de representantes de instituições governamentais e de movimentos e organizações da sociedade civil, muito embora a maioria de seus integrantes fossem do governo (16 a 13).

Estas experiências de participação social no debate público sobre a construção das políticas públicas para as áreas rurais do país representaram importantes iniciativas de diálogo entre Estado e sociedade civil, e serviram como um aprendizado coletivo para se avançar na consolidação de mecanismos mais efetivos de participação cidadã na gestão pública.

A mudança no governo federal, a partir da gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, provoca uma alteração mais profunda na formatação do conselho, que, com base no Decreto n. 4.854, passa a ser denominado Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf). Desde então, o Condraf assume uma composição paritária (metade dos membros vinculados ao Estado e metade à sociedade civil) e diversificada, incorporando novos atores sociais (mulheres, juventudes, povos e comunidades tradicionais, povos indígenas etc.). Além disso, do ponto de vista de suas responsabilidades, este conselho assume a função de estabelecer diretrizes na área do desenvolvimento rural, somando-se àquelas relacionadas à reforma agrária e à agricultura familiar. Nesse sentido, como analisa Mattei (2010), as representações do Condraf são chamadas a apoiar a construção de novas políticas públicas de desenvolvimento para os territórios rurais, não se limitando à gestão dos programas existentes.

No período compreendido entre a sua criação (outubro de 2003) e a sua inviabilidade institucional, por meio do Decreto n. 9.186, de 2017, assinado na gestão de Michel Temer, o Condraf se consolidou como um espaço de diálogo político e de incidência dos movimentos e organizações sociais nos processos de elaboração, implementação, gestão e avaliação de diversas políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento rural, à reforma agrária e à agricultura familiar. Nos 13 anos desta fase de sua existência, o Condraf promoveu significativos avanços na sua institucionalização, tais como:

- o aprimoramento dos espaços de debate acerca da diversificação das políticas públicas diferenciadas para a agricultura familiar, bem como de outras políticas e marcos legais, como a Política Nacional de Desenvolvimento Territorial, o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, a Lei da Agricultura Familiar, a Lei da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), a Política Nacional de Abastecimento Alimentar e a proposta do Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos (Pronara);
- o aprofundamento do conhecimento das ações do MDA junto a outros ministérios e instituições públicas federais e vice-versa;
- o fortalecimento das capacidades de intervenção e proposição da representação da sociedade civil;
- a criação de instâncias similares nos planos estadual, distrital, territorial e municipal;
- a apropriação mútua de marcos conceituais, metodologias de trabalho e enfoques;

- a articulação institucional com conselhos afins, em particular com os de segurança alimentar e nutricional (Consea), economia solidária (CNES) e meio ambiente (Conama);
- o intercâmbio de visões, experiências e lições aprendidas das iniciativas inovadoras implementadas pelos movimentos sociais e organizações da sociedade civil;
- a socialização de resultados de projetos de pesquisa e estudos de avaliação de políticas públicas;
- nos debates que facilitaram a elaboração do Projeto de Lei para a criação do Sistema Unificado de Assistência Técnica e Extensão Rural (Suater), em 2024.

Além disso, o Condraf realizou quatro conferências nacionais que contribuíram para a construção de diversas propostas de políticas públicas:

Quadro 1. Conferências Nacionais que contribuíram para a construção de políticas públicas

Ano	Conferência	Descrição
2008	1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (2008)	Elaborou uma proposta de princípios, visão de futuro, objetivos, diretrizes estratégicas, eixos estruturantes e ações prioritárias que conformou a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural, traduzida em um Projeto de Lei apresentado ao Congresso Nacional (Projeto de Lei do Senado n. 258/2010).
2012	1ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural	Aprovou a proposta de criação e estruturação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater) e definiu um conjunto de orientações para a efetivação das ações de ATER.
2013	2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário	2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.
2017	2ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural	Aprovou um documento final em defesa da democracia e da continuidade das políticas de desenvolvimento rural, particularmente, as ações de assistência técnica e extensão rural.

Fonte: os autores, 2025.

É preciso lembrar que esta última conferência foi realizada no ambiente político posterior ao golpe midiático-jurídico-político sofrido pela ex-presidente Dilma Rousseff, em que já se anunciavam significativos retrocessos institucionais no âmbito do governo de Michel Temer. Nesse mesmo ano, o governo federal lança o Decreto n. 9.186 que, na prática, inviabiliza o funcionamento do Condraf, pois elimina inúmeras competências, como, por exemplo, suas responsabilidades perante a elaboração, monitoramento e avaliação das políticas públicas, a proposição de adequações das políticas públicas às demandas sociais de cada região, a ampliação e aperfeiçoamento dos mecanismos de participação e controle social e a convocação de novas conferências nacionais. Posteriormente, no início do governo Jair Bolsonaro, em

maio de 2019, por meio do Decreto n. 9.784 se extinguem 55 órgãos colegiados federais (conselhos, câmaras, comitês, comissões etc.), incluindo o Condraf.

Esta decisão política de desmonte das institucionalidades de participação social das políticas públicas, criadas ao longo das últimas décadas, provocou um enorme retrocesso político.² Some-se a este processo outra estratégia voltada à deslegitimação e desestruturação dos próprios movimentos e organizações da sociedade civil implicados na construção dessas ações de afirmação de direitos, com base na perseguição e criminalização de diversas lideranças e na limitação do repasse de recursos públicos para a implementação de projetos inovadores. A conjugação desses fatores desencadeou diferentes impactos, cujas proporções ainda precisam ser mais bem avaliadas.

Buscando reativar os mecanismos de participação social nas diversas áreas setoriais, uma das primeiras ações do governo Lula, em 2023, foi a promulgação de decretos que estabelecem as condições de funcionamento dos conselhos nacionais. Nesse sentido, o Decreto n. 11.451 recria o Condraf, como órgão colegiado integrante da estrutura do MDA. De acordo com esse decreto, o conselho tem por finalidade “propor diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas estruturantes destinadas ao desenvolvimento rural sustentável, à reforma agrária, à agricultura familiar e ao abastecimento alimentar”.

Além disso, foram definidas as seguintes competências legais: subsidiar a formulação de políticas públicas relativas ao objetivo geral; monitorar e propor adequações nas políticas vigentes; promover a realização de pesquisas e estudos que apoiem a implementação das ações; estimular a ampliação e aperfeiçoamento dos mecanismos de participação popular na gestão das políticas, em todos os níveis de atuação dos governos; subsidiar as ações da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater) e convocar, a cada quatro anos, a Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CNDRSS) e a Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Cnater).

Nesse novo formato, o Condraf é composto por 68 membros, sendo 32 representantes das instituições governamentais e 36 representantes dos movimentos e organizações sociais vinculadas à diversidade dos segmentos sociais pertencentes às chamadas “populações do campo, das águas e das florestas”, nelas incluídas a agricultura familiar, os assentados da reforma agrária, os assalariados rurais, as populações indígenas e os povos e comunidades tradicionais. Ademais, nessa composição interna o Condraf assegura o direito à paridade de gênero e à participação mínima de 30% de pessoas de origem preta, parda ou indígena. Este decreto estabelece ainda que o plenário do Condraf deve reunir-se, ordinariamente, a cada três meses.

² Sobre o tema, consultar os diversos artigos organizados por Gomide *et al.* (2023).

Atualmente, sua estrutura funcional possui uma secretaria executiva que, entre suas competências, deve assessorar o Conselho, por meio de orientações ao planejamento e à execução das atividades, e da análise e encaminhamento das propostas e recomendações aprovadas pelo plenário, além de manter uma comunicação fluida com a estrutura descentralizada dos conselhos, nos diferentes níveis, e com os 17 comitês permanentes.³ Estes espaços formam instâncias intermediárias de apoio e têm por objetivo subsidiar as ações do plenário, apresentando avaliações e propostas de ação para serem analisadas, debatidas e aprovadas pelos conselheiros.

Quadro 2. Comitês Permanentes – CPs do Condraf

N.	Comitês Permanentes – CPs
1	CP de Mulheres Rurais
2	CP de Agroecologia
3	CP de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater)
4	CP de Promoção de Políticas Públicas para as Juventudes do Campo, das Águas e das Florestas – CPJUV
5	CP Cooperativismo, Agroindústria e Inclusão Sanitária
6	CP de Abastecimento, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
7	CP de Assuntos Internacionais
8	CP de Crédito e Financiamento à Agricultura Familiar
9	CP de Acompanhamento e Aperfeiçoamento do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF)
10	CP de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
11	CP de Desenvolvimento Territorial
12	CP de Pesquisa e Inovação
13	CP de Emergência Climática
14	CP de Construção da Paz no Campo, nas Águas e nas Florestas
15	CP de Monitoramento e Articulação de Recursos
16	CP de Educação, Cultura e Arte
17	CP de Reforma Agrária e Governança Fundiária

Fonte: os autores, 2025.

Nesse período de retomada dos trabalhos, a agenda do Condraf se concentrou nos temas relacionados à reestruturação de suas atribuições (regimento interno) e na discussão em torno de algumas políticas em processo de reconstrução. Recentemente, o plenário do Condraf convocou para outubro de 2025 a realização da 3ª CNDRSS,

com o objetivo de elaborar uma agenda política que contribua para a transformação agroecológica dos Sistemas Agroalimentares e do Brasil Rural.

É preciso esclarecer que esta noção de Brasil Rural delimita o contexto geral da ação e incorpora uma concepção multidimensional da ruralidade, compreendendo-a como um espaço de vida, trabalho e cultura, um espaço social vivo, em constante renovação, um espaço de produção e consumo, um espaço de construção e afirmação da cidadania e dos direitos.

Trata-se de um espaço onde interagem diferentes sujeitos sociais, onde se desenvolvem diferentes tipos de experiências e intercâmbios de práticas e de conhecimentos, onde emergem processos e dinâmicas potencializadoras de transformação, onde estruturas e sistemas se reordenam, e onde projetos de futuro são disputados permanentemente. Os territórios são vistos hoje como espaços de responsabilidade com o planeta e a vida, que ocupam um lugar central para viabilizar as soluções necessárias para grande parte dos desafios contemporâneos.

Por fim, a perspectiva de um Brasil rural vai além do setor agrícola e da diversidade dos povos do campo, das águas e das florestas, pois abrange também as pequenas cidades que têm a sua dinâmica de funcionamento determinada pelas atividades realizadas nas zonas rurais.

Nesse sentido, o fortalecimento da coesão social dos territórios passa por um processo de ampliação dos diálogos e integração dos temas da agenda política, bem como por uma recomposição das alianças políticas e redes de cooperação necessárias para impulsionar esta estratégia de ação.

A IMPORTÂNCIA DAS CONFERÊNCIAS NACIONAIS DO CONDRAF PARA A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A principal instância de debates e deliberações de propostas dos conselhos participativos são as conferências nacionais, pois permitem um amplo processo de participação social e de construção de propostas para as políticas públicas alinhadas com o tema central definido para a discussão coletiva. Trata-se de uma dinâmica organizativa que envolve dezenas de milhares de participantes em todas as etapas das conferências preparatórias (municipais, intermunicipais, territoriais, estaduais e distrital, setoriais e temáticas).

Como apontado anteriormente, entre 2008 e 2017, o Condraf realizou quatro conferências nacionais que serão analisadas em mais detalhes a seguir.

³ Consultar a página www.gov.br/mda/pt-br/condraf/conselho/comites para identificar as responsabilidades de cada comitê.

1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (1ª CNDRSS) – 2008

Realizada em Olinda, no ano de 2008, a 1ª CNDRSS representou um grande evento público que contou com a participação de mais de 1.500 pessoas, sendo 1.207 delegados(as) eleitos(as) nas etapas preparatórias. A representação da sociedade civil alcançou dois terços do número total de delegados(as) e foi formada em sua grande maioria por agricultores(as) familiares, assentados(as), quilombolas, jovens, povos indígenas, agroextrativistas, pescadores(as) artesanais, empreendedores(as) solidários, agentes de saúde e professores(as). Somente 20% dos integrantes da sociedade civil foram ocupados por representantes de redes temáticas, organizações não-governamentais de assessoria e cooperativas de técnicos. As instituições governamentais das esferas municipais, estaduais, distrital e federal estavam representadas por um terço dos(as) delegados(as). Destaca-se que mais de 40% do total de participantes eram mulheres.

O objetivo geral desta primeira conferência buscou “formular uma Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Meio Rural que contemple as diversidades sociais e regionais do país” (Condraf/MDA, 2008). Por sua vez, o tema “Por um Brasil Rural com Gente: sustentabilidade, inclusão, diversidade, igualdade e solidariedade” norteou os debates realizados. Além disso, é preciso resgatar que toda a conferência foi construída a partir de uma pergunta orientadora: qual o lugar do rural no desenvolvimento nacional?

Essa conferência foi precedida de dois eventos nacionais que desempenharam uma significativa contribuição para o acúmulo do conselho na discussão do desenvolvimento rural: o Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, realizado em Brasília, no ano de 2005; e a Plenária Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, realizada em Porto Alegre, no ano de 2006. Ambos os encontros serviram de referência para a construção de conceitos, avaliações e sugestões que foram incorporadas ao documento-base apresentado para o debate nas etapas preliminares da conferência.

Além das 230 conferências municipais, intermunicipais e territoriais, e das 27 conferências estaduais e distrital, foram realizados também dois eventos setoriais (mulheres rurais e quilombolas) e um temático (cooperativismo solidário na dinamização econômica dos territórios rurais). Esses eventos preparatórios reuniram mais de 21 mil pessoas.

A 1ª CNDRSS discutiu os aspectos centrais do “Brasil Rural que Temos” e do “Brasil Rural que Queremos” e apresentou propostas de ação em quatro eixos temáticos: 1) desenvolvimento socioeconômico e ambiental; 2) reforma agrária e acesso aos recursos ambientais; 3) qualidade de vida no Brasil Rural; e 4) participação política e organização social.

De acordo com a sistematização apresentada no documento final, a conferência “afirmou uma nova visão sobre o desenvolvimento rural e indicou rumos, orientações e posicionamentos sobre os desafios para a construção de um projeto de futuro para o Brasil rural que seja parte de um projeto de desenvolvimento nacional” (Condraf, 2008, p. 52).

Com base nessas propostas aprovadas pela plenária final da conferência, foi elaborada e aprovada pelo pleno do Condraf a proposta da Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR) (Condraf, 2010). A proposta apresenta, resumidamente, os seguintes pontos: princípios, visão de futuro, objetivos, diretrizes estratégicas, eixos estruturantes e ações prioritárias, arranjo institucional e gestão social, marco legal e sistemas de financiamento. Na sequência, aproveitando as brechas da conjuntura política, o documento foi traduzido por meio do Projeto de Lei (PL do Senado n. 258/2010), que institui a PDBR, apresentado ao Congresso Nacional e encontra-se na Câmara dos Deputados, em caráter conclusivo, desde 2017.

1ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (1ª Cnater) – 2012

A 1ª Cnater foi realizada em um contexto em que os atores institucionais e sociais estavam debatendo a reestruturação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), no intuito de criar um Sistema Nacional de Ater, integrando as instituições governamentais responsáveis pelo serviço, bem como as organizações da sociedade civil e os movimentos sociais que possuam qualificações técnicas para prestar atividades na área. O objetivo programado para a 1ª Cnater foi o de propor diretrizes, estratégias e prioridades para o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pro-nater), instrumento que orienta a Política Nacional de Ater (Pnater).

A 1ª Cnater, realizada em Brasília entre 23 e 26 de abril de 2012, representou um importante marco para a agricultura familiar brasileira ao destacar o papel estratégico da Ater no desenvolvimento rural sustentável. O evento, que contou com a participação de aproximadamente 40 mil pessoas em suas etapas preparatórias, reuniu 989 delegados na etapa nacional, incluindo agricultores familiares, técnicos, gestores públicos e representantes de movimentos sociais, demonstrando o caráter plural e democrático da iniciativa.

Seus debates foram organizados em eixos centrais como: a garantia de recursos financeiros adequados; a melhoria da qualidade dos serviços técnicos; o reconhecimento das diversidades no campo, com atenção especial a mulheres, jovens, povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais; o incentivo à agroecologia e à produção de

alimentos saudáveis; e a construção de um Sistema Nacional de Ater integrado às políticas de desenvolvimento rural.

Ao final, a 1ª Cnater aprovou a proposta de criação e estruturação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater) e definiu um conjunto de orientações para a efetivação das ações de Ater. Como recomendações, foram aprovadas também algumas orientações importantes: i) o modelo de gestão da política de Ater deve ser federativo, articulado, integrado e participativo; ii) a definição de estratégias de qualificação e formação continuada dos profissionais de Ater para ampliar os quadros técnicos deve ser baseada nos princípios, práticas e métodos da agroecologia e em uma abordagem participativa; iii) os serviços de Ater devem estar destinados a promover formas de produção e meios de vida sustentáveis na agricultura familiar.

Nos anos seguintes à conferência, parte de suas propostas se transformaram em conquistas concretas. Houve significativa ampliação do orçamento destinado à Ater e maior integração com outras políticas públicas para a agricultura familiar. Os técnicos de Ater passaram a atuar de forma ainda mais ativa e integrada na elaboração de projetos e no acompanhamento de programas como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). A atuação dos agentes de Ater no âmbito do Programa Brasil Sem Miséria foi particularmente relevante, contribuindo naquele período para retirar da extrema pobreza cerca de 250 mil famílias.

A articulação entre a Ater e o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) trouxe avanços significativos na promoção da produção de alimentos saudáveis. Foram criadas Chamadas de Ater específicas para agroecologia, e a implementação da Política Setorial de Ater para Mulheres estabeleceu diretrizes importantes, como a determinação de que no mínimo 50% dos beneficiários fossem mulheres, que 30% dos extensionistas nas equipes de campo fossem do sexo feminino e que 30% dos recursos fossem destinados a atividades específicas com agricultoras. Além disso, a obrigatoriedade de espaços de recreação infantil durante as atividades permitiu a participação efetiva das mulheres mães agricultoras.

Paralelamente, houve uma expressiva ampliação das chamadas públicas voltadas para públicos específicos, como jovens, indígenas, pescadores artesanais e quilombolas, assim como para diferentes biomas e cadeias produtivas. Em 2013, a criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater) representou um importante passo na institucionalização da política de Ater no país.

Esses avanços demonstraram como a assistência técnica qualificada transcende a mera transferência de tecnologias para uma política multidimensional, que combina inclusão produtiva, sustentabilidade ambiental e justiça social. A 1ª Cnater demarcou

a visão da Ater como ferramenta decisiva para reduzir desigualdades e promover a soberania alimentar e econômica para a agricultura familiar brasileira.

2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (2ª CNDRSS) – 2013

A 2ª CNDRSS foi realizada em 2013 e teve por objetivo geral construir de maneira participativa o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS), materializando concepções, princípios e diretrizes estratégicas apresentadas na Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR), e indicando metas de curto, médio e longo prazos (com projeção até 2030). O PNDRSS foi considerado como um instrumento estratégico para o planejamento das ações políticas a serem executadas pelo governo federal, com o apoio das organizações da sociedade civil.

O tema desta conferência – “Por um Brasil Rural com Gente do Jeito que a Gente Quer” – norteou a definição dos sete eixos temáticos:

1. desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil rural e fortalecimento da agricultura familiar;
2. reforma agrária e democratização do acesso à terra e aos recursos naturais;
3. abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e promoção da qualidade de vida;
4. gestão e participação social;
5. autonomia das mulheres rurais;
6. autonomia e emancipação da juventude rural; e,
7. promoção do etnodesenvolvimento.

A etapa nacional foi precedida por 414 conferências territoriais, intermunicipais e municipais; 26 conferências estaduais e uma distrital; oito conferências temáticas ou setoriais; quatro conferências livres; e 14 plenárias preparatórias de mulheres rurais, totalizando 468 eventos, que ocorreram em todo o país, entre os meses de maio e outubro de 2013.

Participaram, em todas as etapas, 42.835 representantes da agricultura familiar, dos assentamentos da reforma agrária, das mulheres rurais, dos povos e comunidades tradicionais, das juventudes rurais, além de gestores e gestoras públicas.

Nessa conferência foi possível assegurar a paridade de gênero, já que se contou com a participação de 50% de mulheres como delegadas do evento. No caso da juventude, 25% do total de delegados à etapa nacional foram representantes desse segmento, pois sua participação é de fundamental importância para os debates sobre os temas vinculados à sucessão rural e à inovação. Além disso, a conferência contou com uma significativa

participação de delegados(as) representantes da diversidade dos povos e comunidades tradicionais.

A participação expressiva de mulheres, juventude rural e dos segmentos sociais pertencentes aos povos e comunidades tradicionais no processo da conferência não representou apenas uma ampliação numérica dessas representações. Acima de tudo, significou a incorporação e a afirmação das pautas políticas desses atores sociais na agenda estratégica do MDA, de forma a garantir suas especificidades nas políticas públicas vinculadas à pasta ministerial (Condraf, s.d., p. 31).

As propostas aprovadas durante a Plenária Final da conferência subsidiaram a posterior formulação do 1º PNDRSS, que se constitui em uma matriz de planejamento com 5 objetivos estratégicos, 35 estratégias de ação e 322 ações prioritárias, além da definição de metas e de responsáveis para cada iniciativa priorizada. De forma complementar, o 1º PNDRSS estabelece também uma estratégia de gestão, contemplando as dimensões da gestão social, da gestão executiva e da gestão estadual e territorial do referido plano.

Posteriormente à construção do 1º PNDRSS, verificou-se uma dificuldade para se garantir a operacionalização dos instrumentos de monitoramento e avaliação das políticas públicas, pois inexistia um mecanismo interinstitucional para facilitar um acompanhamento permanente da execução das ações.

2ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (2ª Cnater) – 2017

A 2ª Cnater teve o início de suas etapas em setembro de 2015, com o objetivo geral de definir estratégias e ações prioritárias para a promoção e universalização da Ater pública e de qualidade aos agricultores e agricultoras familiares do Brasil. As proposições vindas dos delegados e delegadas nasceram das provocações do Documento de Referência, originadas por sua vez de um balanço da 1ª Cnater e seus resultados e da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). Os balizadores desse balanço foram o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (PNDRSS) e o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo).

O lema “Ater, agroecologia e alimentos saudáveis” foi desenvolvido por meio dos seguintes eixos:

Eixo 1 – Sistema Nacional de Ater – Fortalecimento Institucional, Estruturação, Gestão, Financiamento e Participação Social.

Eixo 2 – Ater e Políticas Públicas para a Agricultura Familiar.

Eixo 3 – Formação e construção de conhecimentos na Ater.

E os eixos transversais:

Eixo A – Ater para as mulheres rurais.

Eixo B – Ater para a juventude rural.

Eixo C – Ater para povos e comunidades tradicionais.

A Conferência mobilizou em suas etapas preparatórias 39.447 pessoas em 562 conferências, sendo 240 municipais, 286 territoriais, 27 estaduais e uma distrital, 4 temáticas estaduais e 5 nacionais. As delegações tiveram cotas obrigatórias de 1/3 de poder público e 2/3 da sociedade civil, além de, no mínimo, 50% de mulheres, 20% de jovens e 20% de representantes dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Entre os dias 30 de maio a 3 de junho de 2016 aconteceu a etapa nacional, em Brasília, onde foram priorizadas 30 propostas estruturantes dos desejos para o futuro da Ater.

A programação estabelecida pelo Condraf aconteceu conforme o previsto pela organização, porém em um contexto ímpar: no dia 12 de maio o Ministério do Desenvolvimento Agrário foi extinto, logo após o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff.

Diante desse cenário, a sociedade civil tomou a presidência da etapa e coordenou seus trabalhos, sendo um marco na participação popular e na resistência ao início de um tempo sombrio não apenas para as políticas públicas do Brasil Rural, mas para toda a nação.

Notas para um balanço das conferências realizadas

Uma breve análise sobre o significado dessas quatro conferências, anteriormente promovidas pelo Condraf, mostra que elas funcionam como espaços de encontro da diversidade do Brasil Rural, reunindo a representação dos diferentes segmentos sociais autodenominados “povos do campo, das águas e das florestas”, respondendo às demandas colocadas em cada conjuntura política. A realização dessas conferências produziu consensos e documentos que representaram o acúmulo das discussões travadas em cada contexto específico.

As resoluções aprovadas nessas conferências continuam servindo de referência para os movimentos e organizações sociais, bem como para a elaboração, aprimoramento e gestão das políticas públicas, que as incorporam na medida das possibilidades de implementação e das capacidades de incidência das mobilizações sociais. Além disso, no caso específico da política de assistência técnica e extensão rural, a 1ª Cnater serviu como um instrumento político para criar as condições para a institucionalização da Anater.

3ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (3ª CNDRSS) – 2026

Após a reativação do processo de reconstrução do Condraf, iniciado em 2023, tomou-se a decisão de realizar a 3ª CNDRSS no final de 2025. A etapa nacional da

conferência, programada para se realizar em Brasília, é precedida de conferências municipais, intermunicipais, territoriais, estaduais e distrital, além de outras conferências temáticas, setoriais, digitais e livres.

O tema aglutinador selecionado para orientar e aprofundar os debates a serem travados durante o processo da conferência é: “Uma agenda política de transformação agroecológica para o Brasil Rural”. Este tema será usado como base para criar uma estratégia que subsidie as ações futuras do governo federal e das organizações da sociedade civil. A partir desta definição temática orientadora, se estabeleceu como objetivo geral a construção de uma agenda política estratégica que responda aos desafios estruturais da transformação agroecológica dos Sistemas Alimentares e do Brasil Rural.

Esse objetivo define uma perspectiva de médio e longo prazo que requer uma transformação profunda da ruralidade e das formas de organização da vida econômica e social nesses espaços, em particular dos Sistemas Agroalimentares, cujo sentido deve respeitar os princípios da agroecologia. A adoção desses princípios é entendida aqui em uma perspectiva mais ampla que não se restringe à agricultura. A agroecologia representa um projeto político de transformação ecológica que abarca diversas dimensões:

- social (novas relações sociais, segurança alimentar e nutricional, consumo responsável, independência e autonomia das famílias, em particular das mulheres, fortalecimento das juventudes rurais, igualdade étnico-racial, valorização dos saberes das populações tradicionais, incorporação de práticas de conservação ecológica nos sistemas sociais etc.);
- ambiental (formas sustentáveis de relacionamento com a natureza, respeito aos ecossistemas e à biodiversidade, manejo preventivo de enfermidades, estabilidade dos recursos naturais, diminuição das contaminações etc.);
- energética (produção e uso de fontes de energias renováveis nos processos econômicos, descarbonização da economia e da vida social);
- tecnológica (geração de novas tecnologias com baixa emissão de gases de efeito estufa ou que capturam o carbono da atmosfera);
- econômica (melhoria da renda familiar, dinamização da economia local, reestruturação dos Sistemas Agroalimentares e das demais estruturas econômicas, maior aproximação entre campo e cidade, seja pelo encurtamento das distâncias percorridas pelos produtos agropecuários até o consumidor final, seja por meio da intensificação dos intercâmbios e do fortalecimento da coesão social territorial);
- política (soberania, incentivo à participação cidadã na construção de políticas públicas e organização popular);

- cultural (princípios e valores de vida, conservação de técnicas e saberes tradicionais, valorização dos alimentos regionais e da gastronomia local); e,
- territorial (reconhecimento das diversidades e especificidades do Brasil rural, proteção dos territórios pertencentes aos povos e comunidades tradicionais).

Adicionalmente, foram definidos cinco eixos temáticos que agrupam a diversidade de temas envolvidos nesse debate:

1. papel do Brasil Rural como resposta à crise climática e às demais crises globais;
2. transformação agroecológica dos Sistemas Alimentares e do Brasil Rural;
3. democratização do acesso ao território, à terra e à água;
4. direitos sociais e Bem Viver;
5. Estado, participação popular e políticas públicas para o Brasil Rural.

Para assegurar que as proposições contemplem todos os segmentos sociais envolvidos nos processos de desenvolvimento, foram estabelecidos três temas transversais:

1. autonomia das mulheres rurais;
2. autonomia e emancipação das juventudes rurais; e,
3. promoção do etnodesenvolvimento dos povos e comunidades tradicionais.

A conferência pretende, entre outros aspectos, aprovar uma agenda política de cunho estratégico que aponte os caminhos para uma ação política transformadora. Trata-se de um instrumento estratégico e unificador das diferentes pautas políticas elaboradas tanto pelas instituições governamentais como pelos movimentos sociais, organizações da sociedade civil e redes temáticas. A agenda deve refletir as principais demandas (ecológicas, ambientais, sociais, econômicas, tecnológicas, políticas e culturais) do Brasil Rural e orientar o planejamento das ações a serem executadas pelo Estado em suas diferentes esferas e pelas próprias organizações da sociedade civil, de maneira que os problemas priorizados possam ser solucionados.

Nesse sentido, a agenda é temporária, pois tem um prazo de validade que é condicionado pelo rumo das transformações da sociedade e do Estado, ou seja, é válida em um determinado contexto temporal e espacial. É importante destacar ainda que uma agenda política unificadora estabelece princípios, compromissos e uma lista de diretrizes estratégicas capazes de orientar a ação futura do Estado e da sociedade civil.

Na atual conjuntura política, com o progressivo avanço de forças políticas conservadoras e autoritárias, e, conseqüentemente, com a concepção de negação dos direitos legitimamente conquistados, a unificação das pautas políticas democráticas torna-se um

instrumento de luta muito poderoso. Portanto, a identificação desse contexto adverso para a construção de novas políticas públicas exige uma repactuação da agenda política dos setores comprometidos com um Brasil Rural sustentável, resiliente, equitativo, justo e democrático.

De um modo geral, os diálogos da conferência devem levar à aprovação de proposições que:

1. ajustem as estratégias de desenvolvimento socioeconômico às orientações para a superação das crises globais, em particular aquelas relacionadas às mudanças climáticas, ao esgotamento da matriz energética e à persistência da fome e das desigualdades sociais, enfatizando a reestruturação dos sistemas econômicos e sociais aos princípios ecológicos de sustentabilidade;
2. promovam a transformação agroecológica dos Sistemas Agroalimentares e a reconfiguração espacial e funcional do Brasil Rural, com base na implementação de políticas de estímulo à produção, beneficiamento, transformação, comercialização, abastecimento e consumo local de alimentos nutritivos, saudáveis e sustentáveis que garantam a soberania e segurança alimentar e nutricional, a consolidação de uma economia popular e solidária e a ampliação das oportunidades de inclusão social e produtiva;
3. assegurem na prática o direito de acesso aos territórios originários, à terra, à água e à biodiversidade, reduzindo-se os conflitos agrários e os processos de expropriação, expulsão e migração forçada das populações mais vulneráveis e tradicionais;
4. garantam o acesso efetivo aos direitos sociais básicos, assegurando melhorias nas estruturas físicas e no atendimento dos serviços públicos voltados ao bem-estar das populações rurais (educação, saúde, habitação, lazer) e na oferta de infraestruturas (estradas, vias secundárias, centros de armazenamento, eletrificação rural, conectividade digital);
5. implementem medidas de reestruturação e coordenação das políticas de Estado, bem como de operacionalização de novos mecanismos e instrumentos de planejamento e governança territorial com enfoque na gestão participativa das políticas públicas, em todos os níveis de governo.

Permeando transversalmente essas ações, as propostas deverão apontar para a valorização da autonomia e o empoderamento e protagonismo dos setores mais vulneráveis da população rural, com ênfase especial para as mulheres, as juventudes rurais e os povos e comunidades tradicionais. Assim, é possível abordar os temas estratégicos considerando as características específicas desses segmentos sociais.

AVANÇOS, LIMITAÇÕES E DESAFIOS ATUAIS

Considerando o histórico do Condraf e a importância de suas atividades, em particular das quatro Conferências Nacionais, faz-se necessário elencar alguns avanços, limitações e desafios atuais desse processo, compreendendo que esses aspectos não são lineares, pois estão intimamente relacionados aos movimentos políticos da sociedade brasileira.

Avanços

O Condraf, como parte integrante do sistema de instâncias colegiadas de participação social das políticas públicas vinculadas ao governo federal, tem contribuído com o fortalecimento das capacidades de diálogo e relacionamento do Estado tanto com as organizações da sociedade civil quanto com os demais governos subnacionais. Uma ampla rede de instâncias de participação cidadã foi criada até 2016 e, nesse momento, há esforços para reconstruí-la institucionalmente, tendo em vista o desmonte institucional provocado pelos governos Temer e Bolsonaro.

Apesar das discontinuidades políticas, o Condraf tem se caracterizado como um instrumento adicional à construção de uma agenda política de desenvolvimento rural sustentável, em suas diferentes dimensões, e às iniciativas de intercâmbio de experiências de implementação das políticas públicas. Os diálogos políticos realizados e a definição de pontos de convergência sobre os temas debatidos foram fundamentais para ampliar o posicionamento institucional de determinadas políticas públicas no âmbito do governo federal, dando maior legitimidade e visibilidade à sua execução.

Ao longo de sua trajetória de existência, a representação social nesse conselho foi sendo ampliada não só numericamente, mas principalmente devido ao trabalho de diversificação progressiva da participação de diferentes segmentos da sociedade, na medida em que houve uma incorporação de novos atores sociais na composição política do Conselho. Este elemento alarga a representatividade social e regional das demandas coletivas, promovendo maior legitimidade às decisões tomadas pelo plenário. Uma dessas medidas visa, de um lado, assegurar a paridade de gênero na representação geral do conselho e dos eventos por ele convocados, buscando equiparar a participação de homens e mulheres; de outro lado, tem-se estabelecido critérios mínimos para a inserção das juventudes rurais e dos povos e comunidades tradicionais, de maneira que se ampliem suas condições de empoderamento.

Além de buscar ampliar a participação dos diferentes segmentos sociais, os trabalhos realizados nesse período contribuíram também para estabelecer determinadas regras do jogo que fortaleceram as capacidades de incidência política dos movimentos e organizações sociais na construção e gestão das políticas públicas, com destaque

para os atores sociais mais vulneráveis e historicamente excluídos dos processos de decisão política.

Outro avanço relevante promovido pela dinâmica do Condraf foi o aprofundamento de princípios (democracia, inclusão, diversidade, soberania, equidade, solidariedade), marcos conceituais (desenvolvimento sustentável, agricultura familiar, desenvolvimento territorial rural, ruralidade, segurança alimentar e nutricional, sistemas alimentares) e enfoques inovadores (sustentabilidade, territorial, gênero, geracional, direitos) que contribuíram para o reconhecimento da diversidade dos atores sociais, da heterogeneidade das configurações territoriais e, conseqüentemente, da necessidade de diversificar e adequar as políticas públicas a cada contexto específico.

Limitações

Dentre as limitações verificadas nesse processo, podem ser mencionadas as seguintes restrições institucionais. Em primeiro lugar, é preciso assinalar que o Condraf é um conselho de caráter consultivo, o que significa que suas decisões internas não possuem as competências legais para que sejam adotadas pelas instituições governamentais. Além disso, sua estrutura funcional não está garantida em lei e tampouco se vincula a um sistema nacional de política pública, o que poderia lhe conferir estabilidade institucional e facilitar a sua preservação, independentemente das vontades políticas do governo vigente.

Em segundo lugar, é preciso reconhecer também que o período 2016-2022 foi marcado por um discurso político de acentuação do ódio, da intolerância e da discriminação contra determinados grupos sociais, e pela supressão dos espaços compartilhados de diálogo entre Estado e sociedade. Esses fatores provocaram uma retração dos processos de organização e mobilização da sociedade civil e, por conseguinte, à desestruturação das dinâmicas de incidência política nas instâncias de poder.

Além disso, diferentemente do contexto predominante até o golpe midiático-jurídico-parlamentar de 2016, que destituiu a presidenta Dilma Rousseff, o atual cenário político, marcado pela exacerbação da polarização política, encontra barreiras para a incorporação de práticas político-institucionais descentralizadas e participativas, pois uma parcela significativa dos governos de estado e das prefeituras não aceitam a existência de mecanismos de participação e controle social das políticas públicas.

Por fim, os impactos gerados pelas discontinuidades desencadeadas durante esse interregno político deixaram marcas tão profundas na cultura política nacional que a rearticulação e a retomada das atividades dos conselhos, nos mais diversos níveis (municipal, territorial, estadual/distrital e nacional), encontram diversas dificuldades. Nesse sentido, a reestruturação dos conselhos exige um processo de fortalecimento de

capacidades, uma vez que, de um modo geral, houve uma renovação dos gestores públicos, das lideranças dos movimentos sociais e dos quadros técnicos das organizações da sociedade civil e redes temáticas.

Desafios

A complexidade do atual contexto ambiental, social, econômico, político e cultural impõe uma diversidade de desafios para os processos de participação e controle social das políticas públicas associadas ao desenvolvimento sustentável dos territórios rurais do país.

Um desafio de caráter mais estrutural e estratégico está relacionado à necessidade de se avaliar o desempenho das atuais políticas públicas para identificar se esses instrumentos respondem à realidade contemporânea ou, caso sejam considerados insuficientes, se precisam ser readequados ou mesmo se requerem a construção de uma nova geração de políticas públicas com um arranjo institucional de maior articulação e coordenação política entre setores, níveis de governo e atores sociais. De acordo com essa visão, é preciso construir uma agenda política democrática, com uma visão estratégica e transformadora, que promova a transição agroecológica dos Sistemas Agroalimentares e uma profunda reconfiguração dos espaços rurais do país.

A partir do aprofundamento dos diálogos participativos entre Estado e sociedade civil, essa agenda deve ser capaz de mobilizar um amplo leque de forças sociais interessadas e comprometidas com a aprovação e implementação de uma política nacional de desenvolvimento do Brasil Rural baseada em um enfoque agroecológico. Ademais, as diretrizes estabelecidas nessa agenda precisam ser orientadas pelo enfrentamento das múltiplas crises que afetam o mundo rural, com destaque para os efeitos das mudanças climáticas, o esgotamento da matriz energética, a crise alimentar, a eliminação da fome e a redução das desigualdades sociais e regionais.

Do ponto de vista do fortalecimento institucional, o Condraf necessita ampliar os laços de articulação institucional tanto no plano horizontal (ministérios, instituições governamentais e conselhos afins) quanto vertical (governos e conselhos subnacionais, colegiados territoriais). O resgate do relacionamento contínuo com os Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável ou equivalentes – os Colegiados Territoriais, os Consórcios Intermunicipais, entre outras formas de participação social – representa um passo fundamental para a retomada dos mecanismos de governança multiescalar e interinstitucional.

Buscando ampliar sua incidência política nas esferas de poder político, o Condraf necessita criar e implementar um programa de fortalecimento de capacidades para o conjunto dos(as) conselheiros(as), nos diversos níveis de ação do Estado, focado principalmente no tema da proposição de políticas públicas alinhadas à agenda global e nacional.

Por último, mas não menos importante, uma melhor compreensão a respeito do significado das realidades vividas nos espaços rurais nacionais coloca como demanda central a retomada das articulações com universidades e centros de pesquisa, com a finalidade de aprofundar os conhecimentos sobre a situação atual, bem como sobre as tendências, perspectivas e desafios do Brasil Rural contemporâneo no marco das crises globais acima referidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de democratização da sociedade brasileira avançou em direções ambíguas que revelam permanências de estruturas sociais enraizadas em formas de desigualdade e, ao mesmo tempo, experiências coletivas que apontam para inovações institucionais de aproximação entre Estado e sociedade civil.

Uma dessas iniciativas criativas, construídas nas últimas décadas, foram os conselhos de participação social de políticas públicas, tanto os de caráter setorial como intersetorial. O Condraf, apesar de estar ancorado no MDA, se constituiu, na prática, como um conselho transversal, na medida em que necessita articular ações de uma diversidade de instituições governamentais comprometidas com as políticas destinadas ao “desenvolvimento rural sustentável”. Nesse sentido, suas demandas não se restringem ao setor agrícola e, portanto, abarcam ações de outras importantes áreas de atuação do Estado (Fazenda, Planejamento, Meio Ambiente, Economia Solidária, Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Regional, Educação, Saúde etc.), uma vez que se trata de construir a multidimensionalidade do desenvolvimento do Brasil Rural.

O Condraf, assim como outros conselhos de participação social, tem se mostrado uma importante arena política de articulação entre Estado e sociedade civil. Trata-se de um espaço institucional de diálogo político e de intercâmbio de práticas, projetos e políticas que contribuem para a construção de uma agenda democrática e participativa de políticas públicas. Essas experiências serviram também para que o Condraf se convertesse em um espaço privilegiado de encontro da diversidade dos movimentos sociais e das organizações sociais de apoio e assessoria técnica aos chamados “povos do campo, das águas e das florestas”.

Em diversos momentos de sua trajetória de construção, esse conselho desempenhou um relevante papel no aprofundamento de diversos conceitos, enfoques e propostas políticas que, progressivamente, foram ganhando espaços de visibilidade política e passaram a ser incorporados na agenda política do desenvolvimento rural sustentável. Nesta trajetória de quase 30 anos de existência, o Condraf, portanto, tem servido como um espaço de afirmação de direitos e de consolidação de temas fundamentais para a sociedade brasileira como, por exemplo, o desenvolvimento dos territórios rurais, a

reforma agrária, a agricultura familiar, a dinâmica de funcionamento dos Sistemas Agroalimentares, o papel das mulheres e das juventudes rurais, a segurança alimentar e nutricional, a transição agroecológica, a inclusão social e produtiva, a eliminação da fome e da pobreza, a melhoria das condições de saúde da população e a redução das desigualdades sociais.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf). Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Política de desenvolvimento do Brasil rural. Brasília, 2010.
- BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf). Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. Por um Brasil Rural com Gente. Relatório final. Brasília, 2008.
- GOMIDE, A. de A. *et al.* (eds.) Desmonte e Reconfiguração de Políticas Públicas 2016-2022. Brasília, Ipea-INCT/PPED, 2023.
- IPEA. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável na visão de seus conselheiros. Relatório de pesquisa. Brasília: Ipea, 2012.
- LOVELOCK, J. E. Gaia, una nueva visión de la vida sobre la Tierra. Barcelona: Ediciones Orbis, 1985.
- LOVELOCK, J. E. Gaia: Alerta Final. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2020.
- MATTEI, L. Institucionalidade e protagonismo político: os 10 anos do Condraf. 2 ed. Brasília: MDA/Condraf, 2010.

PARTE II

RELATOS DE EXPERIÊNCIAS TÉCNICAS E
POPULARES EM DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E
AGRICULTURA FAMILIAR NA PROMOÇÃO DA SAÚDE
E DE SISTEMAS AGROALIMENTARES SAUDÁVEIS,
SUSTENTÁVEIS E JUSTOS

SEÇÃO 1: AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA



Os relatos desta seção tratam, em especial, de financiamento e proteção da produção na agricultura familiar, cooperativismo de crédito, microcrédito e economia solidária. Destacam-se os trabalhos que valorizaram as experiências em pesquisa, inovação e uso de bioinsumos, bem como a abordagem de temas como biocombustíveis, energias renováveis, assistência técnica e extensão rural, transição agroecológica, sistemas agroflorestais, agricultura urbana e a inclusão social de povos e comunidades tradicionais.

“Ao integrar conceitos de gestão de resíduos e princípios agroecológicos, o projeto “Baldinho do Bem” se destaca como uma abordagem inovadora, contribuindo para a construção de sistemas agroalimentares mais saudáveis, sustentáveis e justos.”

(Guimaraes, Amaral e Costa, 2024)



1. Bio Serra Mix

Claudemir Pereira Brito

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta os benefícios da produção de alimentos por pequenos produtores rurais utilizando biodigestores tipo indiano para geração de biogás, biofertilizantes e bioextratos.

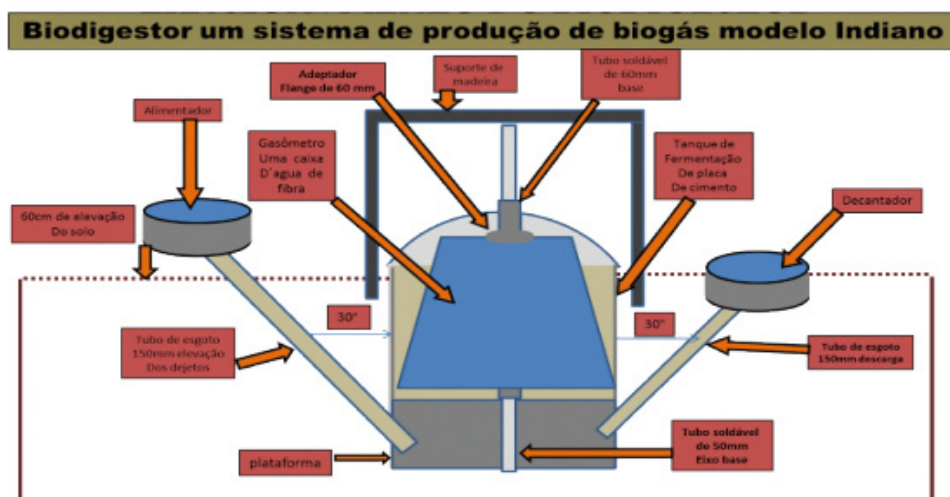
A produção de esterco e dejetos animais em propriedades rurais está entre as principais causas de contaminação dos aquíferos confinados. Estas produções representam perda potencial de energia aproveitável e de adubo rico em fósforo (P) e nitrogênio (N), o qual apresenta alto custo e difícil aquisição além de uma produção de gases inofensivos à camada de ozônio. Desta forma, o aproveitamento de dejetos animais apresenta pontos atrativos, como a redução da liberação de resíduos no meio ambiente e o maior acesso a fontes de energia de baixo custo a frações do povo brasileiro com dificuldades financeiras.

DESENVOLVIMENTO

Biodigestor

O biodigestor é o lugar onde a biomassa sofre a digestão das bactérias anaeróbicas, gerando gás. Consiste em um recipiente fechado, construído de alvenaria, concreto ou outros materiais, onde é depositado o material a ser digerido. O processo de decomposição da matéria orgânica resulta na produção de biogás e biofertilizante. O modelo apresentado neste manual é inspirado no modelo indiano, mas adaptado aos materiais disponíveis em praticamente todas as lojas de material de construção das cidades do interior do país. Foi utilizada a tecnologia empregada nas cisternas de placas.

Figura 1. Biodigestor – sistema de produção de biogás no modelo indiano



Fonte: http://abelmanto.blogspot.com.br/2012_07_01_archive.html

O esterco deverá ser coletado diariamente e misturado com água na caixa de entrada, na proporção 1:1, de onde passa por um tubo para o biodigestor. O biodigestor é um tanque, revestido de plástico ou alvenaria, dentro do qual ocorre a fermentação. Tem duas saídas, uma para o biogás e outra para o biofertilizante. O biogás passa por uma tubulação e alimenta o fogão, o motor, a geladeira ou outro ponto de uso. Já o biofertilizante é retirado da caixa de saída e aplicado nas áreas de cultivo.

Produtos da biodigestão

A biodigestão é realizada por bactérias do esterco, e acontece naturalmente quando ele se encontra em um ambiente onde não exista oxigênio. Após passar pelo biodigestor, o esterco se transforma em uma fração gasosa (biogás), uma líquida e outra sólida.

Para quem não está familiarizado, o *biogás* é uma mistura de vários tipos de gases, que pode ser queimado em fogões, motores, caldeiras ou geradores para gerar energia elétrica, e substitui o gás de botijão, lenha, querosene ou gasolina. Já o *biofertilizante* é um adubo líquido que fornece os principais nutrientes para o crescimento de plantas. Uma característica importante é que o biogás é extremamente inflamável, podendo ser usado para qualquer fim que necessite de combustível. Ele pode ter o seu potencial energético aproveitado em cozimento, aquecimento, refrigeração, iluminação, incubadoras, misturadores de ração, geradores de energia elétrica etc.

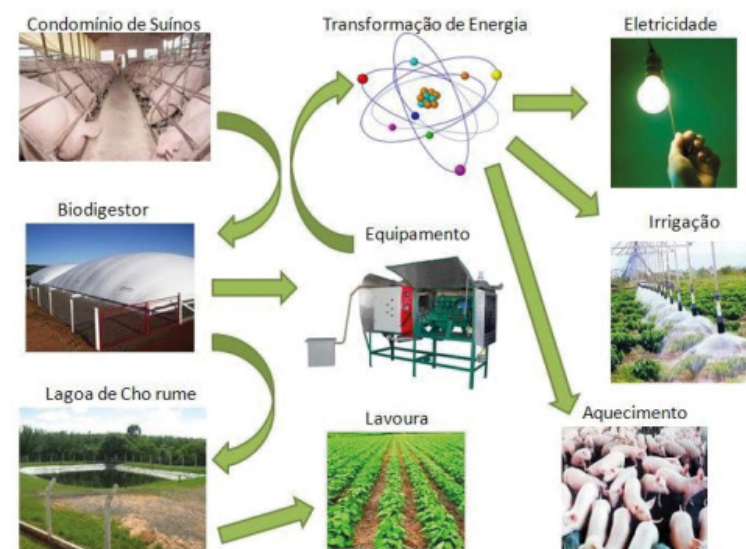
No presente manual, optamos por utilizar o biogás na manutenção de casas com geradores de energia elétrica, proporcionando mais conforto às pessoas do campo. É

o caso de muitas cidades do interior de Minas Gerais que ainda não possuem energia elétrica. Em geral, nas condições do semiárido, a adição de dois carrinhos de mão de esterco suíno por dia é suficiente para gerar todo o biogás necessário a uma família média de 5 pessoas. Isto requer entre 4 e 5 suínos na granja.

Bioextrato

O bioextrato é a última fase de aproveitamento dos resíduos do biodigestor, sendo utilizado como poderoso adubo orgânico na agricultura familiar: na produção de hortaliças, frutas e plantas em geral, potencializando a produção.

Figura 2. Transformação de energia a partir da biodigestão



Fonte: <http://parisottoeconomizadoresdeenergia.blogspot.com.br/2012/05/processos-do-biogas.html>

Jorge de Lucas Junior, professor da Unesp de Jaboticabal, afirma que um projeto de biodigestor “se paga” entre três e quatro anos. “Se o produtor aplicar bem o recurso, o projeto se paga rápido e depois gera maior lucratividade para a propriedade”. O governo tem incentivado estes projetos, com financiamentos cedidos com baixas taxas de juros, o que facilita a implantação de biodigestores

Contextualização da experiência

O referido projeto está sendo desenvolvido em parceria com os municípios de Serra do Ramalho (comunidade de Palmas e Passos – integrante do Projeto Agroextrativista do

São Francisco) e Carinhanha (Agrovila 15), no Território de Identidade do Velho Chico. Trata-se de municípios que possuem sua força agregada na pequena produção ligada à agricultura familiar e no clima semiárido que possuem em comum. O Velho Chico é a fonte principal de água, apresentando como solo predominante o latossolo vermelho e amarelo.

A experiência foi iniciada pelo senhor Claudemir Pereira Brito, que durante um curso na comunidade foi provocado a desenvolver a tecnologia social (biodigestor). A iniciativa coaduna com a temática por ser uma tecnologia social ligada à produção de energia e biofertilizantes fundamentais para a produção e o beneficiamento de alimentos, buscando diminuir os impactos da insegurança alimentar, nutricional e ambiental.

A experiência teve início a partir de um curso realizado na comunidade, que inspirou os participantes a desenvolverem um biodigestor em seus lotes. A família do senhor Claudemir foi uma das incentivadas, inclusive, seus jovens filhos atuam no projeto, apoiando-o em todas as etapas. O projeto envolve os municípios de Serra do Ramalho e Carinhanha, aplicado em duas comunidades, com a participação das esposas e filhas dos beneficiários, bem como a jovem Naiane, que foi fundamental no processo.

O projeto tem uma relação direta com a política pública estadual denominada Bahia Produtiva, desenvolvida pela Companhia de Ação e Desenvolvimento Rural da Bahia (CAR), onde a comunidade de Palmas e Passos foi contemplada com um projeto de incentivo à criação de peixe (piscicultura).

Os impactos sociais e ambientais estão diretamente ligados por ser esta uma tecnologia de baixa emissão de carbono. A produção de biogás e biofertilizantes impacta diretamente na diminuição da poluição e na preservação da camada de ozônio, além de atuar na produção de alimentos saudáveis e de maneira sustentável. O gás produzido também pode ser utilizado como alternativa ao gás de cozinha (GLP), influenciando diretamente na renda das famílias, uma vez que o gás da tecnologia passa a alimentar o fogão dos beneficiários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Resultados

Como principais resultados temos a diminuição dos poluentes: as fezes dos animais que, expostos, produzem gases poluentes estão sendo aplicadas no biodigestor e passam a gerar gás aproveitado para o cozimento dos alimentos. No aspecto social, uma família que gastava até dois botijões mensais eliminou esse gasto ao utilizar o biodigestor, além de poder contar com uma produção de cerca de 300 litros de biofertilizantes que são aplicados na lavoura e nas hortaliças, melhorando a produção e reduzindo a zero a aplicação de adubos químicos.

Na área educacional, o biodigestor se transformou em um laboratório a céu aberto, onde jovens visitam a experiência e desenvolvem atividades baseadas nos resultados vividos durante a visita.

Outro resultado importante foi econômico, pois o biodigestor mostrou ser um equipamento que, ao ser implantado, pode gerar diretamente até cerca de cinco postos de trabalho. A compra dos materiais também pode estimular o mercado local, circulando até R\$ 15 mil, a depender do tamanho do implemento de recursos.

Nesta experiência, três famílias são atendidas pelo biodigestor, sendo uma no município de Serra do Ramalho e duas no município de Carinhanha.

Disseminação da experiência

Inicialmente a experiência começou no município de Serra do Ramalho, sendo logo em seguida levada para o município de Carinhanha, onde os resultados foram fantásticos. Na sequência, ela foi replicada pelo município de Cocos, o que prova sua replicabilidade, tendo em vista a eficiência dos processos tanto ambiental quanto financeiramente, sendo impactante na produção de alimentos.

A experiência tem um forte potencial, podendo ser replicada em todas as comunidades, sendo indicada a agricultores e agricultoras para o reaproveitamento de resíduos e a potencialização da produção de alimentos, diminuindo os impactos financeiros.

Os jovens na agricultura familiar e o projeto Bio Serramix como alternativa para a sucessão rural

O projeto Bio Serramix surge como uma alternativa para abordar um tema de caráter emergencial, pois a permanência dos jovens no campo depende da aplicação de tecnologias inovadoras e o bio permite o desenvolvimento de todo um sistema que pode e deve envolver toda a família no processo, permitindo geração de renda com a venda dos subprodutos do bio, bem como na produção de alimentos sustentáveis.

Multiplicação do projeto Bio Serramix junto a comunidades tradicionais, ribeirinhas e LGBTQIA+

O projeto Bio Serramix nasceu em uma comunidade ribeirinha agroextrativista em Serra do Ramalho, São Francisco, e já vem impactando outras comunidades pelos seus resultados eficientes. Por meio de entidades como a Ater e universidades parceiras, vem sendo projetada para atender comunidades indígenas pankararus, quilombolas e agrovilas rurais, respeitando suas particularidades e incluindo pessoas LGBTQIA+ no processo, uma vez que os editais priorizam a inclusão sócio-produtiva em todo o processo.

Figuras 3, 4 e 5. Atividades de multiplicação do projeto Bio Serramix



Fonte: Autor, 2022.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernanda Araújo de; MELO, Ricardo José Silva; VIDIGAL, Rafael Celestino; PEREIRA, Elizabeth Marques Duarte. 4º Encontro de energia no meio rural: eficiência energética da Fazenda Exp. PUC-Minas – biodigestor de baixo custo (GreenSolar). An. 4. Enc. Energ. Meio Rural, 2002.

2. Baldinho do bem: experiência de compostagem como fomento à economia circular e à agroecologia

Mayara M. Guimarães, Mariana O. P. Amaral, Aline da Silva Costa

INTRODUÇÃO

Este relato de experiência técnica de domínio público trata-se de uma ação desenvolvida pela Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento (Secappa) da Prefeitura de Maricá, em área urbana da Praça Agroecológica Emilton Santos. A ideia surgiu com a visita da equipe técnica da Secappa durante a gestão do antigo Secretário de Agricultura e atual vereador, Júlio Carolino, às dependências do projeto desenvolvido no estado de Santa Catarina, nomeado Revolução dos Baldinhos. Lá pôde ser vista a capacidade de transformação social que a gestão dos resíduos orgânicos por meio da compostagem pode propiciar, transformando a qualidade de vida da população que enfrentava sérios problemas de saúde pública.

A ideia foi trazida ao município com o anseio de futuramente se tornar um programa de compostagem com diversas frentes e culminar na construção de um campo de compostagem municipal. Com esse ideal, o projeto foi descrito para participar de emenda parlamentar e aguarda a transferência de recursos do governo federal para execução da primeira etapa. Todavia, o projeto foi iniciado com recursos próprios da secretaria em escala de projeto piloto, estando somente em uma das praças agroecológicas do município.

Nesse contexto, destaca-se que o município de Maricá, Rio de Janeiro, Brasil, pertence à região metropolitana, tem 362,6 km² de extensão territorial e encontra-se entre as cidades que mais crescem em termos populacionais no estado, saltando de 127.461 habitantes em 2010 para 197.300 habitantes em 2022, uma taxa de 3,71% ao ano (IBGE, 2022). A prefeitura fomenta diversos projetos em apoio à agroecologia e participa ativamente da pauta de sistemas alimentares circulares, tendo aderido à Declaração de Cidades Circulares da América Latina e Caribe e ao Pacto de Milão. Além disso, destaca-se que o município participa do projeto desenvolvido pelo Instituto Co-

mida do Amanhã, o Laboratório de Políticas Públicas Alimentares (Luppa) e do estudo desenvolvido pela Embrapa Solos e União Europeia e Brasil: Cidades e Alimentação.

O Baldinho do Bem atualmente é um projeto piloto em desenvolvimento desde janeiro de 2023, no centro urbano da cidade, mais precisamente na Praça Agroecológica Emilton Santos em Araçatiba, Maricá, aliando as praças urbanas com a produção de alimentos, transformando-as em espaços produtivos denominados “Jardins Comestíveis”. Nesse espaço público são aplicados e repassados os ensinamentos agroecológicos e a cultura da reciclagem dos resíduos orgânicos é disseminada por meio da técnica de compostagem.

Assim, apresenta-se com significativa contribuição para o eixo temático da Agricultura Familiar e Agroecologia, fomentando a sustentabilidade e circularidade dos sistemas alimentares por meio da integração da gestão de resíduos orgânicos com a produção agroecológica sustentável, uma vez que a transformação de resíduos em adubo de alta qualidade não apenas reduz a quantidade de resíduos indevidamente destinados a aterros sanitários, mas também oferece uma fonte valiosa de nutrientes para a produção agrícola local e reduz custos de operação.

As ações de coleta de resíduo orgânico se mesclaram com as ações de colheita agroecológica da praça por meio da implementação do conceito de economia circular. A economia circular é um modelo de produção e consumo que enfatiza partilha, reutilização, recuperação, reciclagem e redução de resíduos de materiais e produtos visando prolongar seu ciclo de vida, em contraste com o modelo linear baseado no descarte. Isso resulta na redução do desperdício ao mínimo, mantendo os materiais na economia por meio da reciclagem, permitindo sua utilização repetida e a criação de maior valor (Parlamento Europeu, 2023).

DESENVOLVIMENTO

Objetivos

A experiência técnica “Baldinho do Bem” tem por objetivo geral promover a educação ambiental e criar hábitos sustentáveis nos municípios sobre a importância da segregação dos resíduos orgânicos na fonte, a fim de contribuir para a circularidade dos sistemas agroalimentares, dissipando e implementando o conceito de economia circular. Como objetivos específicos, pontuam-se:

- Sensibilização dos municípios para se tornarem voluntários na segregação dos resíduos orgânicos na fonte e levá-los até a praça agroecológica nas ações de recolhimento;
- Promover o recolhimento de resíduos orgânicos compostáveis e consequentemente reduzir o envio para aterro sanitário, com vistas à cidade adaptar-se e mitigar seus impactos ambientais frente às mudanças climáticas;

- Promover a capacitação e a criação da cultura da reciclagem/compostagem, aproximando os municípios das técnicas de compostagem e desmistificando o conceito de “lixo”;
- Garantir sustentabilidade da produção de alimentos agroecológicos com a geração de adubos orgânicos por meio da compostagem;
- Contribuir com a segurança alimentar e nutricional dos voluntários através dos alimentos agroecológicos;
- Contribuir para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Metodologia

O projeto-piloto “Baldinho do Bem” baseia-se na metodologia de aplicação do conceito de economia circular, e é pautada no voluntariado. Assim, para o município participar da ação é necessário realizar um cadastro prévio por meio do *link* de inscrições, disposto na Figura 1, utilizando-se da plataforma do Google Forms, onde dados pessoais e explicações sobre o funcionamento do projeto e das ações de recolhimento são repassadas.

Figura 1. Imagem de divulgação do projeto “Baldinho do Bem” com *link* para tornar-se um voluntário



Fonte: Secappa, 2023.

Após esse primeiro momento, é feito individualmente o contato por meio do aplicativo de mensagens instantâneas WhatsApp, com cada novo voluntário, dando-lhes boas-vindas e passando orientações de como reservar os resíduos orgânicos e informando quais podem ser compostados, tais como: cascas de ovo, borra e filtro de café, cascas

de legumes e restos de verduras. Os resíduos recebidos são somente os do preparo das refeições, não sendo recebidos os restos de sobras do prato e alimentos de origem animal. Após isso, os voluntários recebem o *link* para participar da comunidade de informativos das ações e passam a estar na listagem de voluntários cadastrados para participar das ações de recolhimento e trocas.

As ações de recolhimento do Baldinho do Bem acontecem quinzenalmente às sextas-feiras, e uma vez ao mês ocorre a colheita agroecológica dos alimentos cultivados na praça. Essa ação foi intitulada de “Sexta-Feira da Agricultura Circular” (Costa *et al.*, 2023) em parceria com a equipe técnica da Cooperativa de Trabalho em Assessoria a Empresas Sociais em Assentamentos de Reforma Agrária (Cooperar) que atua no município por meio de um Termo de Colaboração (n. 18 de 2020) com a Secapp.

No dia do recolhimento dos resíduos os voluntários se dirigem a um espaço de coleta, onde seu resíduo é coletado e pesado. Após esse momento, os voluntários são encaminhados para um espaço pedagógico onde é fornecido material sobre agroecologia, segurança alimentar e compostagem. Por último, os voluntários dirigem-se para o espaço onde estão expostos os alimentos agroecológicos colhidos para que estes possam ser entregues. Já os resíduos são triturados após pesagem e encaminhados para as baias de alvenaria (Figura 2).

A metodologia de compostagem na praça agroecológica contemplou a instalação de quatro técnicas de compostagem, dispostas na Figura 2, que são: a) baias de alvenaria; b) compostagem por aterramento; c) composteira rotatória (com a reutilização de lixeiras da cidade na elaboração de um compartimento cilíndrico; e a d) composteira doméstica (reutilizando baldes empilháveis de cloro, criando um sistema de compostagem para pequenos espaços).

Figura 2. As quatro técnicas de compostagem dispostas na Praça Agroecológica



Fonte: Secapp, 2023.

Desde janeiro de 2023 já foram realizadas, ao todo, 20 ações de recolhimento de resíduos orgânicos e trocas por produtos minimamente processados e desidratados da

Fábrica de Desidratados Municipal Prefeito Édio Muniz e quatro ações da Sexta-feira da Agricultura Circular, uma vez que, para a existência da colheita, é necessário esperar o tempo de produção da horticultura, ao passo que a produção de resíduos orgânicos pelos municípios é contínua.

DISCUSSÃO E REFLEXÃO

Resultados

Os resultados da experiência técnica “Baldinho do Bem” foram altamente positivos em relação aos objetivos propostos, já que há a participação ativa da população no voluntariado. Atualmente o projeto conta com 327 voluntários cadastrados, o que influencia significativamente na redução da quantidade de resíduos orgânicos destinados aos aterros sanitários, uma vez que já foram arrecadadas e compostadas 2,5 toneladas de resíduos orgânicos.

Desde julho de 2023, foram repassados 161,23 kg de alimentos agroecológicos produzidos na Praça Agroecológica Emilton Santos. Além disso, um total de 33 variedades foram entregues, entre elas hortaliças, culturas de ciclo anual, plantas alimentícias não convencionais (Pancs), medicinais e condimentares. Entre as variedades entregues podemos destacar a alface lisa – com 23,1 kg entregues – seguida pelo rabanete (15,43 kg) e batata-doce (11,9 kg). Quando não há disponibilidade de colheita de alimentos na praça, a ação de troca é feita com alimentos minimamente processados ou desidratados oriundos da Fábrica de Desidratados Municipal Prefeito Édio Muniz.

Tais alimentos são fundamentais para garantir a segurança alimentar e nutricional dos municípios, uma vez que a agroecologia promove a produção de alimentos de maneira sustentável e garante pleno acesso à alimentação de qualidade. A sustentabilidade do processo ajuda o Brasil a atingir a Agenda 2030 por meio dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, principalmente pelo ODS 2 – Fome zero e agricultura sustentável, que visa acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável; o ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis, que visa tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; e o ODS 12 – Consumo e produção responsáveis, que visa assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis, o que, como dito anteriormente, se encaixa na produção agroecológica.

Além disso, o projeto promoveu educação ambiental, já que foi observada uma maior conscientização sobre a importância da separação adequada dos resíduos. Por fim, a prática da agricultura urbana e familiar de forma agroecológica fortaleceu a produção local de alimentos, garantindo insumos de alta qualidade para a comunidade. Esses resultados

evidenciam o potencial transformador da experiência “Baldinho do Bem” na promoção de práticas sustentáveis e na construção de um sistema alimentar mais saudável e equitativo.

Conclusão

Com a aplicação dessa experiência, foi possível observar que a população anseia por participar e gostaria que mais localidades recebessem essa iniciativa. Os resultados estão sendo alcançados com a sensibilização da população sobre o fato de que os resíduos orgânicos não são simplesmente “lixo”, mas sim recursos para a produção de insumo e consequente produção de novos alimentos agroecológicos, nutrindo o solo urbano e possibilitando a produção em canteiros férteis da Praça Agroecológica Emilton Santos.

Ao integrar conceitos de gestão de resíduos e princípios agroecológicos, o projeto “Baldinho do Bem” se destaca como uma abordagem inovadora, contribuindo para a construção de sistemas agroalimentares mais saudáveis, sustentáveis e justos. Esta experiência serve como um modelo exemplar para outras comunidades urbanas que buscam soluções práticas e eficazes para os desafios ambientais e agrícolas contemporâneos e possui grande capacidade de expansão para todo o município.

Agradecimentos

Agradecimentos primeiramente aos voluntários do projeto, à prefeitura municipal de Maricá, RJ, especialmente a Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento, tanto em sua atual gestão (secretária Mariana Príncipe) como a precedida pelo idealizador do projeto, o atual vereador Julio Carolino, à Cooperativa de Trabalho em Assessoria a Empresas Sociais em Assentamentos de Reforma Agrária (Cooperar) e a todos os colaboradores que com muito amor e trabalho contribuem para o sucesso desse projeto.

REFERÊNCIAS

- COSTA *et al.* Sexta-Feira da agricultura circular: experiência da praça agroecológica de Araçatiba, em Maricá, RJ. *Cadernos de Agroecologia*, Anais do XII Congresso Brasileiro de Agroecologia, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, 2024. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/issue/archive>. Acesso em 01/10/2023.
- IBGE. 2022. Panorama. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/panorama/>. Acesso em: 08/07/2023.
- PREFEITURA DE MARICÁ. Secretaria de Agricultura convoca voluntários para projeto piloto de compostagem. Disponível em: www.marica.rj.gov.br/noticia/secretaria-de-agricultura-convo-voluntarios-para-projeto-piloto-de-compostagem/. Acesso em: 16/10/2023.
- PARLAMENTO EUROPEU. Economia circular: definição, importância e benefícios. 2023. Disponível em: www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/economy/20151201STO05603/economia-circular-definicao-importancia-e-beneficios. Acesso em 11/09/2023.

3. Agricultura urbana e soberania alimentar

Diana Nascimento Rodrigues, Alexandra Santos de Assis, Veranilta Alves Costa

INTRODUÇÃO

A contribuição da agroecologia para os sistemas agroalimentares sustentáveis, assim como a dimensão política da agroecologia, pode auxiliar a concepção e a prática dos feminismos. A trajetória dos movimentos de mulheres agricultoras compreende, em suas lutas e reivindicações, a divisão justa do trabalho doméstico, o acesso à terra, à água, à assistência técnica, o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN). Essas pautas apontam para a construção de outro paradigma produtivo, baseado em relações mais justas de trabalho, produção, consumo, comercialização e uso da terra (Siliprandi, 2015). Considerando as experiências e práticas agroecológicas em contextos urbano-metropolitanos, o grupo de Estudos de Agricultura Urbana (AUÊ), sediado no Instituto de Geociências (IGC) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), se dedica a fortalecer e visibilizar as agriculturas da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), especialmente a agricultura urbana e a agroecologia. Uma das ações do grupo é o acompanhamento das mulheres agricultoras e produtoras na RMBH.

DESENVOLVIMENTO

Objetivos

Registrar, compreender e visibilizar dinâmicas de organização, produção, consumo e circulação de alimentos e produtos de base agroecológica, protagonizadas por mulheres em municípios da RMBH, apoiando, assim, a ampliação da garantia da SSAN e do DHAA. Neste trabalho serão apresentados dados sobre a produção e o aprofundamento de duas experiências conduzidas por mulheres na cidade de Belo Horizonte.

Metodologia

O projeto tem entre seus objetivos apoiar o planejamento da produção de coletivos de mulheres, incorporando instrumentos de registro, e construir estratégias de comercialização que conectem produtoras e consumidoras/es. A metodologia envolve o acompanhamento, desde 2020, do registro no “Caderno de Anotações” (Figura 1), elaborado pelo AUÊ junto às agricultoras, baseado nas Cadernetas Agroecológicas e nos instrumentos do Sistema Participativo de Garantia. Conta-se com as parcerias da Associação Horizontes Agroecológicos (AHA), da Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas e da Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (Susan PBH).

Atualmente são acompanhadas cerca de 30 agricultoras e produtoras, que cultivam e processam produtos em três quintais produtivos, oito unidades produtivas coletivas/comunitárias e um assentamento da reforma agrária. Tais experiências estão localizadas em duas regionais do município de Belo Horizonte Nordeste e Barreiro, e no assentamento 2 de julho, no município de Betim, que integra a RMBH. As anotações são feitas pelas agricultoras, com apoio das articuladoras territoriais, possibilitando a mensuração da produção, das vendas, das doações, dos consumos e das trocas, além do registro de informações sobre as entradas de insumos, os tratos culturais e a comercialização da produção, gerando processos de visibilização e organização financeira e do trabalho.

Figura 1. Caderno de anotações

O caderno de anotações é dividido em seções para registro de diferentes aspectos da produção e comercialização:

- REGISTRO DOS CUSTOS:** Tabela com 4 colunas: Data, Descrição, Valor (R\$) e Observações.
- REGISTRO DA PRODUÇÃO:** Tabela com 4 colunas: Data, Descrição, Quantidade e Observações.
- REGISTRO DE PLANTAS:** Tabela com 4 colunas: Data, Descrição, Valor (R\$) e Observações.
- CONSUMO, DOAÇÃO, DOAR:** Tabela com 4 colunas: Data, Descrição, Quantidade e Valor (R\$).
- VENDAS:** Tabela com 4 colunas: Data, Descrição, Preço e Valor (R\$).

Fonte: Acervo Auê, 2022.

De janeiro a agosto de 2023, foi registrado o montante de R\$2.944,22 referente ao consumo da produção, R\$4.966,31 às doações e R\$63.716,22 às vendas. Cabe ressaltar que existe uma subnotificação relacionada às anotações. Esses dados são referentes a anotações de 12 mulheres em sete experiências em BH. Foi registrada uma ampla diversidade de hortifrutigranjeiros, processados, cosméticos e fármacos naturais.

A comercialização desses produtos é feita nos seguintes canais: Feira de Agricultura Urbana da Rua Goiás, porta a porta, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), caixa escolar, Feira Terra Viva, Feira da UFMG, posto de saúde, Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) e para clientes sob encomenda, cumprindo assim com os objetivos do projeto e resultando em processos de construção social de mercados a partir de circuitos curtos de comercialização que fortalecem outras economias, mais justas, solidárias e ambientalmente sustentáveis.

No entanto, muitas são as dificuldades encontradas, sendo necessário apoiar processos que fortaleçam tais iniciativas, como o cofinanciamento de políticas públicas municipais que auxiliem na compra de insumos, implantação de estufas para mudas, acesso a mercados, formações continuadas em agroecologia, maior apoio técnico na produção, logística, venda e divulgação.

As mulheres acompanhadas pelo AUÊ estão em ocupações urbanas, vilas, favelas, bairros e áreas da reforma agrária, espaços que necessitam de ações sociais e políticas públicas que apoiem, divulguem e fortaleçam o bem viver, a produção agroecológica e os diversos trabalhos desenvolvidos por elas. Dentre essas mulheres está a Alexandra Assis (Figura 2), moradora da ocupação urbana Paulo Freire, na regional do Barreiro em Belo Horizonte. A luta pela terra e pela moradia digna na ocupação se iniciou há sete anos, e desde então ela começou a plantar na laje de sua casa. Quando já não tinha mais espaço, movimentou os moradores da ocupação para iniciarem uma horta num terreno vago próximo a sua residência, usado como depósito de lixo clandestino. Em abril de 2021, com doações e apoio do esposo, eles fecharam o espaço com madeiras para se iniciar a Horta da Alê! As primeiras mudas de hortaliças plantadas foram compradas com o recurso dos materiais reciclados no local.

Figura 2. Agricultura urbana agroecológica Alexandra Assis, colhendo hortaliças na Horta da Alê



Fonte: Acervo pessoal da Alexandra, 2023.

A produção da horta foi muito farta desde o primeiro ano, isso porque Alexandra e suas companheiras aplicaram os conhecimentos adquiridos em cursos de agroecologia para enriquecer a terra antes degradada. Muitos dos moradores da ocupação e parceiros da horta têm acesso a alimentos mais saudáveis e agroecológicos graças à iniciativa da construção da horta. As parcerias realizadas no espaço permitem a construção de circuitos curtos de comercialização, possibilitando a venda direta ao consumidor final, seja por venda direta na porta da horta, em feiras e a entrega de cestas agroecológicas aos coprodutores. Atualmente a Horta da Alê recebe apoio técnico e de insumos da Susan/PBH e participa do acompanhamento do grupo AUÊ nos registros no Caderno de Anotações. Alexandra é membra da Associação Horizontes Agroecológicos (AHA) e uma das Articuladoras Territoriais que apoiam outras mulheres em sua regional na produção urbana agroecológica.

Na regional nordeste de BH, a senhora Veranilta Alves, conhecida como Dona Vera, é acompanhada pelo projeto. Na infância com os pais, o seu plantio no Vale do Jequitinhonha era para subsistência. Em Belo Horizonte, no ano de 1979, ela começou a plantar em latas; depois, no quintal; e em 2011, incentivada pela Rede, começou a comercializar hortaliças e frutas. Em 2012 iniciou seus trabalhos na feira Terra Viva. O transporte até a feira era feito de ônibus com certa dificuldade, mas em 2014, com valor das vendas na feira, comprou um carro, possibilitando a participação em outras feiras, como a da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde começou a participar do Sistema Participativo de Garantia (SPG) e se associou à AHA. Em 2022, Dona Vera iniciou os registros na Caderneta Agroecológica e posteriormente no Caderno de Anotações, o que a possibilitou compreender melhor os gastos, lucros e laços da comercialização agroecológica. Atualmente ela apoia outras agricultoras e agricultores urbanos a escoar seus produtos nas feiras agroecológicas que participa.

Figura 3. Agricultora urbana agroecológica Veranilta, colhendo hortaliças em seu quintal



Fonte: Acervo Auê, 2023.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o Guia Alimentar para a População Brasileira, uma alimentação adequada e saudável provém de um sistema alimentar social e ambientalmente sustentável. Desse modo, o sistema de produção e distribuição dos alimentos deve promover justiça social e proteger o ambiente, o oposto do que os sistemas capitalistas geram, como desigualdades sociais e ameaças aos recursos naturais e à biodiversidade (Brasil, 2014).

O processo de acompanhamento e o exercício de registrar as práticas de produção apresentam-se como estratégias para visibilizar a produção e auxiliar a auto-organização das mulheres acompanhadas, além de contribuir para fortalecer experiências agroecológicas que incorporam os feminismos e contribui para a garantia do DHAA, por meio do acesso de alimentos produzidos em sistemas alimentares sustentáveis.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2006.
- BRASIL. *Guia Alimentar para a População Brasileira Brasília*: Ministério da Saúde (MS), 2014.
- RODY, Thalita; TELLES, Liliam. *Caderneta agroecológica: o saber e o fazer das mulheres do campo, das florestas e das águas/organização*. Viçosa, MG: Editora Asa Pequena, 2021.
- SILIPRANDI, Emma. *Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

4. Assistência técnica e extensão rural à agricultura familiar camponesa do sudoeste baiano

Joelton Belau da Silva

INTRODUÇÃO

O sentido deste relato é apresentar um olhar sobre a execução da política pública de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no âmbito da Chamada Ater Biomass da Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural, Secretaria de Desenvolvimento Rural da Bahia do estado da Bahia (Bahiaater/SDR/Bahia), contribuindo com a construção do conhecimento sobre a importância da Ater para a melhoria da segurança alimentar e nutricional das famílias agricultoras por meio do assessoramento para o desenvolvimento de sistemas agroalimentares saudáveis orientados pela agroecologia.

A Cooperativa Camponesa de Produção Comunitária da Bahia (CPC-BA) está sediada em Vitória da Conquista/BA e é responsável pela execução da Chamada Pública Ater Biomass no Núcleo Caatinga 43, que é composto pelos municípios Vitória da Conquista, Barra do Choça, Ribeirão do Largo, Encruzilhada e Belo Campo. Após vencer o edital de Chamada Pública e ser contratada pela Superintendência Baiana de Ater (Bahiaater), a execução foi iniciada em abril de 2023 e está prevista para ser executada em quatro anos.

No contexto das mudanças climáticas, para promover o desenvolvimento sustentável e a construção de resiliência socioecológica dos sistemas agroalimentares das famílias, a proposta em execução observa as seguintes metas: 1) perspectiva de 30% no aumento da produção das atividades e serviços agropecuários e não agropecuários; 2) perspectiva de aumento de 50% do número de Unidades de Produção Familiar (UPF) com adoção de novas práticas de manejo e conservação dos sistemas naturais; 3) melhoria da segurança alimentar e nutricional em 10% das UPF; 4) perspectiva de 20% das famílias com aumento no nível de transição agroecológica; 5) identificação de 30 guardiões/as da agrobiodiversidade; 6) 18 sistematizações sobre impactos e aprendizados das famílias do Núcleo CA 43.

DESENVOLVIMENTO

Objetivos

Apresentar um olhar sobre o início da execução da Chamada Pública n. 01/2022 foi um projeto de Ater Biomass, financiado pelo Governo do Estado da Bahia. A partir da perspectiva de Coordenador de Equipe de Ater no assessoramento de 540 Unidades Familiares de Produção Agrária no Território de Identidade Sudoeste Baiano, Núcleo Caatinga 43.

Metodologia

A metodologia está alicerçada em oito eixos de concepção e atuação: 1) convivência com o bioma e mudanças climáticas; 2) segurança alimentar e nutricional; 3) segurança hídrica; 4) organização produtiva para a comercialização; 5) articulação para acesso a políticas públicas; 6) classe, etnia, gênero e juventudes; 7) comunicação e; 8) transição agroecológica.

A equipe técnica é formada pelo coordenador (Engenheiro Agrônomo), seis técnicos/as em agropecuária e uma educadora, havendo paridade de gênero, e as atividades estão estruturadas pedagogicamente em três fases interdependentes:

- 1) construção do conhecimento – são atividades de levantamentos de dados que, por meio das metodologias participativas, permitem a construção do conhecimento agroecológico sobre a realidade. Exemplos: reuniões de articulação com parceiros, cadastro dos grupos familiares, diagnósticos das unidades familiares de produção agrícola e diagnósticos comunitários.
- 2) planejamento – são atividades que permitem aos/as agricultores/as e técnicos/as, em comum acordo, elaborar planos estratégicos e objetivos para o enfrentamento às questões dos agroecossistemas. Ex.: elaboração dos planos produtivos.
- 3) acompanhamento – são as atividades que permitirão o desenvolvimento das atividades de ensino-aprendizagem entre técnicos/as e agricultores no desenvolvimento dos planos produtivos ao longo do tempo. Exemplos: visitas técnicas individuais e atividades coletivas (seminários, cursos, intercâmbios, dias de campo, reunião técnica, oficina temática e unidades demonstrativas).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até a escrita deste relato haviam sido realizadas atividades de cadastros familiares, diagnósticos das Unidades de Processamento Familiar (UFPA) e elaborações de planos produtivos.

Estamos vivendo um momento de digitalização da Ater na Bahia, e os cadastros familiares começam a ser feitos com o uso de *smartphones* e *notebooks* utilizando a plataforma digital de coleta de dados chamada Coletum, que permite a coleta e o ar-

mazenamento das informações mesmo em locais sem conexão com a *internet*. Esse tem sido o primeiro contato dos/as técnicos/as com as famílias, onde ambos/as se conhecem, estando o/a técnico/a orientado/a para dialogar sobre os aspectos socioeconômicos e produtivos com todos os membros da família.

Ao lançar o olhar proposto pelo método de análise de Gliessman (2005) para o estudo da transição agroecológica, ao tempo em que chegamos à 100% da meta de cadastros, podemos constatar que a maior parte das famílias agricultoras encontram-se no primeiro nível, que diz respeito ao incremento da eficiência das práticas convencionais para reduzir o uso e consumo de insumos externos caros, escassos e daninhos ao meio ambiente, o que nos leva a inferir que há bastante espaço para a construção do conhecimento agroecológico com fins de implementação de agroecossistemas mais sustentáveis.

Os resultados ainda são iniciais, temos como exemplo o esforço para a articulação de políticas públicas onde assessoramos os/as agricultores/as familiares da Associação da Comunidade Rural Vila Corina, em Encruzilhada/BA, que conseguiram se organizar e venceram um edital do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do município.

Os dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

(Rede Penssan, 2022) apontam 33,1 milhões de brasileiros/as em situação de fome e ainda 60% dos domicílios rurais apresentando algum grau de insegurança alimentar, o que se agrava quando analisadas de forma interseccional mulheres e pessoas negras. Quando analisamos esta informação no contexto ambiental apresentado no Relatório sobre o Clima do Painel Intergovernamental sobre as Mudanças Climáticas – IPCC (2021), percebemos o urgente desafio de construção de agroecossistemas resilientes. Estes sistemas precisam ser capazes de amortizar os prejuízos das mudanças climáticas já anunciadas e sentidas, partindo da combinação de experiências e conhecimentos agroecológicos, para redesenhar os agroecossistemas de modo a manter a multiplicidade de espécies, paisagens e grupos socioculturais adaptados, valorizando e recuperando princípios, práticas e identidades tradicionais e ancestrais. Também é essencial fomentar processos de ensino-aprendizagem e Ater nos marcos agroecológicos para a compreensão dos sistemas socioecológicos de produção e comercialização dos territórios, e a tão necessária democratização do acesso aos alimentos saudáveis.

REFERÊNCIAS

CHAMADA PÚBLICA ATER SDR/BAHIATER n. 001/2022. Chamada Pública Para Seleção de Entidades Executoras de Assistência Técnica e Extensão Rural Para a Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável e Produção de Alimentos Saudáveis nas Unidades Produtivas Familiares nos Biomass da Bahia.

BELAU, J. S. ATER Agroecológica e a Construção de Resiliência Sociológica em Agroecossistemas Familiares no Contexto da Fome. In: *Anais VIII RECONCITEC*, UFRB, 2022.

IPCC. Intergovernmental Panel on Climate Change. In *Reports*. Disponível em www.ipcc.ch/reports. Acessado em julho de 2022.

PENATER, Lei 12.188/2010 – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária. Brasil.

PEATER, Lei Estadual 13.272/2011 – Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural Para Agricultura Familiar. Bahia.

REDE PENSSAN. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da covid-19 no Brasil. II VIGISAN: relatório final. São Paulo (SP): Fundação Friedrich Ebert: Rede Penssan, 2022.

5. Bahia produtiva: a assistência técnica na formação para estudo da agro-homeopatia

Aldnira Tolentino Nogueira, Derivaldo Santiago Oliveira,
Icaro Renne de Gois Santos, Kelly Santiago Oliveira,
Meire Ane de Lima Costa

INTRODUÇÃO

O Projeto Bahia Produtiva é uma iniciativa do governo do estado da Bahia, executado pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), empresa pública vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), a partir de Acordo de Empréstimo firmado entre o estado e o Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial).

Por meio do Bahia Produtiva foram financiados (sem reembolso) subprojetos de inclusão socioprodutiva em comunidades do estado da Bahia, e realizou-se uma Chamada Pública com o intuito de assessorar essas comunidades para selecionar entidades prestadoras de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater).

A União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado da Bahia (Unicafes/BA) foi selecionada para assessorar os territórios da Bacia do Jacuípe, Portal do Sertão e Recôncavo, assessorando 40 empreendimentos.

Criada em novembro de 2006, a Unicafes/BA surge a partir das necessidades representativas de grupos cooperativos e/ou empreendimentos econômicos solidários, buscando traduzir e defender a importância identitária destes não apenas no território baiano, mas, sobretudo, em âmbito nacional.

Desde a sua constituição, a instituição vem desenvolvendo ações por meio de serviços na área de Ater, nas cooperativas e associações, e para os agricultores e agricultoras familiares, surgindo no contexto de tornar o cooperativismo um instrumento popular de desenvolvimento local sustentável e solidário dos produtos e agricultores/as familiares, articulando iniciativas econômicas que ampliem as oportunidades de trabalho, distribuição de renda, produção de alimentos e melhoria da qualidade de vida das famílias atendidas.

O público-alvo dos Ater constitui-se de agricultores e agricultoras familiares que se encontram organizados em sua maioria em associações comunitárias, com base produtiva essencialmente de autoconsumo, apresentando relevante potencial de produção, por projetos socioprodutivos dentro das seguintes cadeias produtivas: caprinovinocultura; apicultura; socioambiental – avicultura; socioambiental – mandiocultura; qualificação de agroindústrias – fruticultura; qualificação de agroindústrias – mandiocultura; sistema Pais – quintais produtivos; quilombolas – avicultura; quilombolas – socioambiental; e quilombolas – artesanato.

Nessa contextualização de promoção da demanda de Ater surgiu a temática da agro-homeopatia, realizada nos empreendimentos das regiões e comunidades Portal do Sertão (Comunidades de Matinha, Feira de Santana e Paus Altos, Antônio Cardoso), Bacia do Jacuípe (Lagoa Pé do Morro, Junco, Pé de Serra e Pituba, Nova Fátima) e Recôncavo (Tapera, Sapeçu e Engenho da Cruz, Cachoeira).

Para Andrade e Casali (2011), a adição da homeopatia no espaço agrário é um instrumento prático com intenção de levar saúde ao meio rural, cujo modelo de produção agrícola é o abandono dos agrotóxicos principalmente em ambientes da agricultura familiar. Ao incorporar nas suas atividades os princípios da homeopatia e as leis de cura, o agricultor familiar vai fazer a terra produzir alimentos sem venenos e sem resíduos tóxicos.

A agro-homeopatia, tanto na agricultura quanto na criação de animais de produção, é reconhecida pelo Mapa como uma abordagem legítima e permitida. Isso destaca o reconhecimento oficial da homeopatia como uma alternativa válida aos métodos convencionais de manejo de pragas e doenças, bem como ao uso de produtos químicos sintéticos (Brasil, 2014).

As atividades desenvolvidas de Ater no período de 2022 e 2023 se conectam com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS's), que têm como premissas fortalecer um apelo global para acabar com a pobreza e proteger o meio ambiente com a intenção de garantir qualidade de vida para todos. Essas atividades estão relacionadas aos seguintes ODS'S: objetivo 8 – promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos; objetivo 12: assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis; e objetivo 15: proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

A agro-homeopatia é uma ferramenta que está em constante crescimento, em processo inovador na área de agricultura e pecuária. Logo, o interesse do relato é oportunizar a transmissão de um novo instrumento para o trabalho do produtor familiar, buscando o equilíbrio, ou seja, o próprio ser vivo, a planta ou animal irá fortalecer sua estrutura energética, fazendo com que ela reconheça o problema e assim encontre o caminho da verdadeira

cura para recuperação e manutenção dos seus aspectos sociais e econômicos para subsistência dos agricultores familiares.

DESENVOLVIMENTO

Objetivos

O objetivo da atividade de assistência técnica é capacitar os/as beneficiários/as com manejos agro-homeopáticos com o propósito de levar conhecimentos da ciência da agro-homeopatia aplicada ao setor animal e vegetal.

Para tanto, pautam-se os objetivos específicos:

- administrar e acompanhar os tratamentos dos solos, águas, plantas e dos animais;
- usar preparados agro-homeopáticos no acompanhamento do organismo vivo, no controle de doenças nos animais e vegetais das cadeias produtivas dos empreendimentos de formação do Bahia Produtiva.

Metodologia

A experiência do grupo de estudo em agro-homeopatia foi desenvolvida nas seguintes regiões e comunidades: Portal do Sertão (Matinha e Antonio Cardoso), Bacia do Jacuípe (Lagoa Pé do Morro, Junco e Pituba) e Recôncavo (Tapera e Engenho da Cruz).

A metodologia aplicada foi pautada em encontros promovidos pela entidade Unicafes, com a supervisão dos técnicos de campo João Edgar Brito, Marcones Ferreira e Daniel Dourado, respectivamente, no período de 2022 e 2023.

Foram priorizadas as atividades com metodologias participativas e técnicas no formato de encontros de formação (Teoria e Prática), com carga horária de 8h, assim contemplando o protagonismo dos/as participantes, bem como estratégias de socialização de conhecimentos e de mobilização dos empreendimentos que possibilitem a participação dos beneficiários como agentes do Desenvolvimento Rural Sustentável.

A linha metodológica aqui apresentada foi fundamentada na pesquisa ação-participativa, entendida como uma proposta de ação transformadora que se afirma como um ato político e pedagógico. Essa abordagem é embasada no conhecimento da realidade local de cada unidade produtiva, cada comunidade e cada família, nas dinâmicas e transformações, e na capacidade de aprender com e compreender essas realidades. Foram utilizados métodos e técnicas que incluem discussões em grupo sobre a realidade local, visando à construção coletiva do saber, de forma participativa, o que permite criar e recriar o conhecimento cotidiano. O intuito é transformar a vida dos agricultores e agricultoras por meio do desenvolvimento e reaplicação de tecnologias sociais, construídas em interação com as comunidades-alvo e por elas apropriadas.

O conhecimento socializado durante as atividades formativas (realizadas pela equipe técnica e parceiros do projeto) constitui-se como meio de expandir e fortalecer o debate acerca das ações prioritárias. A partir de uma estratégia voltada à práxis da educação, incitou-se, por meio da problematização do *status quo* de cada empreendimento, um contínuo processo cíclico de novos saberes e poderes para a transformação socioeducacional e cooperativa.

DISCUSSÃO E REFLEXÃO

Resultados

As atividades foram realizadas nas regiões e comunidades Portal do Sertão (Matinha e Paus Altos), Bacia do Jacuípe (Lagoa Pé do Morro, Junco e Pituba) e Recôncavo (Tapera e Engenho da Cruz), com carga horária de 8h, produzidas em parceria com o agrônomo Daniel Dourado, com a finalidade de construir conhecimentos pertinentes sobre a agro-homeopatia. Por se tratar de empreendimentos com cadeia produtiva animal e vegetal, aqui são separadas algumas substâncias agro-homeopáticas com aspectos de cura para cadeias produtivas diferenciadas.

A metodologia partiu de dois momentos (figuras 1 e 2): o primeiro dava ênfase na teoria, com o uso de equipamentos tecnológicos como o *datashow*, para facilitar a explanação sobre o conceito de homeopatia no ambiente da agricultura; na sequência havia o segundo momento, em que os beneficiários são os anfitriões, pois obtiveram a oportunidade de colocar em prática alguns métodos e técnicas que corroboram com o processo de medicamentos homeopáticos no aspecto vegetal e animal.

Figura 1. Fundamentação teórica sobre agro-homeopatia



Figura 2. Atividade prática sobre agro-homeopatia



Fonte: Registro do autor.

O diálogo participativo com os beneficiários deixa claro o conceito de homeopatia na agricultura. De acordo com o palestrante Daniel Dourado, “a homeopatia é um método terapêutico que aplica clinicamente o Princípio dos Semelhantes e que utiliza as substâncias medicamentosas em doses ultradiluídas ou infinitesimais”.

De acordo com Dourado, a agro-homeopatia é a tecnologia da ultradiluição, não deixando resíduos. Com o objetivo de equilibrar, não mata, não extingue espécies, respeita e harmoniza. Nesse sentido, fica evidente que a utilização da homeopatia é fundamental por proporcionar independência, autonomia e equilíbrio ambiental.

A homeopatia na agricultura tem vários benefícios: eficiência; baixo custo e nenhum risco de contaminação química ou biológica. Além disso, utiliza os recursos da própria natureza; proporciona liberdade e independência ao produtor; e produz alimentos saudáveis de alto valor biológico e totalmente livres de resíduos tóxicos.

Na aplicação na homeopatia na agricultura, algumas sugestões incluem: desintoxicação de solos contaminados; descontaminação da água; fortalecimento do sistema imunológico das plantas, aumentando sua resistência ou tolerância a pragas e doenças; além do manejo ou controle de insetos, fungos, bactérias e vírus.

Fazer homeopatia é realizar o preparado homeopático. A homeopatia é feita a partir de plantas (raízes, folhas, frutos etc.), minerais, venenos, animais etc. É preciso fazer a tintura, preparação básica, ou tintura-mãe, como é denominada a medicação homeopática.

Agro-homeopáticos no vegetal

Por se tratar de comunidades que têm a sua cadeia produtiva vegetal, a sugestão foi que os produtores levassem alguns materiais da planta para realizar a atividade prática, como exemplo, uma certa quantidade de caule, folhas e raízes que são essenciais para produzir a cinza vegetal.

No caso de qualquer doença da folha, deve-se fazer o preparado homeopático da cinza vegetal da própria planta. A cinza vegetal é feita da seguinte forma: composição de folhas saudáveis (limpas) e folhas doentes em diversas partes da lavoura (100 folhas no mínimo). Deixar secar na sombra. Quando as folhas estiverem no ponto em que pega fogo, queimar essas folhas e, das cinzas, fazer o preparado.

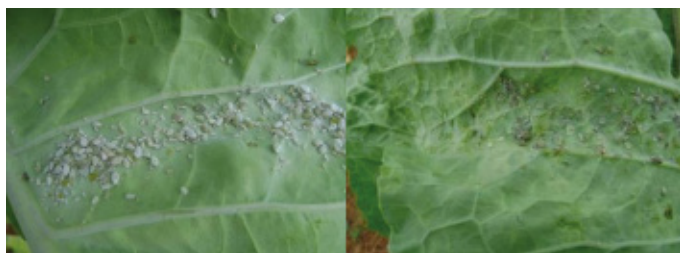
O produto homeopático é colocado em um vidrinho escuro. Coloca-se uma parte de cinza e cinco partes de álcool 70% e deixar de molho por 14 dias. Depois de 14 dias, coar a tintura em papel de filtro ou pano muito limpo. Estando pronta a tintura-mãe, fazer o preparado homeopático na dinamização 6CH (uma parte por cem). O medicamento homeopático é usado na recuperação de plantas com baixa vitalidade.

Caso existam pragas na cultura, podem ser adotadas as seguintes medidas:

1. controlar os nematoides (vermes da terra).
2. aplicar cina 200C sobre folhas preventivamente (na proporção de 5%).
3. controlar formigas cortadeiras – homeopatia da tanajura.
4. inserir homeopantias no controle do bicho do figo, da goiaba, do pêssego etc.
Pegar as larvas, fazer o nosódio e pulverizar a planta (5CH ou 6CH).
5. no cultivo do maracujá, aplicar apis mellifica ou nosódio da abelha-cachorro, com o objetivo de tornar possível a polinização pela mangaba ou mamangava.

Com forma de avaliar o uso do medicamento agro-homeopáticos, observa-se a redução de pulgões ativos nas olerícolas, figura 3, pulgão controlado após cinco dias do uso dos agro-homeopáticos.

Figura 3. Utilização dos agro-homeopáticos



Fonte: Registro do autor.

AGRO-HOMEOPÁTICOS NO ANIMAL

Por se tratar de comunidades que têm a sua cadeia produtiva animal, sugeriu-se que os produtores levassem alguns materiais vivos para realizar a atividade prática, como exemplo, uma certa quantidade de carrapatos, que são animais que causam sérios danos econômicos aos produtores por provocar várias enfermidades nos animais.

Foi então produzida com os beneficiários a tintura-mãe do preparado homeopático do carrapato, seguindo a receita:

- pegar os carrapatos vivos e medi-los com o auxílio de uma tampa de vidro, de modo que em uma parte de carrapatos sejam coladas cinco partes de álcool 70%;
- colocar o álcool 70% num vidro, de preferência escuro;
- perfurar o carrapato vivo com um palitinho, jogando imediatamente dentro do álcool 70%, lembrando que eles devem estar bem vivos;
- deixar 14 dias de molho;
- depois, coar em pano limpo.

O suco do carrapato é a tintura-mãe. É com ela que se faz a 1CH.

- Pegar um vidro com capacidade de 30 ml;
- misturar 20 ml de álcool 70% com cinco gotas da tintura-mãe;
- fazer a succussão, ou seja, bater no mesmo ritmo 100 vezes. Assim, está feita a 1CH.

Para fazer a 2CH:

- Colocar 20 ml de álcool 70% em outro vidrinho limpo;
- adicionar cinco gotas da 1CH;
- succussionar 100 vezes, e assim está pronta a 2CH.

A 3CH é feita da 2CH, e assim por diante. Dar a 6CH aos animais com o sal (após ter misturado em açúcar). Pode ser pulverizado, ou ser colocado na água.

A formulação de agro-homeopáticos favorece a independência dos agricultores familiares nas mais diversas cadeias produtivas. O objetivo das atividades é justamente fazer com que os produtores se libertem de manejos com agrotóxicos, obtendo formulações incorporadas ao processo de transição agroecológica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os manejos agro-homeopáticos facilitam a produção alimentar de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Os diálogos com os beneficiários/agricultores familiares promoveram aceitação e comprometimento por parte dos produtores sobre as orientações técnicas a respeito do processo de seleção de vegetais e animais vivos para a produção da tintura-mãe.

Os agro-homeopáticos norteiam os produtores na capacidade de produção orgânica e ecológica de alimentos e nos cuidados de forma sustentável da cadeia produtiva dos animais, como caprinocultura e suinocultura. Portanto, a atividade tem a função de maximizar os aspectos de conhecimento e recursos tecnológicos compatíveis com a perspectiva da agricultura sustentável.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, F. M. C. A. CASALI, V. W. D. C. Homeopatia, agroecologia e sustentabilidade. *Revista Brasileira de Agroecologia*, 2011.
- BRASIL. Instrução Normativa n. 17, de 18 de junho de 2014. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, 2014.

6. Custos operacionais na produção de óleo de andiroba em produção familiar no assentamento Tapera Velha, Santarém, Pará

Rommel Noce, Iris Mayara Leão Mota, Juliana Mendes de Oliveira, Rafael Rode, Daniela Pauletto, Ádria Fernandes da Silva

INTRODUÇÃO

A andiroba (*Carapa guianensis Aubl*) pode atingir 2 m de diâmetro e 50 m de altura, ocorrendo predominantemente em áreas inundadas, mas também pode ser encontrada em locais secos. O fruto assemelha-se a uma cápsula globosa que se abre ao cair no solo (Kenfack, 2011). A importância econômica na Amazônia Legal é associada às propriedades medicinais e cosméticas do óleo extraído de suas sementes. Destacando-se entre os produtos medicinais vendidos na região, ganhou mercado em outras regiões e países (Santos e Pellicciotti, 2016).

A demanda se concentra na indústria de cosméticos da França, Alemanha e dos Estados Unidos. A espécie também é promissora para o reflorestamento de capoeiras (Guarino *et al.*, 2013), tendo um importante papel local em processos de reflorestamento. Ela contribuiu para a estrutura da floresta em que é cultivada já nos primeiros anos, em consórcio com cultivos alimentares como cupuaçu, pimenta, macaxeira (Souza *et al.*, 2006).

O Assentamento Tapera Velha localiza-se a cerca de 70 km de Santarém, com acesso pela rodovia Curuá-Una (PA-370). É composto por cerca de 65 famílias, entre elas a de um produtor familiar que firmou parcerias com o grupo de pesquisa Centro de Estudos em Manejo e Sistemas Florestais Integrados (Cemi), da Universidade Federal do Oeste do Pará.

Na propriedade objeto deste relato de experiência há um plantio de andiroba de aproximadamente 600 árvores produtivas, no espaçamento 6,5 x 6,5 m e idade de 11 anos. Nos primeiros anos de estabelecimento deste plantio, o cultivo foi realizado em sistemas agroflorestais (SAFs), onde espécies florestais e não florestais são cultivadas simultaneamente com culturas anuais ou perenes e/ou animais (Rocha *et al.*, 2014).

Diversas normativas abordam ou incentivam o cultivo de SAFs, como a Política Nacional de Mudança Climática (Lei n. 12.187, de 2009) e o Programa Agricultura de Baixo Carbono, que visam a implantação destes sistemas. O Pronaf Floresta (Decreto n. 1.946, de 1996) e a Lei que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa (Lei n. 12.651/12) também estabelecem mecanismos de incentivos econômicos para os produtores com SAFs, além de definir a atividade como de baixo impacto ambiental e de interesse social. Para a agricultura familiar, por meio dos instrumentos legais, há possibilidades de incluir linhas de financiamento nas iniciativas de implantação de SAFs (Miccolis *et al.*, 2016).

OBJETIVO

Dentro do espectro das ações derivadas da parceria com o grupo de pesquisa Cemi destaca-se a oficina de boas práticas para a produção de óleo de andiroba. O objetivo foi desenvolver atividades que contribuíssem para a melhoria da produção de óleo envolvendo coleta de frutos, retirada, acondicionamento, secagem e processamento das sementes, baseada em experiências e práticas ofertadas pela produção de óleo de andiroba realizada pelo agricultor familiar. Especificamente, buscou-se sensibilizar os produtores em relação ao custo e rendimento das etapas produtivas. O processo ocorreu por meio da interação entre produtores, discentes e professores, de forma que tanto os produtores como os discentes pudessem protagonizar os processos de trocas de saberes.

MÉTODO

O conhecimento e a experiência das populações tradicionais foram valorizados com a construção de cenários coincidentes com a realidade dessas populações. O desenvolvimento da oficina ocorreu de forma flexível buscando ajustes a esses aspectos ao longo de seu desenvolvimento, sempre motivando a participação e o compartilhamento de saberes.

A atividade foi realizada no dia 3 de maio de 2023, tendo como ponto de início a mobilização de discentes e docentes do Instituto de Biodiversidade e Florestas da Universidade Federal do Oeste do Pará para deslocamento até a propriedade rural no Assentamento Tapera Velha. Esta mobilização envolveu dois cursos de graduação do Instituto (Bacharelado em Engenharia Florestal e Zootecnia), além dos pesquisadores do grupo de pesquisa. O recurso financeiro modesto se mostrou suficiente para a alimentação durante a oficina. Para o transporte e para a produção de material utilizou-se a estrutura institucional da universidade.

A área de realização da oficina já havia sido visitada outrora por duas vezes para planejamento, sensibilização e outras ações do projeto. Entretanto, no dia destinado à implementação da oficina, buscava-se, em certa medida, superar as limitações estruturais

locais, mitigar a lacuna existente entre o ambiente acadêmico e as comunidades tradicionais, e proporcionar aos nossos estudantes a oportunidade de desempenhar um papel central no processo de aprendizagem. Utilizamos recursos como notebooks, *datashow*, radiocomunicadores e materiais de apoio, além de tecnologias como *drones*, aproveitando nossa experiência interdisciplinar em projetos de extensão na região Amazônica.

A metodologia adotada compreendeu deslocamento de 150 km até a área alvo, inscrição de participantes, implantação de espaço didático adaptado, sensibilização dos envolvidos e troca de saberes (direta e/ou transversal ao longo da ação). Concomitantemente, iniciou-se a transferência de conhecimento formal, que também se manteve de forma direta ou transversal. A visitação iniciou-se em seguida, o que exigiu outro deslocamento de 150 km. A troca de saberes e as visitasções enriqueceram a transferência formal de conhecimentos, tornando o processo tanto mais agradável como contextualizado. Também foi providenciada a alimentação de todos.

DESENVOLVIMENTO

A oficina consistiu em uma programação de cerca de 17 horas, considerando deslocamento e toda a logística envolvida no evento, incluindo o enfrentamento de condições adversas de deslocamento, mas com exitosos resultados e aproximação ainda maior entre os envolvidos. O saldo de participação no evento foi de 11 estudantes, 4 professores e 13 membros comunitários (mulheres e homens).

O evento consistiu em várias etapas, iniciando com a inscrição dos participantes, exposição do conteúdo de custos operacionais na produção de óleo de andiroba, troca de experiências e a divulgação de dados para estruturar um processo simplificado de produção. Por fim, houve uma visitação pela propriedade e a uma empresa de produção de óleo, em município vizinho (Belterra).

Uma das propostas era sistematizar um pouco da percepção dos custos operacionais para a produção de óleo de andiroba como parte de uma oficina maior de boas práticas, realizada no escopo do projeto de extensão. Esta ação visou auxiliar o fortalecimento do sistema de produção familiar estabelecido nesta propriedade, que tem na produção de óleo de andiroba uma importante fonte de renda. Dessa forma, ao chegar à propriedade (Figura 1), realizou-se a inscrição dos participantes (Figura 2) para posterior recebimento de certificado.

Figuras 1 e 2.

- 1) Vista da propriedade familiar no assentamento Tapera Velha, Santarém, Pará.
- 2) Sensibilização e troca de conhecimento para início das atividades



Fonte: Registro do autor.

Houve a exposição do conteúdo de custos operacionais na produção de óleo de andiroba aos comunitários realizado por discentes, protagonizando desta forma o processo de ensino aprendizagem.

Figura 3. Discente ministrando conteúdo sobre custos operacionais na produção de óleo de Andiroba junto a agricultores do Assentamento Tapera Velha, Santarém, Pará



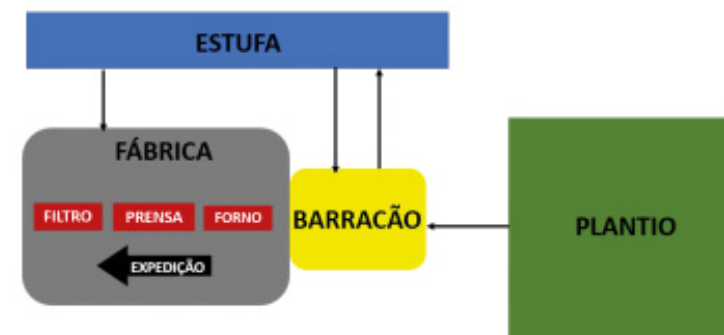
Fonte: Registro do autor.

A participação de agricultores familiares permitiu a troca de experiências e a divulgação de dados cruciais para estruturar a produção, visto que a maioria tem cultivo de espécies florestais em suas propriedades.

Esse tipo de atividade representa uma oportunidade de inserção de políticas públicas de desenvolvimento local, pois além de identificar elementos da cadeia produtiva da espécie, verificam-se os gargalos que dificultam o acesso ao mercado dos produtos. Busca-se sanar esses obstáculos, sob a perspectiva de garantir a melhoria na qualidade de vida da população a partir da produção sustentável (Rodrigues *et al.*, 2020).

A partir do entendimento do contexto em que vivia a comunidade foi possível estabelecer um processo simplificado da produção (Figura 4). Para tanto, foram consideradas as principais estruturas que envolviam investimentos iniciais e concentravam os custos. Neste processo, basicamente os frutos são colhidos no plantio, de janeiro a maio aproximadamente, levados ao barracão onde são selecionados e “quebrados” para serem transportados para a estufa. Após a secagem, seguem para a fábrica, onde ocorre um processo de secagem final no forno e, por meio da prensagem, obtém-se o óleo. A filtragem mecânica acelera o processo e melhora a qualidade do óleo. Todas estas atividades são realizadas com mão de obra familiar, envolvendo meses de trabalho.

Figura 4. Processo de produção simplificado para produção de óleo de andiroba (*Carapa guianensis Aubl*) no Assentamento Tapera Velha



Fonte: Elaboração do autor.

A partir destas informações, discutiu-se com os comunitários o fluxo das atividades e os custos envolvidos. Abordou-se conceitos de depreciação e custos de oportunidade, além da percepção de custos fixos e variáveis. Foi possível estimar e ajustar com os participantes o custo para a produção de 1 litro de óleo considerando aspectos locais. Identificou-se como estratégia para melhorar os ganhos financeiros ampliar a área de cultivo e obter o Selo de Inspeção Municipal (SIM). Considerando que a capacidade de processamento da fábrica é muito superior em escala à área atual, juntamente com a aquisição do SIM, seria possível a comercialização do óleo a preços melhores.

A oficina continuou com visitação pela propriedade em que estava sendo executada, onde foi possível observar as áreas de plantio, infraestrutura de estufa, barracão e uma fábrica que permite a produção de óleo de forma mecanizada. Nesse processo, várias orientações de boas práticas foram direcionadas aos produtores em potencial que estavam na oficina (Figura 5).

Figura 5. Barracão da fábrica de óleo no assentamento Tapera Velha, Santarém, Pará



Fonte: Registro do autor.

Na continuidade das atividades foi realizada uma visita a uma empresa dedicada à produção de óleo que adquire sementes provenientes de diversos produtores. Nesta empresa, foi possível observar o processo que consiste na aquisição das sementes já secas, processadas e subsequentemente comercializadas. Vale ressaltar que a escala de operações era substancialmente maior, incluindo atividades de exportação. Essa experiência revelou-se extremamente enriquecedora, uma vez que proporcionou aos participantes a oportunidade de explorar novas perspectivas e modelos produtivos.

Foi realizada uma visita à produção de óleo da comunidade São Domingos, na Floresta Nacional do Tapajós – Flona Tapajós. Nesta atividade foi possível vislumbrar aspectos e facetas diferentes do que os produtores do Assentamento Tapera Velha estavam habituados. Neste local, a produção de óleo ocorre de forma totalmente artesanal, sem a utilização de maquinário para prensar e filtrar. Além disso, são elaborados produtos como velas, sabonetes, incensos e o próprio óleo natural do projeto “As Amélias da Amazônia” lá desenvolvido (Figura 6).

Figura 6. Visita às Amélias da Amazônia na Comunidade São Domingos, Flona Tapajós, município de Belterra



Fonte: Rommel Noce.

Considerando a sustentabilidade e ressignificação de processos produtivos, destacando-se como eixos integradores os princípios da vida, diversidade, complexidade e da transformação (Costa *et al.* 2020), a ação buscou contribuir com um processo comunitário estabelecido no assentamento. Melhorando a prática de produção do óleo, seria possível conquistar selos de inspeção que possibilitaram atingir novos mercados e, assim, fortalecer a agricultura familiar na comunidade alvo do projeto.

Buscamos desta forma construir conjuntamente o conhecimento de manejo e produção envolvendo a academia na atividade em *loco*, junto à comunidade. Apesar dos esforços e avanços obtidos com as políticas de inclusão, ainda há um abismo entre quem produz na floresta, interagindo diretamente com a natureza, e o acesso à ciência florestal. Assim, o nosso esforço de extensão buscou contribuir para diminuir em algum grau essa disparidade.

O conteúdo da oficina foi elaborado a partir de um cenário que buscou refletir o contexto da produção de óleo de andiroba no assentamento, corroborando para a construção de soluções a partir da realidade e conhecimento local, o que favoreceu a troca de saberes entre os envolvidos que se identificavam no cenário exposto. Atingiu-se ainda um dos objetivos de extensão, com a discente protagonizando o processo de transmissão de conhecimento.

Transformar a realidade do campo é um desafio, mas tentamos contribuir para a melhoria do processo produtivo que já ocorre em base ecológica. O óleo é obtido a partir de coleta de sementes de espécie nativa da região, sendo produzido em assentamento por agricultores familiares. A partir do momento que evoluir o processo produtivo, permitindo posicionar o produto no mercado a preços melhores, será viável uma transformação. Inclusive porque novas perspectivas foram apresentadas aos participantes.

As famílias foram beneficiadas com a construção do ensino agroecológico, o que permitiu vislumbrar uma perspectiva factível de melhores condições de subsistência. Analogamente, os estudantes protagonizaram esse processo e enriqueceram sua formação com conteúdo além da universidade, obtidos com a vivência junto às comunidades tradicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ação contribuiu para sensibilizar os participantes quanto às perspectivas da sua atividade e conseguir uma posição superior no mercado, adotando melhores práticas produtivas que não distam de sua realidade. Isso fortalece a visão de que é possível uma produção sustentável, integrada à economia ambiental e com potencial de melhorar a renda e dessa forma contribuir para fixar o homem no campo. Conseguimos contribuir para a compreensão econômica da atividade com nossos discentes, integrando conhe-

cimentos da Economia Florestal que compõem a compreensão da atividade, enquanto simultaneamente absorveram conhecimentos além do escopo da academia junto aos povos tradicionais e agricultores familiares que vivem e transformam a floresta, além de fomentar a percepção de novos arranjos produtivos para a atividade dos participantes.

Pensamos que avançamos no sentido de permitir que os alunos e povos tradicionais protagonizem os processos de aprendizagem em agroecologia. Os principais desafios foram relacionados a recursos. Embora tenhamos os recursos humanos e técnicos em algum nível, há restrição financeira. Além disso, há dificuldade de envolver as comunidades tradicionais. Notamos uma certa descrença, e acreditamos que em grande parte isso se deve por estarmos vivenciando uma situação de pós-pandemia combinada a uma retomada de políticas sociais e ambientais, outrora negligenciadas.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (Fapespa) e à Pró-reitora de Cultura, Comunidade e Extensão da Universidade Federal do Oeste do Pará (Procce) pelo apoio às atividades.

REFERÊNCIAS

- COSTA, F. V.; RAMOS, J. L. C.; VIEIRA, D. D. Produção científica e princípios da Educação em Agroecologia. *Desenvolvimento e meio ambiente*, UFPR, v. 55, p. 538-555, dezembro de 2020.
- GUARINO, E. S. G.; GESSNER, C. M.; WADT, L. H. O.; Fonseca, F. L.; Raposo, A. Estrutura de uma população natural de *Carapa guianensis* (Meliaceae). In: *Congresso Nacional de Botânica*, 64, 2013, Belo Horizonte, Anais [...]. Belo Horizonte: SBB p. 23.
- KENFACK, D. Resurrection in *Carapa* (Meliaceae): a reassessment of morphological variation and species boundaries using multivariate methods in a phylogenetic context. *Botanical Journal of the Linnean Society*, 165(2), 2011, p. 186-221.
- MICCOLIS, Andrew *et al.* Restauração ecológica com sistemas agroflorestais: como conciliar conservação com produção: opções para Cerrado e Caatinga. Embrapa Cerrados-Livro técnico (INFOTECA-E), 2016.
- ROCHA, G. P., FERNANDES, L. A., CABACINHA, C. D., LOPES, I. D. P., RIBEIRO, J. M., FRAZÃO, L. A., & SAMPAIO, R. A. Caracterização e estoques de carbono de sistemas agroflorestais no Cerrado de Minas Gerais. *Ciência Rural*, 2014, 44, 1197-1203.
- RODRIGUES, I. D. B. M., dos Anjos, F., Oliveira, T. P., & Neves, A. L. Manejo sustentável do açaí na área de entorno do Parque Estadual do Charapucu, região do Marajó, em Afuá/PA. *Cadernos de Agroecologia*, 15(2), 2020.
- SANTOS, R. S.; Pellicciotti, A. S. Ocorrência de *Hypsipyla ferrealis* Hampson (Lepidoptera: Pyralidae) em andiroba no estado do Acre. *Ciência Florestal*, v. 26, n. 3, p. 995-998, 2016.
- SOUZA, C. R., de Lima, R. M. B., de Azevedo, C. P., & Rossi, L. M. B. Andiroba (*Carapa guianensis* Aubl.). Embrapa Amazônia Ocidental. Documentos, 2006, 48, 21 p.

7. Semeando sustentabilidade: a transformação agroflorestal do sítio Campo Verde da Lagoa, Beberibe/CE

Ana Karina Cavalcante Holanda, Luiza Lorena Martins Lobo,
Maria de Lourdes Carvalho Neta, Moacir de Souza Junior,
Alexandre Caique Costa e Silva, Gislane Mendes de Moraes

INTRODUÇÃO

Neste relato, vocês embarcarão numa jornada de transformação que ganhou vida em meio às circunstâncias desafiadoras na pandemia de covid-19. Em um passado não muito distante, a propriedade rural da sra. Aila e do senhor Holanda, conforme Figura 1, conhecida hoje como Campo Verde da Lagoa, situada na Comunidade Lagoa de Dentro, no município de Beberibe/Ceará, estava desprovida de qualquer função social, ambiental e econômica significativa.

DESENVOLVIMENTO

O lugar escolhido foi Beberibe, um município do Nordeste do Brasil, estado do Ceará, com cerca de 53.110 moradores, a 85 km de Fortaleza. A classificação do clima é Aw (tropical com inverno seco) de acordo com a Köppen e Geiger, com uma média de 914,1 mm de chuvas por ano e temperaturas que variam de 26° C a 28° C. A quadra chuvosa vai de fevereiro a maio. A paisagem é caracterizada por praias deslumbrantes e colinas suaves, e solos que variam de neossolos quartzarênicos e argissolos acinzentados (Embrapa, 2018).

Figura 1. Localização do Sítio Campo Verde da Lagoa



Fonte: Carvalho Neta, 2023.

O casal que morava em Fortaleza viu seu trabalho comprometido pela pandemia e decidiu, no início de 2020, mudar o estilo de vida. Com apoio dos seus filhos e em parceria com a Ecoar Agrofloresta, a família decidiu implantar sistemas agroflorestais, contando com a participação de representantes de instituições como a Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Ceará (SDA), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (Ematerce), o Instituto Agropolos do Ceará, bem como estudantes da Universidade Federal do Ceará (UFC), o Instituto Federal do Ceará (IFCE), agricultoras, agricultores e jovens. Um sistema agroflorestal, como diz Ernst Götsch, é um sistema agrícola diversificado e interconectado, inspirado na natureza, que visa a produtividade sustentável do solo, a conservação da biodiversidade e a resiliência do ecossistema agrícola.

A agrofloresta implantada pelo Campo Verde da Lagoa apresenta algumas especificidades que são essenciais para promover a saúde e os sistemas agroalimentares saudáveis, sustentáveis e justos: a) diversificação e sustentabilidade: ao promover a diversificação de plantas, conservação do solo e água; b) agricultura familiar e participação comunitária: ao fortalecer os laços sociais e promover uma abordagem colaborativa para uma agricultura sustentável; c) educação e conscientização: ao realizar cursos, palestras e visitas técnicas, conscientiza a comunidade sobre práticas agrícolas sustentáveis e reeducação alimentar, incentivando a replicação das práticas adotadas.

Ainda no ano de 2020, antes da implantação da agrofloresta, realizou-se um estudo de solo em parceria com o Laboratório de Solos da Universidade Federal do Ceará (UFC). O estudo aferiu um solo com baixa matéria orgânica e fósforo disponível, baixo

potássio e magnésio trocável e médio cálcio trocável (UFC, 2020). Com base nesses resultados, foi necessária a aplicação de insumos para correção, tais como esterco de gado e de galinha, cinzas, folhas secas e fosfato natural, sendo os três primeiros adquiridos na própria comunidade pelos produtores locais.

Com o solo adequado, em janeiro de 2021, em um esforço coletivo de se reinventar e contribuir para um futuro mais sustentável, a família decidiu realizar um mutirão que contou com a participação de 35 representantes de instituições parceiras, agricultoras e agricultores da comunidade local e jovens. Foram implantados dois sistemas. Um foi para a criação de galinhas caipiras, na qual tem sido uma atividade interessante para os moradores do sítio, pois é uma atividade que se encaixa perfeitamente na agricultura familiar, é de baixo custo, requer menos insumos, permite a produção da própria proteína animal de forma sustentável bem como incremento na renda com a venda de ovos, além disso, as galinhas caipiras ajudam no controle de pragas e contribuem para a fertilização do solo. O outro visava a criação de abelhas sem ferrão, que desempenham um papel crucial na polinização, o que é essencial para a produção de frutas e vegetais; além disso, a produção de mel e outros produtos também tem sido uma fonte adicional de renda.

Ao promover a criação de abelhas sem ferrão, o sítio não apenas contribui para a polinização, mas também preserva as espécies de abelhas nativas, que são vitais para os ecossistemas locais. Na Figura 2, vê-se a paisagem antes e depois da implantação.

Figura 2. Paisagem do sítio



Fonte: Costa e Silva, 2022.

Em abril de 2023, o sítio participou de um concurso realizado pela Rede Colaborativa de Impacto para o Desenvolvimento da Agricultura, da Ecologia e da Bioconstrução (Ekonavi), para implantação de um viveiro de mudas, e obteve o primeiro lugar como iniciativa socioambiental mais votada. Com apenas 4 meses de funcionamento, o viveiro já tem mudas em crescimento para serem transferidas ao solo no período chuvoso. Além de fortalecer a agrofloresta do sítio, as mudas também serão doadas para a comunidade.

O sítio se transformou numa vitrine didática, onde também desempenha um papel importante na disseminação da informação por meio da realização de cursos, manejos agroflorestais, palestras e visitas técnicas. O sítio recebeu, em março de 2022 (Figura 3), mulheres do Assentamento Córrego do Murici, de Beberibe, para trocar experiências sobre a criação de galinha com produção de ração agroecológica a partir das espécies plantadas na agrofloresta em parceria com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará.

Figura 3. Curso de avicultura



Fonte: Lobo, 2022.

Outro curso importante envolveu as juventudes rurais selecionadas em Edital pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará (Figura 4). Intitulado “Criação de Galinha Caipira em Sistemas Agroflorestais”, realizado em janeiro de 2023, o curso priorizou as juventudes que propuseram, em seus projetos, atividades que envolviam a criação de galinhas e a implantação de sistemas agroflorestais.

Figura 4. Curso “Criação de Galinha Caipira em Sistemas Agroflorestais”



Fonte: Lobo, 2023.

O Campo Verde da Lagoa tem sido um local destinado a promover atividades ao ar livre, interação com a natureza, educação ambiental, entre outras vivências. Todas as suas atividades são públicas, bem como este relato.

Desafios

O sítio vem semeando sustentabilidade e muitos são os desafios encontrados. Na dimensão social, tem sido introduzida a prática agroflorestal com agricultores e agricultoras familiarizados com a monocultura. Na ecologia, o solo de baixa fertilidade natural e os grandes ventos dificultam o crescimento das plantas. Na dimensão econômica, é necessário realizar uma gestão mais profissional. Para superar esses desafios, algumas estratégias têm sido adotadas: realização de cursos, palestras, visitas técnicas e mutirões para sensibilização sobre os benefícios dos sistemas agroflorestais; investimento em melhorias do solo por meio de insumos orgânicos, como esterco de gado e galinha, cinzas e fosfato natural; introdução de espécies nativas mais resistentes à seca e ao calor; e diversificação dos produtos, controle dos gastos e estratégia de *marketing*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Resultados

Os principais resultados estão concatenados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), preconizados na Agenda 2030. Destacam-se: a) Fome Zero e Agricultura Sustentável (ODS 2): por meio das práticas agrícolas sustentáveis, contribui

para a segurança alimentar local e a produção de alimentos saudáveis; b) Igualdade de Gênero (ODS 5): incentivando a participação das mulheres na agricultura e na gestão dos sistemas agroflorestais; c) Ação contra a Mudança Global do Clima (ODS 13): contribui para a mitigação das mudanças climáticas, armazenando carbono no solo e reduzindo as emissões de gases de efeito estufa; d) Vida Terrestre (ODS 15): promove a biodiversidade e a conservação da natureza.

Disseminação da experiência

O sítio mantém um grupo de Whatsapp com quem já participou de vivências. A experiência tem sido replicada, tanto com a implantação de sistemas agroflorestais quanto com a criação de abelhas nativas da caatinga. A expectativa é que o Campo Verde da Lagoa possa continuar semeando sustentabilidade, conhecimento, produzindo alimento e diversificando, regenerando o solo, conservando a biodiversidade, melhorando a qualidade da água e envolvendo uma maior participação das mulheres e jovens nos processos de formação.

REFERÊNCIAS

- EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. *Sistema Brasileiro de Classificação de Solos*. 5ª. ed. rev. e ampl. Brasília: Embrapa, 2018. 359p.
- GÖTSCH, E. *Homem e Natureza: cultura na agricultura*. 2.ed. Recife: Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, 1997.
- IPECE. Perfil Municipal de Beberibe 2017. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Fortaleza, 2018. Disponível em: www.ipece.ce.gov.br/wpcontent/uploads/sites/45/2018/09/Beberibe_2017.pdf. Acesso em: 28 set. 2023.
- LABORATÓRIO DE ANÁLISE DE SOLO. Resultado da Análise de Solo do Campo Verde da Lagoa. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2020.
- ONU BRASIL. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. Nações Unidas Brasil. 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 02 out. 2023.

8. Ser-tão mulher juventude: empoderamento pela autonomia, protagonismo feminino rural, capacitação, sensibilização e sustentabilidade

Marisa M. Beltrão, Ricardo L. R. R. Cavalcanti,
João Itácito de M. Duda, Van Giap R. Cardoso

INTRODUÇÃO

O Projeto Ser-tão Mulher Juventude desempenhou papel precursor e inovador para o protagonismo feminino brasileiro. Inicialmente patrocinado pelo Fundo Socioambiental (FSA) da Caixa Econômica Federal (CEF) e, no segundo ano, pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-AL), por meio de convênio, visando a ampliação, inovação e resultados do Projeto. Ressaltam-se, ainda, duas chamadas públicas do Instituto Irmãs da Santa Cruz (IISC), nas quais foram selecionados jovens rurais para se somarem ao contingente de mulheres precursoras do projeto, incorporando a mecanização agrícola adaptada à agricultura familiar. Onde o Canal Adutor do Sertão se espraia, este território, apesar da presença desse recurso hídrico essencial na produção agropecuária, apresenta índices sociais preocupantes de insegurança alimentar e baixos índices de desenvolvimento humano – IDH (IBGE, 2010), ocupando as piores posições nacionais e locais. As unidades implantadas estão situadas no contexto climático do semiárido, com significativas limitações de fixação antrópica, responsáveis pelo êxodo rural, bem como pelo inexpressivo índice de desenvolvimento socioambiental, nos municípios de Delmiro Gouveia (três UDs), Água Branca, Pariconha (uma UD) e Inhapi (uma UD).

Mapa 1. Comunidades rurais atendidas



Fonte: Acervo ITViva (2020).

Trata-se de uma área de concentração de agricultores familiares. Impulsionados por fatores socioeconômicos históricos, condições climáticas adversas, reproduz modelos predatórios de exploração dos recursos naturais. Contrapondo-se ao quadro socioambiental exposto, o Canal passou a ser vetor potencial de desenvolvimento. Em uma conjuntura social, territorial e ambiental que a tecnologia se insere, as mulheres desempenharam um papel de destaque no desenvolvimento agrícola local, na produção, beneficiamento e comercialização. A maior participação da mulher não exclui o patriarcado, que ainda impõe desigualdades, sobretudo, no território de atuação. Nesse sentido, o propósito do Ser-tão Mulher desafiou esse contexto, a partir de sua denominação, com o empoderamento desse segmento pelo conhecimento, capacitação e exemplaridade.

DESENVOLVIMENTO

O Instituto Terraviva sempre busca estabelecer relações horizontais com seu público-alvo, considerando as experiências individuais e coletivas das comunidades assistidas, lançando mão de conceitos e práticas etnoecológicas como um dos principais eixos metodológicos empregados em seus projetos. Nesta perspectiva, as ações de capacitação técnica possuem uma abordagem dialógica (Schönardie, 2019), coadunando o saber técnico-científico aos saberes tradicionais, configurando-se como estratégia potencializadora do processo formativo a partir do fomento ao protagonismo e autonomia dos indivíduos (Figura 1).

O projeto resultou na implantação, de forma participativa, de 10 hectares de agro-floresta, que agora integram uma paisagem florestal em áreas anteriormente degradadas.

Figura 1. Imagem de Unidades implementadas no município de Água Branca (AL)



Fonte: Acervo ITViva (2020).

A relevância de se implantar Unidades Produtivas através de SAFs é, estrategicamente, uma maneira de fortalecer a rede de mulheres agricultoras para a troca de saberes, por meio da utilização de tecnologias sociais adequadas, manejo cuidadoso do solo, da água e dos plantios. A sensibilização para preservação e conservação do bioma Caatinga atende a diversidade étnica local, mas com intuito comum de garantir os meios para a segurança alimentar e hídrica, entre velhos e novos desafios, como é o caso das mudanças climáticas.

Um cenário diferenciado se formou com arranjos agroecológicos que refletem na biodiversidade, no companheirismo entre plantas e na recuperação e conservação dos recursos naturais. As ações realizadas contribuíram para a sustentabilidade do sistema de produção desenvolvido pela agricultura familiar na região, alicerçados em modelos de produção agroecológicos que agregaram valor aos produtos; tornaram as pequenas produtoras independentes de insumos externos; diminuíram os elos do canal de comercialização, proporcionando mais rentabilidade e promovendo a segurança alimentar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O SAF é um instrumento pedagógico de articulação social, com perspectiva de desenvolver agroecossistemas baseados em arranjos produtivos participativos e contextualizados. No Projeto, a disponibilidade de irrigação nas áreas ampliou as possibilidades de experimentação e oportunidades de êxito com esta tecnologia.

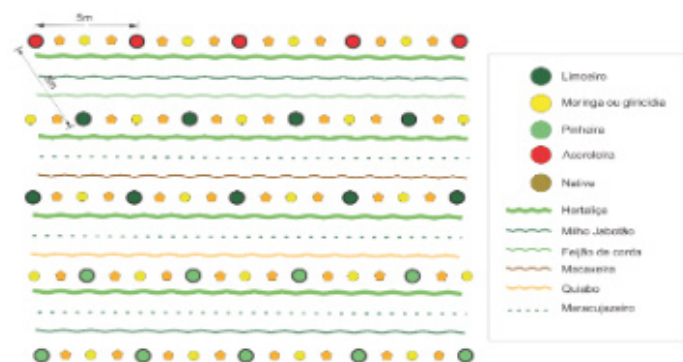
As comunidades rurais trabalhadas incluem assentamentos de Reforma Agrária, territórios quilombolas e tradicionais de agricultura familiar, os quais foram selecionadas com ampla participação dos atores locais em seus espaços de diálogo, com destaque

para o Colegiado Territorial do Alto Sertão. Os grupos são formados por 15 mulheres e jovens, responsáveis pelo planejamento, implantação e manejo de um SAF coletivo, com área média de 0,3 ha.

Nesta experiência, os arranjos agroflorestais foram construídos, separadamente, em cada grupo, com metodologias participativas, precedidas de oficinas de planejamento. Inicialmente foram definidas as culturas eixo, classificadas de acordo com o tempo de permanência no agroecossistema, o estrato de ocupação (baixo, médio, alto ou emergente) e as funções ecológicas (a exemplo da ciclagem de nutrientes, produção de biomassa e alimento para fauna nativa).

Os arranjos foram pensados tendo a fruticultura como base produtiva, e, por se tratar de sistemas irrigados, foi possível utilizar culturas comerciais, exóticas e nativas. As frutíferas foram plantadas em consórcios com espécies produtoras de matéria orgânica lignificada, em faixas de 7x7 metros. O espaço entre as faixas foi utilizado para o plantio de culturas anuais, como raízes, grãos e hortaliças, de acordo com a aptidão e avaliação de cada grupo. A Figura 2 ilustra, de forma esquemática, um dos arranjos realizados.

Figura 2. Croqui de uma das unidades atendidas pelo projeto



Fonte: Acervo ITVIVA (2019).

Com base nas tendências de culturas agrícolas locais, o ITViva mediou, integrado às produtoras, arranjos com espécies arbóreas da Caatinga que atuaram para a recuperação de áreas degradadas no entorno do Canal. Isso foi possível em função da forma de produção que procurou entender o funcionamento da natureza, utilizando as relações entre os seres vivos e estimulando a biodiversidade.

Os resultados foram constatados, ainda, nos primeiros meses de implementação dos sistemas. As hortaliças ganham espaço por representarem renda mais rápida (alface, couve, coentro e tomate), seguida pelos cultivos tradicionais de milho, feijão, batata,

entre outros. Ao decorrer do primeiro ano, as primeiras frutas começam a aparecer, a exemplo do maracujá, goiaba e acerola. Nesse diapasão, a unidade vai se transformando e evoluindo no sentido do aperfeiçoamento e maior produção com autonomia.

Figura 3. Beneficiárias exibindo a produção das unidades



Fonte: Acervo ITViva (2020).

A produção de alimento transformou a realidade das mulheres e das famílias envolvidas, diretamente e indiretamente. Inclui-se hoje ao processo o beneficiamento de frutas por meio da produção de doces, geleias e licores. As produtoras são convidadas a participar de eventos, as Unidades Produtivas são visitadas por diferentes segmentos sociais, bem como instituições de ensino, pesquisa e extensão, a exemplo da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e do Sebrae/Al.

O trabalho coletivo é sempre desafiador. São diversos os potenciais conflitos existentes nas relações sociais comunitárias, o que não é diferente da realidade do campo (Caldeira, 1956). Tal realidade destaca a importância de estratégias voltadas à integração de longo prazo. Os momentos coletivos, de integração entre Instituição e Comunidade, foram aproveitados para se trabalhar as potencialidades positivas de cada grupo, bem como a redução de riscos e conflitos. A condução das agroflorestas no bioma Caatinga, com apoio de instrumentos tecnológicos, metodológicos e gerenciais inovadores; e do protagonismo feminino e juventude rural se traduziu como potencial de consolidação da melhoria da qualidade de vida, incluindo a dimensão financeira e emancipação, permanência e autonomia dos jovens, contribuindo para a sucessão rural equilibrada (Navarro, 2001).

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2007
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa em “Cidades e Estados”. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/al. Acesso em 27 de novembro de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agropecuário 2017. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html. Acesso em: 27 nov. 2023.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

SCHÖNARDIE, P. A. Extensão ou educação? Da extensão rural à educação dialógica do campo. *Rev. Ed. Popular*, Uberlândia, v. 18, n. 2, p. 81-106, maio/ago. 2019.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Estudos avançados*. 2001, v. 15, n. 43, pp. 83-100.

9. Implantação do núcleo de estudos em agroecologia e produção orgânica do Maranhão no cenário da pandemia da covid-19

Maria Rosangela Malheiros Silva, Ariadne Enes Rocha, Gislane da Silva Lopes, Josilda Junqueira Ayres Gomes, José Ribamar Gusmão Araújo, Guillaume Xavier Rousseau, Antônia Alice Costa Rodrigues

INTRODUÇÃO

O Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica (Neapo) é uma proposta que respondeu à chamada pública n. 21/2016 do CNPQ para financiamento de ações voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar. Foi classificado como Prioridade 2, isto é, considerado importante, mas não prioritário, e por isso somente implementado em 2019 devido a disponibilização de recursos pela Coordenação de Produção Orgânica do Mapa para apoio a projetos de implementação de NEAs.

Souza *et al.* (2017) relataram que essas chamadas mobilizaram um número expressivo de profissionais atuantes em instituições científico-acadêmicas nos núcleos e redes de núcleos de estudo em agroecologia e sistemas orgânicos de produção (NEAs e R-NEAs). Na Universidade Estadual do Maranhão (Uema), estimularam professores da graduação e da pós-graduação em Agroecologia que foram demandados pela Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão (AGERP/MA), tendo como parceiros colaboradores o Instituto Federal do Maranhão Campus Caxias (IFMA) e a empresa Alimentum Ltda.

O projeto contemplava inicialmente cinco municípios onde seriam realizadas atividades, porém, devido à pandemia da covid-19, ficou restrito ao município de São Luís. O Neapo foi constituído como um espaço de ensino, pesquisa e extensão para contribuir com os agricultores familiares maranhenses que, devido ao acesso limitado à terra não conseguem mais sustentar suas famílias por meio das técnicas tradicionais de manejo, baseadas principalmente no uso do fogo e o pousio com florestas secundárias.

A agroecologia com uma abordagem que incorpora cuidados especiais ao ambiente, assim como aos problemas sociais, enfocando não somente a produção, mas também

a sustentabilidade ecológica do sistema de produção (Altieri, 2002), representa uma alternativa para a agricultura sustentável, em que a conservação do ambiente e o desenvolvimento devem ser considerados como atividades indissociáveis.

Assim, pesquisadores em Ciências Agrárias da região confrontados com tais problemas e com a necessidade da formação de recursos humanos aptos para a análise e proposição de alternativas ao desenvolvimento socioeconômico regional sustentável vêm, nos últimos anos, colocando a pesquisa transdisciplinar em destaque, visto ser a saída mais segura para um desenvolvimento sólido e duradouro.

DESENVOLVIMENTO

Objetivo

Implantar um Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica na Universidade Estadual do Maranhão (Uema) para promover práticas agroecológicas, sistemas orgânicos de produção de hortaliças e restauração de áreas degradadas por meio do ensino, pesquisa e extensão, em colaboração com instituições públicas e privadas que atuam na temática da Agroecologia.

Metodologia

Em janeiro de 2020, após reuniões da equipe do projeto com parceiros, foi definido o espaço físico das Unidades Demonstrativas (UD) do Neapo na área do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia (PPGA) da Uema em São Luís/MA. As Unidades foram demarcadas, georreferenciadas e roçadas; porém, em março daquele ano as atividades foram suspensas devido à pandemia da covid-19, que provocou um reinventar das ações programadas no projeto original.

Foram adotados os procedimentos de distanciamento, realizando-se reuniões remotas e foi decidida a concentração das atividades somente em São Luís. Foram canceladas as ações para os outros municípios, Alcântara, Itapecuru, Presidente Juscelino e Morros.

A primeira atividade programada foi a organização da XVII Campanha Anual da Promoção do Produto Orgânico “Alimento Orgânico: Sabor e Saúde em Sua Vida” e o curso “Agroecologia e Produção de Alimentos Saudáveis”, ambos de forma *online*. Os parceiros participaram como palestrantes e divulgadores do evento em suas redes sociais.

A redução da circulação do vírus e a vacina permitiram aos poucos a retomada das atividades de campo com a incorporação da UD de Restauração Ecológica, fruto de um projeto de recuperação de nascente dentro da área, seguida pela implantação

da UD das Plantas Alimentícias Não Convencionais (Panc) pelo bolsista de Extensão do Projeto e discentes voluntários do Curso de Agronomia.

A Unidade das Panc foi concebida pela importância nutricional e pelo impacto socioeconômico para diversificação dos sistemas de produção. Outra unidade implantada dentro dessa concepção foi a UD de Sistema Agroflorestal com fruteiras nativas (SAF). O retorno das aulas presenciais em março de 2022 e as visitas programadas dos discentes do Curso de Agronomia e do PPGA ao Neapo proporcionaram maior envolvimento dos discentes e docentes no seu estabelecimento.

A organização da 1ª Jornada Decolonial Internacional – Região Foco: O Arco de Regeneração da Amazônia, e do Curso de Manejo de Hortaliças em Sistema Orgânico proporcionaram a extensão do conhecimento científico para agricultores(as) e técnicos extensionistas por meio de visitas *in loco*, palestras, oficinas e material didático.

As visitas dos estudantes e professores da Casa Familiar Rural (CFR) do município de Zé Doca também contribuíram para os diálogos sobre as práticas agroecológicas, assim como dos educadores da Estação Conhecimento de Arari, organização social da Fundação Vale que atua no desenvolvimento social de comunidades.

O curso “Neapo: transição agroecológica e educação do campo, contribuições para uma reforma agrária popular”, que teve como público o Coletivo de Mulheres Arte é Vida do Assentamento Cristina Alves do município de Itapecuru/MA, foi um espaço importante de troca de saberes com os(as) agricultores(as). As atividades ocorreram na Unidade de Educação Básica e Horta Comunitária do Assentamento, com encerramento no Neapo, em São Luís.

O curso Restauração Ecológica e Sistemas Agroflorestais foi concebido no formato de Educação à Distância (EAD) com carga horária de 60 h para expandir as oportunidades de aprendizagem sobre os princípios da conservação, restauração e dos sistemas agroflorestais como estratégia agroecológica de produção de alimentos em áreas degradadas. O curso foi cadastrado na plataforma dos Cursos Abertos da Uema (Mooc) <https://eskadauema.com/>, a qual tem como objetivo proporcionar acesso ao grande público.

DISCUSSÃO E REFLEXÃO

A implantação do Neapo na Uema resultou em participação na Comissão de Produção Orgânica (CPorg) do Maranhão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Pesca como representante da Instituição e na construção da XVII Campanha Anual da Promoção do Produto Orgânico “Alimento Orgânico: Sabor e Saúde em Sua Vida”. O evento discutiu a produção de alimentos orgânicos e agroecológicos a partir de estudos, práticas e experiências de produtores, técnicos e acadêmicos do Estado do

Maranhão, além de abordar a legislação da produção orgânica para o fortalecimento do setor local.

O curso “Agroecologia e Produção de Alimentos Saudáveis” promoveu a discussão das bases e princípios teórico-conceituais e práticos da Agroecologia a partir das experiências de vários profissionais que atuam localmente com a participação de 156 estudantes (Ensino Médio, Graduação e Pós-Graduação), sete docentes, dois técnicos e cinco agricultores.

O Neapo fortaleceu as linhas de pesquisa do PPGA: Estrutura e Funcionamento de Ecossistemas Naturais e Agroecossistemas, Ecologia de Insetos, Fitopatógenos e Ervas Espontâneas em Agroecossistemas, Sistemas de Produção Agroecológicos. Ele também proporcionou maior diálogo sobre a produção agroecológica e orgânica no Curso de Agronomia.

As UD's permitiram a vivência dos discentes da Uema nas práticas agroecológicas por meio de estágios obrigatórios e voluntários, pesquisas de iniciação científica, monografias, aulas práticas da graduação e pós-graduação, intercâmbio com os agricultores durante as visitas e oficinas. Segundo Souza *et al.* (2017), as relações entre ensino, pesquisa e extensão possibilitam ainda múltiplas oportunidades de articulação entre as instituições científico acadêmicas e a sociedade.

Os discentes do PPGA coordenaram as oficinas de manejo de plantas espontâneas (Figura 1) e manejo ecológico de doenças em plantas com a produção de insumos alternativos (Figura 2), aplicando os conhecimentos adquiridos tanto nas disciplinas do PPGA na 1ª Jornada Decolonial Internacional quanto na visita dos estudantes e professores do CFR do município de Zé Doca (Figura 3).

Figura 1. Oficina de manejo de plantas espontâneas



Fonte: acervo do autor.

Figura 2. Oficina de manejo de doenças em plantas ministrada pelos doutorandos do PPGA, 2022



Fonte: acervo do autor.

Os discentes da graduação envolveram-se com a implantação da gongocompostagem (produção de composto pela ação de embuás ou gongolos) e dos canteiros de hortaliças orgânicas com materiais recicláveis.

Figura 3. Oficina de construção de canteiros com materiais recicláveis, ministrada por discente do curso de agronomia, 2022



Fonte: acervo do autor.

A troca de saberes no evento da 1ª Jornada Decolonial Internacional contou com a participação de 19 agricultoras do grupo Mulheres do Campo em Ação da Zona Rural de São Luís, do Polo Agrícola Horti Canaã de Paço do Lumiar, do Povoado Santa Maria de São José de Ribamar e Associação das Mulheres Quebradeiras de Coco de Capinzal do Norte e quatro agricultores da Associação dos Agricultores Familiares Rurais Agroecológicos Nova Demanda de Santo Antônio dos Lopes/MA. Além dessas pessoas, também estiveram presentes seis técnicos da Agerp, oito discentes e seis docentes da Uema.

Os diálogos sobre as práticas agroecológicas na 1ª Jornada Decolonial Internacional resultaram na replicação do modelo de SAF proposto pelo Neapo nos municípios de Santo Antônio dos Lopes e Lima Campos, além do incentivo ao cultivo de Panc nas comunidades tradicionais assistidas pelos técnicos da Agerp. Mariutti *et al.* (2021) destacaram essas espécies com grande potencial para combater a insegurança alimentar no Brasil e para geração de empregos e renda em toda a cadeia produtiva de hortaliças.

Os discentes (28) e docentes (8) da CFR de Zé Doca dialogaram sobre alternativas ao uso do fogo nas lavouras, como a cobertura morta e adubação verde para o enriquecimento e proteção do solo. A doação de sementes de crotalária (*Crotalaria juncea*), feijão-de-porco (*Canavalia ensiformis*) e mucuna cinza (*Mucuna pruriens*) colaboraram para a inserção dessa prática nas áreas de cultivo da escola.

Os nove educadores da Estação Conhecimento de Arari/MA demonstraram interesse na inclusão das Panc nas comunidades que atuam por meio de parceria com o Neapo. Durigon, Madeira e Kinupp (2023) ressaltaram as Panc como uma estratégia de diversificação dos sistemas de produção para promoção da autonomia no campo e nas cidades, dialogando com todas as dimensões da agroecologia.

O curso Manejo de Hortaliças em Sistema Orgânico envolveu 24 discentes e dois docentes do IFMA, além de cinco agricultores e três técnicos. Após o curso que proporcionou práticas de preparo do solo, uso da adubação orgânica, produção de biofertilizantes e mudas, houve uma discussão entre os participantes para aumentar a produção de hortaliças orgânicas.

O curso “Neapo: transição agroecológica e educação do campo, contribuições para uma reforma agrária popular”, que encerrou com a visita técnica de 14 agricultoras do Coletivo de Mulheres Arte é Vida do Assentamento Cristina Alves ao Neapo (Figura 4), resultou em diálogos sobre manejo das plantas espontâneas com adubos verdes, preparo de caldas para controle de insetos-pragas e de doenças em hortaliças e receitas com plantas alimentícias não convencionais. Estas são alternativas sustentáveis que foram inseridas em suas hortas no assentamento.

Figura 4. Coletivo de Mulheres Arte é Vida do Assentamento Cristina Alves no Neapo, 2022



Fonte: acervo do autor.

O Curso Restauração Ecológica e Sistema Agroflorestais em um mês atingiu 1597 inscrições, mostrando grande interesse do público pela temática. Para divulgar as Panc e Adubação Verde, os discentes do PPGA elaboraram duas cartilhas, *Adubos verdes no controle de plantas espontâneas*, na disciplina Manejo e Biologia de Plantas Espontâneas, e o *Guia Prático das PANC's*, na disciplina Manejo Agroecológico de Doenças. Essas estão disponibilizadas gratuitamente na página da Editora da Uema (Eduema).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da pandemia do coronavírus, o Neapo tornou-se um espaço de ensino e pesquisa com oferta de estágios extracurriculares e supervisionados, implantação de experimento para iniciação científica e aulas práticas para discentes do curso de Agronomia e da Pós-Graduação em Agroecologia.

A troca de saberes com os(as) agricultores(as), técnicos extensionistas, discentes e docentes de outras IES durante as visitas e cursos mostrou a existência de uma demanda pelas práticas agroecológicas e produção orgânica no Maranhão, além de evidenciar a necessidade de aprimoramento dos métodos para geração de conhecimento com os agricultores a partir de suas dificuldades ecológicas-produtivas.

A manutenção do Neapo em São Luís e sua ampliação para os municípios que estavam no projeto inicial é um outro desafio que requer a captação de recursos dentro e fora da Instituição, assim como maior integração com outros NEA's locais e organizações sociais para implementação da Política Estadual de Agroecologia aprovada na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão em 2018.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, M. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. Guaíba: Editora Agropecuária, 2002.
- DURIGON, J.; MADEIRA, N.R.; KINUPP, V.F. *Plantas alimentícias não convencionais (Panc): da construção de um conceito à promoção de sistemas de produção mais diversificados e resilientes*. Revista Brasileira de Agroecologia. v. 18, n. 1 2023.
- SOUZA, N.A.; FERREIRA, T.; CARDOSO, I.M.; OLIVEIRA, E.C. L. de; AMÂNCIO, C.; DORNELAS, R. S. Os núcleos de agroecologia: caminhos e desafios na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. *In: SAMBUICHI, R.H.R.; MOURA, I. F. de; MATTOS, L. M. de; ÁVILA, M. L. de; SPÍNOLA, P.A.C.; SILVA, A.P.M.da (org.). A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável*. Brasília: Ipea, 2017, p. 403-431.
- MARIUTTI, L.R.B.; REBELO, K. S.; BISCONSIN-JUNIOR, A.; MORAIS, J.S. de; MAGNANI, M.; MALDONADE, I.R.; MADEIRA, N. R.; TIENGO, A.; MARÓSTICA JR., M.R.; CAZARIN, C.B.B. The use of alternative food sources to improve health and guarantee access and food intake. *Food Research International*. v. 149, p. 1-22, 2021.

10. Quintais produtivos agroflorestais agroecológicos e a criação da CSA Veredas Vivas, comunidade tradicional de Ponte de Mateus, São Desidério/BA

Mario Alberto dos Santos, Vanessa Cristina Rescia,
Manuela Batista de Souza, Valney Dias Rigonato

INTRODUÇÃO

O relato da experiência técnica aqui apresentada abrange ações de extensão realizadas pelo grupo de pesquisa Educação Geográfica, Diálogo de Saberes e Cerrado, vinculado à Universidade Federal do Oeste da Bahia (Ufob), sob a coordenação do prof. dr. Mario Alberto dos Santos. As ações de extensão acontecem em parceria com a Associação Comunitária de Moradores Geraizeiros de Ponte de Mateus (Comgepom), localizada em São Desidério/BA, e conta também com a participação de algumas famílias não associadas, mas todas da comunidade tradicional Geraizeira de Ponte de Mateus. As atividades de extensão apresentadas neste relato são realizadas de forma concomitante às ações de pesquisa sobre gestão comunitária do território e desenvolvimento rural sustentável. Embora as famílias beneficiárias sejam todas geraizeiras, as ações e resultados alcançam também, em alguma medida, a agricultura familiar.

A presença da Comgepom promove a transformação no tecido social da comunidade, com o envolvimento direto e efetivo em políticas públicas voltadas à agricultura familiar e às comunidades tradicionais (Brasil, 2007; Brasil, 2010).

A exemplo, destacam-se os modos de vida das famílias Geraizeiras que apresentam características e aspectos que, frequentemente, também são observados em famílias agricultoras e camponesas, criando um contexto muito semelhante entre esses diferentes grupos sociais no município de São Desidério/BA. Essas comunidades têm uma relação muito próxima com o uso da terra e o modo de vida no campo. São grupos de pessoas que habitam a região de transição entre o Cerrado e a Caatinga. Em geral, são reconhecidas pela sua forma de organização social, cultura e a preservação de práticas ancestrais, especialmente ligadas à agricultura e à convivência com o meio ambiente.

DESENVOLVIMENTO

Objetivos

Planejar e organizar o início do funcionamento e a gestão da tecnologia social Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA), com foco na promoção da economia local e na consolidação da transição agroflorestal agroecológica a partir do fortalecimento comunitário e da economia solidária.

Metodologia

A pesquisa participante e o diálogo entre saberes formam a base para as ações de extensão aqui apresentadas. O uso das ferramentas e instrumentos previstos no Diagnóstico Rural Participativo (DRP) (Verdejo, 2010) orienta e fundamenta a parte prática das atividades em campo. Uma ação política realizada em formato de Projeto de Extensão, com apoio de ações de pesquisa, tende a criar vínculos e interações sociais fundamentais ao pensar e fazer científicos na pesquisa participante e também na extensão. Tais vínculos e interações tornam possíveis transformações sociais positivas para as famílias beneficiárias de cada ação política colocada em prática.

Para a realização das atividades aqui apresentadas, foram seguidas as premissas da pesquisa participante (Brandão e Streck, 2007) e da valorização dos saberes tradicionais existentes. Desse modo, o diálogo entre ciências e saberes tradicionais tem sua concretude na construção de modelos específicos de Sistema Agroflorestal Agroecológico (Safa), com a inclusão e a consolidação de boas práticas sustentáveis entre as práticas agroextrativistas já realizadas pelas famílias geraizeiras. As atividades em campo foram feitas em formato de Oficinas Pedagógicas Práticas (OPP), com o foco na organização e no funcionamento de uma CSA, incluindo também atividades para pensar sobre o planejamento e a gestão da produção dentro das áreas de Safa e também pelo extrativismo, especialmente de frutos do cerrado e de espécies já presentes nos quintais de cada família envolvida, como abacate, manga, limão, tangerina, cana de açúcar, acerola, dentre outras.

Toda a formação humana foi realizada no formato de OPP, com a realização de rodas de conversas para o planejamento e a tomada de decisões sobre o sistema de plantio, as culturas utilizadas e as estratégias e possibilidades de comercialização dos produtos. Para a Associação Comunitária de Moradores Geraizeiros de Ponte de Mateus, a finalização e continuidade dos projetos de extensão garantem a permanência da parceria firmada com a Ufob, na figura de um grupo de pesquisa, com uma atuação muito próxima e semelhante a uma ação de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater).

DISCUSSÃO

A realização e finalização do Projeto de Extensão Quintais Produtivos, Agroecologia e Segurança Alimentar no vale do rio Guará, São Desidério/BA, nas comunidades tradicionais de Ponte de Mateus, Cera, Larga e Currais, município de São Desidério/BA, criou, especialmente em Ponte de Mateus, condições bastante favoráveis ao desencadeamento de um processo de transição agroflorestal agroecológica das atividades e práticas agroextrativistas das famílias geraizeiras beneficiárias. Além das condições criadas para a produção agroextrativista, a presença da Associação Comunitária de Moradores Geraizeiros de Ponte de Mateus cumpre o papel de ser o embrião e a base para a consolidação de uma organização do tecido social voltada à gestão comunitária e à economia solidária, com participação efetiva em políticas públicas, a exemplo da Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Os dois Projetos de Extensão em destaque tiveram como principais resultados a instalação de áreas produtivas no formato de Sistema Agroflorestal Agroecológico, (Figura 1), a aquisição de equipamentos para a produção e armazenamento de polpa de frutas congeladas e também de biocosméticos para higiene pessoal, capacitações para o planejamento da produção, para o uso da compostagem e da adubação verde e mais oficinas pedagógicas práticas para tratar sobre políticas públicas direcionadas às comunidades tradicionais e à agricultura familiar. Somam-se a esses resultados a criação da CSA Veredas Vivas e o fomento da economia local.

A implementação de áreas de Safa abrange atualmente cerca de 0,5 hectare de produção de alimentos e restauração ecológica do solo e da flora, a partir das premissas e princípios da chamada Agricultura Sintrópica, a saber: a biodiversidade, a sucessão ecológica, a estratificação e o adensamento (Corrêa Neto *et al.*, 2016; Miccolis *et al.*, 2016; Steenbock, 2021; Rebello e Sakamoto, 2021). Tais princípios guiam as práticas de manejo (Figura 2), como a cobertura de solo, os diferentes tipos de poda, o raleio e o desbaste (Corrêa Neto *et al.*, 2016), e ainda promove, como resultado e desdobramento, a restauração-conservação ecológica, primeiramente do solo e, como consequência, da flora também.

Figura 1. Diferentes momentos desde a instalação e o início de desenvolvimento de uma área de Safa na comunidade tradicional de Ponte de Mateus, São Desidério/BA



Fonte: Projeto de Extensão Quintais Produtivos, Agroecologia e Segurança Alimentar no Vale do Rio Guará, São Desidério/BA, 2020/21.

O município de São Desidério e o estado da Bahia não realizam esse tipo de ação de forma perene nos territórios de atuação dos projetos de extensão aqui em destaque. Assim, a parceria entre a Associação e a universidade pública atende essencialmente às políticas públicas que precisam chegar e ser efetivas em todo o território. Nesse novo cenário de produção agroextrativista, a permanência e a duração das ações resultaram na criação da CSA Veredas Vivas. Trata-se de uma tecnologia social de economia solidária implementada como resultado e ao mesmo tempo continuidade do Projeto de Extensão dos Quintais Produtivos, Agroecologia e Segurança Alimentar no Vale do Rio Guará. O apoio na gestão e na consolidação da CSA também se dá no âmbito de outro Projeto de Extensão, denominado Apoio para a Organização, o Planejamento Inicial, a Criação e a Gestão da Comunidade que Sustenta a Agricultura/CSA Veredas Vivas, São Desidério/BA, o que garante a formalização e a institucionalidade necessárias para a presença do grupo de pesquisa da Ufob no território da comunidade tradicional de Ponte de Mateus. A atuação em parceria com a Comgepom caracteriza a ação como sendo um projeto “com a” comunidade e não “para a” comunidade. Este fator é fundamental para compreender o papel do diálogo entre saberes e o processo de fortalecimento comunitário em curso. Para as comunidades tradicionais e as famílias da agricultura familiar, esse empoderamento pode ser o diferencial na garantia da efetiva autonomia para o acesso e a gestão dos seus territórios e também de suas potencialidades locais com condições de estruturar, no médio e no longo prazo, cadeias produtivas com produtos da sociobiodiversidade do cerrado.

Figura 2. Diferentes momentos de práticas de manejo realizadas no cotidiano de interação com a área de Safa na comunidade tradicional de Ponte de Mateus, São Desidério/BA



Fonte: Projeto de Extensão Quintais Produtivos, Agroecologia e Segurança Alimentar no Vale do Rio Guará, São Desidério/BA, 2020/21.

CONCLUSÃO

A realização de Projetos de Extensão em parceria com a sociedade civil organizada, neste caso, voltados para a transição agroflorestal agroecológica e para o fomento da economia local, com produtos da sociobiodiversidade, tem desdobramentos para a restauração-conservação ecológica, para a saúde pública e para a formação de agroecossistemas produtivos e biodiversos. A instalação de áreas de Safa em comunidades tradicionais com base na Agricultura Sintrópica (Rebello e Sakamoto, 2021) tende a gerar como resultado uma reaproximação dessa comunidade com seus saberes ancestrais, visto que em um Safa a interação quase simbiótica entre ser humano e natureza se reestabelece ao orientar as ações e intervenções ali desenvolvidas (Steenbock, 2021; Altieri, 2012).

Os saberes e práticas tradicionais agroextrativistas não entram em conflito com a Agricultura Sintrópica. A instalação de Safa gera como efeito a retomada e a intensificação de processos de vida, o que forma a base ecológica, principalmente do sistema vivo solo (Primavesi, 2016), para o cultivo e as práticas de manejo necessárias.

A restauração-conservação ecológica deriva dessas práticas e os processos de vida intensificados garantem a qualidade, diversidade e quantidade da produção nas áreas de Safa. Para o caso da CSA Veredas Vivas, na comunidade tradicional de Ponte de Mateus, tem-se aqui o exemplo de um conjunto de ações extensionistas realizadas em formato de projetos de extensão, sob a responsabilidade de um grupo de pesquisa vinculado à Universidade Federal do Oeste da Bahia (Ufob). Todas as realizações e resultados somente foram possíveis por dois principais fatores, a saber: a continuidade nas ações, com forte presença do grupo de pesquisa da Ufob no território; e o investimento

financeiro realizado com a participação em um edital promovido pelo CEPF Cerrado (sigla em inglês para Fundo de Parcerias para Ecossistemas Críticos).

A permanência dos profissionais e estudantes da Ufob no campo e o investimento financeiro permitiram a sustentabilidade dos projetos no médio e longo prazo, necessidade já prevista no início das ações. Tais circunstâncias viabilizaram uma profunda dialogicidade entre a Ufob e a Associação, condição essencial para os processos de transformações social, ecológica e econômica em construção.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, M. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. 3ª ed. São Paulo/ Rio de Janeiro: Expressão Popular/AS-PTA, 2012.
- BRANDÃO, C. R. e STRECK, D. R. A pesquisa participante e a partilha do saber: uma introdução. *In: BRANDÃO, C. R. e STRECK, D. R. (orgs). Pesquisa Participante: o saber da partilha*. 2ª ed., Aparecida-SP: Ideias e Letras, 2006. 7-20p.
- BRASIL. Decreto n. 6040 de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília: 2007.
- BRASIL. Lei n. 12.188 de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária/PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária/Pronater, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Brasília: 2010.
- CORRÊA NETO, N.E.; MESSERSCHMIDT, N.M.; STEENBOCK, W.; MONNERAT, P.F. *Agroflorestando o mundo de fiação a trator: gerando práxis agroflorestal em rede*. Cooperafloresta. Barra do Turvo/SP, 2016.
- MICCOLIS, A. *et al. Restauração Ecológica com Sistemas Agroflorestais: como conciliar conservação com produção, opções para Cerrado e Caatinga*. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN/Centro Internacional de Pesquisa Agroflorestal – ICRAF, 2016.
- PRIMAVESI, A. *Manual do solo vivo: solo sadio, planta sadia, ser humano sadio*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016.
- REBELLO, J.F.dosS. e SAKAMOTO, D.G. *Agricultura sintrópica segundo Ernst Götsch*. São Paulo: Reviver, 2021.
- STEENBOCK, W. *A arte de guardar o sol: padrões da natureza na reconexão entre florestas, cultivos e gentes*. Rio de Janeiro: Bambual, 2021.



Nesta seção estão reunidos os relatos dos eixos dois e quatro da chamada pública. Sobre o eixo 2 – Governança Fundiária e Desenvolvimento Territorial, os relatos de experiências destacaram projetos territoriais de desenvolvimento rural sustentável que impulsionam o desenvolvimento socioambiental, de modo especial em áreas impactadas por grandes empreendimentos, tragédias ambientais, mudanças climáticas e escassez de água. A infraestrutura, a gestão hídrica e o combate ao racismo fundiário e ambiental também são temas relevantes presentes nos relatos.

Já no eixo 4, sobre Cultura e Educação do Campo, os relatos abordaram questões de saberes, valorização e resgate da ancestralidade dos territórios e práticas tradicionais de produção de alimentos saudáveis. Nesta seção, destacamos ainda as experiências de formação de agentes de assistência técnica e extensão rural e práticas educativas que integram as temáticas de território, agroecologia, sustentabilidade e diálogo de saberes, envolvendo os atores do campo, da floresta e das águas.

SEÇÃO 2: GOVERNANÇA FUNDIÁRIA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, CULTURA E EDUCAÇÃO DO CAMPO



1. Recaatingamento: recuperação e conservação de áreas de Caatinga em parceria com as comunidades tradicionais

Luís Almeida Santos, Clérison dos Santos Belém

INTRODUÇÃO

A Caatinga é a base da vida e da produção para quem vive nela e a convivência com o Semiárido, em vez do combate à seca, são os lemas centrais deste projeto, o que implica uma atitude de conservação e uso racional dos recursos naturais pelos seus moradores como forma de adaptação e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

Assim, pretendemos capacitá-los para que continuem a ser protagonistas e agentes protetores do espaço onde vivem. A ocorrência de grandes estiagens (secas) e as mudanças nas formas de uso e cobertura da terra causam graves problemas de segurança alimentar, segurança hídrica e desequilíbrios ambientais que contribuem para a vulnerabilidade dos povos. Muitos desses efeitos vêm sendo minimizados pelas famílias que experimentam técnicas, métodos e hábitos contextualizados com a realidade climática pela proposta de convivência com o Semiárido. Entretanto, ainda é um desafio o conhecimento sobre as mudanças climáticas por boa parte dos povos.

Uma ação socioambiental no bioma Caatinga tem como grande missão a mudança de relações hegemônicas historicamente construídas sobre o bioma. A visão de fatalidade das condições climáticas, a imagem de pobreza, miséria, local inóspito, seco e sem vida moldaram as formas de uso e gestão dos bens naturais, reforçados pelo paradigma do “combate à seca”. Esse fato tem suscitado grandes debates, pois é evidenciado hoje o grande potencial biológico da Caatinga e sua eficiência no sequestro e fixação de carbono, evidenciando sua essencialidade para a crise climática.

Estamos conscientes que um projeto de conservação e recuperação no bioma Caatinga, com suas condições socioculturais e climáticas no Semiárido, significa um desafio muito grande. Além das condições climáticas naturais da região, a falta de intervenção por meio de políticas públicas e ações efetivas, somadas às práticas degradantes, contri-

buem diretamente para as mudanças climáticas. Como apontado por alguns cientistas, no atual contexto, uma vez dizimada, a Caatinga dificilmente voltará a existir.

Não partimos de um ponto de vista tão negativo, acreditamos que trabalhando de uma forma integral e envolvendo os moradores e seus vários aspectos da vida, como a economia, educação, cidadania, organização social e suas relações com o meio ambiente, podemos contribuir para inverter este processo de degradação.

Nesse sentido, como forma de enfrentamento às ameaças à vida do bioma Caatinga, o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA vem, há 13 anos, desenvolvendo o recaatingamento em comunidades agropastoris e extrativistas, as Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto e Quilombolas. Seus principais protagonistas são as populações das próprias comunidades, que têm atuado como agentes responsáveis pelas transformações socioambientais.

As ações são desenvolvidas com envolvimento das famílias por meio do trabalho coletivo em mutirão, consistindo na elaboração do plano de manejo sustentável da Caatinga; isolamento de área degradada para a recuperação da vegetação nativa; manejo do solo; e, nos estágios mais críticos de degradação, plantio de mudas nativas etc. Ações como estas contribuem para a regeneração do bioma, o retorno de animais silvestres, a conservação da água, flora e fauna nativas, possibilitando ainda o gerenciamento dos recursos naturais de forma consciente, além de promover nas famílias o sentimento de pertencimento ao território.

O projeto de recaatingamento tem parceria com as Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto. Na primeira fase do projeto, financiada pela Petrobras Ambiental de 2009 a 2011, trabalhamos com 7 comunidades, conservando 8.130 hectares e recuperando 569 hectares. Na segunda fase, com projeto financiado pela entidade Miseror, da igreja católica alemã, incorporamos mais 4 comunidades, conservando 1.995 ha e recuperando 326,5 ha. Na terceira fase, foram implantadas 4 novas áreas por meio do projeto Cáritas. Na quarta fase, que foi financiada pelo Governo do Estado da Bahia e Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida), foram implantadas mais 20 áreas, sendo 23 mil ha em conservação e mil ha recuperados, totalizando 35 áreas em processo de recaatingamento.

DESENVOLVIMENTO

Objetivos

A ação de recaatingamento em parceria com as comunidades tem o objetivo de contribuir para inverter o processo de desertificação no bioma Caatinga por meio do manejo sustentável dos recursos naturais e da recomposição florestal nas comunidades agropastoris e extrativistas, contribuindo para a preservação ambiental deste bioma,

de maneira a ampliar os benefícios globais quanto à proteção da biodiversidade e à mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

Metodologia

Para sua concretização, a metodologia utilizada tem caráter participativo com abordagem multidisciplinar e interdisciplinar e engaja-se no paradigma tecnológico baseado nos princípios da convivência com o Semiárido, de maneira a estabelecer um modo de gestão capaz de democratizar as decisões, contribuir para a construção da cidadania e facilitar o processo de controle social no planejamento, monitoramento e avaliação das atividades, de maneira a permitir a análise e melhoria no andamento das ações.

Os enfoques adotados trazem as formas dialéticas, humanista e construtivista, visando a formação de competências, mudanças de atitudes e procedimentos dos atores sociais que potencializem os objetivos de melhoria da qualidade de vida e de promoção do desenvolvimento rural sustentável. Leva-se em consideração que a construção do saber substitui a transmissão de conhecimento, exercita a arte de saber falar e de saber escutar, ao mesmo tempo que vincula a teoria e a prática.

O método de intervenção proposto consiste na identificação e isolamento das áreas degradadas, implantação de ações hidroambientais, formulação e implantação de planos de manejo para conservação das áreas em bom estado, implementação de ações produtivas sustentáveis para a diversificação da renda e plano de manejo apropriado dos animais para adequação da capacidade de suporte da Caatinga. Para a realização dessas ações são realizados cursos, oficinas, práticas, seminários, intercâmbios e mutirões, de modo que se conjugue o conhecimento tradicional associado a essas populações e o conhecimento técnico para alcançar os objetivos do projeto.

DISCUSSÃO E REFLEXÃO

Resultados

Foram desenvolvidas técnicas e práticas de recuperação e conservação de solo como plantio em curva de nível, captação de água da chuva *in situ*, barragens de pedra nos riachos, construção de renques e terraceamento. As áreas de recaatingamento somam 2 mil hectares em processo de recuperação e 32 mil hectares em processo de conservação por meio do uso sustentável.

Figura 1. Plantio de espécies nativas em área de recuperação



Fonte: IRPAA, 2018.

A construção da consciência ambiental a partir das ações do projeto é crescente nas práticas que garantam uma boa qualidade de vida, tanto para os atuais moradores quanto para as futuras gerações. A recuperação da Caatinga tornou-se uma importante estratégia emergencial para a garantia da biodiversidade do bioma, realizando plantio de mudas, controle de retirada de madeira sem manejo da criação de animais, cuidado com coleta de frutas nativas, isolamento de áreas para a recuperação natural e plantio de frutíferas. A organização comunitária é um dos fatores que mais contribuem para que as ações sejam bem-sucedidas.

Todas as comunidades envolvidas no recaatingamento já têm uma história de lutas e de organização, mas o trabalho deu novo ânimo à população, fortalecendo a tradição do mutirão e fez com que as práticas implantadas nas comunidades tivessem êxito; a participação da juventude tem dado um diferencial nos trabalhos, pelo entusiasmo, dedicação, força de vontade e muito empenho no que fazem; a participação das escolas é fundamental para a construção do saber, para o processo de socialização e de formação das pessoas preocupadas com os problemas ambientais e com suas devidas soluções.

Nesse sentido, houve uma preocupação em envolver as escolas das comunidades do recaatingamento no processo de educação ambiental. Para isso, foi realizado um processo formativo dos educadores das escolas em conjunto com o desenvolvimento de projetos didáticos nas escolas, envolvendo educandos de todos os níveis de ensino;

a produção agropecuária sempre foi a principal fonte de renda nas comunidades do recaatingamento, mas sem estabilidade no período de estiagem.

Figura 2. Formação dos educadores das escolas das comunidades o recaatingamento



Fonte: IRPAA, 2011.

Figura 3. Curso sobre manejo do solo



Fonte: IRPAA, 2012.

A ação de recaatingamento investe em formações das famílias para a organização do processo produtivo e de comercialização, incentivando ações econômicas solidárias com base no associativismo. As famílias passaram a investir mais na produção de for-

ragem, produzindo silo e feno, o que garante uma melhor qualidade do rebanho; no beneficiamento de frutas da Caatinga como fonte de rendas para as famílias, além de ser fonte de alimento saudável para as pessoas e animais; e no fortalecimento da base econômica das comunidades. Mesmo o projeto tendo como foco principal a conservação e recuperação da Caatinga, houve investimento em ações de geração de renda nas comunidades, exemplo da criação de caprinos e ovinos, que passaram a receber mais cuidado, em conjunto com o beneficiamento de frutas na comunidade.

O recaatingamento tem uma base prática, experimentada, onde o seu desenvolvimento pode ser acompanhado. Nas áreas de recaatingamento foram classificadas nove classes de solos predominantes, que se associam ou possuem manchas de outras classes em menor proporção. O tema passou a ser debatido em diversos espaços e muitas discussões foram realizadas, tanto no âmbito das instituições de pesquisa, nas escolas, movimentos sociais quanto em comunidades de base.

CONCLUSÃO

A valorização da Caatinga em pé, assim como dos outros biomas, é fundamental para a garantia da qualidade de vida no planeta.

A crise ambiental atual, resultado da exploração excessiva dos recursos naturais e das altas emissões de gases poluentes, é a principal causa das mudanças climáticas.

Como consequência desse processo, tende-se a acelerar o processo de desertificação, destruição de habitats e a redução da biodiversidade em todo o mundo. Esse processo de mudança climática é um alerta de inversão das práticas antrópicas de destruição para a preservação dos biomas. A Caatinga, assim como as demais florestas, evita a emissão de dióxido de carbono (CO₂) para a atmosfera, sendo fundamental a sua conservação em áreas preservadas e a sua recuperação em locais já degradados.

O recaatingamento oferece de forma sistematizada a experiência prática de recuperação e conservação de áreas de Caatinga com a presença humana, principalmente das comunidades tradicionais, que são protetoras da biodiversidade local. Nesse sentido, o recaatingamento fortalece a discussão de convivência com o Semiárido, por meio do envolvimento das famílias nas ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Espera-se que ações de recuperação e conservação como o recaatingamento possam ser fortalecidas e estimuladas em outras regiões do bioma Caatinga.

2. Encontro de Mulheres Xavantes – vidas e lutas banhadas pelo Öwawe, o rio das mortes

Sofia Martins Carvalho, Giovana Rodrigues Soto Liziana, Bernardina Renhere, Maíra Taquiguthi Ribeiro, Raissa Menezes de Oliveira, Ana Paula dos Santos
Fonseca Boquadi

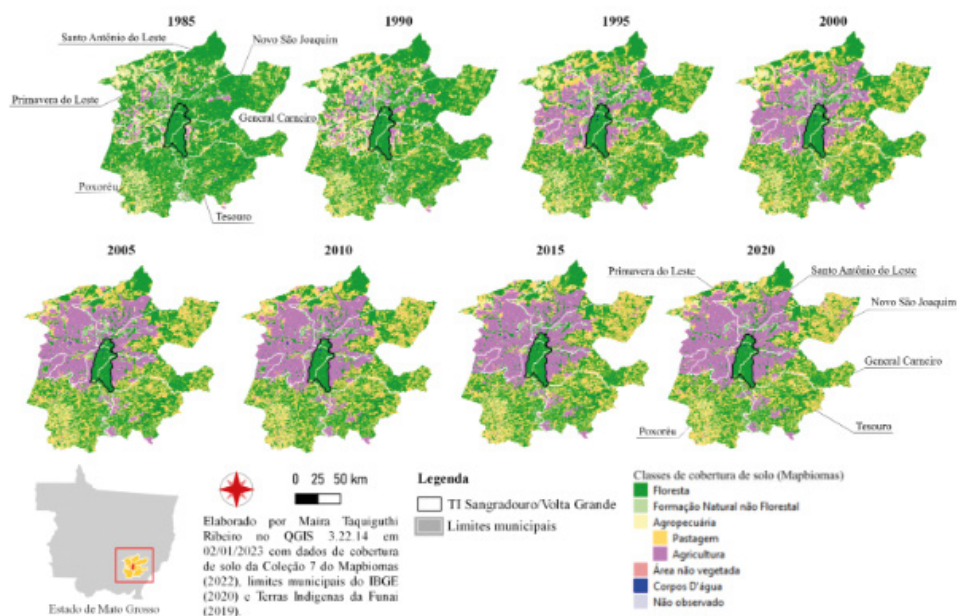
INTRODUÇÃO

Além do sustento metabólico para os organismos, a comida sustenta também tradições. A base alimentar de um povo indígena revela conhecimentos oriundos de uma longa relação com o ecossistema de seu território. No preparo, consumo, cultivo e caça vivem sofisticados saberes, cuja passagem de uma geração à outra assegura sua continuidade e resiliência.

O povo a'uwê, conhecido como xavante (Ribeiro, 2003), vive no Mato Grosso. Sobre sua cultura, Bernardina, uma das autoras deste relato, coordenadora de mulheres da Associação Wa'rá e filha do mais velho ancião da Terra Indígena (T.I.) Sangradouro, afirma que “para os a'uwê, os alimentos fazem parte da ciência para o bem-estar da saúde da família” (Renhere, 2006).

O contato do povo xavante com a sociedade não indígena é recente, com diversas consequências no modo de vida tradicional. Estimam-se 22.300 pessoas pertencentes a essa etnia, distribuídas em 329 aldeias (Ribeiro, 2023). Algumas de suas batalhas são contra a construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) no Öwawe, o Rio das Mortes, e o cercamento das nove TIs por soja, pastagens e pivôs centrais que pressionam recursos ecológicos e contaminam os territórios com agrotóxicos.

Figura 1. Alteração no uso e ocupação da terra de 1985 a 2020 no entorno da Terra Indígena Sangradouro/Volta Grande



Fonte: Ribeiro, 2023.

Buscando fortalecer a ciência ancestral e a organização política feminina, o III Encontro de Mulheres Xavantes aconteceu entre 12 e 15 de agosto de 2023, realizado pela Associação Wa'ra, com apoio do Centro de Trabalho Indigenista (CTI), na Aldeia Abelhinha, localizada na Terra Indígena (T.I.) Sangradouro.

Reunindo mais de 60 mulheres e crianças de seis Terras Indígenas, esse evento promoveu diálogos sobre questões relevantes para as/os a'uwẽ a partir do protagonismo feminino. Entre várias dinâmicas, partilhavam-se histórias de vidas e lutas coletivas, e foi reiterado pelas xavantes que os homens não valorizam os conhecimentos e a participação das mulheres. Todavia, “o espírito do nosso povo depende de nós”, pois “mulher é terra e terra é mulher”. Dispersas na geografia dos territórios, a maioria delas está, no cotidiano, restrita ao ambiente doméstico de suas famílias, dificultando que estejam reunidas, traçando suas estratégias de luta. Muitas não saem da própria aldeia, enquanto homens circulam frequentemente, limitando a troca de informações, perspectivas e aprendizagens entre elas.

DESENVOLVIMENTO

Ao longo do Encontro, jovens e idosas compartilharam suas vivências e socializaram conhecimentos diversos. A maioria se expressou apenas em a'uwẽ mreme, lançando poucas palavras do português cuja dissonância com a língua nativa carregava muitos significados. Entre os termos proferidos em português, estavam: Soja, Veneno, Diabetes, Picolé, Saúde, Insulina, Vitamina, Movimento Indígena, Usina [hidrelétrica], Soberania Alimentar e Agroecologia.

De dentro da igreja da aldeia Abelhinha, onde ocorreu a abertura do evento, ecoaram histórias de outrora e análises do presente sobre o povo xavante e a situação das mulheres. Dali em diante a programação fluiu e explorou diferentes metodologias participativas.

Debaixo de um jatobá, ocorreram diálogos sobre roças, medicinas, culinária a'uwẽ, tradições culturais, saúde indígena, mecanismos de proteção à mulher, machismo e solidariedade. Na corrida de tora, houve o exercício de força e resistência, reconhecendo os limites de cada uma para o avanço do grupo.

No banho de rio, o cuidado mútuo, a alegria compartilhada e observações curiosas dos corpos e trejeitos das waradzu (não indígenas) que participaram da corrida a convite das xavantes. Nas pinturas, cantos e danças, a celebração das riquezas da tradição. A reverência da transmissão de conhecimentos acontece a partir da oralidade e corporalidades, ora por meio das falas, ora dos silêncios. Em cada aspecto, pairava a memória da resistência dos antepassados, como fonte que está sendo acessada para encarar os novos desafios. Uma potente articuladora no evento foi Tsitsinã Xavante, filha de Mário Juruna, primeiro deputado federal indígena do Brasil.

Um dos principais assuntos foi a comida tradicional como resgate da saúde das comunidades e dos territórios. Em tom preocupante, muitas apontaram o avanço violento de degeneração da saúde coletiva em virtude da substituição da dieta tradicional, rica em proteína animal da caça e em carboidratos complexos, por outra baseada em “mercadorias empacotadas”. A discussão colocou como antagônicos alimentos industrializados dos waradzu em comparação à mandioca, feijão, cará, milho, “frutos do mato” e carnes de caça.

Com gestos e olhares pesarosos, as mais velhas falaram de diabetes e doenças cardíacas como enfermidades que estão “matando muito rapidamente os a'uwẽ”. Analisaram que os desequilíbrios ecológicos provocados no entorno, pela soja, dificultam imensamente as colheitas, aumentando a frequência com a qual antas e caititus avançam sobre as roças para comer o que foi plantado. Também denunciaram que a pulverização de agrotóxicos tem afetado as águas, os frutos do Cerrado e a carne da caça, intoxicando-os.

Para alguns, retomar as estratégias de plantio dos alimentos tradicionais recairá sobre o protagonismo feminino, uma vez que muitos homens não estão cooperando com sua

parte na divisão do trabalho, pois não estão caçando e tampouco abrindo roças como antigamente. Mencionaram a postura de líderes que, por vezes, relutam em assumir a gravidade do problema, tornando mais difícil sua superação.

O fortalecimento da saúde e da defesa dos territórios demandará “segurar no nosso corpo os ensinamentos antigos. Colocar na memória e na boca a nossa história e nossa luta”, como afirmou Bernardina. Segundo ela, Agroecologia significa vida para os povos originários, conectando duas lutas inadiáveis: a retomada dos sistemas alimentares tradicionais e a proteção das águas contra os projetos de construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs).

Os/as xavantes são consultados apenas em 3 projetos de PCHs, em função de determinações legais quanto à proximidade em um raio de 40 km de uma T.I. No entanto, há outro projeto fora desse raio, também no Rio das Mortes, isento de consulta. A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho preconiza que povos indígenas sejam sempre consultados acerca de empreendimentos que afetem seu território, o que problematiza as Pequenas Centrais Hidrelétricas mais distantes.

Essa temática foi abordada em oficinas nas quais as mulheres pintaram cartazes e gravaram vídeos manifestando posicionamentos contrários às PCHs.

Desafios

Dentre os desafios para que o Encontro acontecesse, elencamos alguns:

1. recurso limitado para os deslocamentos das mulheres: a resolução foi restringir o número de mulheres por aldeia de 5 para 2. Além disso, para muitas, sua participação só foi possível se levarem sua(s) cria(s). Nas redes invisíveis que tecem o cuidado que torna a vida vivível (Capasso, 2021), garantir a presença feminina exige que reflitamos como possibilitar que mulheres transitem por espaços de luta, como este Encontro, enquanto possuem funções de trabalho reprodutivo. As funções ligadas ao cuidado são essenciais na sociedade, mas esse cuidado deve ser reconhecido e valorizado como trabalho e mais bem dividido;
2. algumas mulheres relatam que seus maridos não as deixam sair, pois suas ausências impactam a execução dos trabalhos reprodutivos que os homens não compartilham (fazer comida, cuidar da casa, cuidar das pessoas). Resolução: a coordenadora de mulheres da associação enfrentou esse posicionamento e foi enfática na participação delas;
3. homens criticam que eventos como esses, “Encontro de mulheres”, não produzem resultados, criando dificuldades para a articulação política de organização

e execução do evento. Resolução: Postura assertiva de enfrentamento por parte das lideranças femininas em suas aldeias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Principais resultados alcançados

Transformar a vida das mulheres e do povo a'uwẽ se apresentou como um anseio em comum. A mobilização para este Encontro gerou profundos diálogos e perspectivas de ação sobre questões territoriais e sistemas agroalimentares. Munidas de infinda expertise no que tange ao cuidado – o trabalho substancial que sustenta bases comunitárias (Capasso, 2021) –, as xavantes pensam na retomada da qualidade de vida para seu povo, tão afetado pelo colonialismo e as colonialidades remanescentes, sob um resgate dos saberes ancestrais como ferramentas de luta para o presente.

Assim, a promoção de espaços seguros e exclusivos de mulheres xavantes com oficinas, rodas de conversa, troca de sementes, corrida de tora, celebração da comida tradicional e estudo dos mapas dos territórios se apresentou como uma ação de fortalecimento de perspectivas agroecológicas para a reconstrução da saúde coletiva e a promoção da segurança e soberania alimentar e nutricional.

Disseminação da experiência

Foi manifestado o desejo que aconteçam outros encontros, que mais mulheres possam ir, que sejam ouvidas em seus anseios, necessidades e sonhos – afinal, para o povo xavante, “sonho” e “Cerrado” são a mesma palavra: *ró*.

A experiência das xavantes pode inspirar mulheres de outros povos indígenas e comunidades tradicionais, bem como agricultoras familiares, assentadas, enfim. No compartilhamento de seu sentir e seu pensar, essas mulheres geram novos caminhos de defesa do Cerrado e resistência contra as mudanças climáticas. Como disse uma participante do evento, “nem sempre temos o direito de escolher nossa trajetória”. Que este encontro seja uma semente crioula para a retomada das vozes das mulheres originárias.

REFERÊNCIAS

- CAPASSO, R. *Redes de cuidado: revoluções invisíveis por uma vida vivível*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2021.
- RENHERE, B. *Ciclo Alimentar Xavante – T.I. Sangradouro e Volta Grande*. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena). Universidade Estadual de Mato Grosso. Mato Grosso, 2006.
- RIBEIRO, M. T. *Para além do território: a categoria Ró do povo A'uwe Xavante no centro da disputa territorial na Terra Indígena Sangradouro/Volta Grande*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. São Paulo, 2023.

3. Alimentação e saúde para o bem viver: uma solução inovadora de promoção da segurança alimentar, melhoria da nutrição e promoção da agricultura sustentável no Sul da Bahia

Altemar Felberg, Valtiângeli Rodrigues da Silva Moitinho, Priscila Valente Batista Neto, Everaldo da Conceição Júnior, Bruno Santos Inácio, Elismar Fernandes dos Santos, Gleiber Costa de Santana

INTRODUÇÃO

A solução desenvolvida pela Organização da Sociedade Civil (OSC) Instituto Mãe Terra (IMT) em comunidades tradicionais, do campo e periféricas de municípios do Sul e Extremo Sul da Bahia, particularmente nas que apresentam insegurança alimentar ou em risco de, tem como principais objetivos: promover a segurança alimentar e nutricional por meio do incentivo à produção e consumo de produtos da sociobiodiversidade local e de plantas alimentícias não convencionais (Panc)/medicinais; difundir a alimentação e nutrição como um direito de todos e todas; disseminar o uso de práticas agroecológicas e conservacionistas; e revitalizar saberes e fazeres tradicionais relacionados à alimentação, nutrição e saúde.

O IMT desenvolve a ação desde 2018, originalmente no âmbito do Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) do Programa Bahia Produtiva, em parceria e com financiamento público da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional do Estado da Bahia – CAR/ Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia (SDR/BA), vide Figura 1. Em 2021, por sua inovação e impacto local/territorial, foi selecionada como umas das 10 soluções mais inovadoras de 2021 para implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil, em chamamento público do GT Agenda 2030 e Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS).¹

Posteriormente, foi replicada em duas outras comunidades da região (agricultores familiares e povos indígenas), no período de 2022-2024, com apoios da Fundação Cargill e Associação Brazil Foundation.

A sua implementação contempla quatro etapas, a saber: 1. sensibilização e mobilização comunitária quanto aos objetivos e metas; 2. implantação de uma unidade

¹ Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br>.

demonstrativa (SAF) em espaço comunitário; 3. monitoramento/manutenção da área produtiva e promoção de percursos formativos; 4. culminância do projeto, com seminário de troca de práticas e saberes, e avaliação de impacto da intervenção.

A tecnologia social surge como estratégia de enfrentamento a um conjunto de problemas: 1. ao acentuado consumo de produtos ultraprocessados, em decorrência da expansão de uma economia de base capitalista; 2. ao apagamento de saberes e fazeres tradicionais associados a uma alimentação saudável e vida no campo, com a consequente diminuição do consumo de produtos *in natura* e, com isso, o agravamento de doenças, e; 3, a uma indústria cultural que molda e reforça valores de consumo referenciados num arquétipo de ascensão/*status* social, ao passo em que fragiliza costumes e tradições do/ no campo. Destaca-se, sobretudo, a inovação na prática de revitalização e valorização das Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC), bem como dos conhecimentos e práticas tradicionais de produção e consumo de alimentos que foram historicamente marginalizados e apagados pela sociedade moderna.

Assim, a solução é transformadora, pois é viabilizada por meio da prestação de uma assistência técnica humanizada que fomenta a diversificação de quintais produtivos, com destaque para o cultivo e consumo de PANC, bem como atua com povos e comunidades tradicionais, a exemplo de áreas de assentamento da reforma agrária, colônias de pesca e aldeias indígenas, destacando o papel dos anciãos, jovens e das mulheres. Além disso, promove a troca de saberes, práticas e produtos entre as comunidades do território e entre territórios, por meio de eventos e de um banco coletivo de sementes e mudas.

Figura 1. Promoção da SAN em atividade de Ater em comunidades indígenas Reserva Pataxó da Jaqueira, Porto Seguro (BA), em 26/11/2021



Fonte: Acervo IMT, 2021.

DESENVOLVIMENTO

Um dos públicos prioritários de atuação do IMT (e da solução) é caracterizado por populações em extrema vulnerabilidade socioeconômica e ambiental da Costa do “Descobrimto”, tais como: agricultores familiares, artesãos, pescadores e marisqueiras, povos indígenas, assentados e acampados de movimentos de luta pela terra, ciganos, população periférica, população LGBTQIAP+, idosos, mulheres, jovens, crianças e adolescentes.

O Território é composto pela dinâmica particular da exploração da terra e da população, com pouco ou nenhum planejamento, e com baixa participação/alcance por parte do poder público, que, apesar dos investimentos, ainda se mostra insuficiente para reverter o atual quadro, que possui raízes históricas. Durante a década de 1970, agricultores e suas famílias que moravam no litoral sul do Estado perderam seus trabalhos nas lavouras de cacau em função da vassoura de bruxa; vieram para a região em busca de terra e moradia, mas encontraram um espaço urbano mal estruturado, onde os trabalhos eram geralmente voltados para o setor de serviços, gerando desemprego e exposição a múltiplas violências.

As terras agricultáveis acabaram sendo ocupadas por grandes latifundiários, o que determinou a escassez de possibilidades para a lida do campo para pequenos agricultores que lutam pela reforma agrária. A partir dos anos 2000, o território vem sendo ocupado pela exploração do eucalipto, criação de bovinos e pela especulação imobiliária. Inúmeros são os conflitos por terra na região, o que impacta, sobretudo, os povos e comunidades tradicionais.

Os pataxós, presentes nesta faixa da costa brasileira desde muito antes de ela ser chamada “de o terceiro descobrimto”, resistem até hoje, mantendo seu território e sua cultura, mas enfrentando, contudo, inúmeras dificuldades, como preconceito, discriminação, violências e o descaso governamental.

É nesse contexto sociocultural, e junto a esses sujeitos que o IMT desenvolveu ações de promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), entre 2018-2021, no âmbito do Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), em parceria com o governo da Bahia, voltadas diretamente a 731 agricultores(as) familiares e suas famílias.

Após serem reconhecidas em 2021 pelo Grupo de Trabalho, a Agenda 2030 e o Índice de Desenvolvimento Social (IDS) foram implementadas na comunidade rural de Santa Cruz Cabralia, no período entre 2022 e 2024, com o apoio da BrazilFound, beneficiando diretamente 30 (trinta) pessoas. Além disso, o Povo Tupinambá de Olivença, em Ilhéus/BA também foi contemplado, alcançando 197 crianças em situação de vulnerabilidade e risco alimentar.

Assim, a solução já beneficiou, diretamente, 958 pessoas, e indiretamente, 3.085 pessoas.

Esse público é cadastrado em ficha própria, submetido à pesquisa para levantamento da percepção e vivência de insegurança alimentar e fome no nível domiciliar (Sagi, 2014). Suas presenças em atividades são registradas em listas, relatórios de atividades, registros audiovisuais, súmulas/atas de reuniões, *releases* de atividades, fichas e questionários aplicados etc.

A solução contempla as seguintes atividades: reuniões e encontros de sensibilização comunitária e educomunicação; percursos formativos voltados à disseminação de práticas agroecológicas de cultivo, reaproveitamento alimentar, e uso de ervas e plantas tradicionais e medicinais, vide Figura 2; diagnóstico participativo e interativo sobre hábitos alimentares, utilizando metodologia interativa diagnóstica (escuta ativa e sistematização dos relatos); implantação de unidades demonstrativas de sistemas agroflorestais com foco na produção de alimentos saudáveis (área no entorno de escolas, postos de saúde, associações etc.); mutirões para implantação e manejo das áreas de plantio; seminários temáticos etc. Paralelamente ao desenvolvimento da solução, empreendemos ações no combate à fome, tais como: doação de milhares de cestas básicas de alimentos a famílias impactadas pela pandemia de covid-19, entre 2020 e 2021, na Campanha IMT pela Vida;² doação de mais de dez toneladas de alimentos orgânicos em parceria com o Selo Orgânico, em 2022; apoio humanitário às vítimas das enchentes de 2022, com a doação de cestas de alimentos, com apoio do Itaú Social e outros.

Figura 2. Oficina pedagógica em área demonstrativa de Panc e Medicinais, Comunidade Rio do Sul, Santa Cruz Cabrália, em 22/03/2023



Fonte: Acervo IMT, 2023.

Desafios

Em uma dimensão macro, destacamos como principais desafios: primeiro, o desmonte e/ou enfraquecimento da política nacional de segurança alimentar e nutricional nos últimos quatro anos, hoje em processo de recuperação, sobretudo com o trabalho de reativação dos conselhos de segurança alimentar e nutricional, e reestruturação das políticas públicas na área, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); segundo, a intensificação de campanhas da indústria de alimentos, estimulando o consumo de produtos ultraprocessados, o que buscamos combater com ações práticas de sensibilização, vide Figura 3; terceiro, o esgotamento das fontes/reservas de água nas comunidades, inviabilizando o cultivo autônomo de alimentos, o que buscamos mitigar com projetos e ações de recuperação ambiental.

Já no que se refere à reaplicação da solução em outras comunidades/contextos, nosso maior foco de atenção (e desafio) está na escolha da comunidade. A seleção da comunidade-participante é um ponto central do desenvolvimento da solução e, como tal, envolve riscos. De um lado, há o risco de ser selecionada uma comunidade com baixo interesse ou possibilidade de participação; por outro lado, também é possível que haja uma comunidade já avançada no objetivo em vista, cuja participação no projeto seria redundante e não traria impactos significativos.

Para encontrar a comunidade em estágio ideal: articulamos parceiros locais/territoriais para levantamento e mapeamento de comunidades potenciais; promovemos diálogo enfático e transparente com as comunidades interessadas, apresentando de modo claro, para além dos benefícios, as contrapartidas exigidas; fazemos visitas de seleção para conhecer o espaço de vivência da comunidade, o espaço de implantação do quintal produtivo e definir sua participação no 5 projeto; coletamos assinatura em Termo de Compromisso de Participação nas Atividades do Projeto, por parte de um representante local, com a descrição detalhada das atividades previstas, dos resultados esperados e do papel da comunidade neste processo; se for o caso, substituímos a comunidade, se verificada, logo no início, a falta de comprometimento nas atividades realizadas. Como é comum em toda reaplicação de tecnologia social, ajustes técnicos e metodológicos podem ser realizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Resultados

O foco em ações de promoção da SAN surgiu no IMT em 2018 (há mais de 5 anos), por meio da parceria com o governo estadual. Nessa fase experimental, prestamos Ater a sete comunidades indígenas do povo pataxó e pataxó há-há-háe, com a realização

² Disponível em: <https://youtu.be/kDIQLqqgvZM>

de sete encontros comunitários para a construção de diagnósticos participativos sobre hábitos alimentares, que envolveram 130 pessoas; aplicação de 28 entrevistas individuais sobre vida e alimentação saudável; produção de sete videoaulas relacionadas à SAN, produzidas e veiculadas no Canal Oficial do IMT no Youtube;³ e distribuição de 200 kits compostos por três cartilhas educativas sobre Panc, Nutrição & Saúde e Comida & Saúde.

Como resultados qualitativos, apuramos: agricultores/as familiares indígenas sensibilizados, que passaram a produzir alimentos para sustento e consumo familiar, e que passaram a reconhecer o valor nutricional dos alimentos que produzem em seus quintais e espaços coletivos. Na sua 1ª reaplicação com apoio da BrazilFound, já enquanto Solução Inovadora do GT2030, destacamos: implantação de um jardim comestível e de um banco de sementes na sede do IMT; implantação de duas áreas demonstrativas na comunidade Rio do Sul; venda e comercialização de taioba e cúrcuma por algumas famílias; plantio em maior escala de araruta para futura comercialização; produção de uma cartilha de disseminação da solução; e aumento do uso e consumo de Panc e plantas medicinais pela comunidade, com relato de cura pela ora-pro-nóbis: “Durante os últimos meses, tive que enfrentar um grave problema de saúde, e o projeto teve grande contribuição com minha saúde e recuperação; passei a fazer uso do ora-pro-nóbis em todas as refeições, sendo ele o maior responsável por me manter de pé; além do grato prazer em poder caminhar entre tantas plantinhas que eu amo” (Raquel Oliosi, agricultora familiar beneficiada).

Em relação ao alcance dos ODS da Agenda 2030, a Solução Alimentação e Saúde para o Bem Viver atua diretamente na superação da fome, pois promove a segurança alimentar por meio do incentivo à produção de alimentos para o consumo e nutrição familiar. Promove também a agricultura familiar sustentável, ao recuperar saberes e práticas tradicionais de cultivo, os quais possuem íntima relação com a natureza.

A saúde e o bem-estar também são abarcados pela solução, pois ela contribui para a garantia de uma alimentação saudável e segura, baseada em uma produção agroecológica, que valoriza os fazeres e hábitos da vida no campo e reduz desigualdades. O consumo e produção responsáveis também são inerentes à iniciativa, pois promovem a revitalização de hábitos alimentares tradicionais, como a valorização de alimentos típicos da região, produzidos pelos próprios agricultores, e a retomada do consumo de Plantas Alimentícias Não-Convencionais (tradicionais), de fácil produção e alto valor nutricional, em substituição à compra de alimentos ultraprocessados.

³ Disponível em: www.youtube.com/@institutomaeterra1738/videos

Figura 3. Oficina “Culinária PAN”: sensibilização por meio da prática. Valtiângeli Moitinho em Oficina de Culinária na Aldeia Pataxó Pé do Monte, 08/07/2021



Fonte: Acervo IMT, 2021.

Disseminação da experiência

A experiência do IMT foi selecionada como uma das dez Soluções mais inovadoras de 2021 para implementação da Agenda 2030 no Brasil. Por sua inovação e reconhecimento, foi reaplicada (2022-2024) em duas outras comunidades da região, com apoios da Fundação Cargill e Brazil Found.

A reaplicação de Solução tem como foco a execução de ações coordenadas de SAN junto a comunidades com risco/insegurança alimentar, com o objetivo de sensibilizá-las quanto à relevância do resgate, produção, consumo e comercialização de produtos da sociobiodiversidade e de Panc/medicinais. Além de promover o direito à alimentação e nutrição, busca potencializar o desenvolvimento local/comunitário.

A solução possui quatro etapas: sensibilização/mobilização comunitária para cumprimento dos objetivos do projeto (reuniões, encontros, oficinas, palestras etc.); implementação de uma unidade demonstrativa (500m²) na comunidade (mutirões de preparo da terra, adubação verde, plantio e colheita); monitoramento, manutenção da área e sete percursos formativos (visitas periódicas de Ater, com compartilhamento de práticas agroecológicas), vide Figura 4; encerramento do projeto e avaliação de impacto (palestras, contação de histórias, degustação de Panc, doação de mudas etc.). Para fins de reaplicação em outras regiões, faremos uso de uma cartilha que descreve a experiência de desenvolvimento da solução; explica a metodologia para a reaplicação; e compartilha os resultados práticos de sua aplicação por projeto/parceiro. A intenção do IMT é reaplicar em outros territórios da Bahia.

Figura 4. Participação da Comunidade no Manejo das Áreas de Plantio, Mutirão no PSF Rio do Sul, Santa Cruz Cabrália/BA, em 28/06/2023



Fonte: Acervo IMT, 2023

REFERÊNCIAS

- GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA AGENDA 2030; INSTITUTO DEMOCRACIA E SUSTENTABILIDADE. Soluções inovadoras para o desenvolvimento sustentável, III edição, 2021. Disponível em: https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2021/06/ids_solucoesinovadoras_2021_vfinal_alta.pdf
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia): análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação 2014. (Estudo Técnico 1). Disponível em: <https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/328.pdf>
- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL (CAR)/SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL (SDR). *Revista Bahia Produtiva*. Volume 4, 2022. Salvador, Bahia. Disponível em: www.car.ba.gov.br/sites/default/files/2022-12/Revista%20Bahia%20Produtiva_2022_WEB.pdf

4. Educação patrimonial, saberes e sustentabilidade: o patrimônio vivo da tradição doceira da antiga Pelotas/RS

Giane T. Belmonte, Wagner Halmenschlager, Francisca F. Michelon

INTRODUÇÃO

A escolha do tema surgiu pelas características destacadas no Inventário Nacional de Referência Cultural: resgate das memórias culturais; participação da comunidade local neste processo; interatividade entre comunidade e poder público; e o investimento em educação no território de pesquisa. A necessidade de proteger, valorizar e resgatar os saberes populares reconhecidos como Patrimônio Cultural Imaterial se justifica não apenas como uma preservação da identidade cultural, mas também como uma medida estratégica para enfrentar desafios contemporâneos relacionados ao modo de vida, trabalho, saúde, soberania e segurança alimentar.

A tradição doceira da antiga Pelotas é uma expressão cultural de grande importância para a preservação da memória e identidade da população (Figura 1). Os saberes populares são intrínsecos à identidade de uma comunidade. Ao preservar esses saberes, preservamos também práticas que influenciam diretamente a forma como as pessoas produzem, consomem e se relacionam com os alimentos.

Figura 1. Tradição doceira da antiga Pelotas – Feitura da passa de pêssego



Fonte: Autores, 2023.

Os sistemas agroalimentares tradicionais frequentemente estão alinhados com práticas mais saudáveis e sustentáveis. Ao resgatar e preservar esses saberes, promovemos modelos de produção e consumo de alimentos que contribuem para a saúde individual e coletiva, além de fortalecer a soberania alimentar. Os saberes populares muitas vezes estão ligados a métodos de produção agroecológicos que priorizam a saúde do solo, a diversidade de cultivos e práticas sustentáveis. Ao reconhecer e valorizar esses saberes em cada etapa dos sistemas agroalimentares, fortalecemos esses sistemas desde a produção até o consumo. Isso inclui a promoção de valores fundamentais da agroecologia, como justiça social e ambiental, reconhecendo a importância da diversidade cultural e aprimorando a equidade nos processos relacionados à produção e consumo de alimentos.

Portanto, salvaguardar não é apenas uma questão cultural, mas uma estratégia integral para enfrentar desafios contemporâneos e promover sistemas agroalimentares mais saudáveis, sustentáveis e justos. Isso exige políticas públicas como forma de realizar ações concretas em benefício do bem reconhecido como parte da tradição cultural.

DESENVOLVIMENTO

Objetivos

O estudo teve como principal objetivo identificar o vetor de transmissão do conhecimento da tradição doceira e o modo como ele opera, visto ser este protagonista um elemento importante para subsidiar ações de salvaguarda da tradição doceira.

Metodologia

Realizou-se pesquisa bibliográfica que orientou sobre a importância do reconhecimento daquele que detém o saber. Após serem identificados em uma população de produtores de doces tradicionais e representantes da municipalidade, considerou-se, como amostragem, sujeitos que permanecem produzindo doces para consumo próprio ou para comercialização, gestores públicos municipais e representantes de instituições que estão envolvidos direta ou indiretamente no processo de salvaguarda da tradição doceira.

O contato *in loco* teve como objetivo identificar o contexto ambiental das famílias, a posição de cada membro dentro do processo de produção do doce e suas características. A pesquisa possibilitou gerar uma circunstância de localização de pessoas que se destacam na transmissão deste Tesouro Humano Vivo (THV) e que são capazes de subsidiar as estratégias para sua promoção.

DISCUSSÃO E REFLEXÃO

Resultados

As narrativas potencializam a compreensão do quanto esses atores valorizam a apropriação deste saber-fazer. Estar junto e vivenciar, mesmo que por instantes – no momento das entrevistas –, possibilitou perceber a existência de conflitos entre os atores articulados que transitam entre a tradição, a vigilância sanitária, a comercialização e as ações classificadas pela municipalidade como salvaguarda.

Não obstante, atualmente, os mesmos doces que promoveram a tradição como PCI estão presentes na tímida produção das famílias. “Tímida” pelo fato dessas mostrarem-se receosas a darem continuidade ao fabrico do doce em suas propriedades. Percebe-se que o temor relatado se dá pelas constantes visitas de fiscais da vigilância sanitária, exigindo adaptações e modificações no modo de fazer o doce, bem como na proibição do uso dos utensílios tradicionais, provocando nas famílias a incerteza em prosseguir com a tradição da qual tanto se orgulham.

Tais preocupações se somam ao recorrente êxodo rural das gerações mais novas. As narrativas afirmam que muitos jovens motivados por seus pais abandonam a vida no campo em busca de melhores condições de vida e formação acadêmica em cidades vizinhas. As novas gerações veem na agricultura familiar perspectivas de crescimento, apontando a evolução de cooperativas e associações como um importante meio incentivador desse desenvolvimento. Porém, argumentam que sem o apoio dos gestores públicos o produtor não tem forças para mudar esse quadro, pois, do mesmo modo que há uma fiscalização para mantê-lo, as políticas de apoio são escassas.

Para haver a continuidade do saber-fazer de uma tradição, entende-se que ela deve ser transmitida de geração em geração. Há várias ações sugeridas para que haja esse movimento e uma delas é feita por meio da educação formal e informal. Na narrativa dos representantes do executivo de Morro Redondo, algumas atividades são desenvolvidas, no entanto, são isoladas, sem a participação daquele que detém o saber.

Já nas falas dos produtores sobre a tradição doceira como patrimônio imaterial, percebe-se que há um entendimento desse bem como cultura e, sobretudo, como identidade daqueles atores que se mostram presentes no âmbito familiar, ainda que esta identidade esteja enfraquecida à espera de políticas públicas.

Logo, entende-se que os THV existem tanto quanto a tradição. Tudo é muito real, tão real quanto a falta de diálogo entre os grupos que estão envolvidos nesse processo, além da falta de coerência destas pessoas com as suas crenças quando se contradizem por suas falas e pelo entendimento entre o que é o patrimônio das pessoas e o patrimônio da cidade, dos interesses no turismo e não propriamente na sustentabilidade das famílias doceiras.

Conclusão

Avalia-se que, nesse cenário, as ações coletivas das práticas que se caracterizam como referência da memória coletiva e da identidade desse grupo devem ser pensadas para que sejam fortalecidas e a tradição difundida na cidade e fora dela. Entre elas, as ações já realizadas e disponíveis para serem divulgadas, como o vídeo vinculado a esta pesquisa e produzido por meio de material coletado nas entrevistas e visitas realizadas, intitulado “Famílias de tradição doceira de Morro Redondo” (2021).

O vídeo traz imagens e depoimentos de produtores intercalados com a leitura de um poema. Os materiais registram como aprenderam, quem ensinou, como fazem e, também, a insistência pela continuidade e o amor por essa tradição. Também foi produzido um folder informativo virtual das famílias doceiras (Figura 2), lançado durante o Seminário Internacional do Patrimônio Industrial, Alimentos e Sustentabilidade, realizado em agosto de 2023, pelo grupo de pesquisa “Fábrica de memórias” do Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, da UFPel. No mesmo evento, realizou-se o Encontro com os Produtores de Doces Tradicionais de Morro Redondo/RS (Figura 3), onde estes tiveram a oportunidade de expor seus produtos e dialogar com a comunidade acadêmica.

Figura 2. Folder informativo virtual das famílias doceiras



Fonte: Rayza Roveda, 2023.

Figura 3. Encontro com os Produtores de Doces Tradicionais de Morro Redondo/RS



Foto: Rayza Roveda, 2023.

Faz-se, ainda, o registro de outras ações, como a oficina de fazedura de passas de pêssego (Figura 4), doce tradicional da antiga Pelotas, com alunos do Ensino Fundamental II e Médio, em uma Escola Estadual no Morro Redondo, durante a semana do patrimônio em agosto de 2023; palestra em escola municipal de Morro Redondo sobre o Patrimônio Imaterial e o Tesouro Humano Vivo, vinculada ao projeto “Fotografeando”, do programa, em agosto 2022; palestra em escola estadual de Pelotas, para o Ensino Médio, sobre pesquisa qualitativa com foco nas memórias e tradições do imaterial, em setembro 2023; matéria realizada pela RBS TV Pelotas (Figura 5), na propriedade rural de uma das produtoras de doce entrevistada na pesquisa, sobre o saber-fazer e transmissão do doce tradicional, ainda por ir ao ar.

Por fim, sugere-se demais ações em âmbito municipal, estadual e federal, de criação de políticas públicas efetivas de proteção deste bem e o reconhecimento destes detentores do saber-fazer, garantindo a transmissão para manter viva a identidade daquele grupo. Os THV não são apenas pessoas, são uma narrativa viva, tecida com os fios da tradição, inovação e identidade local. Assim, concluímos que seu impacto vai além do fazer, o saber alcança as raízes mais profundas da comunidade, promovendo uma compreensão mais rica e holística de sua própria história e identidade.

Figura 4. Oficina de fazedura de passas de pêssgo com alunos do Ensino Fundamental II e Médio, em Escola Estadual do município de Morro Redondo



Fonte: Giane Belmonte, 2023.

Figura 5. Matéria gravada pela Emissora RBS TV/Pelotas



Fonte: Giane Belmonte, 2023.

5. Educação no Campo e agricultura familiar: a experiência da produção de cacau e seus derivados por uma aluna da EJA na comunidade Brasil Verde em Santa Izabel do Pará

Nice Hellen Mateus Oliveira Miranda, Alessandra Monteiro Lopes,
Rissandreia Dantas de Vasconcelos

INTRODUÇÃO

O Estado do Pará se destaca como o maior produtor de cacau do país (IBGE, 2022). É relevante ressaltar que a produção de cacau no estado é predominantemente conduzida pela agricultura familiar, que desempenha um papel fundamental no fomento da agroecologia.

A agricultura familiar, na produção de cacau, compõe uma cultura rica e versátil que vai muito além da simples colheita (Altieri, 2004). Os estudantes que trabalham como agricultores relatam o uso de métodos naturais que respeitam a diversidade de culturas e que trabalham para manter os ecossistemas locais.

Neste contexto, compartilha-se um relato de experiência que ocorreu durante as aulas de Ciências da Natureza, em parceria com o Ensino das Ciências Agrárias, da educanda Lia Cristina da Cruz, matriculada na Escola Antônio Lemos, no Ensino Médio de Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Campo da Secretaria de Educação do Estado do Pará (Seduc). As aulas ocorrem na Escola Municipal Maurício Machado, no município de Santa Izabel do Pará. Durante as atividades de Cartografia Social, ela revelou sua história de vida e seu trabalho na agricultura, com sua participação na Associação de Produtores Rurais da Agricultura Familiar (Apraf) na comunidade Brasil Verde, justificando sua participação, como um processo de luta e transformação popular conforme destaca Brandão (2009).

No período de agosto a outubro de 2023, observamos desde o plantio até a criação de derivados. Ficou evidente o conhecimento tradicional e a dedicação da aluna em todas as fases, desde o cultivo das árvores de cacau até a produção de produtos como licor de cacau, polpa, chocolate, geleia, nibs e outros derivados.

Este relato destaca a jornada da aluna no âmbito da agricultura familiar e as conexões entre a vida no campo e a produção artesanal sustentável à base de cacau, fortalecendo

a importância da agroecologia como parte integrante do sistema de produção. Além disso, por meio da lente da cartografia social e da observação das atividades de campo, procuramos enriquecer o conhecimento dos alunos, incorporando temas relacionados às aulas. Para Arroyo, “deve-se dar condições de trabalho e de formação para que coletivos de educadores e educandos reinventem outra EJA a partir do reconhecimento do acúmulo de saberes de si e do mundo que as pessoas jovens-adultas carregam de seu tenso viver, sobreviver, resistir.” (2021, p. 113).

Exploramos o universo do cacau, incluindo sua história, nome científico, e a agrônoma compartilhou seu conhecimento sobre melhores práticas de cultivo e cuidado do solo, enfatizando a importância da agroecologia na preservação do meio ambiente e na produção de alimentos sustentáveis.

Durante a entrevista, a aluna expressou seu desejo de associar seus produtos aos nomes de seus três filhos, mas notamos a ausência de uma marca para seus produtos, o que pode ser uma oportunidade para destacar ainda mais a abordagem agroecológica.

Como resultado, a estudante teve a oportunidade de participar de uma ação na Escola Municipal Agrícola Maurício Machado, em 19 de setembro de 2023. Durante o evento, apresentou informações, por meio de um herbário didático com exsicatas de plantas nativas da Amazônia, dentre elas o cacau. Também ofereceu uma degustação de seus produtos para os visitantes da Trilha Ecológica. Também levamos o herbário para ser exibido durante a Feira Pan-Amazônica do Livro e das Multivozes, realizada no Centro de Convenções em Belém do Pará, em 11 de setembro de 2023, no *stand* da Seduc.

DESENVOLVIMENTO

Objetivo

Analisar a interseção entre a agricultura familiar na produção do cacau e a cartografia social. Buscamos compreender como a cultura e a comunidade desempenham um papel significativo na jornada da estudante.

Além disso, destacar a importância da Educação do Campo como uma ferramenta importante para o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento das práticas agrícolas agroecológicas. Exploramos as conexões e os desafios enfrentados pela aluna e como o seu trabalho contribui para a preservação do patrimônio agrícola e o avanço de práticas sustentáveis na produção de cacau e seus derivados.

Metodologia

Para alcançar os objetivos, adotamos uma abordagem metodológica que combina pesquisa de campo e entrevistas. A pesquisa de campo foi conduzida na comunidade Brasil Verde, onde a aluna reside e realiza suas atividades de agricultura. Isso envolveu

visitas à plantação de cacau, à área de processamento e à comunidade local. Registros fotográficos e anotações de campo foram feitas para documentar as práticas e o ambiente.

Além disso, realizamos entrevistas com a estudante com objetivo de conhecer as motivações, desafios e sucessos relacionados ao trabalho com cacau e seus derivados. Esses métodos nos permitem uma imagem completa da experiência da estudante na agricultura familiar de cacau, explorando dimensões culturais e educacionais.

DISCUSSÃO E REFLEXÃO

Resultados

Esta pesquisa buscou aprofundar a compreensão da interseção entre a agricultura familiar e a produção do cacau, incorporando o conhecimento da turma no entorno da temática, além de proporcionar o compartilhamento do conhecimento empírico associado ao científico.

Destacamos ainda que a exposição na Trilha e na Feira também é um resultado relevante dessa pesquisa. Isso envolveu uma análise da história de vida da estudante e de seu comprometimento com a agricultura familiar sustentável do cacau.

A pesquisa ressalta a importância do conhecimento coletivo da turma. Dessa forma, foi possível investigar como a educação contribui para o desenvolvimento de práticas sustentáveis.

Adicionalmente, trabalhamos com formas de divulgação de seus produtos, inclusive com a criação de uma logomarca feita no aplicativo Canva (Canva, 2023), com variações de logomarca de acordo com os produtos ofertados, como uma arte específica para a barra de chocolate, para a geleia, adesivo para a garrafa de licor entre outros.

O desenvolvimento dessa atividade resultou na criação da logomarca “Nalubi’s”, que reúne as letras iniciais de seus filhos. Para a estudante, essa logomarca é mais do que um simples símbolo; é a personificação de seus esforços e o reflexo de sua jornada.

Ressaltamos, ainda, a importância da agricultura familiar no estado do Pará como um exemplo de prática agroecológica. Enfatizam-se as práticas naturais, a conservação do solo e a diversificação de culturas. Além disso, a educação popular e a troca de conhecimentos entre a aluna e a comunidade realçam a valorização da agroecologia, contribuindo para a conscientização de práticas agrícolas mais sustentáveis.

CONCLUSÃO

Este estudo revelou não apenas a importância da agricultura familiar na produção de cacau, mas também como a Educação no Campo e a cartografia social desempenham papéis significativos. Através do acompanhamento de campo e das entrevistas, pudemos compreender as motivações e desafios enfrentados ao longo da jornada da aprendiz. Seu

desejo de associar seus produtos aos nomes de seus filhos é um testemunho do profundo significado que essa atividade tem para ela.

A participação da estudante em ações educacionais e na Feira Pan-Amazônica do Livro e das Multivozes mostra como a educação pode ser uma ponte importante entre a agricultura familiar e a sociedade em geral.

Com relação a logomarca, destaca-se a importância da inovação e do empreendedorismo na agricultura familiar. No caso, a logomarca “Nalubi’s” é uma conquista que representa sua dedicação na Educação no Campo e com a riqueza da agricultura familiar de cacau. Agora a estudante está pronta para compartilhar seus produtos e sua história com o mundo.

No geral, a experiência da estudante é um testemunho da importância da agricultura familiar sustentável e da necessidade de apoiar essas práticas. Este estudo serve como um lembrete de que, por trás de cada produto do cacau, existe uma história, uma jornada e um compromisso com a terra e a comunidade que merecem reconhecimento e apoio contínuo.

Ao destacar a agricultura familiar como um pilar da agroecologia, este relato inspira um compromisso contínuo com práticas que harmonizam a produção de alimentos com a preservação ambiental e a educação.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, M. *Agroecologia: Bases científicas para uma agricultura sustentável*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- ARROYO, M.G. *Passageiros da noite*. Do trabalho para EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis: Vozes, 2017. 3ª Reimpressão.
- BRANDÃO, C.R. *Cultura rebelde: escritos sobre a educação popular ontem e agora*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: www.ibge.gov.br/explica/producao-agropecuaria/cacau/br. Acesso em: 14 de outubro de 2023.

6. Educação popular em saúde e práticas integrativas e complementares no cuidado em saúde à pessoa do campo

João Paulo Assunção Borges, Lucas Silva Peixoto, Mariza da Silva Rodrigues

INTRODUÇÃO

As populações do campo são caracterizadas por povos e comunidades cujos modos de vida, produção e reprodução social estão relacionados predominantemente com a terra. Neste contexto estão os agricultores familiares, trabalhadores rurais assentados, assalariados e temporários que residem ou não no campo. A população rural brasileira caracteriza-se por uma diversidade de raças, etnias, povos, religiões, culturas, sistemas de produção e tecnologias, segmentos sociais e econômicos, de ecossistemas e de uma rica biodiversidade (Brasil, 2013).

A Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCFA), de 2011, e atualizada conforme a Portaria GM/MS n. 02/2017, visa a garantir o direito e o acesso à saúde por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), considerando seus princípios fundamentais de equidade, universalidade e integralidade (Brasil, 2011). Nesse sentido, assume-se que a saúde é determinada pelas condições econômicas, sociais, culturais e ambientais em que vivem as comunidades e populações. A morbidade no meio rural indica maiores índices de gastroenterites, com diarreia e vômito, assim como distúrbios osteomusculares e articulares, com dores nos braços ou nas mãos, em relação à morbidade na área urbana (Brasil, 2013). Ainda na área rural, a falta de esgoto e de água tratada e potável é bem maior do que na área urbana, o que pode estar associado à ocorrência de doenças caracterizadas por sintomas gastrointestinais (Brasil, 2011).

No cuidado à saúde da pessoa do campo, do trabalhador e da trabalhadora rural, inserem-se as ações que visam a reduzir os riscos e agravos à saúde dessas populações, por meio de ações de promoção, prevenção e vigilância em saúde, considerando as especificidades epidemiológicas, ambientais e sociais da região. A educação popular em

saúde trata-se de uma importante estratégia para promoção da saúde e adoção de hábitos de vida saudáveis e seguros, por meio de metodologias de educação que articulam os diferentes saberes e práticas, tanto dos profissionais de saúde quanto dos indivíduos da comunidade (Barroso *et al.*, 2021).

Neste relato de experiência técnica, sintetizamos a atuação interdisciplinar de profissionais de saúde, introduzindo Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) e fortalecendo saberes tradicionais no cuidado em saúde da população rural atendida por uma equipe de Atenção Primária Rural, distrito de Silviolândia no município de Coxim, região norte de Mato Grosso do Sul.

DESENVOLVIMENTO

Objetivos

Descrever e analisar as experiências e vivências obtidas na implementação de ações de educação em saúde realizadas em uma unidade básica de saúde rural.

Metodologia

Operacionalmente, foram realizadas oficinas teórico-práticas de educação em saúde, com enfoque popular, a partir da participação dos usuários da unidade básica de saúde. Os usuários fazem parte da população adscrita e que residem e/ou trabalham na zona rural. As ações foram realizadas no formato de salas de espera. Para este relato, foi feito o recorte temporal de janeiro a outubro de 2023.

Os proponentes das ações foram profissionais da equipe multidisciplinar da própria unidade de saúde e, eventualmente, docentes e acadêmicos de enfermagem de uma Instituição de Ensino Superior do município. Os temas definidos para cada ação fizeram alusão aos meses temáticos, tais como janeiro branco (saúde mental), agosto dourado (amamentação), setembro amarelo (prevenção ao suicídio) e outubro rosa (câncer de mama), ou, então, de acordo com demandas epidemiológicas e sazonais locais, como influenza/gripe, dengue, zika e chicungunya.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Resultados

A vivência adquirida com a realização das oficinas permitiu a abordagem de diversos conteúdos e temas no cuidado à saúde. Em todas as atividades, inseriu-se a abordagem de PICS, tais como fitoterapia, cultivo e uso de plantas medicinais, meditação, aromaterapia, automassagens.

As PICS são abordagens terapêuticas que têm como objetivo prevenir agravos à saúde, a promoção e recuperação da saúde, enfatizando a escuta acolhedora, a construção de

laços terapêuticos e a conexão entre ser humano, meio ambiente e sociedade. Segundo o Ministério da Saúde, cerca de 80% dos serviços de PICS oferecidos pelo SUS estão concentrados na Atenção Primária (Brasil, 2006).

Na condução das oficinas foram criados espaços para debate e trocas de experiências entre usuários da comunidade rural e profissionais de saúde, valorizando o saber popular em consonância com o saber técnico e científico. Nesses espaços, os processos educativos foram baseados na educação popular, na perspectiva de promover a integração de saberes e práticas de cuidado das populações do campo.

A abordagem proposta na sala de espera teve como uma das principais estratégias a problematização. Neste sentido, as informações e conteúdos abordados levavam os sujeitos a refletirem sobre diferentes situações de saúde no seu contexto sócio comunitário e como a adoção de hábitos saudáveis e sustentáveis poderiam modificar fatores determinantes no processo de adoecimento.

Tabela 1. Relação de temas das ações de educação em saúde realizadas mensalmente na Unidade Básica de Saúde Rural.

Mês/2023	Tema das ações
Janeiro	Saúde mental, aromaterapia e hábito de cuidar das hortas
Fevereiro	lúpus, alzheimer e fibromialgia: aromaterapia e meditação
Março	Dengue e repelentes naturais
Abril	Sintomas gripais e plantas medicinais
Mai	Plantas medicinais e cromoterapia
Junho	Doação de sangue e alimentos ricos em ferro
Julho	Hepatites e intoxicação por medicações e plantas medicinais
Agosto	Promoção ao aleitamento materno e amamentação

Fonte: Elaboração do autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É de suma importância a realização de ações de educação em saúde, com os profissionais, acadêmicos e participação popular, para ampliar e fortalecer a discussão e a utilização das PICS, promovendo possibilidades de uma atenção integral à saúde e da valorização dos saberes populares, como estratégia de promoção da saúde integral. A participação social deve ser estimulada nas comunidades, fortalecendo as ações coletivas em favor da melhoria da qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

- BARROSO, L. K. *et al.* Educação Permanente em Saúde: uma estratégia para capacitação de profissionais da Estratégia de Saúde da Família. *Brazilian Journal of Development*, v. 7, n. 4, p. 37358-37365, 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Consolidada GM/MS de n. 02, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde. Brasília, 2017. Acesso em: mar/2024. Disponível: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0002_03_10_2017.html
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. *Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta*. 1ª ed. 1. reimp. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Plano Operativo da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta: 2012-2015*. Brasília, 2011.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares*. Brasília, 2006.

7. “Entre plantar, colher e lutar”: conhecimentos alimentares nas vazantes e quilombos do rio São Francisco, no norte mineiro

Adinei Almeida Crisóstomo

INTRODUÇÃO

Este artigo faz parte dos meus estudos, pesquisas e trabalhos de campo já desenvolvidos e em andamento em comunidades tradicionais no Norte de Minas Gerais, todos em domínio público. Trata-se de um recorte empírico da pesquisa o Quilombo de Praia, sobre o quilombo localizado no município de Matias Cardoso, extremo norte do estado de Minas Gerais, formado por quatro núcleos familiares.

A Comunidade de Praia é composta pela Comunidade de Vereda, pela Comunidade de Cana Brava, além de outras duas áreas: a Ilha da Curimatá e o acampamento Mãe Romana, que abriga dez famílias. Esta última região está atualmente envolvida em uma disputa territorial com uma fazenda vizinha. Tanto a Ilha da Curimatá quanto o acampamento Mãe Romana fazem parte da Comunidade de Praia. Esta proposta de estudo ocorre a partir de uma trajetória construída nos trabalhos de campo em diversos projetos de pesquisa na Universidade Estadual de Montes Claros/Unimontes (MG), com início na graduação em Ciências Sociais e na inserção na pesquisa como bolsista de iniciação científica, estudando a temática sobre conflitos ambientais. Foi por meio desta trajetória construída que hoje estou no processo de doutoramento, totalizando dez anos dedicados especialmente à assessoria de projetos, trabalhos de campo, pesquisas e estudos sobre Povos e Comunidades Tradicionais no Norte de Minas Gerais.

O sistema agroalimentar Vazanteiro/Quilombola está associado às dinâmicas do Rio São Francisco que, com seus ciclos de cheias e secas, conformam a territorialidade das comunidades cuja origem remonta ao tempo dos povos indígenas e a seus modos de usar e se relacionar com o rio. Deles, perpassaram os conhecimentos antigos sobre o transporte em canoas, a pesca e a lavoura de vazante.

DESENVOLVIMENTO

Objetivo

A partir das experiências coletivas em comunidade, do manejo dos alimentos, das técnicas e práticas dos roçados, dos conhecimentos e saberes antepassados, desta relação recíproca com a natureza, com as vazantes e com o rio, apresenta-se um outro olhar e uma outra lógica de enxergar o lugar, o espaço e o tempo que reverbera esse saber-fazer vazanteiro e quilombola.

É a partir da junção desses saberes que esta pesquisa organiza seu objetivo principal, compreender o sistema agroalimentar do Quilombo de Praia no Norte de Minas Gerais. O problema central da pesquisa é: de que maneira o saber e o conhecimento tradicional, as maneiras de plantar as roças e de colher os alimentos configuram formas de resistência nas lutas e reivindicações territoriais, diante dos processos de conflitos ambientais, mudanças e transformações do lugar, alterando ou modificando as relações de produção alimentar nas comunidades?

Como questões norteadoras, temos:

- como os modos de produção alimentar perpassam acionamentos e reafirmações de identidades e, nesse caso, enquanto múltiplas identidades, a Vazanteira e a Quilombola?
- como se estabelecem as relações entre os sujeitos e o ambiente, considerando o contexto simbólico, a ética e a lógica do lugar?
- como se dá a representatividade do Rio São Francisco na vida desses sujeitos/atores?
- como as comunidades veem as mudanças e transformações em seus territórios a partir da expansão atual de contextos de conflitos ambientais e de violação de direitos? e
- como as articulações entre as comunidades, demais povos tradicionais, movimentos sociais, instituições e organizações contribuem nas formações políticas e institucionais que buscam os direitos territoriais coletivos.

Método

Este estudo é procedente de uma abordagem qualitativa e etnográfica. Entende-se que a opção pela etnografia, pela observação densa, pela descrição das histórias e dos modos de vida dos sujeitos/atores, as relações existentes entre na terra firme, a vazante e o Rio, tudo isso fornece a chave para compreender os saberes e os conhecimentos alimentares tradicionais, apontando assim para uma lógica de reprodução e prática social da vida e da identidade vazanteira e quilombola.

Além da revisão bibliográfica, análise de literatura e possível pesquisa documental, esta pesquisa se operacionaliza por meio de trabalhos de campo, os quais são entendidos não apenas como um ato científico, mas como uma vivência que envolve a relação com os sujeitos e o contexto em sua diversidade. Nas palavras de Brandão (2007), trata-se de uma relação de intensa subjetividade, que requer ligação de confiabilidade entre pesquisador e sujeito da pesquisa, envolvendo questões éticas desde a forma de inserção na comunidade até as maneiras de conduzir as entrevistas, em que a observação se faz importante; descrevendo a “banalidade do cotidiano” poderemos ver e interpretar importantes aspectos.

Para a construção dos diálogos, adoto a perspectiva das temporalidades, que envolve tanto o passado, ou “os tempos antigos”, quanto as transformações e mudanças no território tradicional ao longo dos anos, os “tempos de hoje”. Essa abordagem reflete uma característica comum de como os povos e comunidades tradicionais compreendem o tempo.

DISCUSSÃO

Resultados

Essas comunidades se entendem como “povos das águas e das terras crescentes”, como falam na “Carta Manifesto das Mulheres e Homens Vazanteiros”, escrita no contexto do “Primeiro Encontro Interestadual de Homens e Mulheres Vazanteiros do São Francisco”, ocorrido na Ilha da Ingazeira, com comunidades da Bahia e de Minas Gerais, no ano de 2005 (Anaya, 2012, p. 208).

Chamam-nos de vazanteiros porque a nossa agricultura está associada aos ciclos de enchente, cheia, vazante e seca do rio São Francisco. Somos um povo que vive em suas ilhas e barrancas, manejando suas ‘terras crescentes’, tirando o sustento da pesca, da agricultura, do extrativismo e da criação de animais. [...] Foi um aprendizado de mais de quatro séculos, de convivência com as terras altas, com os barrancos moldados pelos lameiros fertilizados e com as ‘terras crescentes’, com suas ilhas em permanente mobilidade. Pois é assim, uma ilha nunca é a mesma no ano seguinte. Assim como ela aqui se forma, ela também desaparece e ressurgue acolá, dependente que é da cheia. Se o rio toma uma terra aqui, ali ele a devolve, e ela cresce renovada, por isso ‘crescente’. (Carta manifesto das mulheres e homens vazanteiros, Ilha da Ingazeira, 2006; Cunha; Magalhães; Adams, 2022, p. 229)

Estas comunidades tradicionais que habitam as áreas alagáveis, ilhas e as margens do rio São Francisco reproduzem seus modos de vida singulares, manejando as terras de vazantes, ambiente frequentemente inundado e modificado pela dinâmica das águas, cheias e secas, tanto do rio como de lagoas e cursos d’água a ele associados, constituindo uma territorialidade demarcada pelos ambientes hidrológicos e demarcadora da identidade. Acionam e chamam essas identidades para si, por entenderem que as suas

histórias, as suas ancestralidades e os seus modos de vida estão conectados diretamente com a fluidez do ambiente e nas suas formas de reprodução da vida e de enxergar e viver no mundo.

O trabalho e a pesquisa ainda estão em andamento, em fase de escrita e organização, tendo algumas questões, diálogos e debates muito importantes já apontados durante a realização e incursões em campo nas comunidades, trazendo a produção e o manejo de alimentos como centrais para o entendimento das práticas e reproduções dos modos da vida tradicionais, das relações sociais, das reivindicações identitárias e territoriais das resistências. As Figuras 5 e 6 trazem o registro da roça na vazante e a colheita de feijão.

Figuras 5 e 6. Roça na vazante e colheita de feijão



Fonte: autor, 2022.

Assim, esta pesquisa investiga os saberes ancestrais e práticos relacionados ao cultivo das roças e à colheita de alimentos, analisando como estes conhecimentos acabam se estabelecendo como uma forma de “resistência” nas lutas e reivindicações territoriais, além de sua relação com os processos de conflitos ambientais e transformações do lugar, havendo mudanças significativas nas relações de produção alimentar na comunidade. Ela se organiza em três principais eixos: eixo alimentar – correspondente ao saber-fazer e ao conhecimento tradicional/ancestral sobre o alimento e suas diversas formas de produção; eixo hidrográfico – correspondente à importância e à representatividade do rio São Francisco como principal condutor das relações dos sujeitos com o ambiente; e o eixo territorial/identitário – correspondente aos acionamentos das identidades vazanteira e quilombola, no âmbito simbólico e político.

Discussão

As práticas da alimentação e a comida podem remeter a uma memória e se constituir em identidades, em concepções e em ideias de determinados grupos sociais. Pode remeter aspectos sociais e culturais de determinadas sociedades, questões simbólicas, regras e crenças. O saber-fazer das práticas tradicionais, as significações e simbologias nesses processos incidem e expressam as identidades dos grupos sociais.

O crescimento cada vez maior de uma produção agroalimentar de caráter industrial sendo produzida em larga escala por meio de monoculturas e projetos privados do grande capital ameaça e causa impactos no saber alimentar tradicional, impactos estes gerados, principalmente, por exemplo, por contaminação dos solos e das águas, pelo uso desenfreado de fertilizantes e agrotóxicos, e por conflitos territoriais, ambientais e o crescimento da violência no campo.

De modo geral, estudos e pesquisas sobre alimentação têm destacado esse tema como um campo essencial de estudo para compreender como as comunidades e povos tradicionais produzem, consomem, manejam seus alimentos e compartilham seus saberes. As pesquisas nessa área são importantes para compreender, por exemplo, como um sistema alimentar pode se relacionar com formas culturais e com a sociobiodiversidade local. Como a história de comunidades tradicionais e povos originários está ligada às suas práticas alimentares, e como essas práticas vêm atravessando mudanças, transformações e adaptações ao longo do tempo e do espaço.

A partir do trabalho de campo realizado na Comunidade Quilombola de Praia e das experiências acumuladas durante muitos anos com os povos e comunidades tradicionais na região do rio São Francisco no Norte de Minas Gerais, é possível destacar que a produção alimentar é entendida como um elemento-chave. Ela deve ser cultivada, celebrada e compartilhada em comunidade. Os modos de plantar, o saber-fazer e as práticas de colheita nas vazantes e nas roças são fundamentais para a reprodução dos seus modos de vida, além de reafirmar suas identidades, que se manifestam tanto nas lutas territoriais quanto nas resistências do cotidiano.

Este estudo demonstra que as práticas e conhecimentos alimentares vazanteiros/quilombolas apontam para uma forma de resistência e de acionamento das identidades dessas comunidades, que lutam principalmente para a regularização e titulação dos seus territórios. Com o objetivo de preservar seus saberes tradicionais, as comunidades enfrentam diversos desafios, como as pressões por parte de grandes empreendimentos geradores de conflitos ambientais e fundiários.

Além disso, há os conflitos com o Estado, devido à criação de parques e unidades de conservação e à implementação de políticas de compensação ambiental nos territó-

rios tradicionais. Esses obstáculos são ampliados pela violação de direitos, pela falta de acesso a recursos essenciais e pelos cercamentos ilegais de áreas.

A demora ou morosidade na demarcação dos territórios tradicionais, a falta de políticas públicas específicas para fomentar a agricultura familiar e o escoamento da produção local das famílias, bem como a contaminação das águas e do solo pela intensificação do uso de agrotóxicos pelas fazendas de monoculturas existentes na região, são outros problemas graves. A crescente influência da comida industrializada também impacta negativamente as práticas alimentares e de saúde das comunidades.

Esperar a chuva, preparar a terra, plantar a roça, colher e preparar os alimentos são atividades centrais e fazem parte dos modos de vida dos povos e comunidades tradicionais da região do Rio São Francisco e dos moradores do Quilombo de Praia, são parte integrante de suas identidades. A roça exerce uma função múltipla e se estende desde a produção de alimentos até a manutenção dos conhecimentos e saberes antigos vazanteiros/quilombolas por meio de sua transmissão entre gerações. A roça é muito mais do que o meio de sustento familiar. Ela é um espaço onde os alimentos são cultivados, onde as relações sociais são estabelecidas e onde há trocas de conhecimentos ancestrais e memórias coletivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estrutura principal da análise etnográfica abrange a observação densa, a descrição das roças, das histórias de vida dos sujeitos/atores, dos conhecimentos e saberes, além das relações estabelecidas entre a terra firme, a vazante e o rio. Esse enfoque aponta assim para uma lógica de reprodução e prática social que sustenta a vida e a identidade vazanteira e quilombola.

Para os autores, os estudos da antropologia na temática da alimentação têm contribuído para se pensar a sociedade por meio de suas representações sociais, culturais e simbólicas. A alimentação ultrapassa questões biológicas e da natureza humana, ela representa diferenças de visões de mundo de sociedades e grupos sociais no tempo e no espaço, configurando-se processos identitários e de relações sociais.

As questões ligadas aos estudos da alimentação podem envolver diferentes vertentes e interfaces, quando associadas ao tempo e ao espaço em determinadas sociedades e em grupos sociais, e são nos estudos antropológicos que a comida passa a ser compreendida nestas diversidades de formas e entendimentos, definindo significados e podendo ocupar processos, padrões e trajetórias coletivas destes grupos sociais.

Concordando com Menasche (2018), comer é um ato político, assim como plantar e produzir também podem se configurar como atos políticos. Essas ações se fazem presentes nas memórias dos diversos grupos sociais, e se perpetuam ao custo de en-

frentamentos e lutas de muitas comunidades e povos tradicionais. É neste sentido que esta pesquisa tenta colaborar para esta reflexão, a partir dos estudos e da perspectiva antropológica. Plantar, produzir e colher são direitos humanos, é consumo, é saúde e meio ambiente, mas principalmente são elementos políticos.

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq pelo consentimento da bolsa de doutorado e ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGAS/UFRN).

REFERÊNCIAS

- AMON, D.; MENASCHE, R. Comida como narrativa da memória social. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 11, n. 1, p. 13-21, 2008.
- ANAYA, F. C. De “encurralados pelos parques” a “vazanteiros em movimento”: as reivindicações territoriais das comunidades vazanteiras de Pau Preto, Pau de Léguas e Quilombo da Lapinha no campo ambiental. – Tese (doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2012. 255 f.
- ARAÚJO, A. F. R. de. “Por caminhos de águas e terras”: O Processo Migratório de Pescadores Artesanais. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2016.
- ARAÚJO COSTA, P. H. M. de. Andanças, movimentos e luta quilombola no Norte de Minas Gerais. 290f. Tese de Doutorado, Universidade Federal de São Carlos.
- ARAÚJO, E. C. de. Nas margens do São Francisco: sócio-dinâmicas ambientais, expropriação territorial e afirmação étnica do Quilombo da Lapinha e dos vazanteiros do Pau de Léguas. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2009.
- AZEVEDO, E. de. Alimentação, sociedade e cultura: temas contemporâneos. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 19, n. 44, p. 276-307, jan. 2020.
- BARBOSA, L. A ética e a estética na alimentação contemporânea. In: THOMÉ DA CRUZ, Fabiana et al. (org.). *Produção, consumo e abastecimento de alimentos: desafios e novas estratégias*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016.
- BRANDÃO, C. R. A Comunidade Tradicional. In: COSTA, João B. A; OLIVEIRA, Claudia L. Cerrado, *Gerais, Sertão: Comunidades Tradicionais nos sertões roseanos*. São Paulo: Intermeios, 2012.
- BRANDÃO, C. R. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. *Revista Sociedade e Cultura*, v. 10, n. 1, 2007, p. 11-27.
- WOORTMANN, E. F. A Comida como Linguagem. In: *Revista Habitus*, v. 11, Goiânia, Editora da PUC/Goias, 2013.
- WOORTMANN, K. O sentido simbólico das práticas alimentares. In: ARAÚJO, Wilma Maria Coelho; TENSER, Carla Márcia Rodrigues (org.) *Gastronomia: cortes e recortes*. Brasília: Senac, 2006.
- WOORTMANN, K. A comida, a família e a construção do gênero feminino. *Série Antropologia*, Brasília, n. 50, p. 1-43, 1985.
- WOORTMANN, E. F. Práticas ecoagrícolas tradicionais: ontem e hoje. In: *Retratos de Assentamentos*. São Paulo, v. 14, n. 2, 2011.
- WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Ed. UNB, 1997.

8. Projeto territórios da agricultura

Mariana Monferdini Romão, Jucimara Gonçalves dos Santos, Gabriel Lima, Rubia Silva Camaratiba, Rosani Passos, Yago da Silva Oliveira

INTRODUÇÃO

Territórios da Agricultura é um projeto de educação e inovação social voltado à *agricultura urbana, periurbana e rural*, baseado na participação coletiva e na cocriação de ações que contribuam para o desenvolvimento sistêmico da agricultura e da cultura em determinado território.

Desenvolvido desde 2021, em sua segunda edição no ano de 2023, o projeto foi realizado em âmbito nacional e mobilizou atores em oito estados brasileiros, nas cidades de Manaus (AM), Camaçari e Luís Eduardo Magalhães (BA), Uberlândia (MG), Dourados (MS), Campinas (SP), Petrolina (PE), Nova (PR) e Passo Fundo (RS).

Com uma metodologia participativa, as ações do projeto incentivaram o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção da saúde nos territórios, por meio da realização de projetos coletivos, culminando em uma Exposição Fotográfica aberta e gratuita em cada uma das cidades participantes.

O projeto envolveu agricultoras/es familiares, lideranças comunitárias, sociedade civil produtora e consumidora de alimentos agroecológicos, coletivos e redes de comercialização e comunidades tradicionais. Técnicos do poder público, prefeituras e órgãos estaduais também participaram, além de contar com apoio e parceria de universidades envolvidas com a temática da produção de alimentos agroecológicos e promoção da saúde, preservação ambiental, práticas sustentáveis e difusão da cultura local. A Figura 1 traz o registro por meio de fotos do plantio coletivo das agricultoras de Camaçari e o mapeamento das organizações presentes em cada um dos territórios de Manaus por meio de mandala.

Figura 1. Agricultoras de Camaçari (BA) – Plantio Coletivo e a mandala referente ao mapeamento do território. Manaus (AM)



Fonte: Autores, 2024.

A pluralidade, presente tanto nos atores envolvidos – incluindo a gestão, escrita, condução e execução das atividades do projeto – quanto nos participantes, se deu pela articulação prévia com diversos atores e segmentos da sociedade e do poder público. Esse esforço coletivo enriqueceu o trabalho, trazendo características peculiares associadas aos seus diferentes territórios.

Com base nas informações coletadas pelo projeto, 61,17% dos participantes são mulheres e 35,63%, homens; 38,29% dos participantes estão localizados nas áreas rurais e 60,12%, em áreas urbanas; 1,06% estão localizados em território indígena e 0,53%, em território quilombola.

A partir da participação nos projetos, esses grupos puderam se fortalecer, estreitando e criando redes e fomentando a agricultura familiar e ou urbana em suas comunidades. Foram desenvolvidos projetos locais, como criação de hortas comunitárias em espaços públicos, criação de redes para trocas de mudas e sementes, grupos de comercialização e fortalecimento das ações já existentes nos territórios.

Figura 2. Jornada Formativa: participantes – Manaus (AM)



Fonte: Autores, 2024.

DESENVOLVIMENTO

A experiência teve início com um mapeamento das organizações presentes em cada um dos territórios. Foram levantados atores dos diversos segmentos da sociedade civil, como agricultoras, moradoras de assentamentos, regiões periféricas com ou sem envolvimento com a produção de alimentos, professores, técnicos das prefeituras e de outros órgãos públicos que de alguma forma interagem com a temática.

Formado o grupo interessado em articular com o projeto, foi iniciado um processo formativo, presencial e dividido em cinco módulos, com atividades reflexivas sobre a soberania alimentar e natureza, com metodologias participativas, integrando conhecimentos e experiências populares, utilizando o princípio da aprendizagem baseada em projetos.

As mulheres e jovens tiveram grande participação nos encontros, possibilitando o fortalecimento e empoderamento feminino, além de despertar nos jovens a vontade de dar continuidade à tarefa de produzir alimentos saudáveis e acessíveis à população.

Elencamos, a seguir, os objetivos da experiência dos Territórios da Agricultura: a) realizar projetos e ações práticas, fortalecendo agricultores familiares, coletivos e comunidades locais; b) dar visibilidade às práticas agrícolas e culturais das comunidades; c) promover espaço de troca e diálogo, mobilizando e articulando redes locais voltadas à agricultura agroecológica urbana, periurbana e rural no município; e d) fomentar a educação socioambiental.

Todo esse caminho aconteceu dentro de uma jornada formativa, visando criar um grupo coeso e integrado, além de apoiar os participantes na investigação de seus territórios, para então elaborar projetos a fim de fortalecer as práticas de produção de alimentos de forma justa e saudável.

Durante o percurso foram entregues materiais educativos, explanando a importância das sementes e apresentando atividades práticas de organização coletiva. Livros foram entregues e, ao final, todo o processo foi apresentado ao público por meio de uma exposição fotográfica e documental, valorizando esta prática cultural tão fundamental na garantia do direito humano à alimentação adequada.

Desafios

Em cada um desses territórios houve desafios diversos. Algumas cidades já apresentavam um forte movimento de produção familiar de alimentos e feiras agroecológicas, já em outras, o agronegócio era dominante. Assim, a experiência enfrentou alguns desafios de cunho social, intergeracional e até mesmo de familiarização com os temas abordados.

Um dos principais desafios foi a grande diversidade de organizações, movimentos sociais e lideranças comunitárias envolvidas, pois cada ator social traz consigo suas próprias perspectivas, objetivos e metodologias, além de o projeto ser trabalhado em territórios com realidades muito diversas. Isso exige uma cuidadosa coordenação e mediação para garantir a harmonia e cooperação entre essas organizações, comunidades e territórios. Superar esse desafio envolveu facilitar o diálogo aberto e inclusivo, de modo a promover uma compreensão coletiva de respeito mútuo pelas diferenças.

Outro desafio significativo foi a necessidade de mediar um grupo intergeracional e culturalmente diferente, visto que a participação foi dividida entre pessoas da cidade e do campo, jovens e adultos, moradores de assentamento e comunidades tradicionais. Dessa forma, o desafio de se integrar distintas faixas etárias, experiências e expectativas traz consigo a necessidade de se implementar estratégias pedagógicas que valorizam e exaltam essa diversidade.

Além disso, o projeto enfrentou o desafio de lidar com participantes que possuíam níveis variados de entendimento dos temas abordados, ou seja, enquanto alguns estavam familiarizados com a agroecologia, outros eram novatos nesse campo. Sendo assim, o diálogo de saberes se fez presente, pois cada um qualificou os debates com seu nível de compreensão, promovendo um ambiente de aprendizagem democrático e empático.

Por fim, vale destacar o desafio de provocar um sentimento coletivo de identidade e pertencimento para com o projeto em grupos de tamanha diversidade. Para isso, a metodologia – que prezou pela participação coletiva por meio de variadas atividades em diferentes contextos – permitiu a atuação de todos e todas, independente das diferenças, sendo fundamental para gerar compromisso e engajamento dos grupos com o projeto do início ao fim.

**Figura 3. Hortas escolares, alunas/os plantando:
Dourados (MS), Balsa Nova (PR)**



Fonte: Autores, 2024.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A metodologia utilizada no projeto convocou os participantes a serem protagonistas no desenho de soluções para seus territórios, contribuindo com o desenvolvimento das seguintes capacidades: autogestão e trabalho em equipe; conhecimentos sobre agrossistemas e cultura do campo; construção coletiva de saberes; aprendizagem sobre projetos; técnicas e abordagens para produção fotográfica e audiovisual; mapeamento e diagnóstico territorial; liderança e mobilização territorial; e organização de projetos.

Seguem alguns exemplos e resultados, dialogando com as políticas públicas que se baseiam no Plano Nacional de Segurança Alimentar, como a aquisição de produtos da Agricultura Familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), quintais produtivos e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA):

- Camaçari (BA): o projeto aconteceu por dois anos consecutivos. Nesta edição, o projeto contou com diversos parceiros locais para a realização dos encontros, que ocorreram de forma itinerante e articulada, mobilizando a comunidade e atores estratégicos. A ação escolhida para integrar as diversas ações no território foi a criação da Rede Rural Agroecológica de Camassary, dando continuidade ao trabalho realizado no ano passado com a criação do Centro Avançado de Sustentabilidade e Agricultura Familiar de Camassary. A rede tem como objetivo fortalecer as práticas sustentáveis de agricultura, cultura, gastronomia, fomentar a segurança alimentar regional e a resiliência das comunidades rurais por meio da troca de conhecimentos, técnicas, bem como a cooperação entre produtores e colaboradores. Organizada em diferentes frentes – como o fortalecimento e a organização de produção e comercialização dos orgânicos, além da promoção da diversidade de raça, gênero,

- cultura e cuidados específicos com a juventude –, a Rede Rural Agroecológica de Camassary visa integrar conhecimentos e articular diferentes atores sociais;
- Uberlândia (MG). O projeto contou com diversos parceiros locais, como trabalhadoras e trabalhadores do campo e da cidade, agricultoras e agricultores familiares, estudantes, professoras e professores da rede pública e particular, funcionários públicos, membros de ONGs, associações e cooperativas, lideranças comunitárias e artistas. Os encontros da jornada formativa aconteceram no Assentamento Flávia Nunes. O Coletivo Mangará – Raízes da Dona Eni foi criado com o intuito de fortalecer, integrar e ampliar as iniciativas voltadas à formação, educação e produção agroecológica, de forma a promover a união do campo e cidade, a valorização e o reconhecimento aos territórios vocacionados à Reforma Agrária e à soberania e segurança alimentar. Com as frentes de atuação “produção agroecológica”, “arte” e “cultura e formação política”, o coletivo está elaborando várias ações no município, desde a produção de alimentos ao estímulo à cultura, com a idealização do Festival Mangará de Arte e Cultura Planta. Além disso, também facilita o acesso às políticas públicas do PNAE e PAA para os agricultores envolvidos;
 - Manaus (AM): o Jardim Alimentício Comunitário Agroecológico (Jaca), criado pelo grupo participante no território, envolveu diversos atores, como agricultoras/es de assentamentos e cooperativas, feirantes, representantes de institutos de pesquisa, de universidades, de coletivos, redes de estudantes, movimentos de mulheres indígenas, entre outros. O Jaca tem como objetivo contribuir para a segurança alimentar das pessoas que estão nos territórios agrícolas no estado do Amazonas. Promove oficinas e cursos ofertados com base no método do sistema Pais, possibilitando a implantação do sistema em diversos locais na área urbana e periurbana de Manaus;
 - Campinas (SP): os encontros presenciais do grupo ocorreram na sede da Maloca Arte e Cultura, um coletivo que busca promover a valorização da cultura periférica, a inclusão social e a luta contra o racismo no território. Como resultado do processo formativo no território, foi criada a Rede Agroecológica da Periferia (RAP), que tem como objetivos capacitar, divulgar, apoiar e unir pessoas que entendem a agroecologia como solução para a reparação e a sustentabilidade do nosso planeta, colocando as periferias no centro desta transformação;
 - Dourados (MS): o projeto contou com a parceria da universidade e de institutos ligados a questões socioambientais e causas indígenas. Criaram a Rede Maua – movimento de agricultura urbana agroecológica. A primeira ação realizada foi a implantação de hortas escolares, criando um grupo de jovens e professoras empoderadas com a produção agroecológica de alimentos. Outra ação local foi a revitalização de áreas degradadas na Terra Indígena.

DISSEMINAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Durante a Jornada Formativa foi realizado um mapeamento das ações existentes nos municípios, com relação à produção, comercialização e abastecimento de alimentos da agricultura familiar, agricultura urbana e periurbana, assim como das redes e coletivos existentes. Em cada um dos municípios, foi apresentada a sistematização deste mapeamento, por meio de um mapa ilustrativo nas exposições fotográficas e na produção do catálogo do projeto. Além da sistematização das iniciativas mapeadas, que servem como base para estudos e pesquisas, as metodologias e dinâmicas que o projeto trouxe têm apoiado outras instituições no desenvolvimento de suas atividades e projetos.

Durante todo o percurso foram divulgadas ações por meio de publicações em redes sociais e por *releases* enviados e divulgados na imprensa local e nacional, além de entrevistas em rádios locais e TVs. Seguem alguns depoimentos de participantes:

Participar da formação Territórios da Agricultura em Monte Gordo acendeu em mim uma esperança de que, ao conectar pessoas a um propósito tão nobre quanto a agricultura, infinitas possibilidades podem emergir. Com o auxílio de uma metodologia sistêmica e consistente da Evoluir, sonhos vão ganhando formas, transformando-se em objetivos, metas... (C.V.S., ativista CSA e ecoprodutora, moradora de Monte Gordo, Camaçari/BA, 2023)

Para mim foi muito importante a troca de experiência com os agricultores; o planejamento de um sistema integrado para a produção de alimentos para a segurança alimentar e nutricional. (J.L.S., servidora pública em Manaus/AM, 2023).

Por fim, articular teoria e a prática é um dos pontos altos da experiência. É onde a ciência se apresenta no conhecimento e sabedoria popular, que é ancestral. A Figura 4 registra a ciranda com as participantes de Camaçari (BA).

Figura 4. Ciranda do último encontro, Camaçari



Fonte: Autores, 2024.

9. O contato infantil na produção de alimentos agroecológicos: plantei, cuidei, colhi, comi

Mônica Miyuki Akune, Beatriz Cristina Antunes , Raul Amorim

INTRODUÇÃO

A educação infantil é uma fase de extrema importância para o desenvolvimento humano, com a elaboração da percepção do mundo a sua volta de modo mais integrado aos conhecimentos aos quais teve acesso e da autopercepção de si como sujeito nesse mesmo mundo (Bissoli, 2014). O contato com a natureza, por sua vez, estimula valores como respeito, interação e cuidado, além de reflexões sobre o consumo e o meio em que vivemos, promovendo um diálogo interdisciplinar sobre a conservação do meio ambiente e o poder de transformação social (Scroccaro *et al.*, 2022; González e Rocha, 2018; Jacobi, 2003).

Uma forma de promover o contato com a natureza dentro das escolas é a partir dos alimentos, por meio de ações transdisciplinares que relacionem conhecimentos e saberes de forma reflexiva e prática (Scroccaro *et al.*, 2022). Essa experiência multifacetada, que utiliza o alimento como ponto de partida, abrange diversas dimensões da educação infantil, incluindo a lúdica, a criativa, a científica e a socioemocional, ao explorar os aspectos físicos e emocionais envolvidos, relacionando-se com algo presente cotidianamente na vida das crianças (Oliveira *et al.*, 2018; Scroccaro *et al.*, 2022).

Com isso, é possível fomentar a capacidade de crianças e adultos construírem descobertas em conjunto no ambiente escolar, por meio da integração de diferentes áreas do conhecimento, como ciências naturais, agricultura, nutrição, ecologia e ciências sociais. O envolvimento das crianças e suas potencialidades em todas essas áreas, por meio da produção consciente de alimentos, demonstra que o conhecimento não é compartimentado, mas sim interligado (Scroccaro *et al.*, 2022).

Diante disso, e atento à relevância da educação nutricional para a formação cidadã, a prefeitura de Sorocaba, apoiada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), desenvolveu um projeto voltado à alimentação escolar. Nesse processo, convi-

dou o Núcleo de Agroecologia Apete Caapuá (Naac) para auxiliar na revitalização de uma horta na Escola Municipal Edward Frufu Marciano da Silva, localizada no Jardim Botucatu, na zona norte da cidade, que atua com estudantes do Ensino Fundamental, Anos Iniciais, contemplando cerca de 300 crianças de 6 a 10 anos (QEdu, 2024).

A ação se alinha aos objetivos do Naac, que se caracteriza como um Núcleo de Estudos em Agroecologia (NEA) que busca promover a agroecologia e a sustentabilidade na região por meio da extensão universitária. A parceria proporcionou às crianças a oportunidade de aprender enquanto se faz, estimulando que se tornem potenciais agentes em um movimento maior por práticas agroecológicas. Essa experiência demonstra o potencial de uma abordagem educacional transdisciplinar para criar um impacto positivo em questões relacionadas à educação ambiental, sustentabilidade, alimentação saudável e consciência cidadã. Ela ilustra como a educação pode ser uma ferramenta poderosa na formação de crianças que não apenas compreendem, mas também promovem e defendem valores e ações alinhadas com um outro futuro possível.

OBJETIVOS

Promover a aprendizagem em ambiente escolar a partir de uma horta escolar, conectando teoria e prática, integrando crianças e adultos ao processo ativo de acompanhar o desenvolvimento dos alimentos desde o plantio até o consumo, por meio de atividades lúdicas e transdisciplinares de Educação Ambiental e Sustentabilidade. Dessa forma, os participantes poderão desenvolver habilidades socioemocionais, consciência ambiental e hábitos alimentares saudáveis, além de vivenciarem um espaço de aprendizado vivo e significativo.

METODOLOGIA

A experiência ocorreu no município de Sorocaba, sudoeste do estado de São Paulo, Brasil, a partir de uma parceria do Núcleo de Agroecologia Apete Caapuá (NAAC) com a prefeitura de Sorocaba, na Escola Municipal Edward Frufu Marciano da Silva, localizada na periferia da zona norte da cidade.

A atividade foi iniciada em agosto de 2023 e aconteceu ao longo do segundo semestre, com o objetivo de envolver as crianças desde o início do processo de plantio até a colheita, preparo e consumo dos alimentos. A escolha de um período extenso permitiu que as crianças desenvolvessem um entendimento profundo e uma conexão genuína com o processo de produção de alimentos e com as questões de sustentabilidade envolvidas.

O projeto buscou criar um ambiente pedagógico constante, transformando o espaço em um local de aprendizado dinâmico, participativo e contínuo. Isso ocorreu como parte de um esforço mais amplo para promover uma visão crítica da educação

ambiental e a adoção de práticas sustentáveis nas escolas, visando o desenvolvimento de futuros cidadãos conscientes e comprometidos com a conservação do meio ambiente e com escolhas alimentares saudáveis e de impacto positivo na comunidade (Oliveira *et al.*, 2018; Scroccaro *et al.*, 2022).

A horta, que antes apresentava canteiros de concreto desativados há alguns anos, foi revitalizada com o empenho das turmas da escola. Para dar início à etapa prática, uma primeira visita foi realizada com o objetivo de alinhar os objetivos do projeto, listar os materiais necessários e definir as espécies a serem plantadas. A implementação da horta teve início com o auxílio de uma turma, que retirou as pedras dos canteiros e descompactou a terra usando pazinhas e enxadas. Em seguida, calcário, *yoorin* e esterco de vaca foram incorporados ao solo com a ajuda dos estudantes, utilizando ferramentas e suas próprias mãos. As mudas de rabanete e alface foram plantadas logo em seguida, marcando o início de um ciclo de aprendizado e conexão com a natureza, como apresentado na Figura 1.

Figura 1. Implementação da horta



Fonte: Autores, 2023.

A iniciativa foi replicada nos demais canteiros da escola nos dias seguintes com a participação das professoras, da gestão escolar e das demais turmas, garantindo um processo ativo e com protagonismo de todos. Vinte e um dias após o plantio, a primeira colheita foi realizada, culminando em uma atividade prática de confecção de salada com os alimentos cultivados pelos próprios estudantes, conforme ilustrado na Figura 2.

Figura 2. Consumo da salada preparada com os alimentos produzidos na horta



Fonte: Edward Frufu, 2023.

A cada novo mês, novos cultivos foram implementados na horta escolar pelos alunos, sempre sob a supervisão de membros do NAAC e da equipe pedagógica da escola. Essa iniciativa visava garantir que a prática fosse permeada pelos saberes que eles detêm e pelos conhecimentos abordados em sala de aula, além de possibilitar a realização de correções que garantissem o sucesso da horta.

Resultados

Nos meses subsequentes à implementação da horta, diversas atividades foram realizadas dentro e fora da escola. Os estudantes, entusiasmados, levam parte dos alimentos colhidos para casa, compartilhando com seus familiares os frutos do trabalho em equipe e os aprendizados adquiridos. Essa iniciativa incentiva a replicação de hortas urbanas em suas casas, ruas e parques, promovendo a educação nutricional e ambiental para toda a família a partir de práticas sustentáveis desenvolvidas na horta escolar. As famílias, orgulhosas, registram os pratos preparados com os alimentos frescos e compartilham nas redes sociais, mencionando a escola e contribuindo para a divulgação do projeto.

Para despertar ainda mais o interesse dos alunos e engajá-los em práticas pedagógicas, foram desenvolvidas atividades com receitas culinárias locais e familiares, trazidas pelos estudantes e pela comunidade escolar. Nessas receitas, foram incorporados os alimentos com os quais os alunos já estão familiarizados. Dessa forma, a cultura alimentar dos estudantes é valorizada, enriquecida e compartilhada.

A Educação Ambiental é um processo contínuo, no qual as conexões e reflexões despertadas durante as práticas contribuem para a educação e o desenvolvimento infantil, fortalecendo o cuidado ambiental. A construção de práticas transdisci-

plinares no ambiente escolar, mediadas pelo contato com os alimentos, contribui significativamente para o eixo temático de Educação Ambiental e Sustentabilidade (Oliveira *et al.*, 2018).

Ao promover a conscientização e a educação de crianças sobre a importância da sustentabilidade na produção de alimentos, o projeto possibilita o desenvolvimento de uma compreensão mais ampla das interconexões entre disciplinas escolares e os aspectos práticos da vida (Oliveira *et al.*, 2018). Essa iniciativa se concretiza por meio da integração de teoria e prática, permitindo que as crianças participem ativamente do cultivo, cuidado, colheita e preparo de seus próprios alimentos, promovendo o protagonismo dos sujeitos e conectando o conhecimento adquirido em sala de aula com o mundo real (González e Rocha, 2018). Ao vivenciar todo o processo, desde o plantio até a mesa, as crianças desenvolvem uma relação significativa com a comida, o que as capacita a fazer escolhas alimentares mais saudáveis e conscientes, reconhecendo a origem e o valor dos alimentos (Oliveira *et al.*, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade criou uma ponte entre os alunos e a produção sustentável de alimentos, incentivando-os a compartilhar esse conhecimento com suas comunidades e famílias. Essa iniciativa promoveu uma cultura mais ampla de agricultura sustentável e alimentação saudável, impactando positivamente o entorno dos alunos.

O projeto se desdobrou por toda a comunidade escolar, envolvendo os alunos de forma holística. As atividades desenvolveram habilidades práticas, conscientização ambiental, escolhas alimentares saudáveis e um senso de responsabilidade em relação ao mundo que os cerca.

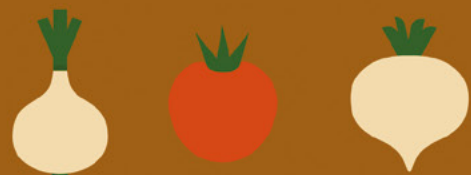
Além disso, as atividades da horta escolar permitem uma conexão contínua entre a produção e o consumo de alimentos, promovendo uma cultura de sustentabilidade que vai além da sala de aula e se estende para a vida cotidiana dos alunos e suas famílias.

A promoção de práticas e reflexões contra-hegemônicas no ensino básico que apontam possibilidades de conexão entre conhecimentos e saberes é tarefa fundamental da extensão universitária e de um ensino crítico e emancipatório. A necessária transformação rumo à justiça social e à sustentabilidade exige a construção, em todos os espaços, de ações que valorizem os sujeitos como protagonistas de sua história.

Que cada escola se torne um espaço fértil para o cultivo de hortas e valores, onde se colham alimentos saudáveis e infâncias promissoras, construindo um futuro mais justo, possível e sustentável.

REFERÊNCIAS

- BISSOLI, M. de F. Desenvolvimento da personalidade da criança: o papel da educação infantil. *Psicologia em estudo*, v. 19, p. 587-597, 2014. Disponível em: www.scielo.br/j/pe/a/Q39MG-D7HSyJ4XsSQdLLJjgw/. Acesso em: 11 abr. 2024.
- EDWARD, F. Hoje é um dia muito especial!!! Os alunos do 5º ano A da professora Mariana Ferreira participaram da colheita e degustação de rabanete com tomate. A salsinha utilizada no tempero também foi cultivada em nossa horta. Sorocaba/SP. Set. 2023. Disponível em: www.instagram.com/p/Cwqp9TpOc0g/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRIODBiNWFIZA==. Acesso em: 16 out. 2023.
- GONZALEZ, R. V.; DA ROCHA, J. M. A Educação Ambiental como práxis educativa: um estudo na Escola de Ensino Fundamental Joaquim Caetano da Silva na cidade de Jaguarão/RS. *RELA Cult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, [S. l.], v. 4, 2018. DOI: 10.23899/relacult.v4i0.707. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/707>. Acesso em: 16 out. 2023.
- JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. *Cad. Pesquisas*. São Paulo, n. 118, p. 189-205, abr. 2003. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742003000100008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 17 out. 2023.
- OLIVEIRA, F.; PEREIRA, E.; JÚNIOR, A. P. Horta escolar, Educação Ambiental e a interdisciplinaridade. *Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)*, v. 13, n. 2, p. 10-31, 2018. <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/2546/1584>
- QEDU. E. F. M. da S. 2024. Disponível em: <https://qedu.org.br/escola/35234655-edward-frufrumarciano-da-silva-em>. Acesso em: 11 abr. 2024.
- SCROCCARO, V. L.; PEDROSO, D. S.; RODRIGUES, D. G. Prática docente em Educação Ambiental: um estudo de caso sobre a horta na Educação Infantil. *Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)*, v. 17, n. 4, p. 261-274, 2022.



SEÇÃO 3: SOBERANIA E ABASTECIMENTO ALIMENTAR

Diante de um cenário de desestruturação das políticas públicas de abastecimento e soberania alimentar impostas no governo anterior, bem como os desafios que a pandemia da covid-19 exigiu da sociedade brasileira em termos de segurança alimentar e nutricional, diversos atores do campo vêm buscando desenvolver práticas e experiências que contribuem para a construção de sistemas agroalimentares saudáveis e sustentáveis e para a superação da fome e da insegurança alimentar. Esta seção reúne relatos de experiências que tratam de circuitos curtos de comercialização, compras públicas da agricultura familiar, associativismo e cooperativismo solidário, redes de cooperação solidária, estruturação das cadeias produtivas, processamento e comercialização dos produtos da agricultura familiar e inclusão sanitária dos empreendimentos.



As mulheres rurais da agricultura familiar, em suas atividades cotidianas de trabalho, promovem um resgate de conhecimentos tradicionais, a partir de modos de vida e resistência que vinculam práticas socioprodutivas para o autoconsumo e geração de renda.

(Soglia *et al.*, 2022)



1. Feira agroecológica de Teresópolis: conectando campo e cidade

Mauricio Lourenço Operti

INTRODUÇÃO

Em 2004, um grupo de agricultores e apicultores do município de Teresópolis/RJ se reuniu e iniciou uma experiência de comercialização direta de seus produtos. Vinham desde os anos 1980 e 1990 cultivando de acordo com os princípios do que na época chamavam de agricultura “alternativa” ou “ecológica”. A experiência vingou e desde então tem funcionado ininterruptamente, exceto durante o período mais duro da pandemia de covid-19 quando foram forçados a parar as atividades.

Inicialmente realizada em um terreno particular, a feira se firmou e atraiu outros produtores igualmente comprometidos com o cultivo orgânico e agroecológico. Em 2007, os produtores constituíram formalmente a Associação Agroecológica de Teresópolis (AAT), com o objetivo de promover a agroecologia e a economia solidária. Já em 2008, a feira se transfere para seu local atual, cedido pela prefeitura de Teresópolis.

DESENVOLVIMENTO

Em 2010, os associados aderiram formalmente à certificação orgânica por meio do Sistema Participativo de Garantia Orgânica (SPG), mas desde o princípio o grupo esteve intimamente ligado à produção orgânica no município. Atualmente, mais da metade dos 54 produtores orgânicos com certificação ativa de Teresópolis fazem parte dos quadros da AAT – sem contar com outros que, mesmo sem certificação, participam dos grupos SPG e associados feirantes certificados em outros municípios, como São José do Vale do Rio Preto e Guapimirim. São cerca de 40 produtores associados ativos, que já foram mais de 60.

A feira é o único espaço coletivo no município onde agricultores orgânicos/agroecológicos podem evitar a dependência de intermediários e comercializar seus produtos diretamente, se apropriando integralmente do valor das vendas. A participação é garantida pela AAT, sendo o único custo apresentado aos feirantes a mensalidade associativa fixa, definida pelos próprios associados.

Dessa forma, tanto o agricultor consegue remuneração justa quanto os clientes têm acesso a alimentos saudáveis, por custo inferior ao preço médio praticado nas gôndolas orgânicas dos supermercados da cidade. Outro efeito desse arranjo é o estabelecimento de relações próximas entre clientes e produtores. Muitos clientes têm seu produtor preferido e já chegam na feira com as compras encomendadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como consequência do sucesso em promover abastecimento popular orgânico, agroecológico e justo, ao longo de sua existência a feira se transformou em um equipamento de resistência aos danos causados pelo pacote de veneno. Teresópolis fornece 90% das folhas comercializadas no estado do Rio de Janeiro, produção baseada em agrotóxicos. Alguns dos feirantes são produtores que sofreram danos à saúde causados pela produção convencional e voltaram à produção agroecológica. A AAT significou acolhimento, suporte técnico e possibilidade de comercialização de uma produção que não se encaixa nas exigências de prazos e padrões estéticos do comércio varejista tradicional.

Durante a pandemia, para fazer frente às condições de isolamento, a AAT se voltou para a comercialização de cestas orgânicas com pedidos *online*. Essa forma de comercialização continua em atividade, atendendo às demandas de Teresópolis e da cidade do Rio de Janeiro.

Apesar do foco na comercialização de legumes, frutas e verduras, a feira evoluiu. Inicialmente árido, o “Galpão”, como é chamado pelos associados, foi sendo transformado aos poucos. Árvores como juçaras e jaqueiras – hoje adultas – foram plantadas, canteiros foram criados. A oferta de produtos se diversificou, com a inclusão de espaços de alimentação produzidos pelos próprios associados utilizando prioritariamente matéria-prima própria ou dos colegas. Também se juntaram artesãos de diversas especialidades que expõem seus trabalhos. O espaço ganhou um mural em mosaico e um palco onde os músicos da cidade têm oportunidade de se apresentar aos sábados. Rodas de conversa, contação de histórias, festa junina e outras atividades variadas são outras atividades oferecidas.

Inicialmente uma feira livre, o espaço se transformou em um equipamento público aberto de convivência, arborizado, onde famílias com crianças passeiam aos sábados pela manhã. Clientes fiéis vão comprar hortifrutis e consumir tapioca, suco verde, caldo de cana, ou simplesmente se sentar, ouvir música e conversar com os feirantes. Um grande contraste com a paisagem urbana dura, em torno da rodoviária, onde a feira se localiza. Não é incomum a presença de grupos de turistas.

Por todos esses fatores – combinação de produção agroecológica, conservação do meio ambiente e força cultural –, a Feira Agroecológica e a AAT têm sido reconhecidas

nacional e internacionalmente. A AAT foi a única entidade brasileira contemplada na COP26 em 2021 com o prêmio Ashden Awards, tendo conquistado o segundo lugar na categoria Agricultura Regenerativa entre 800 candidatos do mundo inteiro. Já foi também contemplada com diversos editais públicos e privados nas áreas de cultura, agrofloresta e infraestrutura agrícola. Em 2022 a feira foi tombada e declarada Patrimônio Cultural do Estado do Rio de Janeiro, sendo um dos pontos de abastecimento popular agroecológicos mais importantes do estado. Conseguiu estabelecer uma relação de proximidade, amizade e apoio entre produtores e clientes. A Feira Agroecológica de Teresópolis é um exemplo de resiliência e testemunho da viabilidade da produção agroecológica.

As dificuldades são muitas. A feira é mantida principalmente com as mensalidades e trabalho não remunerado dos associados da AAT. O espaço físico está apenas em posse da AAT, não é de sua propriedade. A pandemia de covid-19 ocasionou queda significativa no volume de vendas e consequentemente na renda dos produtores. Essa situação impede até hoje que o valor da mensalidade de associação seja reajustado, o que gera problemas de caixa.

As dificuldades atuais são principalmente causadas pelo processo de desmonte de políticas públicas e deterioração do ambiente econômico, que geram reflexos em vários aspectos. A insuficiência de políticas de fomento nos últimos anos limitou as oportunidades de financiamento, que já foram utilizadas no passado para, por exemplo, melhorias na estrutura física da feira e para remunerar atividades culturais. Nos últimos anos a renda dos produtores foi significativamente reduzida, o tecido social do município igualmente se deteriorou, e a feira enfrenta repetidas ocorrências de invasões, furtos e vandalização no seu espaço físico. A retomada do investimento público em 2023/2024 apresenta possibilidades de captação de novos recursos.

A feira também enfrenta atualmente a ameaça de mudança compulsória para outro espaço, devido a um projeto imobiliário. O galpão da feira é parte de uma área extensa, objeto de um processo judicial que se arrastou por décadas e está atualmente em fase de execução da sentença. Ele foi cedido à AAT pela prefeitura, que esteve em posse provisória, mas já há decisão judicial que devolveu a área aos proprietários originais. Apesar do tombamento por lei estadual, juridicamente não há garantias de permanência no espaço. O novo espaço provisório oferecido não é totalmente adequado, e o que seria o destino definitivo não tem garantias de viabilidade. Como complicador, o projeto imobiliário depende de parecer do Inea, que está pendente e travando a confirmação de mudança. Se a remoção for confirmada e efetivada, há incerteza quanto à continuidade da feira de forma sustentável.

Apesar das dificuldades, a feira segue conectando campo e cidade e continua sendo referência em produção orgânica e agroecológica.

2. A Feira Baiana da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Febafes) e sua importância para a comercialização dos produtos da agricultura familiar do estado da Bahia

Derivaldo Santiago Oliveira, Icaro Renne de Gois Santos, Kelly Santiago Oliveira, Aldnira Tolentino Nogueira, Meire Ane de Lima Costa

INTRODUÇÃO

A Agricultura Familiar é responsável por mais de 70% dos produtos que chegam à mesa dos brasileiros, contribuindo assim para a geração de autonomia e renda para homens e mulheres do campo, bem como para a promoção da Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional dos consumidores.

No estado da Bahia, podemos destacar as políticas públicas para o setor, sobretudo no que concerne ao financiamento de ações que fortalecem desde a base de produção até a comercialização dos produtos oriundos de associações e cooperativas.

A União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do estado da Bahia tem como propósito tornar o cooperativismo um instrumento de transformação social. Nesse sentido, vem contribuindo para a construção de estratégias que visem a autonomia financeira e o empoderamento dos povos do campo, organizados em grupos produtivos, associações e cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária.

A União tem colaborado com a execução da Feira Baiana da Agricultura Familiar desde a sua primeira edição, contribuindo para o fomento à comercialização dos produtos da Agricultura Familiar e Economia Solidária, bem como o lançamento de produtos inovadores, a realização de atividades formativas que contribuem para o desenvolvimento de práticas sustentáveis de produção.

Podemos afirmar que a realização da Febafes é uma experiência exitosa e esperada pelas cooperativas, associações e sobretudo pelos consumidores/as dos produtos da Agricultura Familiar.

DESENVOLVIMENTO

Objetivos

Contribuir para o fomento da comercialização dos produtos da agricultura familiar e economia solidária de 220 empreendimentos, com a intenção de qualificar para o desenvolvimento sustentável e para a produção de alimentos saudáveis nos diversos sistemas produtivos:

1. aprimorar de forma coletiva conhecimentos acerca do melhoramento da produção, comercialização e gestão dos empreendimentos econômicos solidários;
2. fomentar o empoderamento de jovens e mulheres rurais;
3. fortalecer as Políticas Públicas para Agricultura Familiar e Economia Solidária.

Metodologia

As feiras desempenham importante papel no processo de desenvolvimento econômico; logo, a Feira Baiana da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Febafes) (Figura 1) é um espaço que engloba comercialização e geração de renda para produtores e produtoras da agricultura familiar.

A Febafes tem metodologia ampliada em formato híbrido, ou seja, presencial e virtual. O evento em formato virtual foi realizado por meio do Mercaf, a loja virtual da Federação Unicafe/BA,¹ e o formato presencial foi realizado no Parque Costa Azul, localizado na Orla Marítima, bairro Costa Azul, Salvador/Bahia.

A organização da Feira Baiana da Agricultura Familiar e Economia Solidária foi realizada pela Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), por meio da Superintendência de Agricultura Familiar (Suaf) e a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) em parceria com a União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado da Bahia (Unicafe/BA) e a Federação Unicafe/BA.

O evento é realizado há 14 anos consecutivos e ininterruptos, contribuindo para a apresentação e promoção de alimentos saudáveis e demais produtos originários da agricultura familiar, assentamentos da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e economia solidária, produzidos nos 27 Territórios de Identidade do estado da Bahia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para dar visibilidade a toda riqueza e diversidade da agricultura familiar baiana, a União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado da Bahia realiza anualmente, entre os meses de novembro e dezembro, a Feira Baiana da Agricultura Familiar e Economia Solidária.

¹ Ela pode ser visitada no endereço <https://www.mercaf.com.br/>

Em 2022, a Feira Baiana (Figura 1) chega à sua 13ª edição, consolidando-se como o mais importante espaço para promoção, divulgação e comercialização dos produtos dos empreendimentos da agricultura familiar e da economia solidária do estado.

Figura 1. Formação de comercialização da Febafes



Fonte: Acervo do autor.

O Parque Costa Azul (Figura 2), em Salvador, recebeu mais de 50 mil pessoas durante o período de 14 a 18 de dezembro, na 13ª Feira Baiana da Agricultura Familiar e Economia Solidária, onde os visitantes puderam conhecer as inovações e diversidade da agricultura familiar da Bahia.

Figura 2. Realização do evento Febafes



Fonte: Acervo do autor.

O evento foi um sucesso de público e de vendas. Foram R\$ 3,5 milhões injetados na economia dos municípios da Bahia com a comercialização de cerca de 2.300 produtos diversos, inovadores, sustentáveis e criativos de 220 associações e cooperativas de todos os Territórios de Identidade do estado.

As atividades formativas desenvolvidas reuniram mais de 1.900 pessoas em atividades diversas, com o objetivo de direcionar, decidir, deliberar e construir três conhecimentos sobre temas vinculados ao fortalecimento da agricultura familiar e do desenvolvimento rural. Foram 25 eventos que trataram sobre temas diversos, contaram com a participação de palestrantes e mediadores de todo o Brasil e contribuíram para a formação e educação dos agricultores e agricultoras familiares.

CONCLUSÃO

O escoamento da produção da Agricultura Familiar e Economia Solidária é um dos grandes desafios dos pequenos empreendimentos, sobretudo quando não há uma Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) que contribua para a qualificação dos produtos, considerando Identidade Visual e embalagens.

Nesse sentido, a realização de feiras tem sido uma alternativa que contribui não apenas para o escoamento da produção, mas também para o fomento à geração de renda dos agricultores e agricultoras, organizados em empreendimentos da agricultura familiar, que vem ganhando destaque a cada ano com as inovações e criatividade em seus produtos.

Além dos pontos destacados, é importante ressaltar que durante a realização da 13ª Febafes aconteceram diversos eventos de formação e capacitação, como também *shows* culturais e o grande espaço de divulgação dos produtos da agricultura familiar em receitas com *chefs* renomados: A Cozinha Show.

Com o tema ‘Cozinha Étnica e Cultural: Uma Volta à Diversidade da Agricultura Familiar Baiana’, a Cozinha Show contou com a participação de chefes de cozinha e representantes dos empreendimentos da agricultura familiar com o objetivo de elaborar receitas nas quais eram destaque os produtos comercializados nos estandes.

Dessa forma, é possível destacar que a Febafes se caracteriza como um instrumento de promoção da Agricultura Familiar, fomenta a geração de trabalho e renda por meio da comercialização das cooperativas e associações e, por essa razão, contribui diretamente para o desenvolvimento rural e sustentável das comunidades rurais.

3. Alternativas de produção e consumo sustentáveis: a experiência do grupo de consumo do Recôncavo no estado da Bahia

Ana Georgina Peixoto Rocha, Letícia Andrea Chechi,
Larissa Silva Santos, Karina Zanoti Fonseca

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta a experiência do Grupo de Consumo do Recôncavo, no Território do Recôncavo da Bahia, região Nordeste do Brasil. O Grupo de Consumo do Recôncavo reúne agricultores/as familiares e pequenos produtores/as artesanais para a venda coletiva de seus produtos, envolvendo quatro municípios do território. Trata-se de uma iniciativa criada e apoiada por um projeto de extensão da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar no território, a partir de um canal de comercialização diferenciado.

Por meio do desenvolvimento de suas atividades, desde 2015, o Grupo de Consumo do Recôncavo promove a segurança alimentar e nutricional tanto para consumidores(as), por meio do fornecimento de alimentos locais e livres de agrotóxicos, quanto para os(as) produtores(as), que neste período ampliaram a diversidade e quantidade de produtos produzidos, refletindo no autoconsumo familiar; e para pessoas em situação de vulnerabilidade social, por meio da entrega de cestas de produtos.

DESENVOLVIMENTO

Objetivo

O objetivo é apresentar a experiência do Grupo de Consumo do Recôncavo, no estado da Bahia, região Nordeste do Brasil, e sua contribuição para a soberania e o abastecimento alimentar.

Metodologia

O relato desta experiência é pautado nas atividades extensionistas desenvolvidas pelo Grupo de Consumo do Recôncavo, voltadas para o apoio nos processos de gestão da comercialização. A metodologia é baseada na pesquisa bibliográfica, nos relatórios e

registros das entregas quinzenais e de outras atividades do grupo, entrevistas com os/as produtores/as, além da própria vivência no projeto desde o seu surgimento.

Contemplando mais que uma fonte de informação, essa metodologia possibilita descrever questões mais quantitativas, relacionadas aos produtos, consumidores, entre outras extraídas dos relatórios de entrega, bem como elementos qualitativos de desenvolvimento das ações deste grupo de consumo integrado à UFRB.

DISCUSSÃO E REFLEXÃO

O Grupo de Consumo do Recôncavo foi criado em 2015, a partir das atividades de um projeto de extensão realizado em uma comunidade rural no Território do Recôncavo, no estado da Bahia. Formado a partir da mobilização de um grupo de agricultores de uma comunidade específica do Território, tinha como objetivo principal ampliar o escoamento dos produtos da agricultura familiar por meio da criação de um canal de comercialização direta, com base nos princípios da agricultura familiar, da economia solidária e do consumo responsável.

Ao longo dos anos, o grupo tem se consolidado como um espaço diferenciado de comercialização que aproxima produtores e consumidores, amplia a comercialização de produtos locais/territoriais e estimula o consumo responsável. Nessa perspectiva, agrega valores que ultrapassam a dimensão econômica, envolvendo aspectos ambientais e sociais. Possui atualmente dez produtores, que realizam entregas quinzenais em quatro municípios do Território (Cruz das Almas, Muritiba, São Félix e Cachoeira) e tem uma média de 25 pedidos de consumidores por entrega. Entre setembro de 2022 e setembro de 2023, foram realizadas 32 (trinta e duas) entregas, realizadas pelos próprios agricultores, que também definem os preços dos seus produtos, respeitando o princípio do preço justo, o que beneficia produtores e consumidores.

O projeto de extensão do Grupo de Consumo do Recôncavo é desenvolvido por meio de uma abordagem participativa, buscando o envolvimento dos atores em todas as suas etapas. As atividades são voltadas para o acompanhamento das entregas, apoiando os agricultores no processo de comercialização e na realização de ações formativas.

Para a comercialização, existe um ciclo de atividades em cada entrega, que inicia com o levantamento junto aos produtores dos produtos disponíveis na quinzena, passando pela divulgação da lista, sistematização dos pedidos, até a organização das cestas dos consumidores. A organização dos pedidos é coletiva e acontece no Núcleo de Agricultura Familiar e Agroecologia (NAF), na UFRB. Os produtores, ao lado da equipe do projeto, reúnem-se para a montagem das sacolas para a entrega. As entregas nos domicílios são realizadas pelos próprios membros do grupo. É feito um rodízio dos processos de organização dos produtos e entregas em domicílio, buscando a divisão de tarefas e o envolvimento de todos.

A partir das demandas identificadas, são realizadas as oficinas de formação, buscando a capacitação em processos de produção e de gestão, focando na comercialização dos produtos. Essas atividades formativas também buscam fortalecer a interação do grupo e estimular a reflexão sobre o processo participativo, concretizando um espaço de formação e de troca de saberes.

O Grupo de Consumo do Recôncavo tem se fortalecido, também, como um espaço de formação para os estudantes do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB) da UFRB, especialmente dos cursos de Tecnologia em Gestão de Cooperativas e Tecnologia em Agroecologia, por meio das atividades extensionistas. É um “laboratório” que possibilita a prática e o conhecimento da realidade da agricultura familiar do território. Os estudantes que colaboram com o projeto acompanham todo o processo de organização das entregas e são estimulados a refletir sobre a gestão da comercialização dos produtos da agricultura familiar, além de conhecer, na prática, as dificuldades da agricultura familiar e do trabalho associativo. Além disso, os discentes produzem materiais informativos sobre o grupo e sobre temáticas relacionadas para divulgação nas redes sociais.

Outra ação do Grupo de Consumo do Recôncavo tem sido o apoio à população em situação de vulnerabilidade social. Ao fazer as suas compras, os consumidores podem incluir um “consumo solidário”, acrescentando um valor nas suas compras. Com o valor arrecadado, são adquiridos os produtos dos próprios membros do grupo para doação para uma organização, contribuindo, de um lado, para a geração de renda dos agricultores e, de outro, para a melhoria da alimentação de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Entre 2022 e 2023, foram entregues cestas para três organizações do município de Cruz das Almas: Lar dos Idosos, Associação Pestalozzi e Associação Gente da Gente.

Nas entrevistas realizadas com os/as produtores/as, foram analisados aspectos relacionados ao autoconsumo dos alimentos comercializados no grupo. Observou-se que, do total de dez entrevistados, três afirmaram consumir hortaliças todos os dias; quatro, de três a cinco vezes por semana; e dois, até duas vezes por semana. Em relação ao consumo de frutas, quatro afirmaram consumir todos os dias; três, de três a cinco vezes por semana; e dois, até duas vezes por semana. Diante dos resultados, é possível observar um consumo abaixo do recomendado de alimentos *in natura*, sendo uma recomendação do Guia Alimentar para a População Brasileira fazer de alimentos *in natura* ou minimamente processados a base da alimentação (Brasil, 2014).

No que diz respeito à produção destinada ao autoconsumo, seis pessoas afirmaram consumir o que produzem, enquanto quatro declararam não consumir. Nesse sentido, é crucial promover e consolidar a prática de produção para o autoconsumo, pois ela desempenha várias funções. Não apenas contribui para o bem-estar econômico das

famílias, mas também tem implicações sociais e culturais significativas, servindo como um meio de transmitir conhecimentos de uma geração para a seguinte no âmbito familiar. O seu valor vai além da simples satisfação das necessidades alimentares das famílias, desempenhando um papel fundamental na garantia da segurança alimentar e nutricional, na preservação da identidade comunitária e na promoção da convivência e interação social (Fiorese; Plein, 2018; Dorigon *et al.*, 2020).

No que se refere à aquisição de alimentos de outros produtores, quatro indivíduos têm o hábito de comprar no próprio grupo, enquanto seis optam por não fazê-lo. Essa dinâmica de comercialização entre agricultores é uma forma de estabelecer uma rede de troca, possibilitando uma maior diversidade de alimentos que não são produzidos em suas propriedades. Além disso, essa prática desempenha um papel fundamental no fortalecimento das relações dentro da comunidade rural e no apoio à economia local (Priore *et al.*, 2021).

A agricultura familiar é uma atividade que vai muito além da simples produção de alimentos. Ela é um pilar fundamental na garantia da segurança alimentar e nutricional das comunidades, desempenhando um papel vital na preservação da identidade social e na promoção da convivência. A análise dos resultados das entrevistas realizadas revela pontos de melhoria que podem beneficiar tanto a saúde das famílias quanto a economia local, além de fortalecer a interação entre os membros do grupo. Promover a produção para o autoconsumo torna-se crucial, uma prática que contribui para o bem-estar econômico das famílias, mas também tem implicações nutricionais, garantindo alimentos frescos e saudáveis, o que refletirá no aumento do consumo de frutas e hortaliças e na melhoria da qualidade de vida.

A partir da apresentação dessa experiência, propõem-se dois pontos como reflexão sobre a importância dos circuitos curtos de comercialização para a soberania e o abastecimento alimentar, com base no fortalecimento da agricultura familiar.

O primeiro ponto está relacionado com o crescimento de iniciativas que representam um contraponto ao sistema agroalimentar dominante. Nos últimos anos, os debates relacionados com a agricultura familiar e a segurança alimentar ganharam maior visibilidade, evidenciando as contradições de um modelo agroalimentar que não garante a produção de alimentos com qualidade e, principalmente, o acesso da população à alimentação adequada. Especialmente no contexto da pandemia do novo coronavírus (covid-19), iniciativas de comercialização direta da agricultura familiar revelaram sua importância, garantindo renda para a agricultura familiar e alimentação saudável para a população. Grande parte dessas iniciativas têm envolvido ações de solidariedade para a população em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O apoio para a comercialização de produtos da agricultura familiar contribui para viabilizar o processo produtivo,

com a garantia de oferta de produtos com qualidade, sendo importante para os preços dos produtos no mercado e para o abastecimento da população.

Nesse sentido, essa experiência deve ser analisada na perspectiva do questionamento do modelo dominante de produção e consumo. Espaços como o Grupo de Consumo do Recôncavo são pautados em uma dinâmica diferenciada de produção e consumo, que valoriza processos locais/territoriais.

Tem sido reconhecido o papel de experiências que resgatam a preocupação com uma alimentação saudável e com um consumo consciente. No contexto da pandemia, um conjunto de organizações, reunidas no movimento denominado “Ação Coletiva Comida de Verdade”, realizou um mapeamento sobre experiências de abastecimento alimentar no Brasil. Foram cadastradas 310 iniciativas locais de produção sustentável, protagonizadas por organizações populares, coletivos, redes e movimentos sociais. Essas experiências envolvem ações de solidariedade da sociedade civil, que buscam garantir a alimentação para populações vulneráveis pautadas em princípios relacionados com a agroecologia e a segurança alimentar. O Grupo de Consumo do Recôncavo foi incluído como uma das experiências identificadas no Nordeste.

Um segundo ponto para reflexão está relacionado com a própria agricultura familiar e o reconhecimento da sua importância para um desenvolvimento rural sustentável. No debate sobre desenvolvimento, é preciso discutir sobre a criação de mercados locais pautados em uma lógica diferente de produção/comercialização e de consumo, como uma estratégia de fortalecimento da agricultura familiar. Para além do aspecto econômico, que garante a geração de renda para esse segmento, os circuitos curtos de comercialização estabelecem novas dinâmicas nos espaços rurais e nas suas interações com o espaço urbano. Os chamados circuitos curtos, ao aproximarem o campo (produtores) e a cidade (consumidores), contribuem para estimular novas dinâmicas nas relações rural/urbano.

Sob esta perspectiva, tem-se também um questionamento da visão tradicional do rural, considerado como um mero “resíduo” e como um espaço de produção de alimentos; uma visão que pensa o rural em oposição ao espaço urbano. Como afirma Wanderley (2000, p. 118), “[...] o espaço local é, por excelência, o lugar da convergência entre o rural e o urbano, no qual as particularidades de cada um não são anuladas”. Os circuitos curtos de comercialização têm como fundamentos a maior proximidade entre produtores e consumidores, a dinamização das economias locais e a garantia da segurança alimentar e nutricional. Esses aspectos se associam às próprias características intrínsecas da produção familiar, cujos produtos abrangem elementos culturais, geográficos e ambientais atrelados à valorização do território.

A possibilidade de comercialização coletiva e direta é uma estratégia de inserção no mercado, reduzindo a influência de intermediários e viabilizando a melhoria da renda

dos produtores, com a valorização dos seus produtos. Como destacam Rocha, Aranha e Carmo (2018), o Grupo de Consumo do Recôncavo “propõe uma aproximação entre produtores e consumidores, reconfigurando as relações dicotômicas entre o rural e o urbano (e entre a oferta e a demanda de produtos), por meio de uma abordagem coletiva e participativa” (p. 195). Sendo assim, contribui para a incorporação de novos valores na relação produção/consumo ou produtor/consumidor, para além da dimensão econômica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do relato apresentado, é possível observar que o Grupo de Consumo do Recôncavo revela-se como uma iniciativa no Território do Recôncavo da Bahia que promove o fortalecimento de sistemas alimentares sustentáveis, por meio de ações que envolvem a produção e o consumo, integrado à universidade. Iniciando pela produção, o grupo valoriza a agricultura familiar e os seus métodos de produção sustentáveis, atuando como um facilitador no processo de comercialização de seus produtos, além de atuar em ações formativas. Os(as) agricultores(as) familiares, além de comercializar seus produtos por um preço justo, eliminando os intermediários, muito comuns nesse território, passam a consumir alimentos em maior diversidade e qualidade.

A promoção da segurança alimentar e nutricional também ocorre por meio do consumo, pois os consumidores têm via grupo a possibilidade de consumir alimentos frescos, livres de agrotóxicos e diretamente dos produtores(as). Essa relação de consumo se fortalece por meio de laços de confiança entre produtores(as) e consumidores(as).

Por fim, produção e consumo sustentáveis chegam até a mesa de pessoas em situação de vulnerabilidade social por meio das cestas geradas pelo consumo solidário. Dessa forma, a segurança alimentar e nutricional é promovida pelas ações do Grupo de Consumo do Recôncavo, alcançando aqueles que possuem dificuldades em ter acesso a alimentos em quantidade e qualidade no Território do Recôncavo da Bahia.

A trajetória do grupo envolve, também, desafios, em grande parte vivenciados no processo de comercialização de muitas organizações coletivas da agricultura familiar. São problemas de logística e regularidade da oferta, bem como questões relacionadas com a gestão associativa, com a necessidade de maior participação e autonomia de todos os integrantes do grupo. Outro aspecto é a criação de estratégias que estimulem uma rede de trocas, tanto entre produtores do grupo quanto entre produtores/consumidores, ampliando a diversidade de alimentos e o consumo sustentável. Essa rede, que envolve não apenas produtos, mas também experiências, saberes e ideias, pautadas na cooperação, dinamiza a economia local, enriquece a dieta das famílias e fortalece os laços comunitários.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Guia alimentar para a população brasileira*. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. 2 ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
- DORIGON, C. *et al.* A produção de alimentos para o autoconsumo na região oeste do estado de Santa Catarina. *Redes*, v. 25, dez. 2020, p. 2060-2085. <https://doi.org/10.17058/redes.v25i0.14645>.
- FIORECE, J.; PLEIN, C. A produção para autoconsumo na agricultura familiar: uma questão de liberdade alimentar. *Revista Faz Ciência*, v. 19, n. 29, set. 2018, p. 46.
- PRIORE, Silvia *et al.* Comercialização da agricultura familiar no desenvolvimento da segurança alimentar e nutricional. Viçosa: UFV, IPPDS, 2021.
- ROCHA, A.G.P.; ARANHA, M.de F. S.; CARMO, M. S. do. Estratégias de comercialização para a agricultura familiar: a experiência do Grupo de Consumo do Recôncavo. In: BOSS, Sérgio Luiz Bragatto; DOURADO, T.F.; VELLOSO, T. R.(org.). *Extensão universitária na UFRB*. Cruz das Almas: UFRB, 2018. p. 185-196. (v. 2).
- WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (org.) *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: UPF, 2001.

4. Circuitos curtos de comercialização e a valorização da agricultura familiar: uma experiência no programa de residência profissional em Ciências Agrárias e a feira da UFRB

Vinícius de Jesus Ferreira, Leticia Andrea Chechi, Silvana Pedreira Dias Silva

INTRODUÇÃO

A economia solidária é definida como uma outra forma de economia, pois trata-se de atividades relacionadas aos contextos socioeconômicos, como produção, distribuição, consumo, dentre outras que são organizadas por meio da autogestão/gestão coletiva. Nesse sentido, é possível afirmar que “a solidariedade na economia só pode ser realizada se ela for organizada igualmente pelos que se associam para produzir, comercializar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais” (Singer, 2002, p. 9).

Nessa perspectiva, a economia solidária se torna uma alternativa interessante para públicos desfavorecidos e que necessitam trabalhar de forma coletiva para alcançar objetivos comuns. Em relação à agricultura familiar, a produção e comercialização de produtos de forma conjunta se apresenta como uma estratégia viável, e que muitas vezes garante a sobrevivência dessa categoria nos mercados.

É importante destacar que as abordagens relacionadas à questão dos mercados para a comercialização da agricultura familiar têm ganhado visibilidade nos últimos anos, principalmente nos debates relacionados ao desenvolvimento rural. De acordo com Rocha e Aranha (2018), torna-se essencial discutir a criação de mercados locais conectados por uma lógica diferente do modelo de comercialização convencional, seja de certo modo por um modelo que venha a valorizar a produção/comercialização e de consumo, seja como uma estratégia objetiva para o fortalecimento da agricultura familiar local.

Neste trabalho abordaremos a importância dos circuitos curtos de comercialização assentados em um modelo de trabalho coletivo, dialogando, desta forma, com a abordagem da economia solidária. Para isso, os elementos empíricos contemplam as experiências do autor deste relato no acompanhamento da comercialização coletiva.

A experiência da Feira da Agricultura Familiar e Economia Solidária da UFRB, *campus* de Cruz das Almas, traz contribuições relevantes para a Soberania e Segurança Alimentar, desde a produção até o consumo de alimentos no Território do Recôncavo da Bahia. Esta feira, vinculada ao programa de extensão “Redes de comercialização inovadoras na UFRB: agricultura familiar, economia solidária e sustentabilidade” (PG035-2021), acontece quinzenalmente, às sextas-feiras, entre o Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (Cetec) e o Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas CCAAB, da UFRB, no horário das 7h às 12h30min.

Para além de se caracterizar como um circuito curto de comercialização, promovendo o acesso à produtos locais de qualidade aos consumidores, esta feira segue os princípios e valores da produção orgânica/agroecológica, da qualidade, do acompanhamento/formação/envolvimento, preço justo, sustentabilidade, solidariedade/coletividade e relação direta com o consumidor. Desta forma, integrada ao processo de curricularização da extensão na UFRB, a Feira vem se mostrando como um espaço de troca de saberes e construção de conhecimentos entre a comunidade acadêmica e a agricultura familiar e a economia solidária do território, com destaque para comunidades tradicionais existentes na área da própria universidade.

Neste contexto, a promoção da Soberania e Segurança Alimentar ocorre desde o processo produtivo, por meio de ações de acompanhamento da produção dos(as) agricultores(as) familiares feirantes, até o consumo dos alimentos, por parte dos consumidores locais e das próprias famílias, visto que os(as) agricultores(as) têm ampliado a diversidade, a qualidade e a quantidade de alimentos produzidos, o que tem refletido no autoconsumo familiar.

DESENVOLVIMENTO

Objetivo

Este relato objetiva apresentar a experiência das atividades desenvolvidas por um residente pós-graduando em Ciências Agrárias, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), na Associação dos Remanescentes de Quilombos Vila Guaxinim (Arquivig), relacionada a um circuito curto de comercialização, a Feira da Agricultura Familiar e Economia Solidária da UFRB, *campus* de Cruz das Almas (BA).

Metodologia

Para o alcance do objetivo proposto, este relato de caráter qualitativo utilizou-se de observação participante, no período de 01 de agosto a 31 de julho de 2023, e dados obtidos em uma pesquisa realizada pelo residente, por meio da aplicação de um questionário semiestruturado que ocorreu em janeiro de 2023. Esta escolha metodológica permitiu

a sistematização de informações objetivas da experiência, bem como o conhecimento aprofundado de elementos empíricos a serem compartilhados neste relato.

As atividades foram desenvolvidas na unidade residente, Associação dos Remanescentes de Quilombos Vila Guaxinim (Arquivig), que contempla agricultores(as) familiares participantes da Feira. As ações aconteceram a partir da inserção na pós-graduação em Residência Profissional em Ciências Agrárias da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), no projeto ‘Cooperação interinstitucional visando a formação acadêmica e de recém-formados dos cursos de Ciências Agrárias do Recôncavo da Bahia através do programa de residência agrícola’, onde foi realizado o acompanhamento de seis agricultoras familiares que são associadas da unidade residente quinzenalmente na Feira da Agricultura Familiar e Economia Solidária da UFRB, e nas produções *in loco* em suas propriedades para avaliar as práticas agrícolas adotadas pelas agricultoras associadas.

DISCUSSÃO E REFLEXÃO

Os circuitos curtos de comercialização têm se desenvolvido nas últimas décadas de tal modo que vêm mobilizando agricultores, consumidores, organizações e instituições públicas. Vale destacar que, a partir da modernização e industrialização da agricultura, e a predominância dos circuitos longos de comercialização de alimentos, começou a surgir uma crise de confiança dos consumidores, o que acabou estimulando os circuitos curtos de comercialização a ganharem uma crescente visibilidade, potencializando a produção agroecológica e familiar (Rover; Darolt, 2021).

De acordo com Chavante *et al.*, (2019) as os circuitos curtos de comercialização fazem parte dos sistemas agroalimentares alternativos, que de maneira prática buscam trazer uma aproximação entre o agricultor e o consumidor, contribuindo com o fortalecimento da agricultura local e regional, sendo considerado até um intermediário, que facilita a distribuição, transporte e gestão das vendas realizadas pelos agricultores.

Há várias formas de comercialização que podem ser consideradas circuitos curtos, como os mercados institucionais, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), as feiras livres da agricultura familiar e as feiras agroecológicas, modelos de comercialização que têm ocupado um espaço nas estratégias de comercialização dos agricultores familiares (Rocha e Aranha, 2018).

É a partir dos diálogos que foram abordados nas reflexões anteriores sobre os circuitos curtos de comercialização que, nesta seção, apresentaremos informações referentes à comercialização coletiva na feira da UFRB, executada pelas agricultoras associadas na Associação dos Remanescentes de Quilombos Vila Guaxinim (Arquivig), e as contribuições do residente nas atividades realizadas para a valorização da produção familiar das agricultoras quilombolas (Figura 1).

Organizada por uma equipe de aproximadamente vinte pessoas, a Feira da Agricultura Familiar e Economia Solidária da UFRB conta com a participação de docentes, técnicos, discentes da UFRB e apoiadores externos. A feira conta atualmente com 26 feirantes, entre agricultores familiares e artesãos individuais, bem como empreendimento da agricultura familiar e da economia solidária.

A organização deste projeto conta com o histórico de uma feira que foi criada em 2016, em ação conjunta da Secretaria Municipal de Agricultura, do Núcleo de Extensão de Desenvolvimento Territorial (Nedet), com o apoio da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC), Incuba/UFRB e do Núcleo de Agricultura Familiar e Agroecologia (NAF). Em 2019, com as restrições sanitárias em decorrência da pandemia ocasionada pela covid-19, a feira acabou paralisando suas atividades. No início de 2021 surge uma proposta de retomada das atividades da feira, por meio de diversas ações contempladas no programa de extensão.

Além da oferta de uma grande diversidade de produtos, desde hortaliças, doces e legumes a artesanatos, a feira proporciona diversas programações culturais e interativas, atraindo um público significativo da comunidade acadêmica e externa. Dessa maneira, um dos principais objetivos desse espaço de comercialização é fornecer um local em que seja possível esses produtores criarem um vínculo com a comunidade acadêmica e local que ali estiver presente, gerando uma maior interação entre o consumidor com os produtores e artesãos.

Seis agricultoras da comunidade quilombola acompanhadas pelo residente comercializam seus produtos na feira. De acordo com as agricultoras, além do sustento familiar, a participação na feira trouxe um valor agregado aos seus produtos, visibilidade e empoderamento, principalmente para obter suas próprias rendas na contribuição para o sustento familiar.

Figura 1. Realização da comercialização das associadas da Arquivig na feira da UFRB e o acompanhamento do residente nas ações realizadas



Fonte: Acervo de *marketing* do programa de extensão da UFRB (2022).

Os produtos comercializados são produzidos pelas próprias agricultoras em seus estabelecimentos. Conforme a tabela abaixo, a feira é a única fonte de comercialização citada por duas das entrevistadas; para três agricultoras, além da feira, elas realizam a venda de porta em porta. Apenas uma relatou também comercializar na feira da UFRB e na feira livre do município de Cruz das Almas onde reside, conforme nos revela o Quadro 1 abaixo.

Tabela 1. Produção e canal de comercialização das agricultoras que comercializam na feira da UFRB

Entrevistada	Produtos comercializados	A feira é a única fonte de comercialização?	Principais canais de comercialização
Entrevistada 01	Jiló, salsa, abóbora, arruda, pimenta, batata doce, quiabo, banana da terra.	Não	Feira da UFRB e porta a porta
Entrevistada 02	Abacaxi, batata doce, alface, coentro e cebolinha.	Não	Feira da UFRB e porta a porta
Entrevistada 03	Abacaxi, batata doce, alface, coentro e cebolinha.	Não	Feira da UFRB e porta a porta
Entrevistada 04	Aipim, banana, jaca, caju, salgados, biscoitos de goma, abóbora, quiabo, jiló, pimenta, coentro, cebolinha, alface, abacaxi, maracujá, jenipapo, ovos de galinha caipira.	Não	Feira da UFRB e feira do município
Entrevistada 05	Plantas ornamentais em geral e bolo na palha de banana (bolo de taka)	Sim	Feira da UFRB
Entrevistada 06	Plantas ornamentais em geral	Sim	Feira da UFRB

Fonte: Trabalho de campo (2023).

Nesta perspectiva, é possível destacar que a feira da UFRB se torna um espaço que vem possibilitando uma comercialização/consumo de alimentos locais produzidos de maneira sustentável. Trata-se de um circuito curto de comercialização que tem levado oportunidades para os(as) agricultores(as) familiares de comunidades tradicionais, como é o caso das agricultoras associadas da ARQUIVIG, o que acaba de certo modo promovendo a comercialização direta, de forma justa e sustentável.

Realizamos dias de campo com as agricultoras que comercializam na feira com o objetivo de contribuir com a qualidade do solo e a sustentabilidade dos cultivos de culturas tradicionais existentes nas propriedades, como mandioca, amendoim, feijão, milho e hortaliças, conforme reafirmam as imagens em sequência.

**Figuras 3, 4 e 5. Ações de ATER para realizar manejo de transição agroecológica
Práticas de cobertura verde com folhas de aroeira e capim e adubação com esterco
bovino nas produções de produção de alface rúcula couve e cebolinha
Construção da pilha de compostagem**



Fonte: Trabalho de campo (2022/2023).

Durante as ações, executamos práticas de compostagem para a utilização em plantios que estão em fase de transição agroecológica, realçando os seus benefícios em relação ao desenvolvimento das culturas que são cultivadas nas propriedades. Os dias de campo foram significativos em trocas, relacionadas à importância da atividade sustentável para a agricultura familiar.

Além das questões produtivas, é possível destacar a importância da economia solidária e das práticas agroecológicas para a agricultura familiar, no que se refere à comercialização coletiva. Por meio das ações que são desenvolvidas coletivamente, os(as) agricultores(as) têm conseguido ter o contato direto com os(as) consumidores, inserir sua produção no mercado, alcançando os seus objetivos e obtendo uma renda extra para o sustento familiar.

No início houve alguns desafios em relação aos conhecimentos sobre as práticas agroecológicas nas propriedades, porém as agricultoras começaram a mudar a forma tradicional de cultivo, passando a realizar as atividades com técnicas de agroecologia, mantendo o cuidado com o solo e o meio ambiente. Com o objetivo de realizar o acompanhamento das agricultoras, a equipe que atua na feira vem fazendo as visitas nas produções, incentivando-as a produzirem alimentos sustentáveis para que no futuro possam alcançar a certificação coletiva.

CONCLUSÃO

Diante das experiências relatadas, percebe-se o quanto a feira da UFRB tem se tornado importante para os(as) agricultores(as) e consumidores (as) no sentido de inserir alimentos saudáveis no mercado local. Além de um canal de comercialização, a feira é um programa de extensão vinculado à universidade, em que a comunidade quilombola é acompanhada e está inserida. Este programa segue alguns princípios e valores, desde a produção até o consumo.

Um fator imprescindível a se destacar é a importância dos acompanhamentos realizados pelos alunos e professores para o aprimoramento da produção orgânica/agroecológica e na contribuição da sustentabilidade. Para que isso aconteça, os agricultores participam de atividades culturais/educativas e formações, o que reflete no autoconsumo familiar, pela ampliação da qualidade e quantidade de alimentos que são acessados por essas famílias. Nesse contexto, a produção, além de assegurar a alimentação familiar, contribui para a inserção destes alimentos no mercado consumidor, o que acaba promovendo a valorização da cultura alimentar local.

Por meio do circuito curto de comercialização, com a utilização da prática do preço justo, sem a presença de intermediários, colabora-se com a geração de renda para os produtores. A feira também promove o estímulo à solidariedade, a troca de saberes, vivências, reciprocidade, construindo entre os agricultores e consumidores uma identidade coletiva, contribuindo para a circulação da economia, promovendo o desenvolvimento local, proporcionando a todos os envolvidos melhores condições de vida.

Por fim, é possível considerar que todas essas ações realizadas têm uma contribuição importante e fundamental para a soberania e segurança alimentar, tanto das agricultoras que foram acompanhadas durante a execução das atividades quanto dos consumidores que consomem os alimentos que são comercializados na feira.

REFERÊNCIAS

- CHAVANTE, B. S. O.; BUENAVENTURA, I.; SOUSA, R. P.; SILVA, T. F. A.; FREITAS, C. G.; VASCONCELOS, J. C. *Circuito curto de comercialização de alimentos orgânicos: "encurtando caminhos entre produtores e consumidores"*. Castanhal/PA: IFPA, 2019.
- ROCHA, A. G. P.; ARANHA, M. F. S. Circuitos curtos de comercialização e desenvolvimento territorial: uma análise de experiências na Bahia. *Anais II Congresso Internacional de Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento Local: como trabalhar e produzir na contramão do empreendedorismo?* Feira de Santana, Bahia, 2018. Disponível em: https://base.socioeco.org/docs/anais_ii_cieps_-_2018_versao_definitiva.pdf. Acesso em: 29/09/2023.
- ROVER, O. J.; DAROLT, M. R. Circuitos curtos de comercialização como inovação social que valoriza a agricultura familiar agroecológica. In: DAROLT, M. R.; ROVER, O. J., *Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social*. Florianópolis: Estúdio Semprel, 2021.
- SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. 1a ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. [6. reimpressão].

5. Circuitos curtos que nutrem vidas: agência das mulheres sem-terra na construção de sistemas agroalimentares saudáveis e sustentáveis

Cristiane Coradin, Maria de Los Angeles Arias Guvara,
Simone Santos Oliveira

INTRODUÇÃO

Os circuitos curtos de base agroecológica são fundamentais para a segurança alimentar e nutricional e para a autonomia das mulheres rurais (Siliprandi, 2015). Incidem diretamente nos determinantes sociais da saúde (Garbois; Sodré; Dalbello-Araújo, 2017) e contribuem para a construção de sistemas agroalimentares saudáveis e sustentáveis. Circuitos curtos são construções sociais de mercados mediadas por subjetividades, culturas e mobilizam até um intermediário entre produtoras(es) e consumidoras(es) (Maluf, 2004).

Estudos recentes realizados na América Latina enfocam as dimensões espaço-temporais que envolvem as cadeias produtivas e o tipo de relações sociais (Cepal-FAO-II-CA, 2016b; Delgadillo-Macias, 2019). Dão ênfase para a “proximidade geográfica” e a “proximidade organizativa” (Torre e Beuret, 2012). A expansão desses circuitos está associada à ampliação da consciência ecológica, à busca por alimentos saudáveis e à ampliação da capacidade organizativa dos camponeses.

Esse texto relata a experiência de mulheres Sem Terra de acampamentos e assentamentos rurais dos Campos Gerais (Emiliano Zapata), região metropolitana de Curitiba (Contestado), norte (Eli Vive I e II) e oeste do Paraná (Walmir Motta). A partir de 2003 elas começam a acessar programas de compras públicas, tais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); e, mais recentemente (2015-atual), passam a construir feiras livres e grupos de consumo.

Esse relato se baseia em um recorte de dados obtidos em pesquisa de campo realizada entre março e setembro de 2018, sobre o protagonismo das mulheres Sem Terra na ecologização da Reforma Agrária no Paraná. Esse estudo integrou o projeto de pesquisa intitulado “Jornadas de Agroecologia e a construção de um projeto agroecológico”, realizado entre 2017 e 2022 (Coradin, 2020).

DESENVOLVIMENTO

Objetivo

Analisar a agência das mulheres Sem Terra na construção de circuitos curtos de base agroecológica.

Metodologia

Realizamos pesquisa de campo com base na história oral (Marre, 1991). Essa metodologia nos possibilitou reconstruir narrativas comuns com as interlocutoras, a fim de compreendermos as dinâmicas sociais vivenciadas. Foram entrevistadas 33 mulheres, das quais 17 são interlocutoras-chaves dos territórios acima referidos; e 16 do acampamento “Emiliano Zapata”, onde realizamos estudo de caso. Para abranger uma diversidade de vozes e experiências, entrevistamos mulheres de diferentes territórios, idades e escolaridades.

As interlocutoras são todas casadas ou estão em união estável, cultivam quintais produtivos agrobiodiversos, hortas, pomares e agroflorestas, participam de cooperativas, comercializam via PNAE, feiras, grupos de consumo; e participam de atividades socio-políticas. Seus cônjuges cultivam roçados convencionais e/ou trabalham em atividades não agrícolas fora do lote, e/ou trabalham com elas nos cultivos agroecológicos.

Um primeiro grupo (cerca de 30%) é composto por mulheres jovens de 27 anos, que concluíram o ensino médio e graduação, sem filhos, ou com até 2 de menos de 10 anos. Compõem famílias com pouca infraestrutura produtiva, focadas na geração de renda e estruturação do lote. Outro grupo (cerca de 40%) é composto por mulheres de meia idade (acima de 27 e com menos de 60 anos); com ensino médio completo e graduação. Possuem um ou dois filhos de até 20 anos, melhor infraestrutura, produzem para autossustento, mas sobretudo para a comercialização. O último grupo (cerca de 30%) é representado por mulheres com mais de 60 anos de idade, aposentadas, com menor escolaridade (ensino fundamental e/ou médio completo), três a quatro filhos adultos e independentes, com infraestrutura estável e produção voltada para o autossustento familiar.

DISCUSSÃO E REFLEXÃO

Resultados

Identificamos que a construção desses circuitos curtos de base agroecológica ocorre a partir da inclusão das mulheres no PAA e no PNAE. Por meio desses programas, elas obtiveram renda monetária e passaram a acreditar na possibilidade de melhoria das condições de vida por meio da agroecologia:

Eu acho que as políticas, [...] esses programas de aquisição de alimentos, mais recentemente o PNAE, fortalece[m] tudo isso, porque o assentamento com isso descobriu sua verdadeira vocação na produção [...]. Foi um grande momento de aprendizado de avançar na agroecologia. (Entrevistada Copaíba. Assentamento Contestado)

Para algumas famílias (1/3 do total), o PNAE constitui a principal fonte de renda, sobretudo para aquelas mulheres que conduzem os lotes, possuem filhos pequenos, são menos escolarizadas e menos capitalizadas: “o PNAE para nós hoje é o único jeito de nós ganhar um dinheirinho mais tranquilo” (Hibiscus. Assentamento Eli Vive II). Esses dados corroboram outros estudos que destacam a capacidade do PAA e PNAE gerarem autonomia para as mulheres (Hora, Rezende e Macedo, 2015).

Ao se inserirem em Programas Institucionais, elas se fortalecem, se organizam e se capitalizam, e aos poucos constroem grupos de consumo responsáveis, feiras livres e outras formas de comercialização direta: “começamos a ganhar e fomos investindo aos pouquinhos” (Rosa Rosa, Acampamento Emiliano Zapata).

Nos assentamentos Walmir Motta, Emiliano Zapata e Contestado, elas participam de cooperativas, coletivos informais e comercializam via PNAE, fazem feiras livres e participam de grupos de consumo: “Então é assim, um ajuntamento, um pouquinho daqui um pouquinho dali” (Begônia, Assentamento Walmir Motta).

Para essas formas de comercialização direta, conhecimentos e habilidades sociais adquiridas, tais como carteira de habilitação, comunicação e negociação são relevantes. Outrossim, essas habilidades também constituem os principais desafios para elas:

eu dirijo, eu sou tranquila para dirigir [...]. Daí eu não tinha o dom de vender, eu tinha vergonha. [...] [mas] na primeira vez sai batendo palma, perdi o medo, perdi a vergonha. [...] Uma coisa que eu pensava [é] que nunca ia aprender, as pessoas vinham aqui comprar [e] eu não sabia botar preço. (Orquídea, Acampamento Emiliano Zapata)

Esses circuitos se constituem como processos educativos não formais, por meio dos quais elas valorizam sua identidade como mulheres Sem Terra, esclarecem sobre a importância da reforma agrária popular e agroecológica, e estimulam transformações nos sistemas agroalimentares em sentido ecológico e saudável. “Sim, porque sempre eu passo [...] umas falas também. Então eles não têm noção, então a gente vai falando, [...] então a gente vai conscientizando” (Aroeira, Acampamento Emiliano Zapata).

Essas ações são apoiadas pela organização coletiva das mulheres. Nesses espaços, elas compartilham experiências, reconhecem desigualdades e violências de gênero, desenvolvem solidariedade e superam dificuldades. “você aprende a ser mais, se respeitar mais, e não deixar ninguém te pisar, né?, essas coisas assim” (Aroeira, Acampamento Emiliano Zapata).

Com relação aos desafios, destacam fragilidades no acesso à recursos para capitalização dos seus lotes: “Porque nós, tipo... você faz a opção pela agroecologia, mas é com a cara e a coragem, porque você não tem investimento para nada [...]”. Esses argumentos corroboram outros estudos recentes sobre mulheres rurais, onde se destaca que, apesar dos ganhos obtidos através da institucionalização de políticas públicas de promoção da agricultura orgânica e agroecologia, o acesso das mulheres ainda é pequeno e moroso (Hora, Macedo e Rezende, 2015), destacando a importância da sustentação contínua de ações que favoreçam a inclusão e a autonomia feminina.

CONCLUSÃO

Circuitos curtos de base agroecológica são fundamentais para a promoção da autonomia feminina e igualdade de gênero. As mulheres enfrentam desafios, superados por sua organização coletiva feminina, cooperativas e grupos informais, e pelo aporte que recebem de políticas públicas. Dessa forma, entendemos que o aporte contínuo de políticas públicas que visem fortalecer essas experiências é fundamental para a construção de sistemas agroalimentares saudáveis e sustentáveis.

REFERÊNCIAS

- CEPAL-FAO-IICA. Boletín. *Los circuitos cortos como política para la promoción de la agricultura familiar*. Naciones Unidas: Santiago de Chile, 2016b.
- CORADIN, C. Entre buvas e flores vermelhas: autorias das mulheres Sem Terra na ecologização da reforma Agrária no Paraná. 2020. Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, Brasil, 2020.
- DELGADILLO-MACÍAS, J. Producción y consumo agroalimentario en áreas perimetropolitanas. Una aproximación tipológica desde el enfoque de proximidad. *Estudios Sociales. Revista de Alimentación Contemporánea y Desarrollo Regional* v. 29, n. 53, p. 2-32, 2019.
- GARBOIS, J. A.; SODRÉ, F.; DALBELLO-ARAUJO, M. Da noção de determinação social à de determinantes sociais em saúde. *Saúde em debate*. Rio de Janeiro, n. 112, jan-mar. 2017, p. 63-76.
- MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, 2004.
- MARRE, J. L. História de vida e método biográfico. In: *Cadernos de Sociologia*. Porto Alegre, v. 3, n. 3, jan/jul. 1991.
- HORA, C; MACEDO, G; REZENDE, M. (orgs.) *Coletânea sobre estudos rurais e gênero*: Prêmio Margarida Alves 4ª Edição. Brasília: MDA, 2015.
- SILIPRANDI, E. *Mulheres e agroecologia*: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2015.
- TORRE A.; BEURET, J-E. *Proximités territoriales*. Paris: Editions Economica, Anthropos, 2012.

6. Fábrica de desidratados Prefeito Édio Muniz no contexto da agricultura familiar: uma experiência no município de Maricá/RJ

Mariana O. P do Amaral, Ângelo B. Garcia, Mayara M. Guimarães, Edwiges A. de Macedo, Laís Vitor, Laura Maria de O. Da Silva

INTRODUÇÃO

Por meio do Termo de Colaboração n. 20/2020, celebrado entre a Secretaria de Agricultura Pecuária, Pesca e Abastecimento (Secappa) e a Solares – Ação Social e Cidadania, foi fundada a Fábrica de Desidratados Prefeito Édio Muniz, localizada no município de Maricá, região metropolitana do Rio de Janeiro. Atualmente sob gestão administrativa da médica veterinária Mariana Príncipe do Amaral, a Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento do município de Maricá desenvolve diversos projetos com o intuito de fomentar a agricultura familiar do município e a adesão de sistemas alimentares sustentáveis. Tais projetos iniciaram com o vereador Júlio Carolino, que levou a cidade de Maricá a participar do projeto Laboratório Urbano de Políticas Públicas Alimentares (Luppa), criado pelo Instituto Comida do Amanhã.

Em contrapartida, a Organização Social Solares – Ação Social e Cidadania, pelo histórico de experiência em gestão de projetos, assume um papel crucial na Fábrica de Desidratados Prefeito Édio Muniz, por ser uma instituição fundada em 2001 com o intuito de promover iniciativas que visam a inclusão social e o compromisso com o meio ambiente e gerações futuras, além de desenvolver diversos projetos em parcerias com instituições acadêmicas voltados para o âmbito social e análise de impactos gerados na sociedade devido às mudanças socioeconômicas e culturais. Assim, por meio da iniciativa destas duas entidades, deu-se início ao projeto em 2020 da Fábrica de Desidratados Prefeito Édio Muniz, onde a estratégia se baseou na produção sustentável de alimentos saudáveis para a população, e ainda no oferecimento de conhecimentos ao universo da agroindústria, tornando o espaço para desenvolvimento e crescimento econômico por meio da geração de emprego e o aumento de renda dos agricultores familiares do município de Maricá.

O surgimento da Fábrica de Desidratados ocorreu simultaneamente ao início da covid-19 em âmbito mundial e nacional, o que gerou um impacto em todos os ângulos, havendo uma crise econômica com demissões em larga escala e encolhimento das políticas públicas, além da fragilidade dos serviços de atenção à saúde e o enfraquecimento de programas relacionados à segurança alimentar.

Segundo o Conselho Nacional de Segurança Alimentar, órgão fundamental para o combate à fome (Oliveira, 2023), a situação de segurança alimentar no Brasil é grave, visto que em 2018 o país entrou novamente no Mapa da Fome. Isso significa que 5% ou mais da população sofre de alguma situação de segurança alimentar (Lima, 2021).

Em relação à ótica micro da covid-19, no município de Maricá foram implementadas políticas pontuais para manter a circulação da moeda e a proteção às famílias, porém, na área rural, houve a intensificação da crise financeira, visto que a agricultura familiar teve que se reinventar.

Os agricultores que saíam da cidade para participar de feiras em municípios vizinhos já não podiam romper os limites de deslocamentos, estipulados por cada gestão municipal, provocando um excesso de mercadoria sem possibilidade de escoamento. O isolamento social fragilizou o convívio coletivo e o trabalho no campo.

Nesse cenário, a Fábrica vem cumprindo seu papel de um projeto sério de incentivo à geração de renda e valorização cada vez maior de terras produtivas frente à escassez de alimentos sofrida com a pandemia, além da compra dos produtos excedentes no início da pandemia, e vem analisando um crescimento econômico, social e cultural no campo que fez gerar um produto novo gerado e associado à Fábrica, a criação da Feira da Agricultura Familiar, para escoar esse excesso de produtos.

Além do trabalho desenvolvido com os agricultores da região de Maricá, a unidade fabril ainda tem por objetivos distribuir os alimentos beneficiados para as instituições sociais e escolas do município definidos pela Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento, sendo uma alternativa de fomento à segurança alimentar da população e à valorização da agricultura familiar.

Seguindo o desenvolvimento dos projetos e atividades desenvolvidas pela Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento, em 2021 surgiu a proposta da criação da Feira da Agricultura Familiar com funcionamento no primeiro sábado de cada mês, onde os agricultores locais expõem o resultado dos seus trabalhos com produtos *in natura*, como as bananas, aipim, maxixe, verduras e outros; e produtos transformados, como as geleias, farinhas, e demais iguarias. Esta Feira da Agricultura Familiar tem despertado o interesse de moradores de municípios vizinhos, que compram os produtos e marcam presença todos os meses. Temos a Feira como desdobramento da proposta da Fábrica de Desidratados Prefeito Édio Muniz, como estratégia de superação dos impac-

tos pandêmicos na renda familiar dos agricultores e, ao mesmo tempo, como incentivo ao cultivo de novas culturas e empreendimentos, com o objetivo da geração de renda.

Nesta lógica, este relato de experiências, enquadrado no eixo 3 – soberania e abastecimento alimentar, irá abarcar duas iniciativas da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento (Secappa) da cidade de Maricá, Rio de Janeiro: a Fábrica Municipal de Desidratados Prefeito Édio Muniz, de forma mais aprofundada, e a Feira da Agricultura Familiar como desdobramento e/ou resultado de todo esse trabalho em que buscou-se englobar a agricultura familiar, geração de renda e comércio local.

DESENVOLVIMENTO

Objetivos

Demonstrar os benefícios da implantação de uma fábrica de desidratados municipal como política pública que ao mesmo tempo fomenta a produção agrícola dos agricultores familiares e combate o desperdício de alimentos, por meio das técnicas de beneficiamento que propiciam a extensão de validade do alimento. Além disso, a fábrica também gera empregos e renda de forma direta e indireta.

São ações objeto de análise:

1. a criação de núcleo de capacitação de cadeias produtivas de alimentos de Maricá;
2. o encaminhamento de agricultores para comercializar seus produtos na Feira da Agricultura Familiar;
3. a geração de renda, por meio da Fábrica de Desidratados Prefeito Édio Muniz e a Feira da Agricultura Familiar;
4. a promoção da responsabilidade ambiental e social da gestão da unidade de processamento, de forma sustentável;
5. o posicionamento do município de Maricá como centro de referência no setor agroecológico e agroindustrial;
6. o incentivo ao empreendedorismo rural dos agricultores familiares, que participam das feiras e são cadastrados na Fábrica de Desidratados Prefeito Édio Muniz.

Metodologia

Para implementação da unidade fabril foi realizada uma análise sobre o município de Maricá, Rio de Janeiro. Com isso, a estruturação do projeto se deu com base em três metas principais descritas abaixo:

Meta 01 – Garantir os recursos materiais, humanos, estruturais e licenças para o funcionamento da Unidade de Produção de Alimentos Agroecológicos Desidratados e de Polpas de Frutas.

- Etapa 01: Garantir as aquisições dos materiais permanentes necessários para o pleno funcionamento da Unidade de Produção;
- Etapa 02: Garantir o licenciamento necessário ao pleno desenvolvimento das atividades e funcionamento da unidade fabril, cumprindo as exigências legais;
- Etapa 03: Selecionar e contratar equipe com formação/qualificação/ experiência profissional adequada para atuar na Unidade de Produção, garantindo a realização de capacitações periódicas (conforme plano pedagógico), de modo a atender às necessidades e objetivos do Projeto;
- Etapa 04: Adquirir os materiais de consumo diversos necessários à execução do Projeto, de forma a assegurar a qualidade e a plena realização das atividades;
- Etapa 05: Garantir logística e gestão de materiais e serviços adequados e necessários ao desenvolvimento das atividades objeto desta parceria.

Meta 02 – Planejar as ações e divulgação das atividades.

- Etapa 01: Elaborar o Plano de ação e seus subprodutos para o desenvolvimento das atividades e funcionamento dos serviços e atividades da Unidade de Produção;
- Etapa 02: Elaborar e apresentar o Plano de Divulgação e Mobilização para a promoção da Unidade Produção;
- Etapa 03: Elaborar a identificação visual dos produtos;
- Etapa 04: Produzir e divulgar, em meios físico e virtual, materiais informativos e de divulgação (banners, folders, cartazes, peças/conteúdo para sites e mídias sociais) sobre Unidade/produtos (com aprovação prévia da Prefeitura Municipal de Maricá);
- Etapa 05: Garantir a participação em feiras e eventos para divulgação e agregação de valor ao produto.

Meta 03 – Implantar e manter as atividades de produção de alimentos desidratados e polpas de frutas.

- Etapa 01: Obter matérias-primas, por meio de compras e doações, para manutenção do processo de produção;
- Etapa 02: Realizar todas as etapas e procedimentos de seleção, classificação, produção de desidratados, polpas de frutas e produtos oriundos da desidratação, atendendo sempre as legislações e normatizações vigentes;
- Etapa 03: Realizar destinação dos produtos beneficiados, conforme Plano de Ação aprovado;
- Etapa 04: Realizar o monitoramento na Unidade de Produção;

- Etapa 05: Encaminhar agricultores para comercializar mensalmente sua produção na Feira de Agricultura Familiar, realizada no próprio município de Maricá.

Trimestralmente, as metas são respondidas conforme prestação de contas que são feitas, observando-se as regras previstas na Lei n. 13.019/14, no Decreto Municipal n. 54/2017 e no Manual de Prestação de Contas aprovado pela Resolução CGM n. 0001/2019 (Controladoria Geral do município de Maricá).

DISCUSSÃO

Ao longo dos seus quase três anos de operação, a Fábrica de Desidratados vem ultrapassando suas metas estipuladas. Em seu primeiro ano de operação, a unidade fabril superou a meta estipulada em 20 toneladas entre banana e aipim, totalizando 21.360,22 kg produzidas para alcance das metas propostas. Na figura abaixo, podemos ver as bananas na área de produção e o nível de amadurecimento.

Figura 1. Espaço fabril: já houve a higienização do produto e ocorre o descascamento e demais processos



Fonte: Registro fotográfico do dia 09 de agosto de 2023.

Além da meta alcançada, evidenciam-se os seguintes resultados:

- Aquisição do rótulo em que constam todas as informações nutricionais, além do Selo de Inspeção Municipal (SIM), que garante a qualidade do alimento para os consumidores assistidos;
- Registro em carteira assinada de 28 pessoas na Fábrica de Desidratados com apoio e encaminhamento dos mesmos a programas educacionais existentes, como por exemplo o “Sim, Eu Posso!”, para que possam dar continuidade aos estudos, visto que a maioria tem baixa escolaridade;

- Alcance de mais de 50 lugares beneficiados com os produtos das distribuições para as instituições e escolas, com entregas semanais. As bananas desidratadas têm em seu maior público consumidor crianças e adolescentes da rede pública de ensino, por ser introduzida na merenda escolar coordenada pela equipe de nutrição de cada escola. O aipim e a batata-doce minimamente processada têm alcance maior nas instituições sociais e equipamentos de atendimento público sob coordenação do CRAS – como o Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF) e os Grupos de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos – e do Centro Especializado de Assistência Social (CREAS), além de Secretaria Municipais que promovem diretamente atendimento à população mais vulnerabilizada, como a que atende mulheres vítimas de violência;
- Alcance de mais de 20 agricultores participantes da Feira da Agricultura Familiar de Maricá, sejam eles cadastrados ou não na Fábrica, para vender seus produtos, como apresentados na Figura 2. Verifica-se que alguns agricultores se tornaram empreendedores com a comercialização de seus produtos, inclusive para fora do Estado do Rio de Janeiro, por meio de vendas online.

Figura 2. Feira da Agricultura Familiar no entorno da Praça Agroecológica de Araçatiba



Fonte: Registro fotográfico feito dia 02 de setembro de 2023.

Observa-se o reconhecimento cultural e social do programa, verificado nas visitas mensais de âmbito nacional e internacional, como por exemplo, a visita do Prefeito de Moçambique, que pretende agregar a proposta da Fábrica ao seu município e parabenizou o trabalho desenvolvido no município de Maricá.

Figura 3. Visita do Prefeito Manuel de Araújo de Quelimane/Moçambique às instalações da Fábrica



Fonte: Registro fotográfico feito no dia 20 de outubro de 2022.

De forma geral, a equipe de trabalho da Fábrica e da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento vem agregando valor à cidade e, concomitantemente à adoção da agricultura familiar, acredita-se que quanto mais alimentos plantados e mais terra bem cuidada, maior a chance de que haverá alimentos para as novas gerações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Fábrica de Desidratados Prefeito Édio Muniz vem cumprindo as metas estabelecidas e servindo como modelo para a implementação de uma unidade produtora em outras cidades do país. Projetada para ser referência em reaproveitamento de insumos e geração de renda à agricultura familiar, a fábrica conseguiu impulsionar a Feira da Agricultura Familiar no município, agregando mais valor ao produto natural e histórico na cidade de Maricá, considerada grande produtora de bananas. No entanto, ainda temos muitos desafios, principalmente o de impulsionar o plantio de novas culturas e o aumento de novos polos da Feira de Agricultura Familiar no município de Maricá/RJ.

REFERÊNCIAS

- FÁBRICA DE DESIDRATADOS PREFEITO ÉDIO MUNIZ. Solares Cidadania. Disponível em: <https://solaresasc.org/2022/01/04/fabrica-de-desidratados-prefeito-edio-muniz/> Acesso em: 14 de outubro de 2023.
- LABORATÓRIO URBANO DE POLÍTICAS PÚBLICAS ALIMENTARES.
- LIMA, M. S. *Inflação e pandemia podem empurrar o Brasil de volta ao Mapa da Fome*. CNN Brasil. abr. 2021.
- OLIVEIRA, B. O. *et al.* Imprensa e insegurança alimentar no Brasil da pandemia. *Segurança Alimentar e Nutricional*. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, v. 30. Ed. 023021, 2023.

7. Horta comunitária inclusiva do Parque Reid: transformando vazios urbanos em áreas produtivas. Uma parceria da prefeitura do município de Diadema e Transpetro

Edna Verônica Mendes da Cunha

INTRODUÇÃO

Diadema, município de São Paulo, tem como característica ser uma cidade urbana, com a segunda maior densidade demográfica do estado. Essa característica tornou os espaços urbanos competitivos para o desenvolvimento de políticas públicas; no entanto, a cidade tem se destacado na promoção da agricultura urbana, com a implantação de hortas comunitárias.

O Programa de Agricultura Urbana tem o objetivo principal de estimular práticas agroecológicas de cultivo de alimentos em áreas ociosas urbanas para promover a produção sustentável, o processamento e a comercialização de alimentos saudáveis, principalmente em regiões de vulnerabilidade social.

Atualmente, Diadema conta com 67 hortas nas seguintes modalidades: 33 comunitárias, 23 educacionais, 7 ocupacionais e 8 institucionais.

O cultivo de alimentos de forma colaborativa, compartilhando conhecimentos e recursos, é geralmente organizado por grupos de moradores, incentivado pela equipe técnica da Secretaria de Segurança Alimentar, que realiza todo o trabalho de implantação, liberação de insumos, assistência técnica e formação pedagógica de agroecologia e técnicas de empreendedorismo, bem como o acompanhamento do Trabalho Social, que realiza ações de mobilização e organização dos agricultores e a articulação com outros programas da secretaria, como o de Educação Alimentar e Nutricional e o de Feiras Livres.

Atualmente o município conta com 33 hortas comunitárias, totalizando uma área cultivada de cerca de 21 mil m². Salienta-se aqui o grande adensamento populacional da cidade, com 12.795 habitantes por km².

A falta de espaços para a implantação de hortas comunitárias ensejou esforços por parte da Sesa para a utilização de áreas com concessão das empresas Transpetro, Enel Brasil e Ecovias, que administram áreas de implantação de dutos, linhas de transmissão de energia elétrica e áreas lindeiras à Rodovia dos Imigrantes, que corta a cidade de Norte a Sul. Atualmente, Diadema conta com quatro hortas em áreas da Ecovias e 17 em áreas da Transpetro e Enel Brasil.

Até 2022, a relação com a prefeitura, por meio da Sesa e as concessionárias, limitava-se apenas à permissão do uso desses espaços.

Todavia, no final de 2021, iniciamos tratativas com a Transpetro, o que resultou em um grande avanço envolvendo a parceria da Prefeitura. Essa colaboração se concretizou por meio da convergência de objetivos voltados à inclusão social, segurança alimentar e sustentabilidade ambiental. O projeto também previa a participação de pessoas com deficiência por meio de canteiros adaptados, promovendo a autonomia das pessoas com deficiência.

DESENVOLVIMENTO

O Programa de Agricultura Urbana tem como objetivos:

- melhorar o aproveitamento do espaço da área da linha de transmissão de energia elétrica do Parque Reid, com a implantação de horta comunitária com participação de pessoas com deficiência, promovendo a segurança alimentar, a inclusão social e a sustentabilidade ambiental;
- utilizar de forma racional o espaço que se encontrava degradado, evitando o acúmulo de lixo e entulhos ou o crescimento desordenado de vegetação;
- produzir alimentos saudáveis e frescos para consumo próprio ou para comercialização nas próprias hortas ou em feiras locais;
- promover a educação ambiental e a conscientização sobre a importância da agricultura agroecológica;
- fortalecer o convívio comunitário e a participação cidadã;
- contribuir para a geração e/ou complementação de renda dos agricultores;
- promover a inclusão social de famílias em situação de vulnerabilidade social e pessoas com deficiência.

METODOLOGIA

A implantação da Horta Comunitária Inclusiva do Parque Reid em área da Transpetro foi definida como ação diferenciada devido ao alto nível de degradação que a área apresentava, conforme Figura 1, tornando um local que comumente precisava de fiscalização e de ações corretivas, tanto por parte da Prefeitura como da Transpetro.

Figura 1. Área Transpetro – Parque Reid, antes da implantação da Horta



Fonte: Cunha, 2023.

Soma-se a isso o fato de a área apresentar considerável declive, com necessidade de terraplenagem, drenagem e intervenções físicas que demandaram aportes financeiros e ações de diversas secretarias para a sua implantação.

Dada essa situação, iniciaram-se tratativas com os entes envolvidos visando todas as ações a serem desenvolvidas para a implantação da horta e a sustentabilidade do projeto, de acordo com a seguinte metodologia:

Ações de planejamento e estruturação:

- formação de equipe interdisciplinar com profissionais da Prefeitura dos seguintes setores: Secretaria de Segurança Alimentar, Secretaria de Assistência Social, Departamento de Participação Popular, Conselho da Pessoa com Deficiência, Direção da Escola Ana Maria Popovic (fica aos fundos da Horta), Secretarias de Obras, Cultura, Meio Ambiente e Serviços Urbanos, como também técnicos da Transpetro, como forma de garantir uma abordagem abrangente;
- definição clara de objetivos, como: promover a inclusão de pessoas com deficiência, produzir alimentos saudáveis e fortalecer o senso de pertencimento;
- estabelecimento dos serviços necessários e levantamento de recursos e de parcerias.

Ações para o engajamento da comunidade:

- foram realizadas reuniões com a comunidade do entorno como forma de envolvê-la no processo de planejamento e de definição sobre a seleção de agricultores;

- também se deram reuniões com a direção da E.E. P.E.I. Ana Maria Popovic, no sentido de envolver os alunos e suas famílias para ações educativas;
- a divulgação do projeto ocorreu por panfletagem, mídias sociais e encontros com moradores do entorno.

Ações de implantação da horta:

- limpeza e roçada do local;
- execução de obras de drenagem na Rua Serra Roraima e na faixa da linha de transmissão;
- terraplenagem e retaludamento de algumas encostas íngremes e plantio de gramado;
- revitalização da passagem de pedestres (Figuras 2 e 3);
- cercamento com alambrado e colocação de portão;
- implantação de 83 canteiros, sendo 3 com acessibilidade;
- pintura e grafiteagem nos muros ao redor da horta;
- desenvolvimento do plano de cultivo.

Formação dos agricultores:

- realização de oficinas educativas com ênfase na agroecologia para os 43 agricultores;
- reuniões com equipe técnica e agricultores para avaliação e planejamento, discussões sobre regras de convivências, gastos comuns como conta de água, cópias de chaves, compra de ferramentas, entre outros;

Monitoramento e avaliação:

- o acompanhamento é contínuo por meio de diálogo permanente com os agricultores para avaliação da satisfação dos participantes e ajustes;
- há previsão de avaliações de impacto do projeto na comunidade como o aumento de renda, acesso a alimentos saudáveis e conscientização sobre as questões de acessibilidade;

Parcerias:

- haverá a comunicação constante entre todos os setores da Prefeitura de Diadema e Transpetro para garantir o apoio contínuo e a sustentabilidade do projeto.

Essa metodologia buscou criar uma horta comunitária inclusiva, onde pessoas com deficiência pudessem participar ativamente do projeto (Figura 4).

Figura 2. Área Transpetro – Parque Reid, acesso à Rua Serra do Mar Antes da implantação da Horta



Fonte: Cunha, 2023.

Figura 3. Área da Transpetro Parque Reid, após a intervenção



Fonte: Cunha, 2023.

Figura 4. Canteiros adaptados para pessoas com deficiência



Fonte: Cunha, 2023.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Resultados

Os resultados estão em estágio muito incipiente, uma vez que a horta foi entregue em junho de 2023. Os primeiros resultados serão mensurados em dezembro de 2023, conforme segue:

- inclusão Social: a horta deve proporcionar convivência comunitária entre pessoas com e sem deficiência;
- empoderamento: a participação ativa de pessoas com deficiência na horta aumenta a autonomia;
- aprendizado: a horta deverá promover conhecimentos sobre agricultura, meio ambiente e sustentabilidade;
- acesso à Alimentação Saudável: a comunidade terá acesso a alimentos frescos e saudáveis;
- sustentabilidade do Projeto: fortalecimento e compromisso com a responsabilidade social dos atores sociais;
- redução do Isolamento Social: para pessoas com deficiência, a horta inclusiva pode reduzir o isolamento social;
- fortalecimento da Identidade Local: a horta pode se tornar um símbolo de orgulho local, fortalecendo o senso de identidade e pertencimento dos moradores.
- replicabilidade: o êxito da experiência pode inspirar a sua replicação.

8. Introdução de galinhas nativas na associação de produtores rurais do Jiquiriçá, Valença – Bahia

Edmille da Silva Farias, Jefferson Duarte Brandão (Taata Sobodê), Ronaldo Vasconcelos Farias Filho, Olimpia Lima Silva Filha

INTRODUÇÃO

As raças crioulas destacam-se por suas características singulares, entre as quais se incluem a resistência a doenças, adaptabilidade a diferentes condições ambientais e baixas exigências nutricionais, conforme observado por Castillo-Rodríguez *et al.* (2022). Essas características não são apenas inerentes, mas resultado de um processo evolutivo de adaptação seletiva que se estende ao longo dos séculos, conferindo a essas raças elevados níveis de diversidade genética (Ruiz *et al.*, 2021).

O estudo da diversidade genética nas populações de ovinos crioulos desempenha um papel de extrema importância. Ele não só proporciona *insights* sobre o estado de endogamia dessas raças, mas também orienta o desenvolvimento de programas de gestão voltados para a proteção e utilização sustentável (Lauvie, Couix e Sorba, 2022).

Além disso, o reconhecimento e a conservação das raças locais ganham relevância, desempenhando um papel fundamental na conservação *in situ* da biodiversidade animal local. Uma abordagem participativa coletiva, como salientada por Kawecka *et al.* (2022), não apenas contribui para essa conservação, mas também permite o reconhecimento dos produtos e atividades dos agricultores que fazem uso dessas raças locais. Esses elementos, combinados, ressaltam não apenas a importância intrínseca das raças crioulas na preservação da diversidade genética, mas também a necessidade de estratégias participativas e programas de gestão para garantir a sustentabilidade e a valorização dessas raças na agricultura local.

Na comunidade quilombola do Jiquiriçá, localizada no município de Valença, Baixo Sul da Bahia, um projeto de relevância para a agricultura familiar e a agroecologia foi desenvolvido de maio a setembro de 2023. Este projeto teve como epicentro a Associação de Produtores Rurais do Jiquiriçá (Apruje), reconhecida como um importante

ator na promoção do desenvolvimento sustentável na região, especialmente por ser uma comunidade quilombola na região.

O cerne dessa iniciativa foi o fornecimento e a implantação de três distintas raças de galinhas nativas: peloco, meia perna e caneludo do catolé. Essas raças, selecionadas no Laboratório Experimental de Avicultura (Labeave) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) – *campus* Itapetinga, apresentam características específicas valiosas no contexto da agricultura sustentável. A raça caneludo do catolé é destinada à produção de carne, a peloco possui aptidão tanto para carne quanto para postura, enquanto a meia perna é focada na produção de ovos. Além disso, essas raças destacam-se por sua adaptabilidade, resistência a doenças, qualidade genética, como também oferecem produtos (carne e ovos) de alto valor proteico e grande valorização comercial.

O objetivo primordial deste projeto consistiu na implantação de um criatório de galinhas nativas na Apruje, uma ação que visou promover a criação sustentável dessas aves, valorizar a diversidade genética e, ao mesmo tempo, gerar benefícios socioeconômicos para os produtores rurais da região. Para alcançar esse propósito, foram delineados objetivos específicos, incluindo o acompanhamento da adaptação e produtividade das galinhas nativas, a promoção de orientações técnicas e a coleta de dados ao longo do desenvolvimento do projeto.

Este trabalho representa um passo significativo no fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia, destacando o papel fundamental dos agricultores como protagonistas de suas próprias trajetórias e agentes de mudança em suas comunidades. Ao longo deste relato, serão explorados os aspectos metodológicos e os resultados obtidos, contribuindo para a compreensão das implicações e benefícios desse projeto para a região.

DESENVOLVIMENTO

Objetivos

Objetivo geral: Implantar criatório de galinhas nativas na Associação de Produtores Rurais do Jiquiriçá (Apruje), no território quilombola no Jiquiriçá, município de Valença, Bahia.

- fornecer material genético nativo de três raças de galinhas nativas (peloco, meia perna e caneludo do catolé) às famílias que foram beneficiadas;
- avaliar a adaptação e a produtividade das galinhas nativas na Apruje;
- promover orientações técnicas sobre produção de galinhas nativas;
- acompanhar a manutenção das raças nativas durante o desenvolvimento do projeto.

METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo consistiu em uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e exploratório para avaliar a adaptação e a criação inicial das três raças de galinhas nativas: peloco, meia perna e caneludo do catolé; elas foram fornecidas à Associação Apruje, localizada em Valença, no Baixo Sul da Bahia, no período de acompanhamento semanal da criação, de maio a setembro de 2023, até a disseminação em novos três criatórios.

Foi efetuada a implantação do criatório de galinhas nativas na comunidade, inserindo as galinhas das três raças nativas, no total de 129 galinhas, sendo 20 da raça peloco, 48 da meia perna e 61 da caneludo do catolé.

O galinheiro foi construído pela Apruje, com acompanhamento da equipe técnica. Era coberto por palha, com altura aproximada de 2,5 metros, subdividido em três piquetes, contendo cada um quatro bebedouros e quatro comedouros. A subdivisão era para separar as raças por piquete. Cada subdivisão média, aproximadamente, 2 metros de largura por 4 metros de comprimento. As subdivisões eram feitas de materiais e varas da própria propriedade, aproveitando os recursos locais.

Foram fornecidas as galinhas das três raças com idades aproximadas entre 80 e 90 dias, prevendo a sobrevivência dessas aves na mudança de ambiente, especialmente depois da fase de criação inicial, que é a mais sensível, considerando sua resistência a ambientes diversos. No total foram 129 aves.

O manejo das aves, durante o período de acompanhamento diário, era executado em trabalho solidário entre os associados, fazendo revezamento diário das famílias que cuidaram dos três galinheiros das aves nativas, durante o período de acompanhamento técnico.

As visitas técnicas eram semanais, com entrevistas e observações diretas sobre o manejo das galinhas, as condições do ambiente e temperatura, a alimentação e qualidade da água fornecidas, o conforto das galinhas, concomitantemente a coleta de informações necessárias para o acompanhamento semanal.

A Apruje adquiriu os ingredientes da ração com seus próprios recursos financeiros, enviando os ingredientes para a sede do IF Baiano – *campus* Valença. Na Unidade Educativa de Campo – fazenda Aldeia, do IF Baiano – *campus* Valença, ela era formulada e misturada. Esta ração era feita para consumo das aves e durava 30 dias, sendo entregue uma vez por mês, durante uma das visitas técnicas efetuadas no período do acompanhamento semanal da criação.

A cada visita eram realizadas orientações técnicas sobre o arraçamento, a qualidade e a higiene da água fornecida, e havia o incentivo à utilização de alimentos alternativos para minimizar o custo com a compra dos ingredientes da ração, como frutas

produzidas pela comunidade, a exemplo das bananas que não estavam apropriadas ao consumo humano; as folhas das bananeiras; a raspa da mandioca; resíduos da casa de farinha; entre outros.

DISCUSSÃO E REFLEXÃO

Resultados

Avaliou-se durante as visitas nos primeiros 30 dias que a adaptação de cada raça entregue a Apruje era razoável, verificando visualmente sua adaptabilidade durante esse período por meio do comportamento das aves, demonstrando conforto, sem expressão de frio, medo ou fome.

Observou-se após o segundo mês de criação na Apruje que se iniciava a postura de algumas galinhas, indicando que as fêmeas já estavam entrando no ciclo de produção, as quais estavam com, aproximadamente, 20 semanas de idade. Isso confirma a adaptabilidade e resistência dessas raças, mesmo tendo sofrido dois estresses com viagem e transporte: na viagem, quando foram transferidas do Labeave (Itapetinga/BA) para a UEC (Valença/BA), e no transporte da UEC para a Apruje.

Alguns dias antes da fase de postura, as galinhas poedeiras já estão com os seus órgãos reprodutores desenvolvidos, mas ainda não produzem ovos. Geralmente, a fase de postura inicia após a 18ª semana de idade, especialmente se o manejo das galinhas for um manejo correto. Portanto, mesmo passando pelos estresses citados acima, tecnicamente falando, as raças nativas de galinhas entregues à Apruje são rústicas, resistentes, adaptadas, receberam um bom manejo e entraram em postura no período normal.

Durante o período de acompanhamento semanal, verificou-se que houve mortalidade aleatória nas três raças, de maneira esporádica e com indicativo de que havia algum predador, sem identificação de qual animal estava matando as galinhas.

Ao final do período de acompanhamento semanal, com as aves adultas e em produção, verificou-se que restavam 17 aves da raça peloco, 35 da raça meia perna e 46 da raça caneludo catolé, totalizando 98 aves vivas e 31 mortas, correspondendo a um índice total de mortalidade de 24%, considerando o período de maio a setembro de 2023.

Por conta desse alto índice de mortalidade, decidiu-se retirar do plantel de cada raça um trio de aves, sendo duas fêmeas e um macho para distribuir em novos criatórios, iniciando novos locais de conservação de cada valioso material genético dessas galinhas nativas.

Para a Apruje, essas 98 galinhas representam o patrimônio genético animal, assim como as sementes crioulas. Alarga-se aqui a compreensão da definição de semente crioula para tudo que reproduz, que dá vida, como termo usado na agroecologia para determinar sementes cuidadas e mantidas por comunidades tradicionais, agricultores familiares,

camponeses, assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas. Portanto, essas sementes representam o vegetal, animal, sagrado, ancestral, cultural e territorial para essas comunidades, com características bem determinadas e reconhecidas pelas respectivas comunidades. No caso específico, as características de rusticidade, resiliência e adaptabilidade das três raças de galinhas nativas que a Apruje possui.

Após o fornecimento das três raças de galinhas nativas, foi realizado o acompanhamento semanal seguido das indicações técnicas para resolução de problemas na criação, com ênfase na redução do custo da alimentação das aves e da aquisição de insumos (ingredientes para ração) de fora da propriedade. A proposta reduziu em até 40% o uso do milho e soja na ração, barateando o custo, com a substituição na ração por raspa de mandioca, restos da produção de farinha de mandioca e banana, além de outras frutas, tudo produzido dentro da Associação. Espera-se que a Apruje consiga conciliar as atividades de seus associados com a criação das aves, o que favorecerá a comercialização dos produtos oriundos da criação de galinhas nativas e, conseqüentemente, melhoria na situação financeira de cada família envolvida.

Observou-se durante o período de acompanhamento semanal que a Associação carece de cursos e estruturação das cadeias produtivas dentro das propriedades das famílias associadas que auxiliem na promoção de um melhor resultado do trabalho cooperativo solidário, diversificando a produção, aproveitando os recursos naturais locais, usando sem degradar, diminuindo aquisição de insumos e produtos de fora das propriedades, resultando ao final em uma agricultura familiar com soberania alimentar.

CONCLUSÃO

É possível destacar a importância da iniciativa realizada no território quilombola com a Associação de Produtores Rurais do Jiquiriçá (Apruje) em Valença, Bahia, no período de maio a setembro de 2023. O projeto de implantação de um criatório de galinhas nativas demonstrou seu impacto positivo na promoção da agricultura familiar e da agroecologia na região.

Uma das conquistas mais significativas foi a introdução das três raças de galinhas nativas (peloco, meia perna e caneludo do catolé) com características desejáveis, como adaptabilidade, rusticidade, resistência a doenças e qualidade genética. Essas raças não apenas contribuíram para a diversificação da produção, mas também ofereceram uma alternativa sustentável de criação de aves, valorizando a diversidade genética e promovendo a segurança alimentar e financeira.

A disseminação de formações técnicas e o acompanhamento da adaptação e produtividade das galinhas nativas permitiram a capacitação dos agricultores locais, capacitando-os a cuidar das aves de forma eficiente e sustentável. Além disso, a coleta

de dados ao longo do projeto forneceu informações valiosas para melhorar as práticas de criação e promover um ambiente mais propício para o desenvolvimento das aves.

Também se destaca a importância da Apruje como um catalisador do desenvolvimento rural e como um espaço para a colaboração solidária entre os associados. Por meio da cooperação e do compartilhamento de conhecimento, foi possível alcançar resultados positivos na criação das galinhas nativas.

Ressalta-se a importância da continuidade das formações técnicas e do apoio à Apruje para superar obstáculos nas criações animais e alcançar um sucesso ainda maior. Em última análise, este projeto não apenas fortaleceu a agricultura familiar e a agroecologia, mas também representou um passo em direção à soberania alimentar e à conservação das raças nativas. As lições aprendidas e os resultados obtidos podem servir como inspiração para futuros esforços na promoção de práticas agrícolas sustentáveis e no empoderamento das comunidades rurais.

REFERÊNCIAS

- CASTILLO-RODRÍGUEZ, R. G.; SEGURA-LEÓN, O. L.; HERNÁNDEZ-RODRÍGUEZ, M.; SERNA-LAGUNES, R.; SALINAS-RUIZ, J.; SALAZAR-ORTIZ, J. Genetic Diversity of Creole Sheep Managed by Indigenous Communities of the Central Region of Veracruz, Mexico. *Animals*, Basel, v. 12, n. 4, p. 456, 2022.
- KAWĘCKA, A.; PASTERNAK, M.; MIKSZA-CYBULSKA, A.; PUCHAŁA, M. Native Sheep Breeds in Poland. Importance and Outcomes of Genetic Resources Protection Programmes. *Animals*, Basel, v. 12, n. 12, p. 1510, 2022.
- LAUVIE, A.; COUIX, N. E.; SORBA, J. M. Farmers using local livestock biodiversity share more than animal genetic resources: Indications from a workshop with farmers who use local breeds. *Genetic Resources*, Roma, v. 3, n. 6, p. 15-21, 2022.
- RUIZ, R. E.; SAUCEDO-URIARTE, J. A.; PORTOCARRERO-VILLEGAS, S. M.; QUISPECCASA, H. A.; CAYO-COLCA, I. S. Zoometric characterization of creole cows from the Southern Amazon region of Peru. *Diversity*, Basel, v. 13, n. 11, p. 510, 2021.

9. Irrigapote: sistema de irrigação sustentável na produção agroflorestal

Daniela Pauletto, Lucieta Guerreiro Martorano

INTRODUÇÃO

O método de irrigação convencional é caracterizado pela intervenção humana na aplicação de água às plantas, quando os modelos de balanço hídrico indicam que os níveis de umidade no solo estão abaixo da capacidade necessária para atender às demandas hídricas das plantas. Utilizando conhecimentos em agrometeorologia, determina-se o momento e a quantidade adequada para irrigação.

Como alternativa, surgiu o IrrigaPote, um projeto que se originou a partir de uma colaboração entre o Brasil e países africanos no âmbito do Programa MarketPlace (Agricultural Innovation MKTPlace). O IrrigaPote concentra-se não apenas em conhecimentos agrometeorológicos, mas também na consideração das condições financeiras dos agricultores de base familiar rural, bem como em aspectos relacionados à eficiência no uso da água na irrigação.

Estratégias de reposição hídrica de baixo custo, como o uso de potes de argila e a captação e reutilização de água da chuva, vêm despertando o interesse de agricultores de base familiar (Siqueira *et al.*, 2018). A irrigação por potes de argila é um método usado tradicionalmente em áreas áridas (Mondal, 1992), que passou a ser testado em áreas onde a escassez hídrica afeta a produção agrícola (Adhikary e Pal, 2020), sendo considerada há décadas como técnica de baixo custo, com potencial de economia de energia e eficiente para plantio de pomares e hortaliças (Mondal, 1992; Araya *et al.*, 2015). No Brasil, essa agrotecnologia foi testada pela Embrapa Amazônia Oriental com resultados exitosos no projeto IrrigaPote (Martorano *et al.*, 2018), sistema de abastecimento de potes de forma mecânica com retroalimentação manual (Martorano, 2020).

O pote de argila tem a premissa de permitir que a água seja absorvida pelas raízes das plantas pelo processo de capilaridade da argila (Araya *et al.*, 2015), garantindo uma

agricultura irrigada dentro dos pressupostos da sustentabilidade com melhor potencial de cultivo ao longo do ano.

Um dos desafios na instalação de sistema agroflorestal (SAF) é o enfrentamento de períodos de estiagens e veranicos na implantação de cultivos. Estratégias de reposição hídrica com potes de argila e reuso de água da chuva vêm despertando o interesse de agricultores de base familiar (Siqueira *et al.*, 2018), sendo uma agrotecnologia com resultados exitosos no oeste do Pará (Martorano, 2020). O recurso hídrico natural pode ser um fator de penalização na agricultura irrigada ao se contabilizar a pegada hídrica (Hoekstra & Chapagain, 2011), principalmente na produção agrícola (Hoekstra, 2014).

DESENVOLVIMENTO

Objetivo

Nesse contexto, foram estabelecidas algumas questões norteadoras: a) compreender o processo de instalação para servir de uma vitrine-escola em uma área experimental agroflorestal; b) avaliar o crescimento, desenvolvimento e produção de culturas sob essa modalidade de irrigação em áreas sem disponibilidade de energia elétrica, captação e distribuição de água. Diante dessas questões, objetiva-se com este trabalho apresentar o processo de implantação de um sistema de irrigação com potes de argila em uma área com SAF.

Método

A implantação do sistema de irrigação ocorreu em área com SAF na Fazenda Experimental da Universidade Federal do Oeste do Pará, em Santarém, Pará. Nesta área houve atividade pecuária bovina por um período de 20 anos, com posterior pousio de 10 anos. No ano de 2017 houve retirada da vegetação pelo sistema de corte e queima e novo pousio de 2 anos, para então remoção total da vegetação, em 2019. Em 2020 e 2021 foi inserido na área o cultivo de leguminosas de ciclo curto para adubação do solo.

O clima na região é quente e úmido, com temperatura média anual entre 25° e 27°C, umidade relativa média do ar de 86%, precipitação pluvial média anual de 1.920 mm, variando em média de 170 mm para meses mais pluviosos e menos de 60 mm nos meses menos chuvosos (Alvares *et al.* 2013). Dados pluviais da área (2017 a 2020) apontam que a maioria (87%) das ocorrências de precipitação pluvial diária não ultrapassa 12 mm.

Para o funcionamento do sistema de irrigação, procedeu-se inicialmente com a captação de água pluvial, usando duas calhas de zinco (0,40 x 0,30 x 8,0 m cada) acopladas ao telhado (47,84 m²) como base de apoio para atividades de campo. Esse sistema é conectado a duas caixas d'água (500 L cada), suspensas em uma estrutura de madeira que está a 1,80 m do solo. Todo sistema é conectado aos potes usando canos

de PVC e mangueiras que transportam a água, por força gravitacional, reabastecendo o estoque em cada pote de forma autônoma, controlado por boias.

O sistema de irrigação constitui-se da inserção no solo, até o limite superior de 42 recipientes (potes de argila), com capacidade para 12 litros de água, com distância de 3 metros entre si, em duas linhas de cultivo de banana (*Musa sp.*), açaí (*Euterpe oleracea* Mart.) e acerola (*Malpighia emarginata* DC.), plantadas em janeiro de 2022, com 3 metros de espaçamento. Nestas linhas também são eventualmente cultivadas espécies como milho-pipoca (*Zea mays* L.) e feijão-guandu (*Cajanus cajan* (L.) Millsp.). O arranjo conta também com cumaru (*Dipteryx spp.*), plantado em fevereiro de 2021 e disposto em linhas paralelas e distantes 6 metros entre si.

A aquisição de potes de argila para o projeto se configurou como uma vantagem – por ser considerado de baixo custo – e um desafio, pois a demanda por quantidade não poderia ser atendida no mercado local. A solução encontrada foi acessar o polo de referência artesanal do distrito de Icoaraci, na capital paraense, para a confecção dos potes com as especificações necessárias (capacidade de armazenamento, ausência de impermeabilizante ou esmalte e orifício para tubulação na tampa), imprescindíveis para a instalação de sistema de irrigação. Este problema poderia ser minimizado caso houvesse fomento a este tipo de artesanato na região, perante uma demanda bem estabelecida, que incentivasse este mercado.

DISCUSSÃO E REFLEXÃO

A instalação do sistema aponta evidências de que as soluções adotadas para a captação de águas pluviais atenderam às expectativas do projeto, se mostrando uma alternativa ao local do experimento onde não há disponibilidade de energia elétrica e vulnerabilidade quanto à segurança, pois em períodos de reposição de água no solo, se fossem instalados sistemas com bombas, motores ou outras estruturas com maior valor agregado, isso demandaria maiores aportes tanto na instalação quanto no sistema de vigilância.

Essa modalidade de uso da água não demanda autorização ou licenciamento ambiental, o que elimina a necessidade de tramitação junto ao órgão ambiental. Ressalta-se ainda que a experiência em Santarém/PA apontou o reuso da água da chuva como uma solução resiliente e que pode ser valorado como um serviço ambiental (Martorano, 2020), principalmente pelos efeitos positivos na manutenção da oferta hídrica no solo que mantém a cobertura vegetal, regulando a temperatura no sistema de produção, confirmando os menores valores com base em diagnósticos termográficos (Carlos *et al.*, 2021), proporcionados pelo sistema irrigado com potes de argila.

Outro aspecto favorável na instalação foi o uso de ferramentas e mão de obra simples, sem, portanto, a elaboração de projeto ou contratação de empresa especializada. Os

insumos foram oriundos de localidades próximas, o que facilitou a operacionalidade; assim, a opção pode ser vista como uma tecnologia social por ser simples, de baixo custo e de fácil aplicabilidade.

O uso dessa agrotecnologia de irrigação demanda análises econômicas para verificar a adequação às distintas realidades produtivas (Araya *et al.*, 2015). Nesse sentido, até o momento, o projeto para atender 792 m² e 46 mudas de espécies frutíferas resultou em investimento de R\$ 5.086,00. O maior aporte foi demandado para captação e armazenamento de águas pluviais (calha, caixa d'água, conexões e mão de obra), responsável por 46% do valor gasto. A aquisição de potes e a logística para transporte se caracterizou como o segundo maior aporte de recursos (32%). Já a instalação dos potes e as tubulações para abastecimento nas linhas de plantio demandaram os demais 22% do montante.

Trabalhos já realizados na região, também com potes de argila, mostraram ganhos e diversificação na produção agrícola, além de benefícios sociais e ambientais (Martorano, 2020; Carlos *et al.*, 2021). Desta forma, e de posse do sistema instalado, o próximo passo será o acompanhamento do crescimento e produção dos cultivos influenciados com o sistema, para considerar a possibilidade de introdução de espécies anteriormente só cultivadas em período chuvoso.

Abaixo apresentam-se as principais vantagens listadas sobre a tecnologia de irrigação com potes de argila:

- a irrigação pode ajudar a minimizar os riscos associados a variações climáticas, como secas e estiagens, permitindo que as culturas continuem crescendo mesmo durante condições adversas;
- o reaproveitamento da água é uma estratégia responsável para uso efetivo da água, tanto para atender demandas hídricas sob condições climáticas atuais quanto sob cenários de mudanças climáticas;
- trata-se de uma técnica eficaz em economizar água, uma vez que fornece água diretamente às raízes das plantas, minimizando as perdas por evaporação e escoamento superficial;
- a técnica pode ser adaptada a diferentes ambientes e os potes podem ser adaptados conforme a demanda considerada suficiente para as plantas;
- é possível realizar captação de água pluvial utilizando infraestrutura de telhado de casas ou galpões já existentes;
- permite eliminar possíveis conflitos entre irrigantes em ocasião de altas demandas e baixa disponibilidade hídrica;
- este tipo de projeto não requer licenciamento ambiental;
- é uma alternativa de irrigação para locais onde não há disponibilidade de energia elétrica;

- demanda infraestrutura de baixo custo, de maneira a não ser suscetível a furtos onde não há sistema de vigilância permanente;
- apresenta autonomia na reposição de água sem uso de bombas/motores ou reguladores de tempo;
- requer uso de ferramentas e mão de obra simples sem, portanto, a elaboração de projeto ou contratação de empresa especializada;
- como a água é liberada diretamente nas raízes, a umidade na superfície é reduzida, o que pode ajudar a diminuir o crescimento de ervas daninhas e a proliferação de pragas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vale destacar que iniciativas usando potes de argila já existiam na literatura, mas a inovação tecnológica desenvolvida pela Embrapa Amazônia Oriental e replicada na Universidade Federal do Oeste do Pará foi de dispor uma solução tecnológica que armazenasse a água da chuva em caixas d'água no período chuvoso para redistribuir aos potes, proporcionando um reuso de águas pluviais na agricultura irrigada.

A implantação do sistema de irrigação com potes de argila se mostrou viável e dinâmica, atendendo às condições dispostas na área de estudo, o que poderá ampliar a capacidade de cultivos em SAF como uma estratégia de enfrentamento aos períodos de seca. O acompanhamento periódico do desenvolvimento das plantas poderá trazer respostas sobre a eficiência em cultivos anteriormente prejudicados pela baixa disponibilidade hídrica, assim como espera-se que possibilite maior dinamismo para cultivo durante o ano.

Considerando os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, identifica-se que o sistema é aderente ao ODS 05, ODS 06 e ODS 12, bem como ao ODS 13, levando-se em consideração que em cenários de mudanças climáticas secas severas podem ser intensificadas em muitas regiões do globo terrestre. Também, a tecnologia tem consonância com o ODS 17 pela oportunidade de trabalhar em parceria com instituições de ensino, pesquisa, extensão e o produtor rural.

A replicabilidade das experiências exitosas do projeto demonstra um alto potencial de adoção em cultivos agrícolas em âmbito nacional e mundial. Isso se deve pelo fato de ser uma tecnologia de baixo custo, oferecer soluções inteligentes e ser de fácil manuseio pelos agricultores. Além do uso na agricultura, a tecnologia também poderá atender a demanda de quintais agroflorestais produtivos, hortas pedagógicas, atividades de educação ambiental e projetos de paisagismo, ampliando sua adoção para o contexto urbano e periurbano.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes Brasil (AUXPE – PROAP 0889/20180), à Fazenda Experimental da Ufopa, aos servidores do Núcleo de Apoio à Pesquisa e Transferência de Tecnologia Médio Amazonas da Embrapa, aos discentes voluntários da Ufopa e aos bolsistas do Grupo de Pesquisa Centro de Estudos em Manejo e Sistemas Florestais Integrados (Cemi) do Instituto de Biodiversidades e Florestas (Ibef).

REFERÊNCIAS

- ADHIKARY, R.; PAL, A. Clay Pot Irrigation-A Review Study. *Asian Plant Research Journal*, v. 5, n. 1, p. 37-42, 2020.
- ALVARES, C. A. *et al.* Köppen's climate classification map for Brazil. *Meteorologische Zeitschrift*, v. 22, n. 6, p. 711-728, 2013.
- ARAYA, A. *et al.* Comparative efficiency evaluation of different clay pots versus bucket irrigation system under Swiss chard (*Beta vulgaris* subsp. *cicla*) growers condition in Northern Ethiopia. *Malaysian Journal of Medical and Biological Research*, v. 2, n. 1, p. 35-40, 2015.
- CARLOS, D. Á. Ismael *et al.* Uma aplicação na geociência da termografia infravermelho para diagnosticar padrões térmico-hídricos em solos com culturas irrigadas por potes de argila no Oeste do Pará, Amazônia. *Anuário do Instituto de Geociências*, v. 44, 2021.
- HOEKSTRA, A. Y. Water scarcity challenge to essence. *Nature climate change*, v. 4, n. 5, p. 318-320, 2014.
- HOEKSTRA, A. Y.; CHAPAGAIN, A.K. *Globalization of water: Sharing the planet's freshwater resources*. John Wiley & Sons, 2011.
- MARTORANO, L. G. Reuso de água da chuva pelo projeto irrigapote: estratégia de produção agrícola resiliente na Amazônia. In: *O meio ambiente e a interface dos sistemas social e natural 2*. 1. ed. Ponta Grossa: Atena Editora, 2020, p. 1-15.
- MARTORANO, L. G. *et al.* Water replenishment in agricultural soils: dissemination of the irrigapote technology. In: *Soil moisture*. IntechOpen, 2018.
- MONDAL, R. C.; DUBEY, S. K.; GUPTA, S. K. Use pitchers when water for irrigation is saline. *Indian Agric.*, v. 36, n. 4, p. 13-14, 1992.
- SIQUEIRA, T. *et al.* Irrigapote: Aprendizagem coletiva na utilização de tecnologia de irrigação sustentável. *Educação ambiental em ação*, n. 64, p. 19, 2018.

10. Marketing digital: ferramenta para comercialização dos produtos da agricultura familiar

Meire Ane de Lima Costa, Kelly Santiago Oliveira, Derivaldo Santiago Oliveira, Icaro Renne de Gois Santos, Aldnira Tolentino Nogueira

INTRODUÇÃO

O agricultor familiar que comercializa os produtos em feiras e espaços com contato coletivo sentiu os impactos da pandemia do novo coronavírus. Uma alternativa viável se tornou a venda e divulgação *online*, o que permite a construção de estratégias eficazes para a venda direta, proporcionando autonomia aos produtores rurais e possibilitando a oferta de produtos por meio de plataformas digitais. Isso ajuda a manter a satisfação, fidelidade e interesse dos consumidores pelos produtos da agricultura familiar. A atividade realizada justifica-se pela importância de os/as beneficiários/as do Projeto Bahia Produtiva conhecerem as ferramentas do *marketing* digital, considerando a articulação e integração da divulgação dos serviços e produtos nas mídias sociais.

A atividade foi realizada na Associação dos Produtores Rurais do Sobradinho (Raízes do Sobradinho), no município de Irará-BA, que tem na comunidade uma cozinha industrial, que está ganhando destaque no mercado local comercializando produzindo sequilhos, bolos e salgados, tendo em vista proporcionar aos beneficiários/as uma experiência na busca de sensibilizar sobre a importância da coletividade para alcançar bons resultados no empreendimento para divulgar e alavancar a comercialização.

DESENVOLVIMENTO

Objetivos

Apresentar estratégias de *marketing* digital dos produtos e serviços por meio do Instagram, buscando incentivar a criação de redes sociais para obter um maior alcance e visibilidade do empreendimento.

Para alcançar esse propósito, são levados em conta os seguintes objetivos:

- alcançar o aumento de comercialização dos produtos da Agricultura Familiar, por meio de redes sociais;
- valorizar a interação de comunicação com o auxílio de redes sociais.

Metodologia

A pauta da atividade foi realizada em etapas, com o intuito de refletir e discutir sobre o papel do *marketing* digital no empreendimento: a) orientação sobre os conceitos e estratégias para alavancar a visibilidade do produto e serviço; b) apresentação dos resultados positivos e práticas realizadas nos empreendimentos; c) desenvolvimento de ferramenta da Matriz F.O.F.A. para detectar os pontos positivos e negativos das redes sociais na comunidade, na busca de desenvolver ações para obter resultados positivos na ação do *marketing* digital.

A atividade se iniciou com momento de escuta da e interação com a música “Umbu Maduro”, de Matheus Boa Sorte, seguida de reflexão sobre as potencialidades do espaço rural para serem divulgadas nas redes sociais. Depois, no formato de apresentação expositiva e dialogada na sede da Cozinha Industrial Comunitária (Figura 1), explanou-se sobre a temática *Marketing* Digital para as beneficiárias conhecerem o papel deste e das redes sociais nos empreendimentos; processos de *marketing*; experiências referentes às práticas desempenhadas nas redes sociais institucional utilizando o método de *marketing* de conteúdo.

Figura 1. Explicação teórica sobre o *marketing*



Fonte: Acervo do autor.

Por fim, na segunda oportunidade, construiu-se em conjunto uma matriz F.O.F.A., um sistema de instrumento de análise para o empreendimento em relação à temática “*Marketing* Digital”, com a finalidade de compreender e identificar os elementos-chaves para a obtenção de resultados significantes, a partir dos pontos positivos e negativos, minimizando assim os riscos e problemas para a obtenção das ações futuras.

Figura 2. Construção da F.O.F.A. em coletivo



Fonte: Acervo do autor.

DISCUSSÃO E REFLEXÃO

A visita representou um momento de aprimoramento socioeducativo e necessário para o incentivo do grupo de produção, de modo a aprender e pôr em prática estratégias de mídias sociais, a partir dos resultados prósperos do *marketing* digital no Instagram institucional, resultando na divulgação e visibilidade das redes sociais desses empreendimentos como possibilidade de comunicação digital por meio de *card* (Figura 3), como informações e divulgação dos produtos.

Figura 3. Card construído para divulgação nas redes sociais



Fonte: Acervo do autor.

Possibilitou-se a construção de conhecimentos sobre a importância do papel das mídias sociais para os empreendimentos, de matérias e possibilidade de ações para as redes sociais de forma coletiva e participativa, e métodos sobre a campanha de marketing digital para o Instagram, com a utilização de ferramentas de cards digitais e organização do perfil de forma humanizada e característica.

Em outra oportunidade, houve a participação de mulheres jovens que têm acesso às redes sociais; elas acharam a temática e o momento de grande importância para o desenvolvimento comunitário e contribuíram para a publicização dos seus produtos e serviços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunidade de Sobradinho, município de Ipirá, possui uma Cozinha Comunitária com diversidade de produtos alimentícios produzidos por mulheres e tem buscado agregar novas possibilidades de expandir a comercialização e visibilidade na rede social Instagram, que está inativa por falta de técnicas e incentivo. Por essa razão, solicitaram à Unicafes uma formação e contribuição em métodos e estratégias.

As beneficiárias que participaram da atividade relataram ter achado muito interessante a dinâmica da matriz F.O.F.A., por se tornando um incentivo para buscar as oportunidades no âmbito externo, perceber as ameaças que causam um bloqueio na execução da atividade e as forças conquistadas em grupos.

11. Mulheres rurais de Perdões-MG e a execução do PAA e PNAE

Jucilaine Neves Sousa Wivaldo

INTRODUÇÃO

Contexto

Esse trabalho tem como objetivo registrar e compartilhar a experiência de promoção da autonomia econômica e produtiva da Associação das Mulheres Agricultoras do município de Perdões-MG (Amagri), fundada em 2017. Neste ano reuniram-se mulheres com o objetivo de concorrer ao edital do Programa de Aquisição de Alimentos, um grupo inicialmente formado por dez mulheres de diferentes comunidades rurais. Assim, por meio desse edital, passaram a atender semanalmente aproximadamente 850 pessoas de diferentes faixas etárias das entidades socioassistenciais do município.

Em 2020, com sua atuação exitosa na execução do PAA, a Amagri ingressou também no edital municipal do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Desde então, vem promovendo alimentação saudável ao público atendido. É importante aqui ressaltar que, em 2020, se estabeleceu o contexto de pandemia, e em decorrência disso a união dessas mulheres manteve as entregas semanais às entidades. Estas, por sua vez, por meio dos produtos das mulheres, faziam kits de cestas verdes para serem entregues aos seus públicos. Nessa mesma época, segundo Wivaldo (2021), em uma iniciativa articulada com o IF Sudeste MG, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater), o Sindicato Rural, a Amagri e a Prefeitura Municipal de Perdões, criou-se a feira virtual, em que os produtos da agricultura familiar foram divulgados em um catálogo *on-line* garantindo, naquele momento, geração de renda aos agricultores do município, assim como para as mulheres rurais.

Diante desse contexto, o estudo se desdobra na apresentação do impacto das compras públicas de alimentos da agricultura familiar, do processo de Associativismo e cooperativismo solidário que se construiu a partir disso, bem como sobre as redes de cooperação solidária que foram solidificadas por meio da articulação da Amagri. O trabalho ora construído pela associação é resultado da construção coletiva de trabalho

intersectorial, fortalecendo a produção social com ações-reflexão sobre a realidade, interdisciplinaridade e interação na produção de saberes.

DESENVOLVIMENTO

A participação no PAA e PNAE contribuiu para que as associadas iniciassem um movimento de buscar diversificar os seus produtos para atender essas políticas, bem como buscassem cursos, palestras e eventos a fim alcançar maior visibilidade do trabalho da mulher rural perdoense. No âmbito do PAA, em 2018 e 2019 a associação recebeu um valor de R\$80.000,00 para ser entregue em produtos. Já em 2022 esse valor passou a ser de R\$140.000,00, e 21 mulheres passaram a ser beneficiadas por meio desse programa. Para 2023, um valor de R\$269.000, 00 foi disponibilizado, ou seja, durante estes seis anos de PAA, em média aproximadamente 3 mil pessoas em situação de vulnerabilidade social têm sido beneficiadas. Além disso, foram garantidas a renda e melhores condições de vida às famílias das próprias associadas (Figura 1).

Figura 1. Entrega dos produtos produzidos pelas associadas às entidades locais



Fonte: Arquivo próprio, 2022.

O êxito de execução dessas políticas públicas estimulou seu crescimento, o associativismo e o cooperativismo, ou seja, a consolidação e valorização da mulher rural. Assim, a Amagri tem oportunizado a essas mulheres participar de editais nos âmbitos federal, estadual e municipal, fortalecendo as parcerias com as instituições públicas e privadas e estabelecendo os laços institucionais necessários para a efetiva participação na garantia de direitos de suas associadas.

O campo de ação não tem se limitado à agricultura, formou-se uma rede de agentes que transcendem o espaço rural, permeando áreas de desenvolvimento social, educacional,

cultural e de saúde. Assim, a Amagri tem desempenhado um importante papel na descentralização dos recursos, estabelecendo ligação entre o produtor, a instância governamental, o mercado e os consumidores finais. Seus produtos, quitandas caseiras, frutas, verduras, legumes, doces, cafés, polpas, geleias e artesanato têm chegado à mesa da comunidade por meio de uma produção consciente e sustentável, o que gera renda para as associadas.

O processo de escoar os alimentos por meio dessas políticas públicas tem sido fundamental para as mulheres, pois perceberam o potencial dos produtos que cultivam em suas hortas e o poder transformador de alimentar outras famílias além das suas. Como consequência, esse movimento permitiu que surgissem parcerias para participarem de feiras dentro e fora dos limites do território perdoense (Imagem 2).

Figura 2. Amagri presente no I Festival Nacional Cozinha Mineira de Nepomuceno



Fonte: Arquivo Amagri, 2022.

Para além disso, a Amagri passou também a ocupar diferentes espaços, tais como: Conselhos Municipais de Assistência Social, de Patrimônio Cultural, de Alimentação Escolar, da Mulher e de Desenvolvimento Econômico, o que possibilitou não somente dar voz à mulher rural, mas também enfatizar a necessidade de políticas públicas voltadas para o público feminino e suas múltiplas questões, que vão desde o social, o econômico, o cultural, entre outras.

Em seus seis anos de existência, a Associação proporcionou às mulheres agricultoras, artesãs, doceiras, quitandeiras e cafeicultoras do município assistência e visibilidade necessárias, o que foi fundamental para o empoderamento e fortalecimento de suas famílias. As mudanças significativas promovidas pela Amagri resultaram em articulações e parcerias com outras instituições. Dentre seus importantes eventos organizados no

município, pode-se destacar o Café Por Elas em 2022 e o Concurso de Cafés Especiais (Figuras 3 e 4). O impacto da experiência foi tão positivo que ambos os eventos aconteceram também em 2023. Esses dois eventos, organizados e de iniciativa da Amagri, evidenciaram ainda mais o trabalho da mulher rural, sendo hoje referência na região.

Figura 3. Edição Café por elas



Fonte: Arquivo Amagri, 2022.

Figura 4. 1ª edição Cafés Especiais de Perdões-MG



Fonte: Arquivo Amagri, 2022.

O engajamento da associação não se restringe somente em suas ações presenciais, já que é possível acompanhar e conhecer a história e o trabalho da Amagri por meio de suas mídias sociais, em publicações do Instagram e jornal local, bem como entrevistas em rádio. Neste contexto, seus produtos, além de serem vendidos na feira local, também podem ser solicitados pelo WhatsApp e comercializados diretamente na sede.

Em relação às mídias sociais, no Dia Internacional da Mulher Rural a Amagri foi listada pela Forbes Agro, por meio de seu projeto ForbesMulher Agro, como uma das 50 comunidades mais inspiradoras e empreendedoras do agronegócio. Tais reconhecimentos e expansão possibilitaram a visibilidade do trabalho da associação, o que, no ano de 2022, acarretou a conquista de uma sede administrativa localizada próxima de importantes estruturas do município, como a Emater, o Instituto Mineiro de Agropecuária e a Secretaria de Agricultura, oferecendo assim uma maior acessibilidade da mulher rural perante a esses órgãos. Já no ano de 2023, um imóvel de uma escola rural sem atividades foi cedido à Amagri para implantação da agroindústria. Recentemente, a história dessa associação foi contada também na Rede Record, possibilitando que essa experiência chegue a diferentes locais do Brasil.

Portanto, esse trabalho incessante, persistente e de busca contínua promove o acesso das mulheres associadas aos recursos públicos disponíveis, garante acesso da população aos alimentos produzidos na própria comunidade, valoriza o trabalho da mulher rural, gera fonte de renda para as famílias, contribui para a economia local e para a redução do êxodo rural. Em relação aos benefícios ambientais, a Amagri contribui a partir de suas práticas para que o alimento produzido continue proporcionando saúde e bem-estar, uma vez que não há uso de agrotóxicos.

Os resultados positivos dessa iniciativa são um exemplo não apenas para nossa região, mas para todo o estado de Minas Gerais. Iniciativas coletivas, trabalho e amor ao campo são alguns dos elementos-chaves para o êxito dos projetos e a efetiva participação das mulheres rurais. A valorização da mulher e o reconhecimento do seu mérito e do seu trabalho no meio rural legitimam as políticas públicas de fomento da agricultura familiar e norteiam melhores perspectivas para o campo, gerando renda para toda a família e benefícios para toda a comunidade.

REFERÊNCIAS

WIVALDO, J. N. S. Ações para o despertar da agricultura familiar frente à covid-19. *Boletim Ciências Sociais e coronavírus*, v. 77, p. 4, 2020.

12. Organização coletiva de mulheres assentadas da reforma agrária em Goiás: geração de renda e promoção da saúde

Janice Morais Oliveira

INTRODUÇÃO

Historicamente, a elaboração de alimentos é um dos principais propulsores das ações coletivas organizadas por mulheres rurais e de onde saem as melhores receitas, conversas, terapias, cantorias, danças, rituais e amizade.

Vários trabalhos de pesquisa são desenvolvidos no sentido de destacar a importância das mulheres no meio rural e o seu papel não somente no cuidado com a casa e os filhos, mas também como provedoras das necessidades da família, como lideranças políticas nos assentamentos rurais, como impulsionadoras de atividades que se inserem no contexto da economia solidária – cujas bases estão na solidariedade, na participação democrática, na cooperação e autogestão (Leal; Rodrigues, 2018), como modificadoras positivas da realidade em que vivem, como agricultoras que aplicam os conceitos da agroecologia na produção dos alimentos, como autoras de suas próprias histórias, como mulheres pessoal e financeiramente autônomas.

Quando elas decidem se organizar coletivamente e acessam o meio produtivo no espaço rural, externalizam para a sociedade o seu potencial para além do papel em atividades reprodutivas, no âmbito doméstico, e de cuidado, conjugando seu saber-fazer com a realização de atividades econômicas e relevantes do ponto de vista da segurança alimentar e nutricional, da conservação do meio ambiente, da redução da desigualdade de gênero, como participantes ativas de políticas públicas voltadas, por exemplo, à alimentação escolar e de cidadãos(ãs) vulneráveis, entre outros.

Dentre essas características, destaca-se o processamento coletivo de alimentos, prática que se apresenta como oportunidade de agregar valor à matéria-prima já gerada nos estabelecimentos rurais familiares, contribuindo para maior integração social e econômica entre as mulheres organizadas em grupo. Em relação à comercialização,

estudos mostram que mercados institucionais e os canais curtos de comercialização são cruciais para que a organização coletiva feminina consiga materializar uma atividade econômica viável no campo (Nascimento; Silveira; Cruz, 2022).

Neste sentido, o presente relato tem o objetivo de demonstrar uma experiência exitosa do protagonismo de cinco mulheres apicultoras do Assentamento Dom Fernando Gomes, no município de Itaberaí/GO, e explicitar os diversos desafios que as mulheres protagonistas da experiência relatada enfrentam na produção do mel, desde o cuidado com as abelhas, a manutenção do apiário, a extração do mel, o envase, até a comercialização.

DESENVOLVIMENTO

Metodologia

A organização coletiva escolhida para realizar a pesquisa é liderada por quatro mulheres assentadas da Reforma Agrária e uma agricultora familiar tradicional. O grupo está inserido no assentamento Dom Fernando Gomes, localizado no município de Itaberaí, a cerca de 100 km de Goiânia, capital do estado. O assentamento foi criado oficialmente em 2006, possui área total de 1383 ha e 58 lotes com tamanho médio de 15 ha.

A pesquisa, de caráter qualitativo, foi realizada no mês de novembro de 2021, por telefone, aplicando uma entrevista semiestruturada com uma assentada representante do grupo. A apicultora entrevistada (aqui chamada de Ana, para preservar sua identidade) é casada e responsável pelas tarefas domésticas e cuidados da família. Ela participou da luta pela terra por quatro anos junto ao Movimento Social dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e foi uma das idealizadoras da organização coletiva existente em sua comunidade. Em novembro de 2023, realizou-se uma visita ao grupo de apicultoras, colhendo mais informações sobre o grupo e sobre os demais integrantes presentes.

Inicialmente, buscou-se conhecer, por meio da entrevista com Ana, um pouco sobre a organização coletiva no assentamento; suas expectativas em relação ao trabalho em grupo; as oportunidades de renda e os possíveis desafios perante a questão de gênero e a atividade de apicultura. Os resultados obtidos da entrevista foram analisados e transcritos no texto em forma de relato.

A entrevista continha as seguintes questões centrais e direcionadoras para o desenvolvimento do relato:

- 1) Qual atividade desempenhada e qual ano de início?
- 2) Quantas mulheres estão envolvidas na atividade?
- 3) Quais os principais produtos elaborados?

- 4) Quais os entraves enfrentados para o início e continuidade da atividade?
- 5) Quais os principais canais de comercialização?
- 6) Como se deu a formação do grupo e a atividade coletiva?
- 7) Por que acha que o trabalho coletivo é mais interessante?
- 8) Teve alguma dificuldade relacionada à questão de gênero?
- 9) Sente-se mais autônoma e com mais autoestima?

DISCUSSÃO E REFLEXÃO

Resultados

Os resultados da entrevista e da visita ao assentamento estão descritos com base nas respostas e informações da apicultora entrevistada, assim como nas falas de outras integrantes do grupo presentes no dia da visita, buscando interagir com outras pesquisas voltadas a temas similares.

Após sua mudança para o assentamento, Ana começou a fazer vários cursos oferecidos por instituições de extensão e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Em 2016, ela e mais quatro mulheres iniciaram a atividade de apicultura com poucos recursos, mas apoiadas pela CPT. Além do laço de amizade que já existia entre elas, a formação do grupo facilitou o trabalho no campo, pois a apicultura exige muito esforço físico em várias etapas: colheita, transporte das melgueiras e processamento do mel.

Cada uma das cinco integrantes do grupo possui o apiário em seus lotes (Figura 1) e a produção do mel silvestre é individual, mas a colheita e o processamento são coletivos. Quando chega a época da colheita, cada uma executa uma função no campo e a única centrífuga manual que possuem é levada em cada lote para o processamento do mel. Na safra de 2020, chegaram a produzir 700 kg de mel e toda a produção foi vendida aos amigos, parentes e em Goiânia, por encomenda. É uma renda extra que elas utilizam para suas despesas pessoais. Segundo Ana, elas não participam de feiras porque a produção é baixa em vista da demanda. Um dos gargalos que dificulta o aumento da produção é o pouco recurso que dispõem para investimento. A centrífuga elétrica, por exemplo, reduziria muito o tempo de extração do mel, tornando o processo não apenas mais rápido como também menos cansativo e pesado, mas o valor é alto, em vista da reserva financeira que elas possuem.

Figura 1. Retirada das melgueiras em um dos apiários



Fonte: Arquivo do grupo de apicultoras.

Algumas falas de Ana expressam aspectos que envolvem o trabalho coletivo e a satisfação das mulheres em estarem reunidas em torno de um objetivo comum: “Na hora da colheita, é uma festa”, como explicou Ana. É o momento delas, onde sua inserção em uma atividade produtiva suplanta a visão financeira, porque também consideram a relação com a natureza, a interação feminina e sua contribuição para a conservação de uma espécie tão ameaçada como as abelhas.

Durante a visita, elas relataram que enfrentam outros desafios em relação à continuidade da atividade. Um dos apiários tem sofrido com a pulverização aérea de agrotóxicos vinda de um pivô, instalado em uma propriedade vizinha ao assentamento. Vários caixotes de abelhas já amanheceram com os insetos mortos ou “cambaleantes”, e isso deixa o grupo profundamente abalado e prejudicado, pois acabam não comercializando esse mel, por receio da produção estar contaminada com agrotóxicos provenientes da lavoura. Algumas denúncias já foram realizadas, mas a apuração é morosa e a ameaça é iminente.

Apesar disso, estão firmes no propósito de construir uma Casa do Mel, para expandirem suas produções e quem sabe estimular a entrada de mais mulheres na apicultura. O estudo de Mendonça e Nawa (2019) destaca como agricultoras do Assentamento Ximenes, apoiadas pelo Projeto de Extensão Apicultura e Mulheres da Universidade Federal Rural de Pernambuco, conseguiram, por meio da apicultura, gerar renda, garantir o sustento das famílias, diversificar a alimentação, trocar experiências com outros grupos e fortalecer a participação das mulheres na economia local. Com orientação

técnica da universidade, essas mulheres também contribuíram para mudanças sociais e ambientais na comunidade.

Evidência interessante feita por Magnanti e Rover (2021) em relação ao extrativismo do pinhão no Planalto Catarinense e observada nesta pesquisa também é que as mulheres agricultoras geralmente trabalham na perspectiva do processamento em baixa escala, o que requer menos investimento em infraestrutura e conseqüentemente menos mobilização de recursos em equipamentos e estruturas físicas. Dados como esses reforçam a importância da ampliação de políticas públicas de crédito para mulheres, necessárias para alavancar essas iniciativas coletivas, uma vez que pouco investimento já tem a capacidade de gerar emprego e renda em curto espaço de tempo e ao mesmo tempo modificar a realidade local.

Em relação à pergunta sobre dificuldades encontradas devido à questão de gênero, Ana não expressou nenhum fato marcante, mas fez questão de enfatizar que os homens não levam jeito com as abelhas, “não têm paciência e é preciso ter calma, porque as abelhas percebem se a pessoa está estressada”. Ao finalizar a entrevista, Ana nos deixou uma mensagem que reforça o papel das mulheres na conservação da vida e na visão de um sistema de sociedade que considera os pilares ecológico e social tão ou mais importante que o econômico: “É um orgulho participar desta atividade. Estamos protegendo as abelhas porque não é só produzindo mel, mas multiplicando elas. É uma satisfação pra gente ajudar neste processo.”

O potencial de expandir a produção existe, assim como a oportunidade de atender mais canais de comercialização, a exemplo dos mercados institucionais. A maneira como elas levam a sério a condução da atividade de forma individual e coletiva é um elemento fundamental para crescerem, mas a oferta de créditos específicos por meio de políticas públicas voltadas exclusivamente para a apicultura ainda é incipiente, uma vez que o primeiro Plano Nacional de Incentivo à Produção Melífera e ao Desenvolvimento de Produtos e Serviços Apícolas e Meliponícolas de Qualidade foi aprovado recentemente por meio da Lei 14.639/23 (Brasil, 2023).

Dado esse importante passo, alguns desafios do governo são disponibilizar de fato os recursos para ampliar a apicultura nas comunidades assentadas e na agricultura familiar em geral, assim como repensar esta convivência (atualmente quase impossível) do agronegócio com a agricultura familiar, ressaltando a multifuncionalidade da agricultura familiar, como defendido por Carneiro e Maluf (2005, p.50), que argumentam que a multifuncionalidade “... resgata a percepção do caráter multifacetário da família rural para além da sua condição de produtora de bens agrícolas”. Além de criar uma chance real de ganho para as famílias, a oferta de crédito para a apicultura permitiria o aumento da população de abelhas, que tem sido altamente prejudicada pela aplicação

de agrotóxicos, além de ampliar o fornecimento de um alimento de valor econômico, nutritivo, medicinal e cultural (Khouaja; Dal Bosco, 2023).

CONCLUSÃO

Pretendeu-se com este breve relato apresentar um pouco da realidade das mulheres rurais do assentamento de reforma agrária Dom Fernando Gomes, de Itaberai/Goiás, organizadas coletivamente em sua comunidade e que, de algum modo, transformaram e continuamente transformam o ambiente onde vivem. Essas mulheres têm contribuído de modo importante para o assentamento e para a região, o que se dá, entre outros aspectos, em decorrência do trabalho, do cuidado com a terra, com as abelhas, com os recursos naturais e com família e por meio da busca sem cessar por espaços como protagonistas de suas histórias, em uma sociedade com sérios problemas estruturais no campo do gênero, da segurança alimentar e nutricional e nos aspectos culturais, morais, ambientais, políticos e sociais.

Elas sentem muita satisfação pessoal trabalhando coletivamente e o fato de estarem todas unidas por um objetivo comum suplanta o objetivo exclusivo de receberem monetariamente por aquilo. Conservar a natureza, para as apicultoras, já representa um ganho muito superior à renda que elas recolhem ao final de cada safra, porque sabem que estão contribuindo para um bem maior, mais profundo e planetário.

O mel é um alimento altamente nutritivo e o trabalho coletivo com as abelhas reforça a importância e a viabilidade da apicultura para a segurança alimentar e nutricional, ao mesmo tempo que colabora para a redução das desigualdades sociais e de gênero, contribuindo, assim, para um sistema econômico, social e ambiental mais justo e mais solidário.

Este trabalho executado de modo coletivo pelas mulheres rurais assentadas da reforma agrária apresenta um potencial muito grande do ponto de vista da emancipação feminina e da sustentabilidade socioambiental, mas tem como um dos principais desafios justamente a questão dos recursos para investimento, evidenciando a importância de políticas públicas, como a aprovada recentemente, que constitui um dos caminhos para superar os desafios e ampliar a produção do mel e de outros produtos derivados da colmeia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 14.639, de 25 de julho de 2023. Institui o Plano Nacional de Incentivo à Produção Melífera e ao Desenvolvimento de Produtos e Serviços Apícolas e Meliponícolas de Qualidade. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, n. 141, p. 14, 26 jul. 2023. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=515&pagina=14&data=26/07/2023>. Acesso em: abr. 2024.

- CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. Multifuncionalidade da agricultura familiar. In: BOTELHO FILHO, F. B. (org.) *Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial: Contribuições ao Debate*. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados, v. 5, n. 17, p. 43 a 58, 2005.
- KHAUAJA, P.; DAL BOSCO, M. G. *De Néctar a la Nada: Miel, Derecho a la Alimentación Adecuada y Cultura en el Contexto del Uso de Agrotóxicos en Brasil*. Economía política de la regulación de derechos humanos en la actividad empresarial de América Latina, v. 7, n. 1, p. 01-17. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufrb.br/index.php/HOMA/article/view/41991>. Acesso em: abr. 2024.
- LEAL, K. S.; RODRIGUES, M. de S. Economia Solidária: Conceitos e Princípios Norteadores. *Revista Humanidades e Inovação*, Palmas/TO, v. 05, n. 11, p. 209-219, 2018. Disponível em: revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/844. Acesso em: out. 2023.
- MAGNANTI, N. J.; ROVER, O. J. *Extratativismo do pinhão: soberania e segurança alimentar, agroecologia e gênero*. In: MOTA, D. M.; SILIPRANDI, E.; PACHECO, M. E. L. (org.). *Soberania alimentar: biodiversidade, cultura e relações de gênero*. Brasília: Embrapa, p. 240-269, 2021. Disponível em: www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1132445/soberaniaalimentar-biodiversidade-cultura-e-relacoes-de-genero. Acesso em: nov. 2023.
- MENDONÇA, J.; NAWA, T. *Apicultura e mulheres: Projeto vem transformando vidas no Assentamento Ximenes*. Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 19/07/2019. Disponível em: www.ufrpe.br/br/content/apicultura-e-mulheres-projeto-vem-transformando-vidas-no-assentamento-ximenes. Acesso em: nov. 2023.
- NASCIMENTO, D.; SILVEIRA, J. P.; CRUZ, F. T. O trabalho de mulheres assentadas da reforma agrária no contexto de uma agroindústria familiar. *Retratos de Assentamentos*, v. 25, n. 2, p. 185-208. 2022. Acesso em: abr. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2022.v25i2.514>.

13. Segurança alimentar nutricional: saberes e sabores para além da mesa do agricultor familiar

Kelly Santiago Oliveira , Derivaldo Santiago Oliveira, Icaro Renne de Gois Santos, Meire Ane de Lima Costa, Aldnira Tolentino Nogueira

INTRODUÇÃO

Em 2014, de acordo com o relatório da Food and Agriculture Organization (FAO), o Brasil saiu do Mapa da Fome Global. Isso garante que uma grande parcela da população possa ter acesso à alimentação, e esse propósito está ligado com a conjuntura dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que tem a preposição de valorizar e garantir a Segurança Alimentar e Nutricional.

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é um conceito que diz respeito ao acesso e à qualidade dos alimentos de forma ampla, portanto, é estratégico para a saúde pública, entre outras áreas. Dessa forma, a SAN é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis.

Segundo o documento aprovado durante a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e incorporado na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan) (Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006). No Brasil, a SAN é uma prioridade de políticas públicas e é abordada por meio do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), que promove ações integradas entre diferentes esferas governamentais e a sociedade civil para garantir o direito humano à alimentação adequada e saudável. Essas ações incluem programas de distribuição de alimentos, apoio à agricultura familiar, educação alimentar e nutricional, promoção da agricultura sustentável e outras iniciativas voltadas para a promoção da SAN em todo o país (Brasil, 2006).

Nesse sentido, é importante pontuar que a SAN é um conceito abrangente, de natureza interdisciplinar, que envolve, além de práticas alimentares saudáveis, acesso a alimentos de qualidade, práticas sustentáveis de produção, convivência com o clima e, principalmente, envolve a cidadania e os direitos humanos.

Com o surgimento da pandemia da covid-19, as incertezas em torno do setor de alimentos estão em crescente escala, e a insegurança alimentar exige tomada de decisões, pois são muitas as preocupações, sobretudo em relação às populações socialmente vulneráveis.

O momento traz à tona debates importantes: a articulação e o fortalecimento de temas como a Segurança Alimentar e Nutricional, o autoconsumo e a comercialização em rede por agricultores familiares como complementos à saúde preventiva, o desabastecimento, o desperdício, o aumento de preços dos produtos e o agravamento da situação de renda pequenos produtores.

A Segurança Alimentar e Nutricional é uma temática muito importante para assegurar o acesso à alimentação regular e permanente como direito a partir de princípios que valorizem o consumo consciente e alimentação saudável sem comprometer os recursos essenciais para a produção dos alimentos. O propósito foi a estimulação de um modelo de produção que respeite a biodiversidade e a produção consciente para erradicação da fome e da miséria.

Considera-se esta formação ao acesso da União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado da Bahia (Unicafes-BA), que tem como objetivo contribuir com a formação e qualificação dos Agricultores Familiares e ampliar o seu conhecimento acerca da proposta do Projeto Bahia Produtiva, sobretudo dentro da discussão sobre o manejo, Segurança Alimentar e Nutricional e o uso das Plantas Alimentícias Não Convencionais (Pancs).

A Agricultura Familiar e as redes alimentares alternativas são formas de oferecer acesso a alimentos frescos e saudáveis, e devem receber um olhar mais cuidadoso, principalmente agora, como um dos caminhos para minimizar o impacto social em consequência do coronavírus (Canal Saúde, 2020).

DESENVOLVIMENTO

Objetivo

Adotar uma metodologia sensível ao fenômeno da segurança alimentar e viável para o monitoramento da avaliação nutricional dos agricultores familiares nas regiões do Portal do Sertão, Bacia do Jacuípe, Recôncavo e Metropolitana de Salvador. Para a composição desta atividade, são propostas:

- o estímulo à prática da produção de uma alimentação consciente e saudável entre os beneficiários do Projeto Bahia Produtiva;
- a realização de oficina culinária com a temática de SAN e a inclusão de Pancs no cardápio alimentar das famílias.

Metodologia

Priorizou-se, na atividade em questão, a ativa participação dos agricultores familiares como os mediadores, a fim de permitir a troca de experiências e saberes entre eles, no âmbito das cadeias produtivas as quais fazem parte.

Para tal, como material metodológico, foram utilizados:

- 1) recurso visual (datashow);
- 2) o recurso sonoro (som para exibição de vídeos), bem como as atividades práticas de campo e a oficina culinária;
- 3) oficina culinária com a utilização de Plantas Alimentícias Não Convencionais – Pancs.

A atividade contou com uma metodologia participativa, proporcionando momentos de conceituação teórica e exposição prática do conteúdo, enfatizando a troca de experiências entre os colaboradores da Unicafes e os agricultores familiares. Vale ressaltar que a seleção do conteúdo foi construída de maneira participativa, por meio das reuniões de monitoramento mensais, e com a equipe da CAR do Bahia Produtiva.

Todo o processo baseou-se em uma construção participativa, permitindo com que os participantes expusessem as suas considerações, sugestões e dúvidas no que tange às suas atribuições e o seu papel enquanto agente de desenvolvimento comunitário/rural e a importância do desenvolvimento das suas atividades pautadas nos princípios agroecológicos, sustentáveis.

DISCUSSÃO E REFLEXÃO

A oficina culinária (Figura 1) aconteceu na casa de uma das beneficiárias do Projeto Bahia Produtiva, que disponibilizou o espaço para a preparação e a produção das receitas. Na área externa da casa, iniciou com o breve relato sobre a importância da Política de Segurança Alimentar Nutricional como instrumento de acesso regular e permanente à alimentação de qualidade, abordando aspectos que envolvem a prática do consumo de alimentos saudáveis para a promoção da saúde.

Figura 1. Oficina de Culinária



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

Em razão da temática em estudo, foi realizada uma reflexão com os participantes que a adoção de práticas alimentares que promovam a SAN na rotina das famílias também é um ato político, pois a forma de como nos alimentamos contribui com a exploração dos recursos naturais e com o avanço do capitalismo como um sistema que alimenta a desigualdade.

Nada mais justo que valorar o significado da SAN para os Agricultores Familiares, mas é importante pontuar que a SAN é um conceito abrangente, de natureza interdisciplinar, que envolve, além de práticas alimentares saudáveis, acesso a alimentos de qualidade, práticas sustentáveis de produção, convivência com o clima e, principalmente, envolve cidadania e direitos humanos.

Como forma de contextualizar a atividade, realizou-se o levantamento de alimentos produzidos pela comunidade, tanto os atuais quanto os antigos, com participação efetiva dos beneficiários, com relatos de utilização destes por seus antepassados, e em que situações faziam uso, tendo relação em muitos dos casos com a falta de renda e acesso a aquisição de processados, sendo substituídos por conta de poder aquisitivo. Nesta linha, abordou-se a nocividade que essas substituições traziam à saúde de todos.

Para Gazolla (*et al.* 2007), a produção diversificada de alimentos pela agricultura familiar apresenta uma qualidade nutritiva considerada superior aos alimentos industrializados, proporciona economia monetária e maior autonomia do agricultor frente ao contexto social e econômico, não havendo a necessidade de comprar alimentos, pois eles

estão disponíveis na propriedade rural. O princípio do respeito aos hábitos alimentares ocorre uma vez que a família produz e consome alimentos que são de sua preferência. A prática da policultura permite a multiplicidade de alimentos e, conseqüentemente, uma alimentação variada e saudável.

Neste contexto, foi feita uma exemplificação pelas diversas situações, favorecendo com isso o relato de uma beneficiária sobre a modificação de sua alimentação para a de antigamente, após debilidade da sua saúde e os benefícios que essa mudança fez em sua vida.

A listagem e busca do que se produzia na comunidade foi primeiramente modesta por parte dos beneficiários. No entanto, conforme os relatos foram ocorrendo e surgiram as memórias afetivas, os demais foram se sentindo à vontade e lembrando seus usos. As mais pontuadas foram aipim, abóbora e farinha da mandioca, além do azeite de dendê que se tem histórico de produção e comercialização na comunidade.

Antes da realização da atividade, houve a solicitação para que os produtores dos empreendimentos mobilizassem as participantes a trazerem de seus quintais algumas plantas que estão enquadradas como Pancs, a exemplo do licuri, folha de moringa, beldroega, coração de banana, araruta, ramos de batata doce, além de algumas verduras e legumes para composição das receitas que seriam produzidas pelo grupo.

Figura 2. Produção de Pancs



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

Em seguida, os participantes foram convidados a preparar as refeições, dividindo o grupo nas etapas de preparação. As receitas produzidas foram escondidinhos de coração de bananeira; arroz com folha de moringa, farofa de licuri, suco de palma, entre

outros. Para produção do escondidinho de coração de bananeira foram adicionados: bredo, ora-pro-nóbis e folhas de moringa.

No momento da produção das receitas, os beneficiários relataram que antigamente algumas daquelas receitas eram consumidas pelas famílias e que, com o passar do tempo, esta prática foi abandonada. Isso se deve por conta da oferta e da acessibilidade de alimentos industrializados na mesa da população. Além disso, se ressaltou a utilização de outras espécies, como a introdução da língua-de-vaca, feijão-verde e batata-doce no preparo das refeições. Tudo isso com base na fonte nutricional dos alimentos e os benefícios para a saúde.

Todo alimento poderá ser aproveitado: as folhas, talos, cascas e sementes poderão ser processadas para melhor preparação e sabor.

Realizou-se o preparo de receitas, com diversos alimentos colhidos pelos beneficiários e trazidos para a atividade. Todo o processo da atividade foi acompanhado de forma colaborativa com os presentes.

Por fim, após o preparo das receitas, todos saborearam os alimentos produzidos e, em seguida, se deslocaram para o quintal da anfitriã para exposição das espécies cultivadas (Figura 3).

Figura 3. Visita ao quintal produtivo



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade foi muito positiva, principalmente no que diz respeito à realização de momentos práticos e teóricos dentro do conteúdo proposto pela oficina. Durante as atividades, foram realizados momentos de avaliação no qual os Agricultores Familiares pontuaram satisfação com relação ao conteúdo apresentado, e sinalizaram a importância de, em outros momentos, realizar intercâmbios com os agricultores/as para os espaços visitados durante a oficina. É importante sinalizar que a metodologia trouxe o trabalho com uma parte das cadeias atendidas, ficando para a próxima oficina trabalhar com as demais.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan). Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm. Acesso: março, 2023.
- CANAL SAÚDE Disponível em: www.canalsaude.fiocruz.br/canal/videoAberto/solidariedade-cae-0023. Acesso: agosto, 2022.
- GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. Estudos Sociedade e Agricultura, 2007.

14. Troca de saberes entre agricultoras de São Felipe-BA, que atuam nas cantinas da UFRB, e discentes de medicina veterinária durante a formação em boas práticas de fabricação

Tatiana Pacheco Rodrigues, Maria da Conceição de Menezes Soglia, Gleiza Raiane Pereira Santos, Vanessa Santa Rosa Santana, Maria Vitória Dias Couto, Camila de Jesus Brito, Jackson dos Anjos Nascimento

INTRODUÇÃO

Esta experiência se refere a uma atividade vinculada ao programa de extensão Núcleo de Estudos Higiene e Tecnologia de Produtos de Origem Animal (NEHTPOA), da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), realizada em conjunto com a Incubadora de Empreendimentos Solidários da UFRB (Incuba/UFRB). É uma ação indissociável entre a extensão, a pesquisa e o ensino universitário, pautada nos princípios da economia solidária, que conta com a participação dos discentes do curso de Medicina Veterinária da UFRB e das mulheres agricultoras da Comunidade do Bom Gosto, São Felipe/BA, que atuam nas cantinas solidárias da UFRB no *campus* de Cruz das Almas/BA.

O grupo de mulheres da comunidade de Bom Gosto é acompanhado pela Incuba/UFRB desde 2007. Este grupo faz parte da Associação de Desenvolvimento Comunitário do Bom Gosto, situada no Recôncavo da Bahia, na zona rural do município de São Felipe. A Associação foi constituída em 1998 com o objetivo de fortalecer a organização econômica, social e política dos agricultores e agricultoras familiares da comunidade, utilizando de forma racional as atividades econômicas, desenvolvendo formas de cooperação que ajudem na produção e comercialização dos produtos da agricultura familiar, em especial derivados da mandioca, a exemplo do beiju e da farinha (Soglia *et al.*, 2022).

Desde outubro de 2010, o grupo de mulheres conduz as três cantinas da UFRB no *campus* de Cruz das Almas, fornecendo lanches e refeições prontas para discentes, servidores técnicos, docentes da UFRB e pessoas da comunidade externa, além de eventos. O grupo conta com uma cozinha comunitária, que é a unidade de produção na comunidade de Bom Gosto, e com uma unidade produtiva em Cruz das Almas, para a produção dos alimentos, e trabalha oferecendo dois cardápios: um cardápio tradicional, a partir das exigências da chamada pública; e outro a partir do beneficiamento

e da comercialização de produtos da agricultura familiar do próprio grupo e de outros empreendimentos, que são comercializados nas cantinas.

Para garantir a qualidade dos produtos e a manutenção da geração de trabalho e renda, há a necessidade da formação em Boas Práticas de Fabricação de Alimentos (BPF), visando, entre outros objetivos, evitar as Doenças Transmitidas por Alimentos (DTA) devido à manipulação inadequada.

As Doenças Transmitidas por Alimentos (DTA) são aquelas atribuídas à ingestão de alimentos ou água contaminados por bactérias, vírus, parasitas, toxinas, príons, agrotóxicos, produtos químicos e metais pesados (Brasil, 2010). Estas doenças e os danos causados por alimentos são, na melhor das hipóteses, desagradáveis, e na pior das hipóteses podem ser fatais. Mas existem também outras consequências. Os surtos de doenças de origem alimentar podem causar prejuízos ao comércio e ao turismo, levando à perda de renda e desemprego. A deterioração dos alimentos causa desperdício e, além de onerosa, pode prejudicar o comércio e a confiança dos consumidores (OMS, 2020).

As Boas Práticas de Fabricação de Alimentos (BPF) são procedimentos que devem ser adotados nos serviços de alimentação a fim de garantir a qualidade higiênico-sanitária e a conformidade dos alimentos com a legislação sanitária (Brasil, 2004).

Desta forma, este grupo vem realizando capacitações em BPF, com reciclagens periódicas, com a participação de docentes e discentes da UFRB desde 2010. Em 2022 foi realizada mais uma capacitação/reciclagem para o grupo de mulheres que estão à frente das cantinas da UFRB, desta vez realizada pelos discentes de Medicina Veterinária da UFRB que participam do NEHTPOA.

OBJETIVOS

Objetivo geral

Proporcionar a formação em BPF para as agricultoras da comunidade de Bom Gosto, São Felipe/BA, e a troca de saberes com os discentes da UFRB.

Objetivos específicos

- orientar sobre as boas práticas durante a recepção, armazenagem, manipulação e distribuição dos alimentos, de forma a manter a segurança alimentar;
- capacitar as mulheres da comunidade de Bom Gosto para atuarem nos serviços de alimentação das cantinas solidárias da UFRB;
- contribuir com a manutenção de geração de trabalho e renda das agricultoras;
- contribuir com a formação acadêmica e humanista dos discentes;
- formar manipuladores e consumidores mais conscientes.

METODOLOGIA

A realização do curso de BPF foi definido como prioridade pelo grupo de mulheres de Bom Gosto em reunião de planejamento realizada pela Incuba/UFRB, pois foi considerado importante pelas agricultoras a capacitação/reciclagem em BPF.

A etapa seguinte foi a elaboração, conforme RDC 216 (Brasil, 2004), dos módulos do curso, pois com base nas experiências anteriores percebeu-se que é mais produtivo e menos enfadonho dividir o conteúdo das BPF. O curso foi dividido em quatro módulos de duas horas:

- módulo 01 – Introdução às BPF's
- módulo 02 – Higiene dos manipuladores de alimentos
- módulo 03 – Higiene das instalações, equipamentos e utensílios
- módulo 04 – Higiene na preparação e comercialização de alimentos

O conteúdo do curso foi elaborado pelos discentes, que se dividiram em grupos, conforme os temas dos módulos. Este conteúdo foi apresentado para os componentes do NEHTPOA para ajustes.

Na etapa seguinte, o curso foi ministrado, conforme indicação das agricultoras, em quatro sábados entre os meses de outubro a dezembro de 2022, no período da tarde. Os discentes e a coordenadora do NEHTPOA iam ao encontro do grupo de mulheres na comunidade de Bom Gosto, pois a logística realizada desta forma interferia menos na rotina de trabalho das mulheres, possibilitando maior participação.

Além das apresentações utilizando *datashow*, os discentes elaboraram dinâmicas, apresentaram vídeos e interagiram com o grupo de mulheres para trabalharem suas experiências no empreendimento das cantinas solidárias. Os espaços utilizados foram a cozinha comunitária de Bom Gosto e a sala de aula de uma escola municipal (Figuras 1 a 4).

Figura 1. Apresentação do módulo 01 na cozinha comunitária da comunidade de Bom Gosto, São Felipe/BA, em outubro de 2022



Fonte: Acervo do autor.

Figura 2. Apresentação do módulo 02, na cozinha comunitária da comunidade de Bom Gosto, São Felipe/BA, em outubro de 2022



Fonte: Acervo do autor.

Figura 3. Apresentação do módulo 03 numa escola municipal da comunidade de Bom Gosto, São Felipe/BA, em novembro de 2022



Fonte: Acervo do autor.

Figura 4. Grupo de mulheres e discentes que apresentaram o módulo 04 numa escola municipal da comunidade de Bom Gosto, São Felipe/BA, em dezembro de 2022.



Fonte: Acervo do autor.

DISCUSSÃO E REFLEXÃO

Resultados

A integração dos discentes com o grupo propiciou uma boa troca de experiências. Mais que a qualificação profissional para os discentes, a troca de saberes promoveu a socialização e uma formação mais humanística e voltada para realidade, a compreensão da importância da agricultura familiar e da existência destes empreendimentos para a soberania e a segurança alimentar e nutricional. Também propiciou aos discentes transitarem por diversas áreas de conhecimento e atuarem diretamente com a comunidade externa, contribuindo com a melhoria das condições de vida desta comunidade e, ao mesmo tempo, contribuindo com sua formação como indivíduo.

Para o grupo de mulheres, a capacitação/reciclagem permitiu a inclusão sanitária do empreendimento da agricultura familiar e a colaboração na geração do trabalho e renda. Na troca de experiências, foi possível identificar soluções para situações da rotina diária nas cantinas, sem desconsiderar a equivalência com a legislação sanitária durante a manipulação dos alimentos.

Durante as dinâmicas, foi possível maior interação com as mulheres, o que facilitou a aproximação. Uma destas dinâmicas foi solicitar às participantes do curso que demonstrassem como elas procediam com a lavagem das mãos. Uma ação simples e cotidiana, mas que, se realizada de forma inadequada, pode comprometer a sanidade e qualidade dos produtos elaborados. Uma voluntária do grupo demonstrou todo o processo de forma adequada, pois já tinha experiência anterior. Foi utilizado como material luvas de látex e tinta azul, o que permitiu uma melhor visualização do procedimento (Figura 5). Esta informou que já havia participado de outro treinamento relacionado à higiene das mãos, devido à pandemia de covid-19, o que evidenciou a apropriação de conhecimentos por parte das agricultoras.

Figura 5. Dinâmica da lavagem de mãos, durante o curso de BPF para as agricultoras de Bom Gosto, São Felipe/BA, em outubro de 2022



Fonte: acervo do autor.

A atividade gerou certificados num total de oito horas de capacitação, pois esta foi registrada no sistema acadêmico da UFRB, possibilitando a certificação para os discentes e para as mulheres, inclusive por módulo.

As mulheres rurais da agricultura familiar, em suas atividades cotidianas de trabalho, promovem um resgate de conhecimentos tradicionais, a partir de modos de vida e resistência que vinculam práticas socioprodutivas para o autoconsumo e geração de renda (Soglia *et al.*, 2022). Por isso, encontrar formas de garantir a permanência destes grupos no meio rural é possibilitar a soberania alimentar e a segurança alimentar e nutricional da população brasileira, já que mais de 70% do que é consumido é produzido e adquirido via agricultura familiar.

CONCLUSÕES

Esta experiência retrata um processo de autonomia econômica e produtiva de mulheres da agricultura familiar, na medida em que as agricultoras de Bom Gosto obtiveram uma formação que contribui com a inclusão sanitária de seu empreendimento, mantendo desta forma a geração de trabalho e renda. Ao mesmo tempo, na interação com os discentes, ambos os grupos puderam realizar trocas de saberes que contribuem com a formação profissional e humanística de todos. Este tipo de atividade se caracteriza como uma contribuição na promoção da soberania alimentar e nutricional dos brasileiros, pois colabora com a permanência de agriculturas familiares no seu ambiente socioprodutivo e familiar.

Agradecimentos: à Associação de Desenvolvimento Comunitário do Bom Gosto, São Felipe/BA, especialmente às mulheres, pela oportunidade e por todo aprendizado. A Incuba/UFRB pela disponibilidade de recursos para a realização da atividade.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. Anvisa – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RDC n. 216, de 15/09/04. Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Brasília – DF, 2004. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. *Manual integrado de vigilância, prevenção e controle de doenças transmitidas por alimentos*. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010. 158 p.: il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos).
- OMS. ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. *Codex Alimentarius*. Principios generales de higiene de los alimentos. 2020. Disponível em: www.fao.org/fao-who-codexalimentarius/shproxy/it/?lnk=1&url=https%253A%252F%252Fworkspace.fao.org%252Fsites%252Fcodex%252Fstandards%252FCXC%2B1-1969%252FCXC_001s.pdf. Acesso em 07 mar. 2022.
- SOGLIA, M.C.M. *et al.* O papel da mulher no processo socioprodutivo da agricultura familiar. In: VELLOSO, T. R.; SOGLIA, M.C.M.; NUNES, F. F. V. (orgs.). *Incubadora de Empreendimentos Solidários Incuba/UFRB: trajetória e práticas formativas*. Cruz das Almas: EDUFRB, 2022, p. 149-169

O conjunto de relatos reunidos nesta seção retrata experiências, projetos e desafios para a saúde e o bem-viver do agricultor e da agricultora no seu trabalho rural. Trazem temas fundamentais como saúde mental, promoção da saúde e equidade, saneamento rural, agroecologia, biodiversidade, territórios saudáveis, mudanças climáticas na produção de alimentos, saúde das mulheres do campo, vigilância popular em saúde rural, impactos de grandes empreendimentos na saúde dos agricultores familiares e os efeitos dos produtos químicos perigosos (agrotóxicos e fertilizantes). São relatos que valorizaram as práticas e saberes da população no âmbito da promoção da saúde.



“Depois que conheci a Rama-PA, me fortaleceu mais, não estou sozinha. Além de me ajudar com o Inkra, abriu espaço em feiras, em Belém, na UFPA (feira internacional de Economia Solidária), na praça Brasil (feira de produtores de orgânicos). As mulheres se apoiam. É muito bom.”

(Citônia, 2015)

SEÇÃO 4: PROMOÇÃO DA SAÚDE, AMBIENTE E TRABALHO NA AGRICULTURA

1. A experiência do projeto Calanguinho na implantação de sistemas populares de saúde em espaços públicos como ferramenta de sustentabilidade social, ecológica e de promoção da saúde

Leandro Nascimento Bertoldi, Verena Macedo Santos,
Mainara Mizzi Rocha Frota, Angélica Orunesu Araújo

INTRODUÇÃO

O projeto Calanguinho surge a partir da identificação de uma área degradada, desumanizada e sem uso na Unidade de Saúde da Família Giserlando Biondi, localizada em uma comunidade periférica de Jequié/BA, em risco social e que apresentava pouca interação das/os trabalhadoras e trabalhadores de saúde com a comunidade. Entendendo a importância do protagonismo do usuário na escolha do tratamento, assim como a necessidade de um olhar ampliado e sindêmico em relação aos diferentes agravos em saúde, observa-se a fitoterapia e a produção de alimentos agroecológicos como alternativa viável, havendo então um grande potencial de produção de plantas medicinais livres de agrotóxicos em espaços improdutivos.

Nessa perspectiva, várias experiências estão sendo realizadas com êxito por todo o mundo e no Brasil, com o intuito de substituir o modelo de desenvolvimento atual por um alternativo e sustentável. A partir disto, foi proposta e implantada, nesta unidade, em agosto de 2015, uma horta comunitária agroecológica por meio do curso de Agroecologia e Biodinâmica Permacultural e do curso de Fitoterapia, buscando recuperar as práticas ambientalmente sustentáveis, capacitar para a produção, manejo e utilização de fitoterápicos e qualificar a relação das pessoas com o meio ambiente e a saúde.

Assim, o projeto teve o objetivo de implantar hortas comunitárias realizando o compartilhamento de conhecimentos populares e científicos sobre as plantas medicinais e alimentos adequados e saudáveis, produzindo e dispensando compostos fitoterápicos com acompanhamento médico e estudo dos resultados obtidos, com base na Sabedoria Popular, exigências da Organização Mundial de Saúde (OMS) e Relação Nacional de Plantas Medicinais de Interesse ao SUS (Rennisus).

Mediante mobilização conjunta da associação de moradores, conselho local de saúde e trabalhadores da saúde, se decidiu quais alimentos e plantas medicinais deveriam ser

produzidos de maneira saudável e sustentável, orientados pela educação agroecológica, alimentar, nutricional e ambiental.

O projeto foi contemplado com o Prêmio InovaSUS (Inovadores do SUS) da Opas, OMS e Ministério da Saúde em 2016, e o recurso do prêmio permitiu a expansão do projeto, possibilitando ser implantado em diversos espaços de cidades diferentes. O projeto Calanguinho parte da preocupação em demonstrar a importância da utilização de alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos a partir da incorporação da Gestão Ambiental no cotidiano das pessoas, motivando e experimentando, por meio de algumas intervenções, decisões e atitudes, percepções e valores. O projeto permitiu desenvolver ciclos formativos que aprimoraram progressivamente as perspectivas transdisciplinares, interculturais e interseccionais do cuidado, com ênfase nas populações vulnerabilizadas.

DESENVOLVIMENTO

Foram realizados cursos de agroecologia com a implantação de hortas comunitárias em espaços públicos, como Unidades de Saúde da Família (USF), escolas e entidades sem fins lucrativos. Tais espaços têm como intuito demonstrar a importância da utilização de alimentos saudáveis e da divulgação e utilização das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), com foco no uso de plantas medicinais, produzindo um novo conjunto de comportamentos mais compatíveis com as premissas do desenvolvimento sustentável e saudável.

O projeto Calanguinho implantou diversas hortas comunitárias agroecológicas, sendo disponibilizados os recursos necessários para a construção destas, além da contribuição de diversos profissionais que realizaram a formação dos participantes nos temas propostos. Foram implantadas as hortas em dezesseis diferentes espaços, sendo eles: as Escolas Boa Vista, Anita Rabelo e o Centro de Apoio Pedagógico (CAP), o Centro de Acolhimento à População de Rua (Centro POP), a Casa de Passagem, o Centro de Equoterapia, o Núcleo Regional de Saúde Sul Jequié e as USFs Giserlando Biondi, Aurelio Sciarretta, Antônio Carlos Martins, João Caricchio, Hosaná Mikele, Centro de Convivência Infantil Casinha do Sol da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), todas estas situadas nos municípios de Jequié; a USF URBIS V, em Vitória da Conquista, a Estratégia de Saúde da Família (ESF), na localidade do Buritizinho, em Mansidão/Ba, além da Unidade Sanitária San Alberto, situada no município de Ituaingó, Província de Buenos Aires, na Argentina.

Cada atividade seguiu a ordem com os seguintes passos para a implementação do projeto:

- 1) realização de reuniões com as comunidades locais em parceria com organizações sociais e entidades do poder público para a divulgação, discussão e articulação

entre atores para o seu pleno desenvolvimento. Nesse sentido, aconteceram reuniões com secretários e coordenadores das prefeituras e outras instituições para a apresentação e solicitação de apoio para a sua implantação. A comunidade local participou ativamente das decisões relativas à condução, execução e resultados do projeto;

- 2) discussão coletiva da proposta de cronograma de atividades dos módulos teórico-práticos do curso;
- 3) disponibilização dos materiais e insumos necessários para o desenvolvimento das atividades teórico-práticas.

Cada unidade recebeu um kit de materiais contendo esterco, sementes, mudas, materiais de proteção, ferramentas diversas, caqueiros para plantas, sementeiras, materiais para a construção de minhocário, cobertura para sombreamento, irrigação, captação e armazenamento de água da chuva entre outros, a depender da necessidade do local.

A base teórica dos cursos foi formada por três pilares, sendo eles: produção agroecológica e permacultural de alimentos e plantas medicinais, Educação Alimentar e Nutricional (EAN) e técnicas de culinária alternativa que incluíam o aproveitamento integral dos alimentos e o uso de Plantas Alimentícias Não Convencionais (Pancs). As atividades foram teórico-práticas, no sistema “fazendo – aprendendo – usando”, tendo como marco principal a construção de hortas agroecológicas, utilizando também a pedagogia da paisagem, produção e manejo de antipragas, contemplando os saberes locais e ancestrais por meio da educação popular e utilizando várias técnicas sustentáveis e ecológicas direcionadas para a produção agroecológica, como a captação de água da chuva e de ar condicionados, a utilização da reciclagem por meio da compostagem e minhocário para produzir adubo, a cobertura orgânica do solo entre outras.

Além disso, foram promovidos encontros para tratar de Educação Alimentar e Nutricional, a relação entre o cuidado da natureza e da saúde humana, palestras com profissionais de saúde sobre variados temas, oficinas de elaboração culinária a partir das Panc e do aproveitamento integral dos alimentos provenientes das hortas, produção de medicamentos fitoterápicos, produção e distribuição de multimistura, entre outros com ênfase na Promoção da Saúde.

O projeto também realizou em conjunto com a Secretaria municipal de Saúde de Jequié o Primeiro Simpósio Regional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), um evento prático/científico que aconteceu nos dias 9 e 10 de novembro de 2018, e teve como objetivo contribuir para a discussão e difusão das PICS no município de Jequié e regiões circunvizinhas. Com este evento, que teve um grande êxito e que contou com a inscrição de mais de 350 pessoas, se esperou ampliar a utilização e disponibilização das PICS nos setores públicos e privados, assim como ampliar a

pesquisa na área, fortalecer os projetos inovadores que utilizem estas práticas na região e contribuir para a criação de um Plano Municipal de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde. Este evento conseguiu demonstrar para a gestão e os profissionais de saúde a importância das PICS na melhoria da oferta de cuidado integral para a população, além de incidir na qualidade de vida. Também se vislumbra o início do grupo municipal de PICS e de uma USF piloto, que teria à disposição da comunidade diversas modalidades de PICS.

DESAFIOS

A implementação do projeto Calanguinho nos espaços supracitados não foi isenta de dificuldades e desafios. Logo no seu início, quando o projeto foi pensado coletivamente com a comunidade do bairro Baixa do Bonfim, os primeiros desafios já foram evidenciados. Em uma sociedade marcada majoritariamente pelo pensamento individual e pela lógica da exploração da/o trabalhadora/trabalhador, introduzir uma perspectiva de ganho coletivo/comunitário baseado no trabalho coletivo foi, de fato, um dos nossos grandes desafios.

Posteriormente, a questão financeira também se colocou como outra dificuldade para o pleno desenvolvimento do projeto. Diante desse cenário, é importante ressaltar que foi muito positivo receber um prêmio de tamanha relevância quanto o Inovasus, pois ele nos permitiu utilizar o recurso para favorecer as populações historicamente esquecidas, como a comunidade da Baixa do Bonfim, que é formada predominantemente por famílias com baixa renda, entre elas, autônomos da construção civil, funcionários de uma empresa de calçados, empregadas domésticas e, ainda, uma grande taxa de desempregados e desempregadas. Atrelado a tudo isso, é uma comunidade que não possui saneamento básico adequado e as condições de moradia são totalmente inadequadas.

Neste sentido, este recurso foi um importante motor para a diminuição das desigualdades tamanhas que vivemos por aqui em periferias do sertão nordestino. No entanto, percebemos a tamanha dificuldade de aplicar este recurso quando não se dispõe de grandes instituições de apoio, como foi o nosso caso, fazendo com que a burocracia consumisse nosso tempo, retirando-nos do que realmente importava. Compreendemos a importância dos controles para a redução de ilícitos, porém, no nosso caso, o excesso deles nos dificultou, tendo em consideração o local onde vivemos, onde ainda uma grande parte do comércio é informal. Além disso, não dispusemos de funcionários à disposição, todos os participantes tivemos jornadas duplas ou triplas.

DISCUSSÃO E REFLEXÃO

Resultados

Em cada local onde o projeto foi implementado objetivou-se promover a sustentabilidade social e ecológica, bem como promover saúde e prevenir doenças por meio da produção e consumo de alimentos e plantas medicinais por meio da agroecologia com foco na Educação alimentar, nutricional e ambiental, além do incentivo da utilização das PICS no SUS, contribuindo para a implantação de um Sistema Popular de Saúde por meio do qual observou-se, junto a cada comunidade:

- o desenvolvimento da produção de alimentos agroecológicos e insumos fitoterápicos, visando atender a saúde de forma integral, promovendo maior Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional;
- a adoção de hábitos alimentares mais saudáveis, adequados e sustentáveis; a elevação da autoestima; o exercício da solidariedade; o protagonismo popular/social; o trabalho coletivo; a redução de desperdícios e a utilização de insumos fitoterápicos produzidos gratuitamente para a promoção da saúde;
- o fortalecimento dos vínculos entre a comunidade e os profissionais da saúde, gerando o entendimento de que o SUS somente será consolidado e desenvolvido com a participação ativa, criativa e crítica de todos, todas e todes. O mesmo aconteceu com as comunidades e os profissionais da educação das escolas participantes do projeto.
- o desenvolvimento da consciência e de práticas populares sustentáveis que permitam uma justa distribuição, bem como o exercício da solidariedade social e ecológica, voltada para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e uma ativa preservação da natureza;
- o desenvolvimento coletivo e plural do trabalho, onde participaram pessoas das mais diversas formações, religiões, grupos sociais e níveis educacionais e econômicos, com enfoque socioambiental, direcionado à produção e compartilhamento contínuo de saberes tradicionais e acadêmicos, incidindo na transformação do paradigma individualista vigente na sociedade;
- foi compartilhado o conhecimento sobre a produção e a utilização das plantas medicinais e seus produtos no âmbito do SUS, dando principal enfoque na Estratégia de Saúde da Família, também ampliando sua utilização nos setores da educação e assistência social;
- foi desenvolvido em cada local o conceito de ambiência, presente na Política Nacional de Humanização, ao criar espaços saudáveis, acolhedores e confortáveis que respeitem a privacidade, propiciem mudanças no processo de trabalho e sejam lugares de encontro entre as pessoas, com uso dos espaços de acordo com

as necessidades de usuários e trabalhadores de cada serviço. É uma orientação que pode melhorar o trabalho em saúde.

A partir desta experiência, observou-se um incremento no nível de consciência dos participantes na relação solidária com o outro e com o meio ambiente, no autocuidado permanente, com mudanças importantes de hábitos como a modificação da alimentação, a criação de hortas em quintais, a realização de reciclagem, além de um maior engajamento social e ambiental. Além disso, com o Projeto Calanguinho instalado e funcionando como rede colaborativa entre todas as hortas comunitárias, iniciamos um intercâmbio permanente de produtos alimentícios, plantas medicinais, mudas, sementes, práticas inovadoras e conhecimento.

Percebemos uma melhoria do vínculo entre trabalhadores e a comunidade, que começaram a ter mais diálogo e construir alternativas em conjunto para um mútuo benefício. Também foi observado amplamente entre os usuários dos serviços e trabalhadores uma importante contribuição para a saúde mental, com diminuição do estresse laboral, ansiedade e até mesmo da depressão. Além disso, foram identificados diversos agricultores/as que referiram ter deixado de fazer uso de agrotóxicos, recorrendo ao recurso do controle biológico, possibilitando o notório aumento da biodiversidade local e estimulando a comunidade do entorno a seguir este exemplo, além do grande benefício às pessoas que compram esses alimentos, já livres de veneno.

Como as imagens são registros imprescindíveis da mudança de espaços percepções e atitudes, seguem fotos dos espaços:

Figura 1. Implantação e evolução da Horta USF Giserlando Biondi, Jequié-Bahia



Fonte: Acervo do autor.

Figura 2. Implantação e evolução da horta USF Buritizinho, Mansidão-Bahia



Fonte: Acervo do autor.

Figura 3. Implantação da horta Unidade de Saúde San Alberto, Buenos Aires, Argentina



Fonte: Acervo do autor.

Figura 4. Oficinas e encontros do projeto Calanguinho, Bahia



Fonte: Acervo do autor.

2. Agrofloresta liberta e promove saúde

Fabiana Mongeli Peneireiro, Maria Antônia Rufina da Silva Souza

DISSEMINAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Iniciamos a construção de uma rede que nomeamos Projeto Calanguinho, onde se tem por objetivo disseminar estas práticas e criar um ambiente constante de intercâmbio de sementes, mudas, alimentos e muito conhecimento. Esta é a estrutura que deve criar as condições para buscar financiamento para criar muitas outras hortas, desenvolver cursos, simpósios, *workshops* entre outros. O projeto modificou a vida e o comportamento de muitas pessoas, tendo os requisitos necessários para se tornar sustentável ao longo do tempo e se multiplicar fundamentalmente em espaços públicos, contribuindo para uma melhoria da qualidade de vida, mudança de hábitos, preservação do meio ambiente e o desenvolvimento de valores positivos que contribuíram para a construção de um mundo mais justo.

Esta proposta partiu do reconhecimento das desigualdades em saúde a que estão submetidas populações em condições de vulnerabilidade. Ademais, constata-se a dificuldade na produção de estratégias inovadoras em saúde que considerem a complexidade do cuidado, incluindo abordagens interculturais, interseccionais, transdisciplinares e emancipatórias. Assim, este projeto pretendeu ter um potencial contributivo para atender as diretrizes de políticas já institucionalizadas no âmbito do SUS, na medida em que foram trabalhados conhecimentos científicos e tecnologias que possam ser replicáveis para outros territórios e suas múltiplas realidades.

INTRODUÇÃO

Agrofloresta Liberta. Esse é o nome dado ao sítio pela agricultora Citônia, ou Maria Antônia, 49 anos, que vive em Irituia, Nordeste Paraense. Mulher de garra, coragem, energia, incansável, não conhece barreiras para atingir seus objetivos. Mulher negra, mãe de quatro filhos, não estudou, trabalhou desde criança na roça e para os outros, em troca de comida. Conhecer a agrofloresta mudou sua vida. Aqui, Citônia dá testemunho do quanto a agrofloresta lhe trouxe saúde física e mental.

Em 2015, ela foi morar no assentamento do Projeto de Assentamento Federal (PA) Sororoca, terra da família do marido. A terra era degradada, com pastagem antiga, e um pimental velho, onde foi usado muito agrotóxico e adubo químico. No assentamento, que ainda está em fase de regularização, moram 53 famílias, das quais 33 estão assentadas. A maioria planta monocultura de mandioca. Alguns plantam açaí, outros criam gado. O assentamento faz fronteira com um território quilombola; o rio Guamá; e o igarapé Castanhal.

Citônia participa da Rede de Apoio às Mulheres Agroflorestoras do Pará (Rama-PA), do Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEPA), e do Instituto Vida em Sintropia da Amazônia (Ivisam). Acredita que o coletivo fortalece o indivíduo. Ela tem muito prazer em trabalhar para que outras pessoas possam sonhar junto consigo e alcançar coisas boas em suas vidas, além de recuperar o ambiente e produzir alimentos de verdade.

Depois que conheci a Rama-PA, me fortaleceu mais, não estou sozinha. Além de me ajudar com o Incra, abriu espaço em feiras, em Belém, na UFPA (feira internacional de Economia Solidária), na praça Brasil (feira de produtores de orgânicos). As mulheres se apoiam. É muito bom. (Citônia, 2015)

DESENVOLVIMENTO

Citônia conheceu a agrofloresta por meio da Secretaria de Agricultura de Irituia e do Ivisam. Foi convidada para um curso de agrofloresta em fevereiro de 2021. Fez o curso e, em março, participou de um mutirão de implantação de agrofloresta onde vivia. No curso, o professor falou sobre educação alimentar. Ela conversou com ele sobre suas crises, seus surtos de raiva, e ele a orientou que mudasse sua alimentação. Ela se dispôs a experimentar, deixou de comer exageradamente o açaí, e também tirou o doce, passou a tomar limão ao acordar, comer alimentos naturais, frutas, caminhar, e trabalhar na agrofloresta.

Citônia sofreu violência desde menina, injustiças, não teve acesso a tantas oportunidades... sua mente estava agitada, confusa, cheia de raiva e rancor. A ansiedade era grande, assim, descontava comendo desenfreadamente. Tomava 300 comprimidos por mês contra depressão para poder dormir. Segundo ela, angustiada, nervosa, briguenta, não tinha motivação para viver, queria morrer. Mudando a alimentação e se dedicando à agrofloresta, sua vida deu uma guinada: ela deixou os medicamentos, emagreceu 20 quilos e passou a ter cada vez mais vontade de viver e sonhar.

A primeira agrofloresta, de 43m por 60m, com 35 espécies, foi implantada em março de 2021, no pimental velho (Quadro 1). Sem usar agrotóxicos, logo no início colheram hortaliças e a pimenta-do-reino se recuperou. No começo, seu marido não apoiava o plantio consorciado com muitas espécies, causando muita briga e agressões. Ao ver resultados, hoje ele está empenhado e a apoia.

Outra agrofloresta, de 50m x 50m, com 34 espécies (Quadro 2), foi implantada em 2022, no pasto degradado, por mutirão com integrantes do Ivisam, no contexto do projeto do algodão regenerativo, ao lado de outros 70 agricultores.

Quadro 1. Espécies, número de indivíduos e produção da agrofloresta

Espécie	Número de indivíduos	Produção nos dois primeiros anos
bananeiras	44	100 kg
meracurara	30	
acapu	20	
açaí	40	
abacaxi	150	70 unid
piquiá	2	
Castanha-do-pará	6	
abacate	5	
pupunha	10	
cupuaçu	20	

cacau	20	
ipê	3	
jatobá	4	
mogno	1	
biribá	10	10 kg
ata	5	
ingá	8	
margaridão	20	
abiu	1	
Pimenta-do-reino	15	15 kg
bacaba	5	
bacabi	4	
coqueiros	6	
pimentinha	40	30 kg
pimentão	15	2 kg
Tomate-crioulo	10	3 kg
pepino	5	8 kg
maracujá	30	150 kg
feijão		200 kg
Cheiro-verde		25 kg
macaxeira		350 kg
cebolinha		1 kg
chicória		500 g
mamão	8	75 kg
bacuri	2	

Fonte: Elaboração do autor

Quadro 2. Espécies, número de indivíduos e produção da agrofloresta 2

Espécie	Número de indivíduos	Produção no primeiro ano
bananeira	66	30 cachos
mamão	12	45 kg
jerimum	4	50 kg
algodão		50 kg
pimentinha	10	22 kg
pimentão	8	3 kg
pepino	4	5 kg
melão	3	4 kg
maxixe	6	41kg
macaxeira		600 kg
Batata-doce	4	5 kg
meracurara	35	

açaí	75	
andiroba	37	
margaridão	65	
urucum	3	
ingá	8	
abacaxi	46	
gliricídia	95	
cacau	40	
cupuaçu	15	
quiabo	21	2kg
melancia	4	10 kg
camapu	6	500 g
pupunha	10	
biribá	3	
limão	5	
laranja	5	
tangerina	5	
Laranja-lima	9	
feijão		150 kg
Castanha-do-pará	10	
abacate	5	
jambo	2	
manga	2	

Fonte: Elaboração do autor.

Figura 1. Produção de Mamão na Agrofloresta de Citônia



Fonte: Acervo do autor.

Desafios

O desafio principal era sua saúde mental debilitada. Tomava remédio para dormir, era extremamente estressada, com crises constantes de raiva.

Citônia não tinha garantias de que sua agrofloresta se perpetuaria, pois plantou em terra alheia. Sob orientação da colega da Rama-PA, encaminhou um vídeo sobre seu trabalho para o Incra.

Cabe destacar que, durante a Marcha das Margaridas, em Brasília, Citônia participou de uma tenda dedicada à reforma agrária, com o objetivo de se informar e reivindicar seus direitos. Demonstrando persistência, buscou incansavelmente o Incra até finalmente conseguir seu assentamento.

Sua produção está farta. A alimentação da família está garantida, diversificada, sem agrotóxicos. Mas e a renda? Segundo Citônia, é difícil escoar a produção, vender. Recebeu convite para vender frutas desidratadas, mas ainda não conseguiu um desidratador. Seu sonho é beneficiar sua produção para que não se perca no campo, além de agregar valor, aumenta muito a durabilidade, e ela poderá escoar tranquilamente, em volumes menores.

Outro desafio tem sido as mudanças climáticas. A estiagem, no Pará, nesse ano de 2023, está muito forte. Há meses que não chove, o calor é intenso. Mudas estão morrendo na agrofloresta. “A cobertura do solo mantém mais a umidade e a vida, mesmo assim, está difícil. O solo é arenoso e guarda pouca água” (Citônia).

Figura 2. Cobertura de Solo: prática importante



Fonte: Acervo do autor.

Não ter estudado também dificulta Citônia a ampliar seus horizontes. Por isso, ela quer muito estudar e divulgar seu trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se dedicar à agrofloresta promoveu saúde a essa agricultora que passou a ter vontade de viver, produzir alimentos saudáveis, conquistar sua terra, reflorestar, recuperar o solo degradado, ter sua própria renda, caminhar com as manas no coletivo, alimentar sonhos. Tudo isso resultou da obstinação de Citônia quando resolveu se agarrar às oportunidades que finalmente surgiram em sua vida: curso de formação em agrofloresta, orientação para reeducação alimentar, mutirões, apoio com insumos e assistência técnica.

Hoje ela se alimenta de maneira saudável. Não toma mais remédios para dormir ou para equilibrar suas emoções. Tem consciência de que o prazer na lida com a terra e com as plantas a transformou, deu-lhe motivação para viver, para seguir em frente, para mostrar para si mesma que era capaz.

Quando estava triste, ia pra agrofloresta e rapidinho eu me acalmava. Converso com minhas plantas, desabafo com elas, elas me escutam, [...] e quando parei de comer besteira, passei a comer mais fruta, tomar limão ao acordar, caminhar, comecei a melhorar, eu comecei a dormir. Mudou minha vida completamente. Pra mim, a cura foi a reeducação alimentar e trabalhar com agrofloresta.

Com o apoio da Rama-PA, Citônia participou de feiras. Embora não seja ainda suficiente (pois pretende beneficiar seus produtos), vender sua produção tem sido fundamental.

Figura 3. Citônia em sua agrofloresta



Fonte: Acervo do autor.

Figura 4. Venda da produção de Citônia na feira da Universidade Federal do Pará



Fonte: Acervo do autor.

Figura 5: Produção da agrofloresta



Fonte: Acervo do autor.

Disseminação da experiência

Ao acreditar que é possível transformar o mundo, assim como foi possível transformar sua vida, hoje Citônia é uma multiplicadora dos ideais da agroecologia, e seu carisma impressiona a todos ao seu redor. por onde passa, levanta a bandeira da agroecologia, da agrofloresta, dá testemunho da transformação pela qual passou em sua vida, da recuperação de sua saúde, da terra que conquistou, da história que construiu.

Além de produzir alimentos de verdade, esse modo de vida lhe trouxe autonomia, autoestima, poder, liberdade, prazer. Sabe o que a move? O prazer de fazer agrofloresta,

de saber que está contribuindo para recuperar a terra, semear vidas, produzir alimentos e poder inspirar outras pessoas.

Encontrar motivação para viver e fortalecer a autoestima promove saúde. Esse relato reforça a importância de políticas públicas que potencializem: a) a formação em agroecologia e agrofloresta; b) orientação para reeducação alimentar e saúde; c) promoção de mutirões, d) apoio com insumos e assistência técnica para implantação de agroflorestas.

Citônia agradece ao Ivisam por ter conhecido a agrofloresta, e ter aprendido sobre reeducação alimentar; e à Rama-PA, que a fortalece.

3. Contribuições do Programa de Incentivo à Atividade Física para a população de um acampamento rural que desenvolve agricultura familiar: relato de experiência

Bárbara Pitanga Souza, Marília da Silva Alves, Letícia Renata Conceição Santos, Rosely Santos Mota, Mário Luis Tavares Mendes, José Marcos de Jesus Santos

INTRODUÇÃO

Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde 2019, apenas 26,4% das mulheres atingem níveis suficientes de atividade física (AF) no lazer, em comparação com 34,2% dos homens. A população rural brasileira pode atingir níveis suficientes de AF no deslocamento e no trabalho; em contraponto, apresenta altos níveis de inatividade física no lazer (Wanzeler & Nogueira, 2019). De acordo com o censo do IBGE 2017, cerca de 77% dos 93 mil estabelecimentos rurais em Sergipe são compostos por agricultores familiares. No município de São Cristóvão/SE, dentre outros agrupamentos rurais, o Acampamento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra Emília Maria possui aproximadamente 250 famílias que cultivam milho, macaxeira, batata-doce, maracujá, banana e amendoim orgânicos. Essas famílias são acompanhadas por uma Unidade Básica de Saúde (UBS), localizada no povoado adjacente, que conta com uma Equipe da Estratégia Saúde da Família e uma profissional de Educação Física. Entendendo as singularidades dessa população e seu processo saúde-doença intrinsecamente ligado ao movimento laboral rural, observou-se a necessidade de um olhar atento à qualidade do seu acesso à saúde e, especialmente, à Atividade Física no Lazer.

OBJETIVO

Relatar as contribuições do Programa Incentivo à Atividade Física (AF) para a população de um Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em uma cidade do Nordeste brasileiro, programa que tem influenciado significativamente na saúde e soberania desse grupo de pessoas.

DESENVOLVIMENTO

A inatividade física é alarmante no mundo e o entrave para a prática de AF regular tem sido associado aos processos históricos, individuais, comportamentais, sociais e

ambientais envolvendo os indivíduos, o que indica a complexidade para uma mudança comportamental (Gomes *et al.*, 2019).

Nessa perspectiva, a experiência aqui relatada foi pensada, planejada e proposta por uma profissional de educação física da Unidade Básica de Saúde para que fosse criado um grupo de AF dentro do Acampamento do MST. O objetivo foi oportunizar um programa de cuidado em saúde às pessoas da zona rural, especialmente trabalhadores da agricultura familiar, com foco na promoção e prevenção de saúde, por meio do desenvolvimento de práticas de atividades físicas, além de abordagens em educação em saúde para mudança de estilo de vida em cooperação com as equipes de estratégia de saúde da família. Devido à distância da UBS, elas não participavam das AF lá existentes e não se sentiam no direito de praticar AF, pressupondo que a distância e a ausência de possibilidade financeira eram impeditivas.

Figura 1. Grupo de atividade física no acampamento sem-terra Emília Maria



Foto: Arquivo do IAF – São Cristóvão, SE.

Em junho de 2023, com o apoio da gestora da UBS José Macário, a sra. Renata, o grupo foi iniciado com seis mulheres agricultoras a partir de encontros semanais, no espaço de plenária de reuniões ou em frente à Associação existente no acampamento. Em outubro do mesmo ano já eram 15 mulheres, sete crianças e um homem. Nesse período, foram realizadas avaliações físicas de cada participante e práticas corporais e AF que envolvem ginástica aeróbica, jogos, exercícios resistidos, caminhada e auloterapia.

Além disso, foram realizadas atividades de mobilização social com os participantes deste grupo abordando a relação entre o Sistema Único de Saúde (SUS) e os movimentos sociais, e seu direito garantido ao acesso à saúde e à atividade física.

Figura 2. Grupo Normaliza em atividade de educação em saúde no acampamento Emília Maria



Foto: Arquivo do IAF – São Cristóvão, SE.

No mês de novembro de 2023 foi iniciado o grupo “Normaliza” nesse espaço, com o objetivo de desenvolver educação em saúde e estabelecer melhorias na condição de saúde da população hipertensa e diabética ampliando sua autonomia num modo de vida mais saudável.

Desafios

Os relatos de trabalhadores rurais afirmando que já realizam AF durante o trabalho na agricultura refletem que a cultura de AF no lazer ainda é um grande desafio. Outros desafios encontrados são a falta de espaço físico adequado à prática de AF, a distância da UBS e um transporte público ineficiente até o local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse período identificamos uma maior adesão dos trabalhadores rurais no grupo de AF e nas atividades de mobilização social, resultado do trabalho de conscientização realizado pelos profissionais de saúde e do maior entendimento dos trabalhadores rurais de que a AF é um direito. Além disso, identificamos melhores níveis de controle de hipertensão arterial e diabetes dessa população e relatos de melhor qualidade da saúde, o que impacta diretamente na atividade laboral rural.

Disseminação da experiência

O trabalho de base do programa IAF (Incentivo à Atividade Física) com a população de trabalhadores rurais do assentamento MST Emília Maria resulta não apenas na melhoria dos indicadores de qualidade de vida e cidadania, como também gera metodologia, experiência técnica na área do trabalho de saúde da família e ainda serve de referência para outras localidades de trabalhadores agrícolas do país. Pensar na possibilidade de multiplicar essa experiência de AF com outros profissionais de Educação Física em saúde e a criação de um modelo de atenção básica aos trabalhadores da agricultura familiar na promoção da saúde aparenta ser uma realidade possível.

REFERÊNCIAS

- BECKER, Leonardo; GONÇALVES, Priscila; REIS, Rodrigo. Programas de promoção da atividade física no Sistema Único de Saúde brasileiro: revisão sistemática. *Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde*, v. 21, n. 2, p. 110-122, 2016.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. Programa Academia da Saúde: caderno técnico de apoio à implantação e implementação, 2019.
- GOMES, Grace Angélica de Oliveira *et al.* Barreiras para prática de atividade física entre mulheres atendidas na Atenção Básica de Saúde. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 41, p. 263-270, 2019.
- WANZELER, Felipe S. C.; NOGUEIRA, Júlia A. D. Atividade Física em populações rurais do Brasil: uma revisão de literatura. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, v. 27, n. 4, p. 228-240, 2019.

4. Saúde popular e educação: uma prática das agentes populares de saúde no assentamento Contestado

Camila Fernanda Detro Correia, Denice de Campos, Jéssica Cordeiro de Godoi Kotarski, Maria Natividade de Lima, Olivia Dias Leal, Sirlei Aparecida de Oliveira

INTRODUÇÃO

Este texto relata as experiências de saúde popular do Setor de Saúde do Assentamento Contestado, localizado no município da Lapa, Paraná. O assentamento nasceu da conquista coletiva das famílias organizadas no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Sua história propriamente dita se inicia com a ocupação realizada por 60 famílias, no ano de 1999. Hoje, a área é dividida em 108 lotes nos quais vivem aproximadamente 192 famílias, totalizando cerca de 500 pessoas.

Ao longo dos 40 anos do MST, já nas primeiras ocupações, foi compreendida a importância de um método de organização que suprisse as demandas e necessidades das famílias de maneira coletiva. Desde os primórdios do acampamento, e agora no assentamento, as famílias estão organizadas em núcleos de base e setores de saúde, educação, produção, esporte e lazer etc. Todos/as, no MST, devem estar inseridos em um núcleo de base e em um setor ou coletivo de trabalho.

O setor de saúde dentro do assentamento é constituído por, pelo menos, um integrante de cada núcleo de base, e possui um coordenador geral. Seu objetivo não é somente cuidar dos doentes, mas principalmente trabalhar a promoção da saúde e a prevenção das doenças. No assentamento do Contestado, as famílias residem nas unidades familiares, temos um complexo educacional composto pela Escola Municipal do Campo do Contestado que atende aos primeiros anos escolares e o Colégio Estadual com o Ensino Fundamental e Médio. Nos níveis técnico e superior, o assentamento abriga a Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA), que recebe educandos/as de diversas regiões do Brasil e internacionalistas, e oferece dois cursos: Tecnologia em Agroecologia, em parceria com o Instituto Federal do Paraná; e Licenciatura em Educação do Campo (Lecampo), em parceria com a Universidade Federal do Paraná, campus Litoral.

Na área da produção, contamos com a sede da Cooperativa Terra Livre, responsável por receber, processar e comercializar a produção dos assentados, além de oferecer implementos, insumos e assistência técnica aos associados. Ademais, o assentamento conta com um campo de futebol para a prática de esportes; o Centro Cultural Casarão para apresentações artísticas e eventos da comunidade; igrejas de várias vertentes religiosas; uma Unidade Básica de Saúde Chica Pelega e seu horto medicinal, assumindo o papel de estruturas centrais para o desenvolvimento das experiências de disseminação e promoção da saúde popular por meio da educação.

Trata-se, então, de uma extensa história de lutas com a Secretaria Municipal de Saúde e o Ministério da Saúde, que culminou, em dezembro de 2016, na conquista de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) para o território do Assentamento Contestado. A estrutura da UBS conta com consultórios médicos e odontológicos e, entre outros espaços, destaca-se o espaço destinado às terapias complementares e manipulação das ervas medicinais. Com relação ao controle social, destacamos a participação há mais de 10 anos de duas assentadas no Conselho Municipal de Saúde.

É nesse contexto que a pesquisa e o trabalho sobre plantas medicinais, desenvolvido por um grupo de mulheres assentadas, ganha relevância e o envolvimento da comunidade, principalmente educandos/as. Este texto centra-se em oficinas realizadas com crianças da escola municipal e com os jovens graduandos da ELAA.

DESENVOLVIMENTO

Somos mulheres assentadas e estamos à frente do cuidado da saúde das famílias do Assentamento Contestado, que vai desde a luta pela garantia do saneamento básico e o cuidado com a água que tomamos, passando pela atenção ao ambiente, embelezamento do assentamento, produção de comida e o compromisso com o cultivo de alimentos livres de agrotóxicos e espécies transgênicas. Além destas ações produtoras de saúde no seu sentido integral, realizamos mais especificamente diversas práticas da saúde popular: benzimentos, bioenergia, fitoterapia, auriculoterapia e florais.

Ressaltamos, contudo, que nossas práticas são fundamentadas na escuta. Assim, partimos da premissa que para entender de onde vem a dor é imprescindível acolher e ouvir o sujeito em uma abordagem holística, entendendo que a totalidade do que nos compõe perpassa o corpo físico, emoções, sentimentos, espiritualidade e a forma como nos relacionamos com os outros e com a natureza, pois o ser humano é parte indissociável de toda esta realidade.

O benzimento é uma prática intergeracional. Na comunidade, temos três benzedoras que atendem sempre que procuradas. Quanto às outras práticas realizadas na UBS, a bioenergia tem a periodicidade de duas vezes ao mês e a auriculoterapia ocorre semanalmente. Da mesma forma, o cultivo e uso de plantas medicinais é uma prática muito antiga e presente

em diversas culturas. No assentamento, essa prática é incentivada e mantida por diversas famílias que utilizam as plantas para tratamentos caseiros.

Com a construção da UBS, iniciou-se o cultivo de plantas medicinais também em terreno anexo à unidade, a partir do levantamento das variedades de plantas medicinais já presentes no território do assentamento. Cabe ressaltar a importância do coletivo de mulheres neste processo, incluindo mulheres jovens que têm participado e garantido a continuidade da prática. Nos encontros periódicos, realizamos o cultivo, a troca de mudas, a partilha e a manipulação das plantas, gerando os produtos fitoterápicos utilizados pelo Setor de Saúde.

A iniciativa e as temáticas das oficinas realizadas, separadamente, com as crianças da escola municipal e com os estudantes da ELAA, de ambas as graduações já mencionadas, surgem de demandas levantadas por esses sujeitos, e encontraram vazão e possibilidades de respostas a partir da organicidade do MST, por meio do Setor de Saúde e do Setor de Educação.

Por isso, ao início de cada etapa do curso na ELAA, educandos, corpo pedagógico da escola e setor de saúde do assentamento se reúnem e planejam as oficinas de pomadas, tinturas e florais, e os mutirões de cuidado no horto para plantio, colheita e secagem das ervas.

Logo, as oficinas, para além de suprir as demandas cotidianas das turmas, cumprem com o papel fundamental de formação dos sujeitos, pois eles têm o desafio de compartilhar e multiplicar os saberes ancestrais nas suas comunidades, tendo em vista que são oriundos de diferentes regiões do Brasil e da América Latina, enriquecendo ainda mais o processo ensino-aprendizagem.

Entendendo que a base fundamental da formação humana está no trabalho com a infância, o setor de saúde também atua com a escola municipal, desenvolvendo ações na Educação Infantil e com o Ensino Fundamental no intuito de apresentar as ervas medicinais e as atividades desempenhadas pelo setor de saúde.

Assim como ocorreu com os alunos de graduação, as atividades com as crianças também partiram de demandas levantadas por esses educandos durante aulas e visitas nos espaços da comunidade, sobretudo na UBS. Logo, desenvolvemos práticas de saúde comunitária, visitas, palestras e atividades práticas do setor de saúde com as turmas.

Na atividade realizada em parceria com a Escola Municipal do Campo do Contestado, os temas foram o reconhecimento das plantas medicinais, a produção de chás, tinturas e pomadas. Abordamos informações de como são preparados e usados estes remédios caseiros, quais as propriedades medicinais de cada planta e a atenção necessária aos procedimentos de colheita: respeitar as fases da lua e os horários adequados, o respeito referente à natureza e às plantas enquanto seres vivos. As atividades teóricas foram solidificadas com a prática, quando os educandos puderam observar e participar do trabalho aplicando os conhecimentos adquiridos durante as oficinas dentro do horto medicinal: no plantio, na limpeza, na colheita

e cuidando das ervas. Como forma de concretização, os educandos confeccionaram plaquetas identificadoras para cada planta presente no horto medicinal da UBS. Nesse sentido, a relação do setor de saúde com a escola e os educandos é fortalecida pelo trabalho contínuo, permitindo que as crianças conheçam e aprendam mais sobre estas e outras práticas e a importância delas na nossa comunidade.

Desafios

Os principais desafios enfrentados foram relacionados à persistência e ao fortalecimento da construção coletiva na busca pelos direitos de acesso à saúde, visto que o comportamento que impera na sociedade são ações individuais para resolver problemas individuais, por isso a importância de fomentar sempre o diálogo e práticas coletivas, ampliando o conhecimento de todos por meio de cursos, oficinas e formação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas populares de saúde continuam se mostrando muito importantes para a comunidade do Assentamento Contestado, pois representam uma forma de cuidado com o corpo e com a mente por meio da cultura popular. Além disso, essas práticas também resultam em resistência cultural, mantendo viva a tradição dos povos originários e valorizando conhecimentos ancestrais. No caso dos tecnólogos em agroecologia, houve a aproximação do conhecimento popular ao saber elaborado na universidade, gerando novos conhecimentos e novas pesquisas.

Disseminação da experiência

Sabe-se que o cuidado à saúde do Assentamento Contestado já é referência para os demais assentamentos do MST. Internamente, o trabalho com as escolas mantém viva a saúde popular, tão importante para as populações que vivem no campo, mas também amplia e divulga a prática. Como propagação da experiência, as crianças levaram para casa mudas com a tarefa de apresentar aos familiares as plantas que conheceram no Horto Medicinal, bem como foram desafiadas a trazer de casa novas plantas que não constavam no Horto, garantindo assim, por um lado, a ampliação do repertório, e, por outro, a pertença construída no imaginário das crianças.

O espaço da universidade também é um espaço em disputa, onde os saberes ancestrais devem estar presentes como resgate e valorização da memória dos povos do campo. São saberes que não devem cair no esquecimento, ao contrário, devem ser valorizados, respeitados e multiplicados.

5. Psicologia e promoção de saúde em um território quilombola

Bianca Silva Araujo, Thiárita Carneiro Lima, Angela Francielly Candido da Silva, Geraldo Gomes de Maria, Manuella Castelo Branco Pessoa, Manuele Maria Gomes dos Santos, Wesley Jordan Pereira da Silva

INTRODUÇÃO

Este relato técnico aborda as experiências do projeto “Psicologia e Economia Solidária: ações em saúde do/a trabalhador/a em um quilombo”, com duração de sete meses e o objetivo de realizar ações de promoção à saúde junto a trabalhadores(as) em um quilombo situado em Areia/PB. Trata-se de um projeto público, vinculado ao departamento de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e tem como equipe uma docente orientadora, extensionistas graduandos e quatro colaboradores.

Para desenvolver ações com a população quilombola é preciso compreender as especificidades do contexto sócio-histórico que perpassa as suas trajetórias de vida. Os quilombos surgem como um movimento de resistência contra o sistema escravista, constituído por pessoas negras que fugiram da condição de escravizados e elaboraram núcleos de produção e organização social. Assim, as gerações de pessoas que fazem parte desses territórios até os dias atuais são marcadas pelas lutas à opressão histórica e pelos modos que desenvolvem seu trabalho e formas de socialização (Silva e Santos, 2021).

Este projeto se baseia na Psicologia Social do Trabalho (PST) para construir uma prática crítica e contextualizada das experiências desses(as) trabalhadores(as) (Bernardo *et al.*, 2015). Também nos princípios da ergologia e da Economia Popular, compreendendo que os/as trabalhadores(as) são protagonistas na transformação dos contextos de trabalho, os coletivos de trabalho são um dos mecanismos-chave no processo de promover saúde (Souza e Athayde, 2011) e que a organização do trabalho por meio da Economia Solidária (ES) se configura como uma das possibilidades de desenvolvimento do território (Silva *et al.*, 2021).

Procura-se contribuir com o eixo temático escolhido, apresentando as ações de assessoramento aos(as) trabalhadores(as) do quilombo e de promoção de discussões e reflexões sobre, entre outros, a saúde mental do(a) trabalhador(a) rural, questões de

gênero e raça, papel da juventude e relações e organização de trabalho. Isso possibilita a práxis de uma psicologia comprometida com espaços historicamente invisibilizados, que sofrem com a perpetuação da precarização no acesso ao direito à saúde.

Objetivos

Objetivo geral

Fomentar ações de potencialização da saúde dos/as trabalhadores/as de um quilombo localizado em Areia/PB.

Objetivos específicos

Como objetivos específicos: garantir aos(as) trabalhadores(as) do quilombo um espaço de diálogo sobre suas vivências como trabalhadores/as; possibilitar discussões sobre saúde e adoecimento no trabalho; facilitar discussões sobre os princípios da economia solidária, sobretudo trabalho e solidariedade; e contribuir com a formação de estudantes de graduação acerca do tema da saúde do trabalhador.

Metodologia

Este projeto direcionou-se aos membros da Associação Comunidade Negra Senhor do Bonfim. Ele buscou conduzir Encontros sobre o Trabalho (EST), uma ferramenta da ergologia que possibilita reflexões sobre o trabalho por meio de diálogos. Os encontros exploraram temas relacionados à importância do trabalho para esses indivíduos, à colaboração no trabalho e à produção coletiva, assim como tópicos que emergiram nas discussões. Durante essas atividades foi adotada a abordagem da escuta qualificada, embasada nos princípios da Educação Popular.

Nas visitas ao campo, utilizou-se da técnica de observação participante, escolhida por ser uma via de aproximação com os/as trabalhadores/as, a fim de conhecer o território e compreender como organizam seu trabalho, os fatores que influenciam nele, e as demandas. Os extensionistas fizeram registros em diários de campo sobre a vida cotidiana, eventos significativos e análises do aspecto psicológico do trabalho. Além disso, o projeto realiza reuniões semanais para discutir materiais teóricos e para supervisão técnica sobre as atividades no campo.

DISCUSSÃO E REFLEXÃO

Realizou-se idas mensais na sede da associação em Areia/PB, junto aos(as) trabalhadores(as) quilombolas, cuja história é marcada pela luta territorial, tendo suas identidades e subjetividades constituídas por meio da luta pela terra. Buscou-se entender o processo de reconhecimento da identidade quilombola e de produção e organização

enquanto empreendimento solidário. Também o acompanhamento semanal dos(as) trabalhadores(as) na feira agroecológica em João Pessoa/PB. Nesse espaço, os estudantes atenderam às demandas que surgiram, auxiliando, por exemplo, no atendimento ao cliente e na organização do espaço físico, assimilando como são estabelecidas as relações entre os(as) trabalhadores(as) e compradores.

A prática possibilitou consolidar laços com os(as) trabalhadores(as), proporcionando espaços de diálogo na feira, onde eram abordados temas como: saúde física e mental; relacionamento com clientes; logística de preços; adversidades da rotina de trabalho e estratégias para superá-las; aspectos das histórias de vida; relação com a terra; relacionamentos interpessoais; e questões de gênero, raça e classe. A escuta e o diálogo estabelecidos foram importantes na atenção à saúde mental desses sujeitos.

Sobre a juventude trabalhadora rural, percebeu-se que ela se distancia das atividades tradicionais ligadas à agricultura, visto que a migração rural-urbana é comum entre os jovens em busca de outras oportunidades. Todavia, as experiências no trabalho urbano podem levar a frustrações, ocasionando o retorno ao campo.

A crescente precarização e desemprego enfrentados pela juventude brasileira, especialmente rural, destacam a urgência de estabelecer estratégias que combatam as disparidades socioeconômicas, sendo a EST potencial solução ao proporcionar relações de trabalho mais estáveis e equitativas, especialmente em áreas rurais (Liboni e Heloani, 2016). Este foi um aspecto observado. Após uma das reuniões do projeto, por exemplo, uma jovem trabalhadora quilombola decidiu retomar suas atividades na associação.

A prática também possibilitou observar como as mulheres do quilombo são atravessadas pelas questões de gênero. Lá, muitas não estão incluídas no processo de produção, assumindo o trabalho doméstico/do cuidado. Esse dado traz à superfície a discussão da divisão sexual do trabalho, por vezes esquecida, já que essa atividade realizada em sua maioria pelas mulheres é descaracterizada como trabalho, gerando um efeito em que nem a própria o identifica como tal (Hirata e Kergoat, 2007).

Por demanda delas próprias, realizou-se uma roda de conversa sobre a questão de gênero, trabalho e identidade quilombola, uma experiência importante para a maior aproximação com essas mulheres. O momento possibilitou compreender os impactos da identidade quilombola nelas, quais os papéis ocupados e quais almejam ocupar, suas relações com o território e de que forma acessam e produzem saúde. Além disso, a ação despertou nas trabalhadoras o interesse de outro momento sobre o papel da psicologia nesse contexto.

Acredita-se que a percepção dos(as) trabalhadores(as) sobre o projeto é importante. Na visão de um deles, o projeto promove aprendizado, auxiliando-o a lidar com a comercialização e o público da feira. Para ele, a psicologia é fundamental porque o

trabalhador do campo encontra-se cansado devido à carga de trabalho. Sentar-se em roda, discutir e refletir sobre elementos despercebidos no cotidiano de trabalho proporciona bem-estar, alívio e renovação. Discutir as dimensões psicológicas proporciona ao trabalhador um espaço de catarse dos problemas enfrentados em sua práxis. Coloca-se assim em evidência o papel da universidade de promover mais espaços como os que o projeto proporciona, visto os benefícios aos(as) trabalhadores(as), no entendimento de que os espaços de diálogo, assim como as demais ações de saúde, fortalecem os trabalhadores rurais, possibilitando construir perspectivas futuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto voltou sua atuação para o trabalho rural agroecológico, que possui pouco enfoque na psicologia, orientado pelos princípios da ES. A aproximação ao campo pela extensão, ainda atuante, se destaca pela construção de saberes e práticas que promovem um olhar ético e politicamente comprometido com as demandas sociais. Consolida-se, assim, um dos objetivos do projeto: a formação de estudantes de graduação sobre ST, uma vez que na construção de uma psicologia comprometida com a luta dos movimentos sociais e com o conceito de saúde ampliada, a ES é um movimento a ser estudado, principalmente nos contextos rurais e agroecológicos.

O acompanhamento na feira contribuiu para o desenvolvimento de sistemas agroalimentares saudáveis, sustentáveis e justos, uma vez que fortalece espaços de comercialização de alimentos agroecológicos, possibilita o acesso a alimentos saudáveis na cidade e promove soberania alimentar por meio da comercialização justa, aliada a um consumo solidário e consciente.

Quanto às especificidades das mulheres e dos jovens trabalhadores rurais, o projeto impactou na formação da equipe e dos(as) trabalhadores(as), promovendo a criação coletiva de perspectivas sobre a interligação entre saúde mental e trabalho, com foco na intersecção de gênero e juventude, destacando oportunidades para promover mudanças, autonomia e sucessão rural. Ações como a realizada com as mulheres quilombolas alinham-se aos objetivos do projeto, uma vez que promovem espaços para que as trabalhadoras falem sobre, por exemplo, suas vivências e sobre adoecimento e saúde no trabalho.

Assim, o projeto conseguiu proporcionar aos(as) trabalhadores(as) do quilombo um ambiente propício para o diálogo sobre as suas vivências de trabalho. Tais espaços mostraram-se catalisadores de ações e discussões significativas sobre saúde e adoecimento no trabalho, possibilitando, entre outros, o acesso à saúde mental de maneira ampliada, aspecto que foi reconhecido por um dos trabalhadores.

Como desafios, encontram-se as limitações de investimento, uma vez que a associação está localizada em Areia/PB. O deslocamento é financiado pela universidade,

que nem sempre possui recursos a dispor. Tal fato pode ter acarretado cancelamentos de visitas ao território.

Por fim, evidencia-se a importância da atuação da psicologia nos contextos das ruralidades. A atuação do psicólogo propicia, por exemplo, que o grupo se torne um espaço dialógico de solidariedade e cooperação, em que os(as) trabalhadores(as) se engajam em lutas coletivas contra a opressão e demais injustiças sociais, possibilitando a construção de alternativas que visam a promoção de saúde.

REFERÊNCIAS

- BERNARDO, M. H.; SOUSA, C. C.; PIZÓN, J. H. & SOUZA, H. A. A práxis da psicologia social do trabalho: reflexões sobre possibilidades de intervenção. *In: COUTINHO, M. C. et al. (orgs.), Psicologia social e trabalho: perspectivas críticas*. Florianópolis: Abrapso, 2015, cap. 1, p. 16-39.
- SILVA, L. S. R.; REIS, A. A.; COTA, R. G.; COSTA, G. S.; SILVA, J. S. O território quilombola e sua luta por emancipação, empoderamento e autonomia: desafios e oportunidades, à luz da economia solidária. *Revista da ABPN*, v. 13, n. 38, p. 139-170, 30 nov. 2021. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1209>. Acesso em: 02 out. 2023.
- SILVA, M. G. A.; SANTOS, E. F. Dos (des)encontros entre psicologia, políticas públicas e comunidades quilombolas: reflexões a partir de uma revisão de literatura. *Revista da ABPN*, v. 13, n. 38, p. 345-366, 30 nov. 2021. <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1286>. Acesso em: 02 out. 2023.
- SOUZA, W. F.; ATHAYDE, M. Com quantos gestos se faz uma gestão em saúde? *Tempus-Actas de Saúde Coletiva*, v. 5, n. 1, p. 135-157, 05 março 2011. www.tempusactas.unb.br/index.php/tempus/article/view/923. Acesso em: 02 out. 2023.
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDv-FqRmdsBWQ/abstract/?lang=pt. Acesso em: 02 out. 2023.
- LIBONI, M. T. L.; HELOANI, J. R. Juventude rural, trabalho e identidade: a experiência de participação em empreendimento rural de Economia Solidária. *Otra Economía*, v. 10, n. 18, p. 64-76, 23 ago. 2016. <https://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/view/otra.2016.1018.06>. Acesso em: 02 out. 2023.

6. Ações em saúde do trabalhador junto a um empreendimento agrícola agroecológico solidário

Radmila Raysha Santana de Oliveira, Manuella Castelo Branco Pessoa, Daniel de Oliveira Silva, Renato Genuíno de Oliveira Santos, Vitória Sampaio Monteiro Furtado, Brenda Cibelle Martins da Silva, Maria Letícia da Costa Nascimento

INTRODUÇÃO

Este relato de experiência aborda as atividades desenvolvidas em um projeto de extensão do curso de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com *campus* na cidade de João Pessoa (PB). O público do projeto é a Associação de Agricultores e Agricultoras Agroecológicos da Várzea Paraibana (Ecovárzea), que possui trabalhadores(as) associados nos assentamentos Padre Gino; Dona Antônia; Dona Helena; Rainha dos Anjos; Boa Vista e 21 de abril. Os assentamentos estão territorializados nos municípios de Sapé, Conde, Cruz do Espírito Santo e Marí, na região da várzea do estado da Paraíba, Brasil. As ações relatadas aconteceram entre agosto de 2022 e julho de 2023, sendo o projeto recentemente aprovado para uma nova vigência que vai até o final de 2024.

O projeto contou com encontros periódicos de supervisão das estudantes com a professora-orientadora, no qual ocorriam discussões acerca dos aspectos teóricos e relatos das visitas em campo. Para dar base à prática, adotamos a perspectiva crítica da Psicologia Social do Trabalho (PST), visando embasar as ações em saúde do trabalhador. A PST se trata de uma psicologia social que discute os fenômenos do trabalho e conta com aspectos que a singularizam, não descontextualizando sua prática do contexto sócio-histórico, buscando uma atuação ética não liberal e dialogando com diversas áreas do saber. A PST propõe uma atuação voltada à emancipação humana, focando em aspectos como a saúde do trabalhador, autogestão e práticas libertadoras, compreendendo as limitações impostas pelo sistema econômico vigente (Coutinho; Bernardo; Sato, 2018).

Em razão, a referida perspectiva busca dar visibilidade às necessidades dos(as) trabalhadores(as) e apontar condições e formas de organização do trabalho geradoras de adoecimento, assim como pensar possibilidades de intervenção para transformar o

trabalho, tendo por referência os direitos de cidadania dos trabalhadores e trabalhadoras (Coutinho; Bernardo; Sato, 2018). Adere-se assim à perspectiva de saúde proposta por Canguilhem, na qual não pode ser concebida de forma dicotômica em relação à doença, mas enquanto movimento e possibilidade de criação de novas normas à vida (renormalizações/renormalizações), compreendendo que a saúde deve ser abordada de maneira integral, estando sujeita a determinantes sociais (Canguilhem, 2009).

A Economia Solidária (ES), por sua vez, é um campo de estudo-intervenção promotor de uma práxis libertadora na medida em que se propõe a pensar e construir relações de trabalho igualitárias, com seus desafios e contradições (Furtado, 2011). Organizando-se a partir de princípios como solidariedade, igualdade, cooperação e democracia, se configura na prática a partir de uma autogestão democrática e de posse coletiva dos meios de produção. Assim, compreende-se a importância da inserção da psicologia a partir do cotidiano desses trabalhadores(as), sendo uma possibilidade de contribuição à construção do conhecimento, processos de reflexão, consciência e promoção à saúde de trabalhadores(as) de empreendimentos solidários (Coutinho; Furtado; Raitz; 2015), auxiliando o desenvolvimento da soberania alimentar por meio da agricultura familiar agroecológica, e consequentemente fortalecendo sistemas agroalimentares de produção orgânica, sustentável e justa.

Objetivos

O projeto tem como objetivo a promoção da saúde dos(as) trabalhadores(as) de empreendimentos solidários, visando criar um espaço dialógico onde os trabalhadores(as) possam compartilhar suas vivências por meio de uma escuta especializada.

Objetivos específicos:

- promover ações de intervenção sobre as questões relacionadas ao processo de saúde-doença no trabalho;
- incentivar debates sobre os princípios da Economia Solidária;
- contribuir com a formação de estudantes acerca do tema da saúde do trabalhador e da atuação na Psicologia do Trabalho, por meio da articulação de conhecimentos entre a teoria e a prática, concomitantemente preparando-os/as para a atuação profissional no campo da Economia Solidária.

Metodologia

Os primeiros contatos foram realizados pela coordenadora do projeto, e após interesse dos(as) trabalhadores(as), o projeto foi submetido ao edital de Extensão Universitária da instituição. Com a aprovação deste, as alunas da graduação em Psicologia começaram a realizar as observações participantes, que consistiam em realizar o acompanhamento

dos(as) trabalhadores(as) no processo de comercialização, como uma forma de construir o vínculo e também as demandas daquele coletivo. Tais escutas tinham como perspectiva a promoção da saúde, com enfoque no fortalecimento do coletivo de trabalhadores(as) e na formação em Economia Solidária, tomando como base a educação popular, respeitando o encontro de saberes ali promovido.

Com isso, foi possível realizar uma imersão na realidade estudada, conhecendo o território e sua história, as demandas e configurações laborais nas quais os(as) trabalhadores(as) estão inseridos(as), compreendendo os principais determinantes sociais de saúde-doença e os mecanismos adotados na produção de saúde. No decorrer da vigência do projeto, realizaram-se reuniões semanais de formação teórico-conceitual e de supervisão das ações em campo, junto à professora orientadora e coorientador do projeto. As ações de campo ocorreram tanto no território das comunidades (os assentamentos), onde acontece a maior parte do processo de produção, quanto na Feira da Ecovárzea, espaço de comercialização na própria universidade. Durante as ações práticas, eram realizados registros nos diários de campo, propiciando que cada extensionista pudesse registrar suas afetações suscitadas durante os momentos junto aos(as) trabalhadores(as).

Na formação teórica, realizou-se discussões críticas quanto a temáticas referentes à centralidade do trabalho, seu significado e os sentidos construídos, a inserção da juventude no trabalho e o papel da mulher na ES, assim como a relação entre solidariedade e trabalho e suas reverberações nas transformações das relações laborais. Concomitantemente, discutiu-se as experiências existentes da psicologia do trabalho nesse campo de estudo/pesquisa e atuação profissional, assim como sua relevância na luta por justiça social e pelo direito ao trabalho digno. Essa junção entre formação continuada e supervisão permitiu uma atuação contextualizada, realizando uma síntese entre a articulação dos saberes constituídos (teórico-conceituais) e dos saberes investidos (saberes dos trabalhadores).

DISCUSSÃO E REFLEXÃO

No decorrer do projeto, os(as) trabalhadores(as) trouxeram várias demandas que estavam ancoradas sobretudo na complexidade da realização de sua atividade de trabalho, e no quanto esta os(as) mobiliza. Um dos jovens trabalhadores, que se encontra na autoria deste relato, afirma que a agricultura é uma profissão com muitas pressões e incertezas, as quais acarretam sofrimento e afetam diretamente a qualidade de vida e o processo produtivo dos(as) trabalhadores(as). Em sua fala, o trabalhador reconhece que o acompanhamento psicológico pode auxiliar os(as) agricultores(as) a

desenvolverem estratégias para lidar melhor com essas emoções, reduzindo assim os níveis de estresse e ansiedade.

De acordo com os relatos dos(as) trabalhadores(as), constatou-se reverberações das ações em âmbito individual (singular) e coletivo, culminando na troca de conhecimento entre os(as) estudantes do projeto, os(as) trabalhadores(as) e também a população geral que frequenta o espaço de comercialização dos produtos. Dentre os resultados, foi possível observar a promoção da autonomia dos trabalhadores(as) na identificação dos aspectos de prazer/sofrimento no/pelo trabalho e na produção-gestão do cuidado em saúde dentro das suas dinâmicas laborais. O impacto que a presença das extensionistas gerou foi relatado pelos(as) agricultores(as) tanto em relação à criação de um vínculo afetivo quanto ao desenvolvimento de uma nova forma de voltar o olhar para questões de saúde mental, sobretudo no trabalho, evidenciando a ausência de atividades de cuidado e lazer nos territórios.

Durante as escutas em campo, os(as) próprios(as) trabalhadores(as) reconheceram a centralidade nociva do trabalho como algo que pode gerar um adoecimento a longo prazo. Notou-se também a forma como estes compreendem o trabalho não como elemento isolado de suas vidas, mas como algo intrínseco a outros aspectos, influenciando não só na saúde, mas também nas relações afetivas, desenvolvimento pessoal e profissional, consciência política e compreensão das vivências de classe, raça e gênero. Para além disso, foi possível identificar o fortalecimento do coletivo, bem como o fortalecimento da soberania alimentar por meio do modo de produção solidário, orgânico e agroecológico, a despeito dos(as) trabalhadores(as) encontrarem dificuldades em preservar esses valores, dado como outros agricultores dos territórios dos assentamentos pensam e se organizam em descontração a estes aspectos.

Dentre os resultados de impacto interno e externo, destacou-se que, por meio do contato com projetos de outras áreas, buscados em função das demandas dos(as) agricultores(as) e da percepção das limitações da psicologia enquanto profissão, o projeto contribuiu para uma integração maior entre os(as) trabalhadores(as) e a universidade, assim como para uma melhor efetividade na proposta de cuidado integral. Ele também foi importante na ampliação do processo formativo dos(as) estudantes extensionistas, promovendo contato com áreas que, *a priori*, não possuem proximidade com a psicologia, e facilitando o acesso dos(as) trabalhadores(as) a elementos que por vezes não são acessados nem mesmo por meio das políticas públicas, mas que são de extrema relevância à produção de saúde.

Observa-se que as consequências positivas para o desenvolvimento educacional e intelectual dos estudantes foram imensuráveis. A visualização dos conceitos aprendidos ao longo da formação no campo gerou uma nova percepção sobre as teorias estudadas,

além de evidenciar a ineficácia da aplicação de técnicas sem o conhecimento da historicidade dos territórios e dos sujeitos que serão público-alvo da ação, por conseguinte demonstrando que nada é efetivo se não for elaborado e produzido com os(as) trabalhadores(as). Desta forma, visualiza-se que o projeto foi frutífero por proporcionar uma atuação interdisciplinar e interprofissional de fortalecimento social que possui impactos diretos e indiretos sobre a saúde dos(as) trabalhadores(as).

Conclusão

O projeto promoveu ações de saúde voltadas ao trabalho, levando-se em consideração as especificidades geracionais, raciais/étnicas, de gênero e classe, além das particularidades originadas de serem um grupo de agricultores, visto que o conceito de saúde engloba fatores sócio-históricos. No que se refere à inserção da psicologia nesse campo, essa experiência de extensão se destaca, dado que historicamente essa foi uma ciência que caminhou coadunada com os interesses das classes mais abastadas, marginalizando povos e comunidades tradicionais.

Nesse sentido, o projeto possui grande importância na produção de conhecimento comprometido socialmente e alinhado às demandas da classe trabalhadora, sendo essencial na construção do reconhecimento da função social do saber-fazer desses agricultores, promovendo assim a visibilização e manutenção de sistemas agroalimentares saudáveis, pensando desde a produção e comercialização até as relações de trabalho. Outrossim, esses espaços são essenciais para a ressignificação de elementos trazidos pelos(as) trabalhadores(as), visto que, ainda que trabalhem sob a ótica da ES, produzindo de modo sustentável e zelando pelas relações de trabalho que são estabelecidas, ainda estão inseridos em um sistema macro que naturaliza a exploração e a violência. O que leva, por vezes, ao não reconhecimento ou minimização de aspectos produtores de sofrimento.

Os desafios enfrentados pelo projeto se relacionam sobretudo à falta de recursos financeiros e de mobilidade, visto que os agricultores são de vários assentamentos e o transporte depende da Universidade. Esse fator impacta o desenvolvimento das ações, limitando o contato aos trabalhadores que estão envolvidos na comercialização, majoritariamente homens de meia idade. Em virtude disso, as ações relativas à juventude e às mulheres rurais poderiam ser melhor desenvolvidas com visitas mais assíduas ao território, visando fortalecer a autonomia desses grupos, entendendo suas demandas e suscitando reflexões de possibilidades de transformação.

Ressalta-se, apesar disso, que a própria percepção da ausência da juventude e das mulheres nesse processo, e a construção do entendimento do porquê isso acontece, são também aspectos abordados, promovendo reflexões relativas ao gênero e ao etarismo em sua intersecção com o trabalho rural e a saúde. Desse modo, o projeto é de suma

relevância para os trabalhadores da Ecovárzea e para os discentes, contribuindo para a produção de conhecimentos com comprometimento ético-político, auxiliando na manutenção de sistemas agroecológicos com base na economia solidária e fortalecendo camponeses em suas dinâmicas de saúde-trabalho.

REFERÊNCIAS

- CANGUILHEM, G. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- COUTINHO, M. C.; BERNARDO, M.H.; SATO, L. S. (organizadoras). *Psicologia Social do Trabalho*. Petrópolis: Vozes, 2018.
- COUTINHO, M. C.; FURTADO, Odair; RAITZ, T. R. *Psicologia Social e Trabalho: Perspectivas Críticas*. ABRAPSO Editora: Edições do Bosque, 2015.
- FURTADO, O. *Trabalho e solidariedade*. São Paulo: Ed. Cortez, 2011.

7. Criação de banco de germoplasma para o incentivo a projetos de base ecológica de plantas medicinais, aromáticas e condimentares

Lilier R. Santos, Suellen Quadrat de Almeida,
Gisele M. de Araujo, Hugo H. Neves, Marden M. R. Marques

INTRODUÇÃO

O cultivo de plantas medicinais está diretamente relacionado à agroecologia, uma vez que o uso dessas plantas na cura, tratamento, prevenção de doenças ou em rituais religiosos é de conhecimento milenar e, de certa forma, utilizado com grande frequência por povos tradicionais do mundo inteiro.

Segundo Feiden *apud* Aquino *et al.* (2005), a agroecologia é uma ciência ainda em construção, de natureza transdisciplinar que integra inúmeros saberes e conhecimentos de diversas outras ciências, inclusive incorporando o conhecimento tradicional, sendo este, entretanto, validado por meio de metodologias científicas, mesmo que às vezes não convencionais.

A Organização Mundial da Saúde define planta medicinal como sendo “todo e qualquer vegetal que possui, em um ou mais órgãos, substâncias que podem ser utilizadas com fins terapêuticos ou que sejam precursores de fármacos semissintéticos” (Veiga Júnior *et al.*, 2005).

O cultivo de plantas de ação farmacológica, aromáticas e condimentares aumentou significativamente a partir do início deste século, despertando, de certa maneira, uma preocupação por parte da OMS, com relação ao uso inadequado ou de forma descontrolada de algumas dessas plantas, principalmente daquelas menos pesquisadas e das que surgem como milagrosas para determinadas doenças e que rapidamente são exploradas comercialmente e sem nenhum controle.

Segundo Zago (2018), no mundo existem aproximadamente 500 mil espécies vegetais identificadas; destas, cerca de 55 mil espécies existem no Brasil. No entanto, apenas 15% dessas espécies foram estudadas para fins medicinais (Conservation In-

ternational, 2010) e 25% dos medicamentos fitoterápicos registrados são oriundos de espécies vegetais presentes na América do Sul.

O Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CTUR) busca, por meio de suas ações, construir espaços para o uso pedagógico, com os princípios da produção agroecológica aliadas às disciplinas de formação técnica. Neste sentido, alunos e professores dedicam-se para, em conjunto, encontrar iniciativas que direta ou indiretamente despertem nos alunos e, possivelmente, nos agricultores familiares e camponeses o interesse pela utilização de práticas e técnicas atualizadas de produção agrícola de base natural e ecológica.

Baseando-se no exposto acima, propõe-se com o referido projeto o aprendizado sobre as espécies fitoterápicas existentes na região, visando à orientação sobre a sua utilização e o seu cultivo. O projeto “Banco de Germoplasma de Plantas Medicinais, Condimentares e Aromáticas” também irá selecionar e propagar mudas para projetos do CTUR e demais instituições de ensino e pesquisa parceiras. Além das espécies que possuem ação farmacológica, também fazem parte do trabalho de propagação as plantas aromáticas, condimentares e as utilizadas em rituais religiosos.

DESENVOLVIMENTO

Objetivos

Objetivo geral

Criar um banco de germoplasma de plantas de ação farmacológica, condimentares e aromáticas para fomentar o seu cultivo, por meio de projetos que integrem pesquisadores, docentes, discentes e povos tradicionais, proporcionando, entre eles, uma troca de saberes.

Objetivos específicos

- criar um local para o cultivo, visando a propagação de diversas espécies de plantas de ação farmacológica, condimentares e aromáticas;
- aprimorar as técnicas de cultivos, manejo e tratos culturais agroecológicos de espécies de interesse farmacológica, condimentares e aromáticas;
- fomentar o cultivo dessas espécies, por meio de projetos vinculados ao Banco de Germoplasma;
- envolver agricultores familiares, discentes e docentes do CTUR no cultivo dessas plantas;
- promover a geração de renda com o cultivo de plantas de ação farmacológica, condimentares e aromáticas;

- pesquisar a eficiência dos princípios ativos, em parceria com os Institutos de Farmácia e Química da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro;
- desenvolver parcerias com diversas instituições públicas ou privadas para a produção e pesquisa de plantas de ação farmacológica, condimentares e aromáticas.

Metodologia

O projeto “Banco de Germoplasma de Plantas Medicinais, Condimentares e Aromáticas” é um projeto de iniciação científica do Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CTUR), situado no município de Seropédica, no estado do Rio de Janeiro, que possui um docente da instituição como orientador, um técnico administrativo como coorientador, duas discentes da graduação como estagiárias e três discentes do Ensino Médio Técnico em Agroecologia também como estagiários.

São utilizados para a formação do banco de germoplasma seis canteiros, que são tratados e manejados de forma agroecológica, ou seja, respeitando a condução natural de cada espécie, com tratos manuais, sem a adição de agrotóxicos ou quaisquer outros produtos que possam alterar as características químicas dessas plantas. Portanto, plantas infestadas por pragas são podadas ou retiradas do canteiro como prevenção e tratamento de controle. O solo dos canteiros foi revirado manualmente, fertilizado com composto orgânico produzido na própria instituição. O solo analisado não apresentou concentrações de alumínio em níveis elevados, não havendo necessidade de correção do pH com calcário (calagem). A suplementação hídrica é feita artificialmente por aspersores, acionados quando necessário.

As plantas que fazem parte do banco de germoplasma foram trazidas de quintais ou por produtores da região, que também utilizam o manejo natural e ecológico de produção.

DISCUSSÃO E REFLEXÃO

O Projeto “Banco de Germoplasma de Plantas Medicinais, Condimentares e Aromáticas” tem em seu banco de germoplasma mais de 50 espécies de plantas medicinais, aromáticas e condimentares. Outras espécies ainda estão sendo pesquisadas para a correta introdução nos canteiros.

A participação dos estudantes, docentes e estagiários tem sido de grande importância para o aprendizado prático e interdisciplinar. Além de auxiliarem no projeto, estes observam os princípios agroecológicos de produção.

Outros projetos e eventos irão utilizar ou já utilizaram as plantas produzidas pelo banco de germoplasma do “Quintal Medicinal”. Entre os projetos que irão se beneficiar estão o “Farmácia Viva”, que visa a extração de óleos e extratos das plantas; o “Cantinho

do Tempero”, que irá produzir plantas aromáticas e condimentares desidratadas; “Plantas de Terreiros”, que irá fomentar o cultivo agroecológico de plantas utilizadas em rituais religiosos da umbanda e do candomblé em seus próprios terreiros; e o “Chazinho no Quintal”, que visa a capacitação de moradores e estímulo à produção de plantas para chás em canteiros em seus próprios quintais, acompanhados pelos alunos do Curso Técnico em Agroecologia do CTUR. Além desses projetos, estão sendo preparadas áreas para a produção em grande quantidade de citronela (*Cymbopogon winterianus*) e capim-limão (*Cymbopogon citratus*) para o curso de Farmácia da UFRRJ. Entre os eventos, o projeto já foi apresentado na Semana de Agroecologia do CTUR 2022 (3 a 7 de outubro de 2022, CTUR), na 2ª Semana de Licenciatura em Educação do Campo (8 a 12 de maio de 2023, UFRRJ) e na Primeira Mostra dos Povos Originários (27 e 28 de abril de 2023, CTUR).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no projeto, foi possível analisar os resultados apresentados em relação aos objetivos propostos e sua contribuição para o desenvolvimento agrário e da agricultura familiar na promoção da saúde e de sistemas agroalimentares saudáveis, sustentáveis e justos, revelando a importância, os desafios e avanços da experiência.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, M. *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.
- ALTIERI, M. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. 3 ed. ver. ampl. – São Paulo/Rio de Janeiro: Expressão Popular/AS-PTA, 2012, 400p.
- BRASILEIRO, B.G. Plantas medicinais utilizadas pela população atendida no “Programa de Saúde da Família”, Governador Valadares, MG, Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas Brazilian Journal of Pharmaceutical Sciences* v. 44, n. 4, out./dez., 2008. Acesso em: 15 set. 2023. Disponível em: www.scielo.br/j/rbcb/a/TwBRyGvxZsHRXKvSBgdBYPc/?format=pdf
- CONSERVATION INTERNATIONAL. Biodiversity Hotspots. 2010. Disponível em: www.biodiversityhotspots.org/xp/hotspots/Pages/default.aspx. Acesso em: 15 set. 2023.
- FEIDEN, A. Agroecologia: introdução e conceitos. 49-70p. Cap. 2. In: AQUINO, A. M. de; ASSIS, R.L. de; et al. *Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável*. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005. 517p.
- VEIGA JUNIOR, V. F.; PINTO, A. C.; MACIEL, M. A. M. Plantas medicinais: cura segura? *Química Nova*, v. 28, n. 3, p. 519-528, 2005.
- ZAGO, L. de M. S. Vinte e dois anos de pesquisa sobre plantas medicinais: uma análise científica. *Tecnia*, v. 3, n. 1, 2018. Disponível em: www.researchgate.net/profile/LecianaZago/publication/331812300_Vinte_e_dois_anos_de_pesquisa_sobre_plantas_medicinais_uma_analise_cientifica/links/5c8d40e045851564fae0ffd3/Vinte-e-dois-anos-de-pesquisa-sobre-plantas-medicinais-uma-analisecientifica.pdf. Acesso em: 15 de setembro de 2023.

8. Cultivo da passiflora edulis sims: conduzindo mudanças para a promoção da saúde, desenvolvimento econômico e conservação ambiental na Amazônia

Wilson Sabino, Lúcia Cordeiro, Deleon Damasceno Freitas, Rair Silvio Alves, Francely Brandão de Souza, Lilian Regina Furtado Braga, Mauricio Bigolin

INTRODUÇÃO

O projeto surgiu em meados do ano de 2021 a partir do incentivo de membros da Igreja Católica (Arquidiocese de Santarém), que provocaram a universidade com o seguinte questionamento: neste momento da pandemia de covid-19, existe alguma planta medicinal que possa auxiliar no tratamento dos sintomas de insônia, estresse, ansiedade e medo que a população tem enfrentado? Como resultado, a iniciativa se concentrou na produção de fitoterápicos a partir das folhas da planta *Passiflora edulis Sims* (maracujá), em parceria com agricultores familiares de comunidades ribeirinhas. Esta planta é conhecida por suas propriedades terapêuticas que podem aliviar sintomas leves de ansiedade e insônia, que se agravaram na população durante e após o período pandêmico (Silva *et al.*, 2022).

Considerando o cenário relatado, o projeto realizado no município de Santarém, que fica localizado na região Oeste do Pará e que dispõe de uma área geográfica de 17.898,389 km², visou atender às demandas do ambiente urbano e rural. Nas áreas rurais, encontramos várias comunidades ribeirinhas, das quais destacam-se duas pertencentes a este estudo, Parauá e Surucua, ambas localizadas na Reserva Extrativista (Resex) Tapajós-Arapiuns. A proposta de colaboração entre a academia, a Igreja Católica e as comunidades foi bem recebida pelos agricultores que vivem às margens do rio Tapajós. Após várias reuniões, ampliou-se a oportunidade para realização do cultivo de plantas medicinais.

Tal panorama vai ao encontro do conceito abrangente de tecnologia social, visando à aplicação de conhecimento coletivo para abordar problemas sociais e econômicos, com ênfase na melhoria do bem-estar da comunidade e na promoção da igualdade social. Para tanto, o projeto vem se apoiando na experiência exitosa desenvolvida pelo

professor Francisco José de Abreu Matos na década de 1980, no estado do Ceará, que se estruturou no programa Farmácia Viva. Este programa se apresenta em três modelos, sendo o primeiro no cultivo das plantas; o segundo, na transformação da planta medicinal em droga vegetal; e o terceiro, na produção do fitoterápico a partir da droga vegetal. Seu objetivo principal foi utilizar cientificamente plantas medicinais e fitoterápicos para beneficiar a população carente e suprir a falta de acesso à Atenção Básica de saúde (Gomes *et al.*, 2022).

DESENVOLVIMENTO

Objetivo

Promover o cultivo de *Passiflora edulis Sims* (maracujá) em parceria com agricultores familiares de comunidades ribeirinhas, para tratar sintomas de ansiedade e insônia, devido à covid-19, em Santarém, Pará.

Metodologia

A metodologia de trabalho utilizada é a “pesquisa-ação participativa”, ou seja, é uma abordagem que visa aplicar o conhecimento científico de maneira construtiva, comprometida com a resolução de problemas práticos e a promoção da justiça social, por valorizar o envolvimento ativo das partes interessadas e reconhecer a importância dos saberes locais (Novaes; Gil, 2009).

DISCUSSÃO

Participaram do projeto: docentes, residentes multiprofissionais do Programa em Estratégia Saúde da Família para Populações do Baixo Amazonas e acadêmicos da Universidade Federal Oeste do Pará (Ufopa), além de professores(as) de alunos(as) do Ensino Médio e associação de comunitários ribeirinhos das comunidades Surucuí e Parauá. Conta também com a participação da Arquidiocese, Cáritas e Irmãs Franciscanas de Maristella, além do Ministério Público Estadual (MPE) da 13ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente do Estado do Pará. Todo este arcabouço interinstitucional, multiprofissional e multidisciplinar está sendo desenvolvido para a utilização de plantas medicinais nativas e cultivo das que são de interesse do Sistema Único de Saúde (SUS), articulado com a produção de fitoterápicos, iniciando-se com a *passiflora*. Além disso, conta com a parceria do Núcleo de Estudos em Agroecologia (NEA Muiraquitã) da Ufopa, com o objetivo de se aproximar do conhecimento e das práticas agroecológicas envolvendo a participação direta de agricultores(as) familiares, agricultores(as) tradicionais, povos das florestas, dos campos e das águas.

O projeto alcançou marcos significativos, incluindo o sucesso na garantia da segurança, eficácia e qualidade no acesso e uso de plantas medicinais e fitoterápicas. Isso foi alcançado por meio de um serviço de acompanhamento farmacoterapêutico, atendendo às regulamentações para garantir boas práticas de manipulação. Nas comunidades Parauá e Surucuí, localizadas na Resex Tapajós-Arapiuns, e em uma outra comunidade quilombola (Tiningu), situada na região do Baixo Amazonas às margens do rio Maicá, a 47 km do Município de Santarém, o acompanhamento farmacoterapêutico ocorreu por telefarmácia (*online*). Na área urbana, este mesmo processo ocorreu presencialmente na Bela Vista do Juá, uma área de ocupação do município.

O incentivo, mediante ensino, formação e capacitação de recursos humanos para o desenvolvimento voltado às plantas medicinais e fitoterápicos, pode ser observado por meio dos muitos momentos em que graduandos e residentes vêm recebendo tal qualificação e colocando-a em prática, como se observa na Figura 1.

Figura 1. Residente de Farmácia na dispensação do fitoterápico e aluno de graduação em Farmácia realizando diagnóstico da necessidade na comunidade do Juá



Fonte: Acervo do projeto.

A promoção por meio da produção, formação técnico-científica e capacitação no setor de plantas medicinais e fitoterápicos se atesta por meio de uma formação contínua junto aos agricultores e agricultoras (Figura 2).

A promoção da saúde é resultado de um processo envolvendo a produção, a formação técnico-científica e a capacitação no setor de plantas medicinais e fitoterápicos, que se configura por meio de uma formação contínua junto aos agricultores e agricultoras (Figura 2).

Figura 2. Capacitação sobre cultivo da *passiflora* em comunidade ribeirinha



Fonte: Acervo do projeto.

Os agricultores, em sua maioria mulheres, possuem tanto terra quanto conhecimento tradicional para cultivar o maracujá (*passiflora*) (Figura 3), conhecido por suas propriedades terapêuticas. Isso amplia a oportunidade de aumentar a renda dos agricultores por meio da venda de frutos, enquanto a universidade pode usar as folhas e transformá-las em droga vegetal para produzir fitoterápicos. Esse processo não apenas oferece alternativas terapêuticas ao sistema de saúde e transformação social, mas também proporciona uma oportunidade de aprendizado para estudantes envolvidos neste processo, com o objetivo de possível estruturação e “gestão da cadeia produtiva de plantas medicinais e fitoterápicos no coração da Amazônia”.

Figura 3. Cultivo do maracujá nas comunidades ribeirinhas.



COMUNIDADES PARAUÁ E SURUCUÁ, NO RIO TAPAJÓS, COMEÇAM O PLANTIO DO MARACUJÁ (PASSIFLORA) PARA AJUDAR NA PRODUÇÃO DE FITOTERÁPICO NA FARMAUFOPA.



Fonte: Acervo do projeto.

Destacam-se, dentre os resultados, alguns dos “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” da Organização das Nações Unidas (Roma, 2019), como “Acabar com a fome e a miséria”, o que pode contribuir para a possível geração de renda entre as comunidades envolvidas; “promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres”, pois entre as comunidades envolvidas, a maioria são mulheres agricultoras; “garantir a qualidade de vida e o respeito ao meio ambiente”, tendo em conta que no cultivo não é utilizado nenhum tipo de agrotóxico, o que ainda auxilia a manter a “floresta em pé”; e, por último, o “estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento” por envolver também uma Cooperativa de Produção de polpas com frutas da Amazônia e uma Associação de Agricultores e Agricultoras de comunidade tradicional. Em relação às atividades práticas, dois pomares foram implantados nas comunidades ribeirinhas, com o propósito de estabelecer a sustentabilidade do projeto a partir da *passiflora edulis* sims.

Conclusão

Em resumo, a introdução do cultivo de plantas medicinais como a *passiflora* diversifica as atividades agrícolas das famílias, reduzindo a dependência de culturas tradicionais e proporcionando uma fonte alternativa de renda. O cultivo orgânico e a ênfase na agroecologia ajudam a preservar o meio ambiente e a floresta, contribuindo para sistemas agroalimentares mais sustentáveis. Há o fortalecimento da economia local ao envolver agricultores familiares das comunidades ribeirinhas, gerando empregos e renda nas áreas rurais. Explora-se o protagonismo feminino nas comunidades. A produção de fitoterápicos proporciona às comunidades acesso a terapias naturais, que podem ser uma alternativa eficaz e segura para o tratamento de sintomas de ansiedade e insônia, promovendo a saúde da população.

Mesmo estando em fase de adequação, o projeto já está possibilitando a disseminação da experiência adquirida. Essa iniciativa está sendo realizada no município de Juruti, no Baixo Amazonas, abrangendo duas comunidades locais, uma rural e outra ribeirinha. Em ambas, a transferência de tecnologia está voltada para o cultivo da *passiflora*, e está sendo promovido o cultivo de outras espécies medicinais. Além disso, está sendo promovida a implementação de uma lei sobre Plantas Medicinais e Fitoterápicos, tanto neste município quanto em Santarém.

REFERÊNCIAS

- GOMES, Aleksandra Barroso *et al.* *As Farmácias Vivas no Ciclo da Assistência Farmacêutica: Histórico e evolução.* Escola de Saúde Pública do Ceará. Gerência de Educação Permanente em Saúde-GEDUC, Fortaleza, 2022.
- NOVAES, Marcos Bidart Carneiro de; GIL, Antonio Carlos. A pesquisa-ação participante como estratégia metodológica para o estudo do empreendedorismo social em administração de

- empresas. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, v. 10, p. 134-160, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-69712009000100007>. Acesso em: 22 set. 2023.
- ROMA, Júlio César. Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável. *Ciência e Cultura*, v. 71, n. 1, p. 33-39, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602019000100011>. Acesso em: 22 set. 2023.
- SILVA, Flávia Thays de Moura *et al.* Utilização da fitoterapia para redução da ansiedade frente a pandemia por SARS-COV-2. *Revista Fitos*, v. 16, n. 4, p. 541-550, 2022. Disponível em: <https://scholar.archive.org/work/75n6a23wkjh37nqgmr6v6tjfy/access/wayback/https://revistafitos.far.fiocruz.br/index.php/revista-fitos/article/download/1404/1109>. Acesso em: 22 set. 2023.

9. Educação popular em saúde e práticas integrativas e complementares no cuidado em saúde à pessoa do campo

João Paulo Assunção Borges, Lucas Silva Peixoto, Mariza da Silva Rodrigues

INTRODUÇÃO

As populações do campo integram povos e comunidades cujos modos de vida, produção e reprodução social estão relacionados predominantemente com a terra. Neste contexto estão os agricultores familiares, trabalhadores rurais assentados, assalariados e temporários que residem ou não no campo. A população rural brasileira caracteriza-se por uma diversidade de raças, etnias, povos, religiões, culturas, sistemas de produção e tecnologias, segmentos sociais e econômicos de ecossistemas e de uma rica biodiversidade (Brasil, 2013).

A Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta, de 2011, visa garantir o direito e o acesso à saúde por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), considerando seus princípios fundamentais de equidade, universalidade e integralidade (Brasil, 2011). Nesse sentido, assume-se que a saúde é determinada pelas condições econômicas, sociais, culturais e ambientais em que vivem as comunidades e populações. A morbidade no meio rural indica maiores índices de gastroenterites, com diarreia e vômito, assim como distúrbios osteomusculares e articulares, com dores nos braços ou nas mãos, em relação à morbidade na área urbana (Brasil, 2013). Ainda na área rural, a falta de esgoto e de água tratada e potável é bem maior do que na área urbana, o que pode estar associado à ocorrência de doenças caracterizadas por sintomas gastrointestinais (Brasil, 2011).

No cuidado à saúde da pessoa do campo, do trabalhador e da trabalhadora rural, inserem-se as ações que visam reduzir os riscos e agravos à saúde dessas populações, por meio de ações de promoção, prevenção e vigilância em saúde, considerando as especificidades epidemiológicas, ambientais e sociais da região. A educação popular em saúde trata-se de uma importante estratégia para promoção da saúde e adoção de hábitos de vida saudáveis e seguros, por meio de metodologias de educação que articulam os diferentes saberes e práticas, tanto dos profissionais de saúde quanto dos indivíduos da comunidade (Barroso *et al.*, 2021).

Neste relato de experiência técnica, sintetizamos a atuação interdisciplinar de profissionais de saúde, introduzindo Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) e fortalecendo saberes tradicionais no cuidado em saúde da população rural atendida por uma equipe de Atenção Primária Rural, distrito de Silviolândia, no município de Coxim, região norte de Mato Grosso do Sul.

DESENVOLVIMENTO

Objetivos

Descrever e analisar as experiências e vivências obtidas na implementação de ações de educação em saúde realizadas em uma Unidade Básica de Saúde rural.

Metodologia

Operacionalmente, foram realizadas oficinas teórico-práticas de educação em saúde, com enfoque popular, a partir da participação dos usuários da Unidade Básica de Saúde. Os usuários fazem parte da população adscrita e residem e/ou trabalham na zona rural. As ações foram realizadas no formato de salas de espera. Para este relato, foi feito o recorte temporal de janeiro a outubro de 2023.

Os proponentes das ações foram profissionais da equipe multidisciplinar da própria unidade de saúde e, eventualmente, docentes e acadêmicos de enfermagem de uma Instituição de Ensino Superior do município. Os temas definidos para cada ação fizeram alusão aos meses temáticos, tais como, janeiro branco (saúde mental), agosto dourado (amamentação), setembro amarelo (prevenção ao suicídio) e outubro rosa (câncer de mama), ou então de acordo com demandas epidemiológicas e sazonais locais, como influenza/gripe, dengue, zika e chicungunya.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vivência adquirida com a realização das oficinas permitiu a abordagem de diversos conteúdos e temas no cuidado à saúde. Em todas as atividades, inseriu-se a abordagem de PICS, tais como fitoterapia, cultivo e uso de plantas medicinais, meditação, aromaterapia, automassagens.

As PICS são abordagens terapêuticas que têm como objetivo prevenir agravos à saúde, a promoção e recuperação da saúde, enfatizando a escuta acolhedora, a construção de laços terapêuticos e a conexão entre ser humano, meio ambiente e sociedade. Segundo o Ministério da Saúde, cerca de 80% dos serviços de PICS oferecidos pelo SUS estão concentrados na Atenção Primária (Brasil, 2006).

Na condução das oficinas foram criados espaços para debate e trocas de experiências entre usuários da comunidade rural e profissionais de saúde, valorizando o saber

popular em consonância com o saber técnico e científico. Nesses espaços, os processos educativos foram baseados na educação popular, na perspectiva de promover a integração de saberes e práticas de cuidado das populações do campo.

A abordagem proposta na sala de espera teve como uma das principais estratégias a problematização. Neste sentido, as informações e conteúdos abordados levavam os sujeitos a refletirem sobre diferentes situações de saúde no seu contexto sociocomunitário e como a adoção de hábitos saudáveis e sustentáveis poderiam modificar fatores determinantes no processo de adoecimento.

Tabela 1. Relação de temas das ações de educação em saúde realizadas mensalmente na Unidade Básica de Saúde rural.

Mês/2023	Tema das ações
Janeiro	Saúde mental, aromaterapia e hábito de cuidar das hortas
Fevereiro	Lúpus, alzheimer e fibromialgia: aromaterapia e meditação
Março	Dengue e repelentes naturais
Abril	Sintomas gripais e plantas medicinais
Maio	Plantas medicinais e cromoterapia
Junho	Doação de sangue e alimentos ricos em ferro
Julho	Hepatites e intoxicação por medicações e plantas medicinais
Agosto	Promoção ao Aleitamento Materno e Amamentação
Setembro	Prevenção ao Suicídio
Outubro	Prevenção do Câncer de Mama e Saúde da Mulher

Fonte: Os autores.

Figura 1. Oficina sobre automassagem com gestantes na Unidade Básica de Saúde rural



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

Figura 3. Sala de espera sobre dengue e uso de repelentes naturais na Unidade Básica de Saúde rural



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

10. Educação popular em saúde como proposta de atuação na extensão rural

Juliana de Almeida Costa

INTRODUÇÃO

A ideia de uma extensão rural multidisciplinar não é uma novidade no Brasil. Em áreas de reforma agrária do Rio Grande do Sul (RS), desde o início da oferta de serviços de extensão rural, de acordo com Neumann, Dalbianco e Zarnott (2018), existiu entre 1985 e 1996 a preocupação com a oferta de um serviço de extensão rural diferenciado, que desse conta do montante de demandas existentes nestes territórios.

Essa proposta ganhou espaço no Brasil na década de 1980 a partir da organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), porém, durante quase 20 anos essa política foi sendo executada sem um referencial de orientação por parte do estado. Com a criação da Pnater no ano de 2003, após um vácuo na oferta de serviços de extensão rural enquanto política pública em áreas de assentamentos, um convênio baseado nas diretrizes da Pnater, entre o Incra/RS e a Coptec, retomou o serviço de extensão rural nestas áreas, dando origem ao Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (Ates) do Incra/RS. Em 2009 uma nova modalidade de operação deste serviço entrou em vigência. O Programa de Ates passou então a ser executado via contratos assegurados com três empresas que passaram a prestar estes serviços: Cetap, Coptec e Emater. Este programa, que tinha como orientação os princípios da PNATER, trouxe uma experiência de extensão rural plural, educativa e dialógica, além de ser composto por equipes multidisciplinares que proporcionaram atuação em diferentes áreas e dimensões da vida das famílias assistidas. Este modelo foi encerrado em 2017 e desde então as famílias assentadas se encontram sem acesso a um serviço de extensão rural oficial.

Minha experiência dentro da extensão rural se inicia no ano de 2004 e início do ano de 2005, por meio da composição da equipe técnica da Coptec. Esta atuação que se iniciou nas áreas de assentamentos de Joia/RS teve continuidade em Tupanciretã/RS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É de suma importância a realização de ações de educação em saúde, com os profissionais, acadêmicos e participação popular, para ampliar e fortalecer a discussão e a utilização das Pics, promovendo possibilidades de uma atenção integral à saúde e da valorização dos saberes populares como estratégia de promoção da saúde integral. A participação social deve ser estimulada nas comunidades, fortalecendo as ações coletivas a favor da melhoria da qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

- BARROSO, L. K. *et al.* Educação Permanente em Saúde: uma estratégia para capacitação de profissionais da Estratégia de Saúde da Família. *Brazilian Journal of Development*, v. 7, n. 4, p. 37358-37365, 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. *Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta*. 1. ed. 1. reimp. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Plano Operativo da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta: 2012-2015*. Brasília, 2011.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares*. Brasília, 2006.

a partir do ano de 2008, o que possibilitou minha contribuição também no período de Contratos de Ates do Incra/RS até o ano de 2017.

DESENVOLVIMENTO

Objetivos

Relatar como a atuação extensionista inspirada em práticas de educação popular em saúde tende a fortalecer os processos de autonomia e organização coletiva das mulheres, favorecendo a coletividade e a construção do bem viver; além de descrever como o desenvolvimento de uma extensão rural dialógica junto a assentamentos de reforma agrária, em conjunto com outras políticas públicas e políticas afirmativas de gênero, tende a mobilizar e transformar as relações de poder.

Metodologia

O presente texto foi elaborado a partir do relato de experiência buscando desenvolver uma redação crítico-reflexiva sobre a minha vivência enquanto extensionista rural em áreas de reforma agrária. Para este fim, também foi realizada uma breve pesquisa bibliográfica para estabelecer diálogos com as reflexões construídas a partir da prática e uma pesquisa documental que busca dar suporte tanto às informações quanto às reflexões trazidas neste estudo.

Experiência

Minha trajetória junto às famílias beneficiárias de assentamentos de reforma agrária e organizadas junto ao MST teve início em outubro de 2003, quando fui convidada a contribuir com um projeto que envolvia a produção de plantas medicinais e fitoterápicos no assentamento Ceres, localizado em Joia, um pequeno município do Noroeste do RS. Este município possui seis assentamentos de reforma agrária, com um total de mais de 500 famílias assentadas. A matriz produtiva desta região do RS é a produção de soja, o que se expande também para os assentamentos de reforma agrária. Porém, nestes espaços, esta produção tende a não ser a única, estando geralmente associada à produção de leite, milho, feijão e outros produtos destinados ao autoconsumo.

Desde a minha chegada em Joia, minha percepção na época era de que existia a necessidade de construção de um processo dialógico, onde os saberes que eu tinha disponíveis para contribuir com a experiência acerca das plantas medicinais e da produção de fitoterápicos teriam pouco valor se não estivessem relacionados, permeados, imbricados aos saberes que as famílias carregavam consigo sobre o tema. Desta forma, uma das ações prioritárias elencadas para serem desenvolvidas nos períodos em que eu estivesse contribuindo nos assentamentos em Joia seriam oficinas e rodas de conversas

sobre as plantas medicinais, buscando o reconhecimento dos saberes diferentes, as trocas e relações entre eles.

No entanto, como o projeto com o qual eu estava vinculada era descentralizado e previa seu desenvolvimento em diferentes regiões do país, isso limitava minha atuação dentro dos assentamentos daquele município. Assim, não era possível desenvolver mais do que agendas pontuais, o que impedia a criação de processos. Naquele período, eu, como jovem recém-formada e sem muita experiência com o rural, não conseguia fazer grandes reflexões sobre extensão rural, no entanto, minha experiência em projetos de extensão e minha aproximação com a educação popular em saúde a partir do movimento estudantil me propiciaram compreender que a não regularidade no trabalho e no acompanhamento das famílias limitava de forma muito profunda o desenvolvimento de um processo que pudesse criar vínculos e trazer acúmulo de aprendizados coletivos, tanto a mim quanto às famílias.

Neste sentido, compreendo como pertinente compartilhar a reflexão de Brandão (2001, p. 23) sobre educação popular em saúde, que compreende o diálogo como fundamental no desenvolvimento de processos que visam intercâmbio de saberes. O autor afirma que, na construção de processos de educação popular em saúde, um elemento central está no reconhecimento do outro como sujeito da transformação da própria história e de se ver ao lado do outro para a transformação da sociedade. Compreendo que isso traz muito sentido às reflexões sobre os limites da minha atuação naquele período, sem o estabelecimento de um cotidiano que permitisse um diálogo permanente para a construção de uma confiança mútua com as famílias naquele momento.

Porém, naquele período também eram realizados trabalhos junto às crianças, nas escolas, que surtiam efeitos bem melhores. Refletindo posteriormente sobre isso, compreendo que a atuação em uma escola permite uma regularidade e continuidade mesmo sem a presença permanente de um determinado profissional, pois o processo ali não depende de criar rotina de ação, mas de inserção em uma rotina estabelecida. Logo, ao final do primeiro ano de trabalho, o saldo positivo era o reconhecimento do trabalho junto às crianças sobre plantas medicinais, questões ambientais e alimentares.

Com a criação da Pnater em 2003 e a retomada do serviço de extensão rural para assentamentos por meio do Programa de Ates do Incra do RS, por meio de convênios, passei a compor a equipe de Ates responsável pelo desenvolvimento das ações nos assentamentos do município de Joia. Isso permitiu uma atuação mais efetiva junto ao cotidiano das famílias, propiciando a construção de estratégias de atuação e ações a serem desenvolvidas junto à direção do MST e ao Setor de Saúde do movimento, que acompanhavam as ações da equipe técnica.

A partir daquele momento, construímos uma prioridade de atuação junto às mulheres dos assentamentos do município e buscamos fortalecer os processos de participação destas a partir da organização de grupos de mulheres onde não existiam e fortalecer os grupos já existentes. O fato de residir na sede do assentamento foi um fator que contribuiu de maneira muito significativa para a construção dos laços de confiança, reciprocidade e cumplicidade que foram sendo estabelecidos a partir de então, especialmente com as mulheres assentadas.

Embora nos espaços do Setor de Saúde conseguíssemos reunir homens e mulheres, e tenhamos construído uma atuação efetiva junto ao Conselho Municipal de Saúde e ações do setor de saúde acerca da fitoterapia, sempre ficou muito nítida a afinidade das mulheres com a temática das plantas medicinais, sendo este o foco principal das atividades desenvolvidas nos grupos de mulheres em função da demanda estabelecida por estas. Erice e Marques (2017), em estudo sobre as mulheres camponesas, concebem as plantas medicinais como fator de mobilização feminina e, na construção de minha pesquisa de mestrado, pude observar que a valorização dos saberes trazidos por estas mulheres em suas trajetórias de vida e em sua ancestralidade é um elemento que possibilita deslocamentos de relações de poder (Costa, 2009).

Ao longo dos 14 anos que contribuí dentro dos assentamentos de reforma agrária, tive a oportunidade de trocar muitos saberes com as mulheres, aprender com elas sobre as plantas nativas, pouco estudadas, seus usos e refletir de maneira mais profunda sobre as intersecções entre os saberes populares e os saberes científicos, o que me remete ao que Di Stasi (1995) afirma sobre a interlocução entre os saberes científicos e os saberes empíricos, em especial no que se refere aos ritos para manipulação de plantas medicinais, que muitas vezes se aproximam. Ainda sobre os saberes empíricos, me recordo da forma como Shiva (2003) aborda o tema dos saberes locais acerca da biodiversidade, problematizando o não reconhecimento das comunidades locais por parte das indústrias farmacêuticas quanto à descoberta de fármacos provenientes da flora de países do Sul Global, impedindo assim a valorização social, simbólica e econômica dos povos detentores destes saberes.

Porém, os saberes preservados e ofertados pelas comunidades que assisti não são dissociáveis da forma de viver, de ver o mundo e de conceber as relações entre os seres humanos e com os outros seres vivos. Durante os encontros realizados, muitas vezes fui surpreendida, seja pelo acolhimento, afeto e corresponsabilidade que demonstravam com o que construíamos enquanto coletivos de mulheres, seja pelos saberes compartilhados, que meu mundo acadêmico não alcançava até viver aquela experiência. Um dos exemplos práticos foi o aprendizado de formular base para pomadas com cera de abelha e óleo de cozinha, que origina uma pasta de consistência muito semelhante àquela da base

produzida por lanolina e vaselina, assim como a compreensão de que ouvir as pessoas é um ato de cuidado e uma forma de promover saúde. Nossas trocas potencializaram muitos saberes e também muita valorização feminina, não só das mulheres assentadas, mas também nossa, das mulheres que compunham a equipe de Ates, pois este sempre foi nosso espaço de fortalecimento no território.

Apesar de ter mudado de região, passando a atuar em Tupanciretã a partir do ano de 2008, a relação estabelecida com as famílias assentadas em Joia nunca foi rompida. Compreendo que plantamos juntas sementes boas, que germinaram, gerando frutos que ainda hoje se mantêm, como os processos de emancipação feminina e autonomia econômica de grupos organizados. Existe hoje, em um assentamento em Joia, um grupo familiar que produz tinturas e outros remédios a partir de uma experiência de agrofloresta e que tem uma matriarca com muitos saberes sobre o tema, e que merece todo o reconhecimento e respeito. Não acho que o grupo seja fruto do meu trabalho, mas entendo que nos influenciemos mutuamente na construção dos nossos saberes até os dias atuais. Outra experiência muito interessante no município de Joia é o Coletivo Mãe Terra, grupo de mulheres que resiste bravamente há mais de 20 anos, construindo referência em organização feminina e com o qual eu tive orgulho de trabalhar, conviver e aprender. Fizemos parte umas das histórias das outras e contribuimos mutuamente para a construção de formas de organização para a permanência naquele espaço de reprodução do viver, semeando solidariedade, saberes e cuidados.

Em 2008, como já citado, passei a contribuir em Tupanciretã, município vizinho à Joia, que possui 17 assentamentos e cerca de 700 famílias assentadas. A organização das mulheres, o trabalho nas escolas e as plantas medicinais seguiram sendo um foco de atuação. Com a transição de Convênio de Ates para Contrato de Ates a partir de 2009, o programa foi desenvolvido a partir da composição de equipes multidisciplinares mais amplas, com maior número de profissionais da área social e com ações mais objetivas orientadas por princípios educativos, participativos e agroecológicos baseados na Pnater. As ações buscavam atender à complexidade das demandas dos territórios rurais do RS, abrangendo 11.395 famílias assentadas em 88 municípios (Ates, 2014). Embora tenha iniciado com ações fixas para todas as regiões, ao longo dos anos a ação foi ganhando contornos menos estáticos e permitindo proposições regionalizadas, repactuadas anualmente.

Estas mudanças favoreceram ações extensionistas educativas nos núcleos operacionais, potencializando a participação crescente das famílias assentadas nas decisões acerca do trabalho a ser realizado. Isso foi se consolidando ao longo dos anos, especialmente por meio da representação das famílias assentadas junto aos CRA (Conselhos Regionais de Ates), compostos por uma representação das famílias assentadas por assentamento,

uma da equipe técnica, uma do Inca e uma da UFSM (na figura da Articulação Técnico-Pedagógica). Zarnott (2018) afirma que, embora fosse importante, a participação das famílias nos CRA apresentou limites, como a masculinização da representação. Para fins de retificação, foi construída uma proposta conjunta entre prestadoras de serviço de Ates, UFSM e Inca, para ampliar a participação feminina: cada assentamento indicaria dois representantes, sendo obrigatória a indicação de, no mínimo, uma mulher (podendo ser duas, nunca dois homens). Esta política afirmativa, segundo Zarnott (2018), não trouxe resultados imediatos em todas as regiões. No entanto, no noroeste de Tupanciretã, do qual eu fazia parte, esta política fortaleceu a participação de mulheres nas decisões e no desenvolvimento das ações de Ates nos assentamentos, ampliando de maneira significativa a demanda por atividades relacionadas a hortas, pomares, plantas medicinais e saúde. Nos anos seguintes ao ano de 2013 (ano em que esse processo se instaurou), houve a emergência e o fortalecimento de práticas muito interessantes e frutíferas, como a organização de hortas medicinais comunitárias nas sedes de diferentes assentamentos, encontros massivos de mulheres, cursos de Fitoterapia e Homeopatia com agentes externos, participação no Conselho Municipal de Saúde, parceria com a Pastoral da Saúde e da Criança... Foi um período de intensa mobilização regional, que, casada com uma política efetiva de extensão rural e integrada com outras políticas públicas, trouxe o desenvolvimento de experiências muito positivas.

Ao passo que tanto equipe técnica quanto lideranças regionais do MST compreendemos, regionalmente, a importância da centralidade das Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e da Política de Aquisição de Alimentos (PAA), construímos as condições objetivas para o fornecimento de alimentos para suprir as demandas e buscamos, de diferentes formas, implementá-las no município a partir da produção de alimentos das famílias assentadas. Chegamos a enfrentar a resistência do gestor municipal à adequação à PNAE, mas nos organizamos por meio da oferta de um café da manhã com amostra dos produtos disponíveis para a alimentação escolar e conseguimos que o município implementasse o previsto em lei. Contribuímos com a organização, implementação, gestão e comercialização de uma padaria organizada a partir de um coletivo de mulheres de um dos assentamentos do município. Chegamos a contribuir com a elaboração de projetos para fornecimento de alimentos para o PNAE de Tupanciretã, Cruz Alta e Santa Maria, se mantendo por cerca de três anos.

Minha memória acerca destes fatos me faz compreender que construímos ali relações capazes de produzir mudanças efetivas na vida das famílias assentadas, assim como nas nossas próprias, enquanto educadoras e educadores em um programa de extensão rural que tinha como objetivo construir processos com as pessoas assistidas. O programa foi extinto em 2017, mas deixou suas marcas nestes e em outros territórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ficaram deste tempo, como resultado da atuação, os aprendizados e a sabedoria que o processo proporcionou a cada um e a cada uma que contribuiu nele. Os grupos de mulheres seguiram se articulando e construindo resistência em conjunto com o todo dos assentamentos. Mesmo com o esvaziamento de todas as políticas públicas que ocorreram paralelamente ao término do programa, a organização coletiva das famílias seguiu produzindo alimentos, afetos e cuidados.

Durante a pandemia de covid-19, os grupos de mulheres deram exemplo quando, em seus grupos de WhatsApp, faziam levantamento de alimentos disponíveis em cada lote dos assentamentos para realizar as doações e exercitar a solidariedade Sem Terra, transformando o cuidado em ação política. Após o término do isolamento, elas voltaram a se reunir presencialmente, construindo ações que permitem a continuidade da organização e do bem viver comunitário, primordiais para a vida nos assentamentos.

Em Joia, como já foi descrito, segue existindo um grupo familiar que trabalha com fitoterápicos, ervas secas e práticas de saúde comunitária, levando saberes às escolas dos assentamentos por meio de oficinas. Eles constroem resistência mediante o cultivo orgânico de plantas e ervas rodeadas por agrofloresta, que chegam até a população com as feiras. No mesmo assentamento, o Coletivo Mãe Terra, grupo de mulheres que se organiza desde o ano 2000, segue sendo uma referência regional de organização coletiva.

Em Tupanciretã, o grupo Frutos da Terra, do assentamento Nova Aliança, segue reunindo, organizando encontros, festas e gestão da sede da comunidade. Compreendo como primordial a manutenção destes coletivos e destas ações para fortalecer os processos de saúde no campo.

Creio ser importante ressaltar que estes grupos citados como resultados diretos de um trabalho de assessoria em extensão rural social na área de saúde não são resultado do meu trabalho ou da equipe que eu compunha, mas sim resultado de um trabalho de extensão rural comprometido com o bem viver das famílias, norteado pelos princípios da Pnater, primando pela agroecologia, pela educação popular, pelo respeito à diversidade e pelo fortalecimento das comunidades.

Esse processo permitiu que, mesmo com transição entre programas, equipes e prestadoras, houvesse uma continuidade de atuação a fim de fortalecer as famílias e as experiências. Compreendo que isso ocorra em função do programa ser norteado por uma concepção de extensão rural comprometida com a construção de processos pedagógicos críticos, que buscava, por meio da proposta de atuação, desenvolver processos educativos junto às famílias.

Os assentamentos são espaços de pulsão de vida que se reproduzem mediante muito trabalho e muita resistência, mas também por meio de uma concepção de saúde

como capacidade de lutar para transformar o mundo em um lugar melhor, mais justo e solidário entre os seres humanos e a natureza.

Apesar dos limites acerca do Programa de Ates, a atuação por longo tempo e de maneira conjunta com as famílias permitiu naquele período concebermos o quão positivo pode ser o investimento público em uma política permanente de extensão rural, que em conjunto com outras políticas públicas resultou no fortalecimento da produção de alimentos, da participação feminina e da construção de processos de resistência que não cessaram com o fim da política, que seguiram resistindo em tempos difíceis para agora ajudar a reconstruir o Brasil, uma construção dialógica próxima do que Brandão (2001) considera educação popular, onde profissionais da saúde e educação se colocam ao lado das pessoas para transformar a realidade somando forças na construção de um bem comum.

REFERÊNCIAS

- ASSISTÊNCIA TÉCNICA, SOCIAL E AMBIENTAL DO RS. Sobre-nos. Santa Maria, RS: UFSM, 2014. Disponível em: <https://ates-rs.webnode.page/sobre-nos/>. Acesso em: 11 jul. 2023.
- BRANDÃO, C. R. A educação popular na área da saúde. In: VASCONCELOS, E. M.; PRADO, E. V. do (org.) *A saúde nas palavras e nos gestos: reflexões da rede de educação popular em saúde*. São Paulo: Hucitec Editora, 2017, p. 21-26.
- DI STASI, L. C. Arte, ciência e magia. In: DI STASI, L. C. (org.) *Plantas medicinais: arte e ciência um guia de estudo interdisciplinar*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996, p. 15-22.
- ERICE, A. S.; MARQUES, F. C. Mulheres camponesas, discursos e práticas para outro desenvolvimento. In: *Estudos feministas*, Florianópolis, SC, v. 25, n. 2, p. 683-705, maio/agosto, 2017. Acesso em: 14 nov. 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806.9584.2017v25n2p683>
- MIRANDA, F. Q.; ZARNOTT, A. V.; ZANELLA, F. C. O processo de sistematização de experiências como instrumento de extensão rural. In: Dalbianco, Vinícius P. et al. (org.) *Uma nova extensão rural pública: a experiência pluralista e descentralizada da assessoria técnica, social e ambiental (Ates) no Estado do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Editora Unijuí, 2018, p. 163-178.
- NEUMANN, P. S.; DALBIANCO, V. P.; ZARNOTT, A. V. A política pública de extensão rural em assentamentos de reforma agrária. In: Dalbianco, V. P. et al. (org.) *Uma nova extensão rural pública: a experiência pluralista e descentralizada da assessoria técnica, social e ambiental (Ates) no Estado do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Editora Unijuí, 2018, p. 17-50.
- ZARNOTT, A. V. A centralidade da participação social. In: Dalbianco, V. P. et al. (org.) *Uma nova extensão rural pública: a experiência pluralista e descentralizada da assessoria técnica, social e ambiental (Ates) no Estado do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Editora Unijuí, 2018, p. 113-142.

11. Empoderamento e saúde: as rodas de terapia comunitária integrativa para mulheres agricultoras

Maria da Conceição Martins Bezerra, Yokohama
Odaguiri Enes Cabral, Denise Cidade Cavalcanti

INTRODUÇÃO

A experiência compartilhada teve início em junho de 2022, após a Gerência de Desenvolvimento Sociofamiliar (Gedes) da Emater-DF receber a demanda das extensionistas da área social, por uma forma de atuação coletiva nas comunidades que pudesse fazer frente ao grau de adoecimento mental (depressão e ansiedade), afastamento entre as pessoas e desagregação comunitária. As comunidades rurais também são moldadas pelas informações midiáticas que privilegiam as ações individuais. Debord (1997), em “Sociedade do Espetáculo”, mostra como a mídia de massa e a cultura de consumo contribuem para a alienação e o individualismo na sociedade contemporânea. Ainda que a agricultura e seus ciclos de vida no campo tenham beleza e peculiaridades, existem muitos obstáculos de acesso a recursos e serviços, com rebatimentos na vida familiar e no contexto econômico local.

Em especial, os desafios para as mulheres da agricultura familiar estão pautados em uma cultura na qual a mulher deve cuidar da casa, do marido, dos filhos, da criação mais próxima da casa, como as galinhas, patos, perus e da horta doméstica, onde está o consumo da família. São atividades consideradas sem valor social por não gerar remuneração e que, por isso, desqualifica quem as executa. Fazem parte do conjunto de determinantes sociais geradores de doenças: frustração, *stress*, depressão e ansiedade, agravadas com a pandemia de covid-19 e o isolamento que colocou em evidência diversas situações pessoais e familiares que precisavam de apoio para enfrentamento e superação.

DESENVOLVIMENTO

Objetivo

Como principal objetivo, a proposta das rodas de terapia comunitária integrativa busca proporcionar um espaço de diálogo seguro e acolhedor para as pessoas da

agricultura familiar compartilhem suas dores e experiências cotidianas, estabelecer e fortalecer vínculos e desenvolver estratégias em grupo para lidar com os desafios cotidianos e articulações institucionais de saúde.

Metodologia

A Roda de Terapia Comunitária Integrativa (TCI) é uma abordagem terapêutica que visa promover a saúde mental e o bem-estar nas comunidades. O dr. Adalberto Barreto, psiquiatra brasileiro, desenvolveu essa abordagem baseada na ideia de que as comunidades têm recursos internos para lidar com desafios emocionais e psicológicos: “Se a roda tem problemas, a roda tem solução” (Barreto, 2019).

Nessa proposta, um grupo de pessoas se reúne em uma roda para compartilhar suas experiências, desafios e preocupações. O facilitador ou facilitadora apoia a discussão e auxilia na promoção do apoio mútuo entre os participantes por meio de um conjunto de atividades lúdicas e técnicas de problematização. A ideia é que, ao compartilhar suas histórias e ouvir as dos outros, os participantes possam encontrar soluções para seus problemas, desenvolver resiliência e criar um senso de comunidade e apoio mútuo.

A Terapia Comunitária Integrativa é uma abordagem que valoriza a participação ativa das pessoas e busca promover a inclusão social e a solidariedade nas comunidades. Ela pode ser útil em uma variedade de contextos, como prevenção do suicídio, tratamento da saúde mental e apoio a pessoas que passaram por violências, traumas ou crises.

Com suas raízes na cultura brasileira e local, a Terapia Comunitária Integrativa aborda a importância de empoderar as comunidades, seus saberes e promover o autocuidado e o apoio mútuo como parte fundamental do processo terapêutico.

As Rodas de TCI

Processos e Resultados

A articulação com a Secretaria de Saúde por meio da técnica de referência em Terapia Comunitária Integrativa foi o primeiro passo para a construção desse trabalho. Parte do conjunto de Práticas Integrativas e Complementares do Sistema Único de Saúde, a TCI é ofertada nas Unidades Básicas de Saúde por técnicos (as) com vínculo na rede de saúde ou pessoas voluntárias.

As rodas de TCI aconteceram em diversas comunidades rurais do Distrito Federal atendidas pela Emater-DF com a presença de terapeutas voluntárias e da assistente social, extensionista rural, terapeuta em formação, lotada na Gedes. A experiência das rodas de terapia comunitária compostas em sua maioria ou exclusivamente por mulheres, com encontros a cada quinzena, começou pela Colônia Agrícola Aguilhada, na Região Administrativa (RA) de São Sebastião, com a presença de mulheres agricultoras

do assentamento Pinheiral. A seguir, outras atividades com comunidades mobilizadas por uma técnica da área social tiveram início, a saber: Quebrada dos Neres e Café Sem Troco (RA do Paranoá), Assentamento Nova Camapuá (RA São Sebastião), Núcleo Rural Catingueiro (RA de Sobradinho), Núcleo Rural Taquara e Núcleo Rural Rio Preto (RA Planaltina) e Núcleo Rural Vargem Bonita (RA do Parkway).

As agendas foram propostas em acordo com as técnicas locais, que identificaram o melhor dia da semana e o horário mais propício às participações, levando em consideração os trabalhos na terra, em casa e nos dias de feira, além de analisar em cada caso a pertinência de realizar as atividades no local na casa das agricultoras ou mais próximo dessas, favorecendo as participações. Às quartas-feiras, por exemplo, os encontros aconteciam às 14h no Núcleo Rural Vargem Bonita; às quintas-feiras, às 9h, no Assentamento Nova Camapuá; nas sextas-feiras, às 9h, eram contemplados o núcleo rural da Quebrada dos Neres e o Café Sem Troco.

As rodas de TCI iniciam com a apresentação das técnicas facilitadoras, com explicação dos combinados: uma pessoa fala por vez, para que haja a escuta atenciosa, e usar a primeira pessoa quando estiver falando. Explica-se que a roda de terapia comunitária não é uma consulta terapêutica, e que falar ajuda a tratar questões físicas e emocionais: Como diz o ditado: “Quando a boca cala, o corpo fala. Quando a boca fala, o corpo sara”. O momento da celebração é um ponto importante na atividade inicial: “Quem tem algo a celebrar?”. O convite, então, é para que as pessoas lembrem do que podem celebrar juntos: uma consulta há muito esperada, a melhora da saúde de si ou de alguém, a aproximação de familiares, o acesso a insumos para a produção, o sucesso nas vendas na feira, a participação em cursos, a criação de uma associação que vai beneficiar a produção e comercialização, aniversários, dentre outros (esses são exemplos reais das celebrações).

Uma dinâmica de aquecimento para que os movimentos corporais e o lúdico quebrem as barreiras do domínio do mental racional é proposta também para a parte inicial da roda. A seguir, as pessoas são convidadas a falar das experiências que desafiam seu bem-estar, que lhes estejam perturbando o sono ou trazendo preocupações. As falas desse momento são breves, como um resumo, pois em outro momento serão escolhidos dentre esses resumos/temas, por meio de votação, o tema que mais impacta e encontra acolhida dentre os/as participantes.

Depois de eleito o tema, há o aprofundamento do caso trazido por quem o trouxe. Com atenção, as pessoas ouvem o relato e fazem perguntas para elucidar dúvidas ou melhorar o entendimento sobre o que está sendo dito. É importante ressaltar que durante a roda não pode haver aconselhamento ou julgamentos.

Após o relato, a palavra é franqueada para as demais. É o momento para partilhas de experiências. “Quem já viveu ou está vivendo algo parecido, o que fez ou está fazendo para superar?”. Seguem-se então, os relatos assemelhados ao que foi relatado e estratégias de superação e ou técnicas de manejo das situações.

Nos encontros realizados com mulheres agricultoras, elas puderam falar dos desafios para lidar com as responsabilidades com a família e com produção agrícola, além dos sonhos e desejos: “a regularização da terra”, “continuar os estudos de engenharia”, “retomar os estudos para conclusão do Ensino Fundamental e Médio”, “reatar as relações com a mãe”, “ver a irmã menor ter melhor cuidado e carinho”, “ter a comunidade unida como as partes de um ímã”. Mas também a descoberta de estratégias: “saber que podem contar com a comunidade”, “sentir-se parte de um grupo”, “deixar de tomar para si a responsabilidade dos netos e filhos”, “cuidar de si”, “encontrar uma atividade manual que ocupe a mente”, “pedir ajuda e aceitar ajuda”.

Ao final do encontro, num círculo com todas em pé, agradece-se às presenças, valorizando positivamente a pessoa que teve o relato escolhido e chamando a participação de todas com uma pergunta: “O que levo desta roda hoje?” O fechamento é realizado com uma música que fale do apoio e suporte mútuo que pode ser encontrado nessa atividade e o agendamento do próximo encontro, escolhido pelas participantes. Parte-se, então, para um lanche coletivo, criativo e artesanal que é saboreado por todas. É nesse momento que há a troca de saberes da cozinha, das plantas que ornamentam o local, uma visita ao canteiro de plantas medicinais ou à horta, e até a comercialização dos produtos das agricultoras (geleias, mudas de plantas, xaropes, sabonetes, velas entre outros).

Um exemplo de grande impacto por parte das mulheres participantes das rodas foi a criação e formalização, em julho de 2023, da Associação de Agricultoras e Agricultores Familiares Agroecológicos de Plantas Medicinais do Distrito Federal e Ride – Aplantas. Nesta associação, participam as mulheres que têm encontrado nas rodas o estímulo e sentido de grupo necessário para seguirem planejando a partir de estudos, produção, comercialização e autocuidado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa experiência das Rodas de Terapia Comunitária Integrativa com mulheres agricultoras tem sido bastante impactante. As participantes relataram sensação de alegria, esperança e força, o desejo de continuar os encontros e fortalecer os laços comunitários e familiares. Em visitas técnicas às propriedades, já é possível verificar um arranjo diferente no espaço, com melhorias na organização e arrumação do lugar. Maridos e filhos relatam que a participação das mulheres “está fazendo bem para a esposa”, que

“melhorou em casa”. Perguntam quando haverá a próxima roda e que tem sido importante essas rodas acontecerem.

Essas atividades ainda estão em processo de consolidação no planejamento das equipes e técnicas extensionistas da área social. Ainda que necessárias, requerem aprendizado do método a partir de uma formação qualificada de técnicos(as) da Emater/DF, além de concretização da parceria com a Secretaria de Saúde para um programa continuado de saúde complementar e integrativa mais acessível nas áreas rurais, garantindo as rodas de Terapia Comunitária Integrativa, bem como outras práticas de saúde complementar, acessíveis ao público da agricultura familiar.

As práticas das rodas com agricultores demonstraram o poder da empatia, do apoio mútuo e de como a expressão e o poder da fala das emoções relacionadas a fatos e episódios de difícil superação podem ajudar as pessoas a enfrentarem desafios em suas vidas, a partir do encontro. Essa experiência mostrou que lidar com as fragilidades coletivamente pode ser um poderoso caminho para evidenciar fortaleza internas, bem como criar vínculos e possibilitar o surgimento de grupos organizados que produzem pelo afeto, que cultivam plantas, que cuidam, curam e embelezam.

REFERÊNCIAS

BRASIL, *Portaria 971*, Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares. Brasília, 2006.
BARRETO, A. P. *Terapia comunitária: passo a passo*. Fortaleza: Gráfica LCR, 2019.
DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 1997.

12. Jardim Medicinal para promoção da saúde mental em clínica da família

Mayra Gabriela Machado de Souza, Joana Moscoso Teixeira de Mendonça

INTRODUÇÃO

A busca por modos diferentes de fazer saúde, atrelada a um caráter desmedicalizante, tem ressaltado o poder das práticas e saberes populares. No Brasil, em 2006, a luta se consolidou com a publicação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), no Sistema Único de Saúde (SUS). No cuidado à saúde mental, o panorama das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (Pics) tem traçado caminhos firmes na busca pela redução do sofrimento psíquico, com arsenal de recursos que vão desde os diferentes tipos de psicoterapia, farmacoterapia e fitoterapia aos recursos dos saberes populares (Souza e Miranda, 2017).

A equipe da estratégia de saúde da família Parque da Cidade abrange a Unidade de Proteção Ambiental do Instituto de pesquisas Jardim Botânico e, nas suas adjacências, a comunidade do Horto Florestal, ocupada por cerca de 589 famílias com alta vulnerabilidade social. Apesar de a ocupação ser centenária (desde 1808) e da resistência de sua população em preservar o direito à moradia e memória social, devido ao aumento populacional e alegação de invasão da reserva florestal, essa região sofre com constantes ações de reintegração de posse, o que culmina em ociosidade da população jovem, transtornos ansiosos e depressivos, bem como abuso de álcool e outras drogas. Uma vez que as PICS e, nesse contexto, a horticultura-terapia têm grande potencial transformador para facilitar o trabalho sobre as relações familiares e sociais, a exploração dos vínculos terapêuticos e o uso de recursos comunitários, além de estreitar os laços com a comunidade e de resgatar a importância da sabedoria popular (Schveitzer *et al.*, 2012), também age integrando o diagnóstico comunitário. Diante disso, optou-se pela implementação do jardim medicinal para o cuidado integral desta população.

A horticultura terapêutica é um instrumento de terapia psicossocial criado com o objetivo de envolver os usuários com a natureza, no tratamento das suas necessidades

especiais (Feitosa *et al.*, 2015). Conforme Davis (1998), alguns benefícios da horticultura-terapia são: desenvolvimento de habilidades cognitivas, linguagem e socialização; resolução de problemas; conhecimento das limitações e potencialidades. Conforme Rigotti (2011) nos lembra, há benefícios sociais ao se trabalhar em grupo, como o trabalho colaborativo em um ambiente de aprendizagem, o estabelecimento de relacionamentos, o compromisso mútuo e a busca por um objetivo comum.

A abundância de diferentes espécies vegetais nativas e a sua fácil acessibilidade, bem como o baixo custo para a preparação de infusões, são algumas das vantagens da terapia com plantas medicinais. Além disso, em virtude da amplitude do conhecimento popular, tornou-se comum a utilização de plantas medicinais por pacientes com transtornos mentais, para alívio de ansiedade e depressão (Brandão *et al.*, 2011). Entretanto, a adequada utilização deste recurso requer a necessidade de um trabalho qualificado, de registro cultural, para a seleção e a avaliação dos princípios ativos, além de demandar que a manipulação e indicação ocorram de forma segura e adequada (Rezende, 2002).

DESENVOLVIMENTO

Descrição da experiência e discussão

Trata-se de um relato de experiência realizado pelas médicas residentes do Programa de Residência em Medicina de Família e Comunidade da cidade do Rio de Janeiro (PRMFC RJ), a psiquiatra do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), além do gerente da unidade, a saber, o Centro Municipal de Saúde Píndaro de Carvalho Rodrigues (CMS PCR), sobre a implementação de um Horto Medicinal em uma Unidade de Atenção Primária (UAP), envolvendo os usuários mediante a atividade de grupo de saúde mental para manejo do estresse e redução dos sintomas ansiosos e depressivos. A criação do Horto foi baseada na metodologia da horticultura terapia, no período de 2017 a 2019, com a finalidade de divulgar o conhecimento sobre o cultivo e uso das plantas medicinais, valorizar o conhecimento popular acerca do uso das plantas medicinais, sensibilizar os profissionais de saúde do CMS PCR a respeito da utilidade da fitoterapia.

Escolha da área de plantio

Anteriormente à implementação do horto de plantas medicinais foi feita a avaliação do solo, bem como a escolha dos locais com iluminação natural adequada para o desenvolvimento das mudas sob a orientação da paciente da unidade de saúde colaboradora do projeto especialista em jardinagem e paisagismo.

Escolha das espécies

A escolha das espécies foi feita conforme orientação de responsável pela doação de mudas de uma bióloga e pesquisadora responsável pelo setor de plantas medicinais do Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro em novembro de 2017, e revisão bibliográfica realizada pelas médicas residentes de MFC da equipe de Estratégia de Saúde da Família Parque da Cidade. Foram selecionadas para plantio espécies relevantes para o tratamento complementar de transtornos mentais leves e problemas de saúde comuns da população, tais como: cardo corredor (*Eryngium campestre*), tan-chagem (*Plantago major*), chambá (*Justicia pectoralis*), mil folhas (*Achillea millefolium*), saião (*Kalanchoes crenata*), cavalinha (*Equisetum hyemale*), açafraão da terra (*Curcuma longa*), gengibre (*Zingiber officinale*), sabugueiro (*Sambucus nigra*), hortelã da folha grossa (*Plectranthus amboinicus*), alumã (*Gymnanthemum amygdalinum*), assa peixe (*Vernonanthura phosphorica*), boldo japonês (*Plectranthus neochilus*) e melissa (*Melissa officinalis*). Foram excluídas as plantas tóxicas.

Obtenção de ferramentas e materiais

Para a implementação e manutenção do horto de plantas medicinais foram usadas ferramentas de jardinagem já existentes no CMS PCR mediante aprovação da gerência da unidade de saúde e doação das demais ferramentas por pacientes colaboradores do projeto, como pás, luvas, regador, tesoura de poda e mangueira.

Obtenção das mudas

Foi solicitada a doação de mudas e adubo ao instituto Jardim Botânico e a pacientes e profissionais colaboradores, que posteriormente serão utilizadas como matrizes para propagação das espécies. No primeiro encontro, os pacientes foram instruídos a germinar sementes de plantas medicinais aromáticas em casa e trazê-las para plantio durante atividade de grupo na unidade de saúde.

Preparo da terra e plantio

Para a adubação da terra, utilizou-se terra vegetal confeccionada em composteira instalada anteriormente pela Secretaria de Meio Ambiente da prefeitura e alimentada por pacientes e profissionais do Centro Municipal de Saúde. O preparo da terra e o plantio das mudas foi feito de forma coletiva com pacientes e profissionais envolvidos em atividade de grupo.

Foi realizada a divisão de tarefas em planilha do google drive entre pacientes interessados e profissionais envolvidos na manutenção diária do horto, como capina de mão, irrigação e manutenção da composteira como forma de corresponsabilização do trabalho.

Desenho do grupo

O grupo caracterizou-se como aberto, ou seja, mesmo após o público-alvo inicial ter começado suas atividades, novos integrantes poderiam ingressar. A duração máxima foi de uma hora e meia e frequência semanal, com os seguintes passos:

- a) abertura: dinâmica de atenção plena – prática dos três minutos ou prática da caminhada com atenção plena. Rodada de apresentação e motivação;
- b) descrição da proposta do grupo. Os participantes foram instruídos a não substituírem o tratamento medicamentoso prescrito pelos médicos;
- c) perguntou-se se alguém conhecia a planta a ser estudada, suas formas de uso, indicações e contraindicações;
- d) apresentação de uma espécie por encontro abordando a identificação, o cultivo, as indicações terapêuticas e as principais formas de uso;
- e) manuseio da horta;
- f) fechamento.

Esporadicamente foram convidados profissionais especialistas no uso de plantas medicinais para participação nos dias de grupo.

Orientação sobre as plantas medicinais

Houve orientação sobre o uso racional de uma planta medicinal eleita a cada semana e suas preparações caseiras aos usuários pela residente de MFC e pela psiquiatra do Núcleo de Apoio à Saúde da Família, com a colaboração dos pacientes participantes da atividade de grupo, que trouxeram seus conhecimentos acerca do uso das plantas medicinais. Nesse momento, aproveitou-se para fortalecer o diálogo entre o saber científico e o saber popular, bem como valorizar o protagonismo do paciente e o autocuidado, além de promover o resgate cultural acerca do uso de plantas medicinais. Os pacientes e os acompanhantes apresentaram dúvidas sobre os métodos de preparação e da espécie utilizada e alguns relataram que há alguns anos deixaram de usar infusões como tratamento para problemas comuns, pois as consideravam “crendice popular”.

DISCUSSÃO E REFLEXÃO

A implementação do Horto Medicinal dentro de uma unidade de atenção primária, apesar de já consagrada pela literatura, é pouco difundida na realidade, sobretudo na do Rio de Janeiro. Durante a revisão bibliográfica que compõe o presente estudo foi possível concluir que a prática da horticultura como terapia integrativa é bastante promissora no que concerne aos transtornos mentais leves, além de promover o diálogo entre a cultura popular e a medicalizante e ainda possibilitar a difusão da fitoterapia como recurso para os profissionais de saúde.

Os encontros semanais fortalecem o vínculo médico paciente e funcionam como empoderadores, já que trazem à tona práticas utilizadas há muitos anos e que hoje em dia estão sendo cada vez menos empregadas. Mudar esse cenário é responsabilidade também dos prescritores, que têm acesso ao universo acadêmico e podem proporcionar meios para resgatar tais ações.

A experiência demonstrou a carência desse tipo de terapia na atenção primária e abriu caminhos para que outros grupos pudessem se desenvolver a partir dele.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trata-se de um projeto piloto promissor, uma vez que o estudo das plantas medicinais se mostrou atraente para profissionais e para usuários desta unidade. São necessários outros estudos que comprovem os benefícios da horticultura-terapia no contexto da atenção primária.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, M. G. L.; MOREIRA, R. A.; ACURCIO, F. A. Interesse dos estudantes de farmácia e Biologia por plantas medicinais e fitoterapia. *Revista Brasileira de Farmacognosia*, Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.
- BRASIL. *A política do Ministério da Saúde para a atenção integral a usuários de álcool e outras drogas*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. III Conferência Nacional de Saúde Mental: relatório final. Brasília, 2002.
- BRASIL. Secretaria de assistência à saúde. Portaria n. 189 de 19/11/ 1991. Lei n. 9.867 10/11/1999 (D.O.U. de 11/12/1991) e Portaria n. 224 de 29/01/1992.
- DAVIS, S. Development of Profession of Horticultural therapy. In: Simson, S. P.; Straus, M. C. (eds.) *Horticulture as therapy: principles and practice* (cap. 1, p. 3-20). Londres: FPP, 1998.
- FEITOSA, V. A. A horticultura como instrumento de terapia e inclusão psicossocial. *Revista Verde* (Pombal, PB, Brasil), v. 9, n. 5, p. 07-11, dez. 2014
- PITTA, A. M. F. O que é reabilitação psicossocial no Brasil, hoje? In: Pitta, A. (org.) *Reabilitação Psicossocial no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- REZENDE, H. A.; COCCO M. M. A utilização de fitoterapia no cotidiano de uma população rural. *Revista Escola Enfermagem USP*. São Paulo, v. 36, n. 3, p. 282-8, 2002.
- RIGOTTI, Marcelo & Associação Vida Verde-Viver. *A cura pelas plantas*. Educação ambiental, 2007.
- SACARENO, B. A reabilitação como cidadania. In: *Libertando identidades: da reabilitação psicossocial à cidadania possível*. Rio de Janeiro: teCora, 1999.
- SOUZA, T. S.; MIRANDA, M. B. S. Horticultura como tecnologia de saúde mental. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*. Bahia, 2017.
- SCHVEITER, Mariana Cabral; ESPER, Marcos Venicio; SILVA, Maria Julia Paes. As práticas integrativas e complementares na atenção primária em saúde: em busca da humanização do cuidado. *O mundo da saúde*, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 442-451, 2012.

13. Práticas populares de saúde: experiências emancipatórias de mulheres assentadas e acampadas do Vale do Rio Doce – Minas Gerais

Cibele Lima dos Santos, Polyana Aparecida Valente

INTRODUÇÃO

A Organização Mundial de Saúde (OMS), em seu documento *Estratégias sobre medicina tradicional (2002-2005)* (OMS, 2002), constatou que práticas não convencionais de saúde – tais como acupuntura, fitoterapia, homeopatia e técnicas manuais de cura – ganharam espaço, de modo complementar às terapias da medicina biomédica/hospitalocêntrica. Embora tal constatação pareça uma novidade, observa-se que: “desde tempos remotos, as sociedades humanas acumulam informações e experiências sobre o ambiente que as cerca para com ele interagir e prover suas necessidades de sobrevivência, inclusive processos de cura” (Rangel; Bragança, 2009, p. 364).

As populações do campo, das florestas e das águas fazem uso constante de formas milenares de tratamento da saúde, seja por estar ancorado em conhecimentos de seus antepassados, compartilhados de geração em geração, seja por suas crenças. Para além de fortalecer os vínculos femininos com a terra, tais práticas possibilitam preencher lacunas do conhecimento que perpassam os saberes e a saúde da população rural.

Em Minas Gerais, as práticas populares de saúde nos acampamentos e assentamentos do MST exercem forte protagonismo nos territórios ocupados e preconizam, essencialmente, os modos de vida das pessoas que, longe dos centros urbanos, se dedicam ao aprendizado de tratativas não convencionais de saúde para auxiliar os que compartilham de condições iguais ou similares de vida, seja pelo pouco acesso aos serviços formais de saúde, seja pela simbologia que exercem em suas trajetórias de vida.

As primeiras experiências de organização do Setor de Saúde do MST em Minas Gerais localizam-se na região do Vale do Rio Doce, ainda no final dos anos 1990, e serviram de referência para a organização do setor em outras regiões do estado.

Desde então, coletivos formados principalmente por mulheres se constituíram para cuidar das famílias assentadas e acampadas na região (Ruckert, 2018, p. 74).

A pesquisa que se seguiu nos assentamentos e acampamentos do Vale do Rio Doce entre os anos de 2021 e 2023 revelou aspectos importantes para a promoção da saúde camponesa, uma vez que trouxe à luz algumas dificuldades impostas pela moradia rural, tais como acesso a políticas públicas de saúde de qualidade, transporte, além do próprio processo discriminatório atravessado pela identidade de “Sem Terra”. Receber auxílio das mulheres terapeutas/cuidadoras da terra em muitas ocasiões e necessidades tornou-se, para muitos assentados(as) e acampados(as), a principal forma de atendimento, prevenção e promoção da saúde. A cada oportunidade de realização de oficinas, ou de um espaço de saúde estruturado em eventos dentro dos assentamentos, percebia-se a aproximação de pessoas interessadas no modo de produção de saúde realizado pelas mulheres organizadas do Setor de Saúde. As experiências aproximavam as pessoas da terra, da sua simbologia, do seu significado e da necessidade de se produzir saúde de forma sustentável.

No Vale do Rio Doce, as mulheres do Setor de Saúde se organizam em espaços, geralmente não oficiais, para exercer o ofício de terapeuta. Elas estão presentes nos encontros, reuniões, feiras, assentamentos e acampamentos, sempre com a tarefa de promover a saúde junto à população. É comum, inclusive, que as terapeutas da terra estendam seus atendimentos à população da cidade. Sempre há uma busca por seus xaropes e homeopatia, como se percebe na fala da entrevistada, abaixo, chamada aqui de M4.

Eu encontro pessoa na cidade, né? Às vezes eles ficam sabendo que a gente faz a pomada de salsa, principalmente as pessoas mais velhas e encontram com a gente na feirinha e pergunta, vocês não estão fazendo pomada de salsa pra nós, não? Porque a gente leva e já aconteceu; eu tava em casa, fui à igreja esses dias e o senhor chega pra mim e fala, olha eu tenho diabetes e eu tava com uma ferida na perna e aí, trouxe uma pomada que você fez e curou minha perna, e eu tenho muito que te agradecer, eu tô orando muito por você. A gente fica feliz com isso. (Entrevista concedida por M4 à Cibele Lima, em 17 de agosto de 2021)

Nas feiras locais, estaduais ou nacionais, a busca pelos produtos de saúde que elas apresentam, desde cosméticos até pomadas, gel de massagens, florais e outros, agregam e fortalecem o orçamento e a agricultura familiar, além de afastar a mulher do trabalho meramente reprodutivo, ressignificando seu papel na sociedade e no meio em que vive.

Figura 1. Oficina de homeopatia – Assentamento Oziel Alves Pereira Vale do Rio Doce – MG – 2021



Fonte: Acervo Pessoal.

Figura 2. Formação em Saúde Popular para Cultura – Assentamento Dênis Gonçalves Zona da Mata – MG – 2022



Fonte: Acervo Pessoal.

Figura 3. Preservação do Milho Criolo – Assentamento 1º de Junho – Vale do Rio Doce – MG



Fonte: Acervo Pessoal.

As imagens acima ilustram e representam o ideal de saúde propagado pelo Movimento e que as mulheres acolhem com sabedoria e conhecimento formalizado. Sabedoria por entender que, por mais violenta que seja a luta pela terra, os meios contra-hegemônicos de lutar por ela as diferenciam do ideal burguês de produção, que, dentro de seus casulos, elas criam estruturas de competição que reforçam a desigualdade social promovida pelo sistema capitalista. Conhecimento porque, dentro das prioridades do MST se encontra a formação e a qualificação constante, o que possibilita a qualificação com profissionais e instituições para a construção desse saber. No caso do exercício das práticas populares de saúde, o estudo é amplo, perpassando desde a importância da cadeia produtiva de alimentos saudáveis até os efeitos que eles causam na saúde humana e animal.

Portanto, durante a pesquisa, foi possível verificar que as práticas populares de saúde exercem um significado ontológico na conduta das mulheres terapeutas, que doam parte de seu tempo ao cuidado com a militância. Esse cuidado revela a força com que essas mulheres encaram a luta. Mulheres que, muitas vezes, buscam o Movimento em meio a momentos difíceis de suas vidas, e, solitárias, vão se reconstituindo e se reconhecendo, aprendendo e ensinando.

DESENVOLVIMENTO

Objetivos

- reconstituir a memória e delinear, coletivamente, a História Oral de vida das mulheres assentadas e acampadas na região de estudo;
- mapear os saberes e as práticas de saúde da comunidade dos assentados e acampados do Médio Rio Doce;
- verificar a influência da produção alimentar nos modos de produzir saúde nos assentamentos e acampamentos da Reforma Agrária no Vale do Rio Doce.

Metodologia

Em termos metodológicos, esta é uma pesquisa qualitativa que objetiva responder, como observa Minayo (2019, p. 20-21), “a questões muito particulares, que dificilmente podem ser traduzidas em números”. Vale destacar, como também pontua a autora, que a pesquisa qualitativa tem o papel, dentro das ciências sociais, de “traduzir o universo de significados, dos motivos, das aspirações, das crenças e dos valores das atitudes humanas” (Minayo, 2019, p. 20). Essa compreensão dá sentido à escolha metodológica de nosso trabalho, que contou com a participação de sete mulheres, entre assentadas e acampadas do MST, distribuídas em cinco municípios do Vale do Rio Doce (MG), sendo eles: Governador Valadares, Tumiritinga, Jampruca, Matias Lobato e Campanaro.

Aliada à metodologia qualitativa, recorreremos também à História Oral e à observação participante, percursos metodológicos que contribuem para o amplo aproveitamento das informações coletadas em campo. A História Oral é uma metodologia amplamente utilizada em pesquisas qualitativas, uma vez que se apresenta como um instrumento eficaz no mecanismo de escuta e no resgate da oralidade, em especial daqueles sujeitos historicamente invisibilizados. Como pondera Tedeschi (2014, p. 9), o campo se abre de forma promissora “em relação à tarefa de descobrir ‘novos’ sujeitos, sua ação e interpretação do presente, apoiada na sua consciência do passado”.

Fazemos uso, também, de preceitos do campo da História das Mulheres, tradição historiográfica que ganhou força no final dos anos 1960, explicitando a necessidade de situar a mulher na história, tendo em vista seu apagamento como parte essencial da sociedade e de sua “história concreta e sua história singular” (Venâncio, 2008, p. 284). Levar em consideração a diversidade das experiências femininas no campo, bem como as trajetórias de vida das assentadas e acampadas, seus saberes e práticas de saúde, permite, por um lado, demonstrar como a história política altera as trajetórias dos sujeitos. Por outro, permite também indagar sobre como histórias de vida e tradições orais dizem da história coletiva, desvelando questões sobre o papel social das mulheres na produção do conhecimento científico e no trânsito pelos espaços públicos e privados. Aqui, buscamos revelar como se dá a presença e a atuação dessas mulheres no universo da saúde nos acampamentos e assentamentos do Vale do Rio Doce.

No que toca à observação participante, o método proporciona ao pesquisador a interação direta com os sujeitos de pesquisa, possibilitando a construção da narrativa por meio da convivência, nos ambientes em que se propõe a investigar. Realizar essa imersão é mais que simplesmente ir a campo, coletar informações, registrar percepções no caderno e realizar a análise dos dados. Observar o campo significa participar e compreender a realidade em que se pesquisa. Tais metodologias e métodos desvelaram muito do que é a saúde e as práticas populares de saúde manipuladas pelas mulheres.

DISCUSSÃO E REFLEXÃO

Resultados

Enquanto resultados, destacamos que, a partir das entrevistas coletadas foi possível verificar que a memória é parte essencial da construção do saber das práticas populares de saúde. Elas existem (as práticas) porque a terra existe, e essas mulheres são fruto da luta pela terra, que se não é fértil em um primeiro momento, a partir do cuidado ela se tornará.

Foi possível também perceber que a produção de alimentos saudáveis está diretamente ligada à promoção e prevenção da saúde da população assentada e acampada. É

da terra que nascem os insumos para a feitura dos medicamentos, do xarope, do floral, das tradicionais garrafadas. Nas palavras de nossa entrevistada, tal interação é explicitada e orienta a produção da saúde contra-hegemônica pela entrevistada M2:

Sobre as práticas populares de saúde, eu acho que são as práticas de cuidado que têm relação com a terra, com as plantas medicinais, com tudo o que tem a ver com a natureza, porque é da terra que temos a energia da vida, né? Da terra, do sol, da água e eu... pra mim, são todas as práticas ligadas a isso, né?, é a simbologia da lua, acho que são todas as práticas que a gente consegue fazer a ligação com a natureza. (Entrevista concedida por M2 à Cibele Lima dos Santos, em 20 de agosto de 2022)

As práticas não convencionais de saúde, desse modo, saem do lugar oficial (SUS e rede privada de saúde) e são fortalecidas pelas mãos de mulheres sem-terra que, por meio de práticas como acupuntura, auriculoterapia, escalda-pés, radiestesia, chás, reiki, benzeção, homeopatia, fitoterapia, garrafadas e outras, delineiam os saberes como terapeutas populares. Assim, ao desafiar o sistema vigente, buscam conhecimento para realizar suas práticas de saúde no meio rural com segurança.

Por fim, e não menos importante, faz-se mister ressaltar que as mulheres, ao exercerem as práticas populares de saúde, não têm como intenção negar a importância da ciência para o desenvolvimento da saúde na sociedade. O que se preconiza é o direito de um modo de produção de saúde condizente com as necessidades e com o saber que a terra lhes proporciona. O respeito pela ciência e pelo Sistema Único de Saúde (SUS) é princípio do Movimento, entendendo que um complementa o outro.

Figura 4. Semeando vida para colher saúde – Mulheres na Jornada de Março



Fonte: Acervo pessoal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de desenvolver um trabalho de pesquisa que tenha como temática Mulheres e Práticas Populares de Saúde coincide com o momento em que o MST propõe uma reformulação da política agrária, passando de uma Reforma Agrária Clássica, que até o presente momento rendeu poucos frutos para a classe trabalhadora, despida de privilégios, dentre eles a falta de terra ou a sua estrutura para ter dignidade humana e cidadania, para uma proposta de Reforma Agrária Popular que visa, a partir do desenvolvimento agrário, beneficiar a população sem-terra e a ela disponibilizar condições de vida que superem a pobreza, a discriminação e a desigualdade social. Ao darmos vida às práticas populares de saúde no contexto de terra e território, criamos possibilidades de novas estruturas como os quintais de plantas medicinais, a comercialização legal de fármacos por meio dos programas de farmácias vivas, a geração de renda a partir da produção e comércio de mudas, além de fomentar a discussão de uma saúde menos imperialista e classista.

Essa experiência também nos possibilitou entender e trazer à luz a condição da mulher rural sem-terra. Seu protagonismo sustenta a tese de que à mulher cabe o espaço que ela almeja ter em uma sociedade de classe. Permeada por uma condição muitas vezes aquém do que ela pode estar, ela vai fiando e tecendo seu espaço nas instâncias de poder dentro e fora do movimento. A prática da saúde abastece esse lugar e a ressignifica na luta e permanência na terra.

Os desafios ainda são muitos. Vencer o machismo, o patriarcado, criar subsídios para trabalhar com as práticas populares de saúde, fomentar recursos para investir nos quintais produtivos de plantas medicinais, ter acesso à qualificação contínua e principalmente ter o direito de exercer as práticas populares de saúde em lugares oficiais constituem esse emaranhado de dificuldades; entretanto, é possível verificar que tais experiências apresentam êxitos que as fazem insistir e caminhar. Os Espaços de Saúde estão em todas as feiras da agricultura familiar e da Reforma Agrária, desde as locais até as nacionais, cumprindo seu papel a partir da oferta das práticas populares de saúde. A população que visita tais eventos não só valoriza o espaço como solicita os cuidados às tantas e tantos cuidadores disponíveis para cumprir a tarefa de cuidar e de orientar, sob o lema de que Saúde é a capacidade de lutar contra tudo o que nos oprime!

REFERÊNCIAS

- MINAYO, M. C. de S. (org.) *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 18. ed. Vozes: Petrópolis, 2016.
- OMS. Organização Mundial de Saúde. *Estratégia de la OMS sobre medicina tradicional 2002–2005*. Organización Mundial de la Salud, 2002.

- RANGEL, M.; BRAGANCA, F. C. R. Representações de gestantes sobre o uso de plantas medicinais, *Revista Brasileira de Plantas Mediciniais*, v. 11, n. 1, p. 100-109, 2009. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rbpm/v11n1/16.pdf
- RÜCKERT, B. O Cuidado em Saúde por Mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: Saberes, Competências e Práxis. (Tese) Doutorado apresentado à Fundação Oswaldo Cruz – Instituto René Rachou, 2018. Disponível em: www.arca.fiocruz.br/handle/icict/33954.
- TEDESCHI, L. A. *Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres*. Dourados: UFGD, 2014.
- VENÂNCIO, A. T. As mulheres pela história: corpo, alma, trabalho e deslocamentos. *Hist, Sia, Ciências, Saúde* – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 15, suplemento, p. 283-287, jun. 2008 Disponível em: www.scielo.br/j/hcsm/a/vF5njzcnpsFMJB4rYmr89b/?format=pdf&lang=pt.

14. Saúde de homens trabalhadores em assentamento rural

Iuri Trezzi, Fernanda Beheregaray Cabral, Leila Mariza Hildebrandt,
Alexa Pupiará Flores Coelho Centenaro

INTRODUÇÃO

Este relato técnico aborda os resultados de uma pesquisa sobre a saúde de homens trabalhadores em assentamento rural, desenvolvida por pesquisadores do Departamento de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Santa Maria, *campus* Palmeira das Missões (UFSM/PM).

Participaram da pesquisa 32 homens residentes e trabalhadores no Assentamento 16 de Março, localizado na Antiga Fazenda Annoni, município de Pontão, região norte do Rio Grande do Sul. O assentamento é composto por aproximadamente 81 famílias, dentre essas, a maioria optou pela produção individual em suas propriedades e outras 14 estão organizadas por meio da produção coletiva cooperativa.

Conforme Kageyama (2008), o território rural é um espaço com baixa densidade populacional e que apresenta características de pluriatividade, multissetorialidade e multifuncionalidade. O território rural abarca a terra e o trabalho como principais fatores de estabelecimento de relações sociais, econômicas e políticas da população do campo. Nessas relações predominam dimensões simbólicas e culturais, que influenciam os comportamentos considerados típicos ou necessários às condutas masculinas em interface com o cuidado em saúde (Miranda *et al.*, 2021).

Em comparação às mulheres, os homens são mais vulneráveis ao adoecimento, principalmente por doenças crônicas, degenerativas e violentas (Oliveira *et al.*, 2017), além de, no Brasil, possuírem expectativa de vida de 7 anos a menos que as mulheres (IBGE, 2019). Destaca-se também a baixa procura masculina pelos serviços de saúde, que pode ser explicada pelo fato de que, social e culturalmente, estes se julgam fortes e invulneráveis. Assim, ao cuidar da saúde, podem ser percebidos como fracos ou frágeis e, segundo uma lógica de gênero, no imaginário social, e isso pode desqualificá-los como homens, visto que esses atributos ainda tendem a ser destinados ao sexo feminino (Gomes, 2010).

Ainda, os trabalhadores rurais realizam suas atividades laborais de forma arriscada e insalubre, em ambientes com diversos riscos, como a exposição a agrotóxicos, acidentes com animais, com ferramentas, máquinas e implementos, exposição a ruídos e vibrações, às radiações solares e agentes infecciosos que podem ocasionar doenças e agravos a saúde (Miranda *et al.*, 2021).

Em vista disso, para pensar a saúde de homens que trabalham e constroem suas vidas no meio rural é necessário um olhar ampliado acerca das especificidades que compõem os determinantes e condicionantes em saúde nesse contexto. Experiências como as desta pesquisa podem contribuir para a melhoria das condições de saúde deste público, que muitas vezes estão invisibilizados nos serviços de saúde.

DESENVOLVIMENTO

Objetivos

- conhecer as concepções de saúde de homens trabalhadores no assentamento rural, suas principais causas de adoecimento e as práticas de cuidado à saúde;
- compreender como se dá o acesso aos serviços de saúde e identificar as necessidades de saúde de homens trabalhadores em assentamento rural.

Metodologia

Trata-se de pesquisa qualitativa, do tipo exploratória-descritiva, desenvolvida no assentamento 16 de março, na região noroeste do Rio Grande do Sul (RS), conhecido por ser um dos berços do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Os dados foram produzidos por meio de entrevistas semiestruturadas, realizadas nas residências ou locais de trabalho dos participantes e submetidas à análise temática proposta por Minayo, que seguiu três etapas: pré-análise, exploração do material e interpretação dos dados.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, sob parecer n. 5.755.895, e seguiu todas as diretrizes éticas da Resolução n. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

Participaram da pesquisa 32 homens que residem e trabalham no assentamento rural, cujas idades variaram entre 21 e 75 anos, com média das idades de 54 anos. Quanto ao estado civil, a maioria (75%) dos trabalhadores são casados, 16% são solteiros e 9% vivem em união estável. No que se refere ao nível de escolaridade, a maior parte (53%) dos participantes possui Ensino Fundamental incompleto, 19%, Ensino Fundamental completo, 16%, Ensino Médio completo, 6%, Ensino Médio incompleto e 6% apresentam Ensino Superior, sendo 3% completo e 3% incompleto. A maioria trabalha no meio rural desde a infância.

Dentre os entrevistados, 12 trabalham na agricultura familiar em suas propriedades, onde cultivam lavouras de soja, trigo e feijão. Alguns possuem gado de leite, porcos e galinhas para consumo e fins econômicos, além de horta com produção de verduras para consumo e venda em escolas. Outros 14 participantes trabalham nos diversos setores da cooperativa do assentamento (produção, abate, comercialização e administração), sendo a maioria residente na agrovila. Ainda, participaram três homens que trabalham como pedreiros e cuidam de suas propriedades, um médico assentado que atende na Unidade Básica de Saúde (UBS) do assentamento, um que trabalha como atendente na UBS e um trabalhador que possui um comércio no assentamento. Todos os participantes possuem casa própria, acesso a saneamento básico e energia elétrica.

DISCUSSÃO E REFLEXÃO

As concepções de saúde dos trabalhadores são diversas, mas a importância de se ter saúde foi reconhecida pela maioria dos trabalhadores, pois a compreendem como determinante para o cotidiano laboral. Alguns participantes também referiram que a saúde está ligada a determinantes sociais e que há relação entre saúde e uma convivência harmoniosa em comunidade.

Entre as principais causas de adoecimento e comorbidades mencionadas pelos homens, ganha destaque o câncer, entre os vários tipos, os mais mencionados foram os de próstata e o de pele, devido à exposição diária à radiação solar. As doenças cardiovasculares, como hipertensão arterial sistêmica e as doenças osteomusculares, também foram mencionadas. Doenças mentais, como depressão e ansiedade, tabagismo e etilismo também estão presentes entre os homens. Por fim, as consequências do uso extensivo dos agrotóxicos na produção agrícola foram mencionadas como outra causa de adoecimento.

As práticas de cuidado em saúde evidenciadas pelos assentados têm por foco o modelo biomédico de atenção, com ênfase na consulta médica e realização de exames de rotina, além de outros cuidados como alimentação saudável, o não uso de tabaco e consumo moderado de bebidas alcólicas. Ainda, os homens relataram dificuldades em cuidar da saúde, que se cuidam pouco e de forma “relaxada”, pois como relatou um participante “*Não é qualquer dor de cabeça que leva o agricultor pro médico*”. Alguns referiram que o processo de envelhecimento ou o acometimento por patologias como Acidente Vascular Cerebral (AVC) e câncer contribuíram para que cuidassem mais da saúde mediante a realização de exames de saúde.

Em relação ao acesso aos serviços de saúde, os homens indicaram que buscam primeiramente a Unidade Básica de Saúde (UBS) do assentamento, mas que somente a acessam quando possuem algum agravo importante à saúde. Apesar de o atendimento

na UBS ter sido considerado resolutivo, os assentados demandam maior disponibilidade de insumos, realização de exames e mais dias de atendimento médico no local. A principal dificuldade referida foi o acesso à atenção especializada, devido à longa e demorada fila de espera para realização de consultas e exames.

As principais necessidades em saúde elencadas pelos trabalhadores do assentamento envolvem ações educativas para informações e conscientização dos homens sobre o cuidado preventivo em saúde e acompanhamento mais longitudinal por profissionais de saúde. Em relação aos serviços de saúde, foram citados mais recursos, como medicamentos e exames, e comprometimento da gestão para com o atendimento das demandas mais prioritárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A saúde pública no Brasil avançou muito com o Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente com a implantação da Estratégia Saúde da Família (ESF), porém seus princípios e diretrizes nem sempre são respeitados nos serviços de saúde, especialmente nos territórios rurais. Apesar dos avanços trazidos pelas políticas públicas voltadas para os homens trabalhadores rurais, suas diretrizes não se desdobram necessariamente em práticas mais efetivas no cenário e população estudados.

Como principal desafio que persiste com relação à saúde dos homens trabalhadores em assentamentos rurais está o desenvolvimento de ações que os aproximem das equipes de saúde e vice-versa, contribuindo, assim, para o acesso e o acolhimento deste público dos serviços de Atenção Primária em Saúde (APS). Ainda, demandam-se estratégias para a ampliação da oferta de ações de promoção da saúde e sensibilização dos homens para o autocuidado em saúde. Nesse sentido, é necessário fomentar mudanças nos papéis e estereótipos de gênero que ainda persistem, visto que os homens ainda necessitam de incentivos para o cuidado em saúde.

Além disso, são extremamente importantes a educação permanente dos profissionais de saúde acerca dos modos de vida dos trabalhadores rurais, a valorização das práticas tradicionais e o incentivo à realização de prática interdisciplinares, favorecendo a construção de práticas de saúde mais resolutivas, integrais e comprometidas com a realidade socioeconômica, cultural e de saúde dos assentamentos rurais.

REFERÊNCIAS

- GOMES, R. *A saúde do homem em foco*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Tábua completa de mortalidade para o Brasil, 2019*. Breve análise da evolução da mortalidade no Brasil. Rio de Janeiro, 2020.
- KAGEYAMA, Â. A. *Desenvolvimento rural: conceitos e aplicações ao caso brasileiro*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S.F.; GOMES, R. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MIRANDA, S. V. C. *et al.* Singularidades do trabalho rural: masculinidades e procura por serviços de saúde em um território norte mineiro. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 31, n. 2, e310217, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312021310217>

OLIVEIRA, J. C. A. X. *et al.* Perfil epidemiológico da mortalidade masculina: contribuições para a enfermagem. *Cogitare Enferm.*, v. 22, n. 2, e49724, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5380/ce.v22i2.49742>

15. Saúde coletiva e agroecologia: a contribuição do estudante de saúde coletiva em um grupo de pesquisa relacionado à agroecologia

Bruno Barros Anchieta, Livio Sergio Dias Claudino

INTRODUÇÃO

A Saúde Coletiva é um campo interdisciplinar que possui contribuições com diversas áreas do conhecimento devido às competências abrangentes dentro da gestão em saúde, políticas públicas, epidemiologia e na promoção da saúde. A partir desses eixos é possível realizar interfaces com outros campos de saberes. É o caso da Agroecologia, que, embora ainda careça de alinhamentos mais pertinentes e consistentes, para a Saúde Coletiva pode trazer elementos assaz importantes (Moraes; Oliveira; Soares, 2022).

A grade curricular do Curso de Graduação em Saúde Coletiva na Unifesspa não possui disciplinas específicas voltadas para a Agroecologia ou relacionadas à extensão rural. Por sua vez, contém disciplinas que contribuem para o entendimento social do processo saúde-doença e os determinantes ecológicos no adoecimento, tanto nas regiões urbanas como rurais (Unifesspa, 2018).

A ligação entre Saúde Coletiva e as dinâmicas rurais ressalta a complexidade das interações entre o indivíduo, a comunidade e o ambiente, evidenciando a necessidade de uma abordagem interdisciplinar. Nesse sentido, a Saúde Coletiva colabora com a promoção da saúde para a extensão rural como meio de fortalecer a qualidade de vida da população rural e contribuir com ela (Azevedo; Pelicioni, 2011).

A experiência apresenta a caminhada feita por estudante de graduação em saúde coletiva pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) com um grupo de pesquisa que tem por foco os estudos em mercados, políticas públicas para agricultores familiares, incluindo feirantes e outros, tendo por diretriz os princípios da Agroecologia. Trata-se do Grupo de Pesquisa Dispositivos, Instituições, Desenvolvimento e Agroecologia (Dridra/Unifesspa), que desenvolve pesquisa sobre a Agricultura Familiar e alimentação no cenário de pós-pandemia.

O Grupo de Pesquisa Didra/Unifesspa tem abordagem interdisciplinar com área de concentração em Ciências Humanas e Sociais, com destaque para duas linhas de pesquisa na Agricultura Familiar: Agroecologia, Mercados e Desenvolvimento Sustentável; e Estado, Sociedade e Políticas Públicas.

O discente teve vínculo com a segunda linha de pesquisa, e desenvolveu um projeto com intuito de realizar pesquisa bibliográfica sobre as transformações ocorridas após 2020 no contexto sanitário, alimentar, saúde e de desenvolvimento rural. Além disso, a participação do aluno contribuiu com o grupo de pesquisa com assuntos que instigam a reflexão no cenário da saúde voltado para determinantes sociais, políticas de saúde, o fortalecimento da luta agrária e a dimensão social dos agricultores familiares.

DESENVOLVIMENTO

Objetivos

- relatar a experiência do estudante de graduação em saúde coletiva em um grupo de pesquisa;
- correlacionar a Saúde Coletiva e a Agroecologia como meios promotores de pesquisas, desenvolvimento e sustentabilidade de Sistemas Agroalimentares Saudáveis.

Metodologia

Trata-se de estudo que relata a experiência do estudante de graduação em Saúde Coletiva na Unifesspa, durante sua colaboração no Grupo Pesquisa com linha de concentração no Estado, Sociedade e Políticas Públicas desde o ano de 2022. No grupo, o estudante colaborou com o projeto de pesquisa com referências bibliográficas.

O estudo visa descobrir novas áreas de conhecimento que corroboram para os conteúdos fora da sala de aula, com envolvimento nas Ciências Sociais.

DISCUSSÃO E REFLEXÃO

Por mais que a grade curricular no Curso de Saúde Coletiva na Unifesspa não tenha disciplinas voltadas para a Agroecologia, a participação do discente contribui de forma positiva no pensamento crítico-reflexivo para as questões sociais, colaborando com uma perspectiva holística no meio rural. A trajetória do aluno engajou ativamente o grupo de pesquisa na dedicação para as temáticas, pois considerar o campo de estudo proporcionou uma imersão na interseção entre saúde e questões sociais, bem como na investigação sanitária de trabalhadores rurais e na relação entre os alimentos saudáveis e o ambiente.

Como o grupo de pesquisa possui abordagem interdisciplinar, no âmbito da pesquisa o aluno não apenas amplia seus conhecimentos acadêmicos, mas também se torna

agente ativo na construção de soluções inovadoras a partir de uma análise crítica das políticas públicas relacionadas à agricultura familiar aliada à promoção da agroecologia e a extensão rural.

Infelizmente, não foi possível realizar publicações de artigos com base no projeto de pesquisa descrito. Entretanto, o estudante contribuiu para a produção de conhecimento científico por meio de participações de pesquisa e outras atividades relacionadas ao grupo de pesquisa.

Durante a pesquisa foi possível identificar artigos científicos com problemáticas relacionadas ao contexto sanitário durante a comercialização de alimentos ao longo da pandemia e após o período pandêmico. Os textos encontrados possibilitam uma investigação de melhorias na infraestrutura de feiras e na venda de produtos com menos contágios, o que fica como sugestão para futuras pesquisas.

Além desses estudos encontrados, o estudante participou com o orientador do grupo de pesquisa de uma aula sobre as boas práticas de limpeza e acondicionamento de vegetais, o que trouxe reflexões importantes aos estudantes de Agronomia da Unifesspa sobre as atividades da Vigilância Sanitária e o processo de adoecimento no consumo alimentar não saudável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de integração do aluno de Saúde Coletiva da Unifesspa ao Grupo de Pesquisa Didra/Unifesspa revelou-se enriquecedora e com contribuições potenciais para uma imersão significativa nos fundamentos interdisciplinares que conectam a Saúde Coletiva à complexidade das dinâmicas rurais.

O engajamento do aluno proporcionou reflexões exitosas sobre saúde, políticas públicas, agricultura familiar e agroecologia. A grade curricular de ambas as áreas não o limitou na capacidade de compreender os assuntos relacionados ao meio rural; ao contrário, o estudante teve seu envolvimento com as Ciências Sociais por meio de análise holísticas (aspectos econômicos, sociais, culturais, ambientais e políticos), vulnerável (capacidade de enfrentar os desafios de maneira resiliente) e contextualizada (região geográfica de atuação) enfrentadas pelos agricultores familiares, visando compreender as dificuldades e desafios enfrentados pelos agricultores familiares de forma ampla e integrada, considerando o contexto específico em que estão inseridos.

A interdisciplinaridade do Grupo de Pesquisa não propiciou apenas conhecimentos acadêmicos, mas também transformou o estudante em um agente ativo na busca de soluções inovadoras que contribuam para uma comunidade específica ou geral de uma sociedade, pelo seu vasto conhecimento ampliado para diversos fatores que influenciam no desenvolvimento social.

Conclui-se que o impacto da experiência do aluno é um importante passo para futuras pesquisas relacionadas à Agroecologia e Saúde Coletiva. Assim, o conjunto dessas áreas mostra uma vasta produção científica e visibilidade rural. Além do mais, evidencia a necessidade de profissionais de Saúde Coletiva no meio rural para o desenvolvimento da saúde no campo com políticas públicas inclusivas.

REFERÊNCIAS

- SOARES, L. P.; OLIVEIRA, R. M.; MORAES, R. D. Investigando os olhares da saúde coletiva sobre a agroecologia. *Saúde em Debate*, v. 46, p. 133-148, 2022.
- AZEVEDO, E.; PELICIONI, M. C. F. Promoção da Saúde, Sustentabilidade e Agroecologia: uma discussão intersetorial. *Saúde e Sociedade*, v. 20, p. 715-729, 2011.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ. Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Saúde Coletiva, 2018.

16. Vigilância em saúde ambiental: promoção e cuidado em saúde à população exposta aos agrotóxicos agrícolas em Ronda Alta – RS

Carla Agostini, Rafael Arenhaldt

INTRODUÇÃO

Este relato é baseado na pesquisa realizada no curso do Mestrado Profissional de Ensino na Saúde, na Universidade do Rio Grande do Sul, e que resultou na dissertação “Agrotóxicos Agrícolas e a Notificação de Intoxicações Exógenas: Análises para a Educação em Saúde”, e nasceu da vivência pessoal, profissional e acadêmica da autora, a partir de sua inquietação ética-social, pelo fato de ela residir em um sítio urbano que procura ser o mais agroecológico na sua produção, mas que também sofre os efeitos da deriva dos agrotóxicos agrícolas vindo das lavouras vizinhas. Agrega-se a isso o fato de a autora ser formada em Nutrição, tendo já sido responsável técnica municipal pelo Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), período em que pôde conhecer melhor a produção da agricultura familiar e estreitar os laços com os agricultores fornecedores da agricultura familiar de Ronda Alta. Além do mais, a autora é profissional de saúde, atuando há 19 anos como nutricionista na Secretaria Municipal de Saúde de Ronda Alta e, portanto, conhecedora das características deste território, que acabam por influenciar a determinação do processo de saúde *versus* doença da população deste município. As ações da pesquisa tiveram início no mês de novembro de 2022 e finalizaram em junho de 2023, com a defesa da dissertação.

O território da pesquisa foi Ronda Alta, um pequeno município localizado no extremo norte gaúcho, com população estimada de 9.777 habitantes (IBGE, 2023). Pelas suas condições de clima e solo, esta cidade apresenta forte potencial agrícola, sendo a agricultura familiar a protagonista, pois, considerando a dimensão fundiária de até 80 hectares, medida que caracteriza as propriedades da agricultura familiar, estas correspondem a 95,01% dos estabelecimentos agropecuários do município (Ronda Alta, 2017, p. 26).

A produção que impera em Ronda Alta é a monocultura da soja (Ronda Alta, 2017), cultivada no modelo convencional e que utiliza grandes quantidades de agrotóxicos agrícolas no seu cultivo (Silva *et al.*, 2004). A cultura da soja sozinha representou, em Ronda Alta, no ano de 2013, 55,63% do Produto Interno Bruto municipal, com valor declarado de R\$31.436,690,69 (Sitagro, 2013 *apud* Ronda Alta, 2017).

O Instituto Nacional de Câncer (Inca) aponta que o consumo médio de agrotóxicos de cada brasileiro é de 7,5 litros de veneno por ano. No Rio Grande do Sul, estado onde a pesquisa foi desenvolvida, esse número é ainda maior, chegando a 8,3 litros/habitante (Inca, 2023).

É preciso explicar que a diferença da medida “kg” e “litros” se dá pelo fato de alguns princípios ativos de agrotóxicos serem comercializados na forma líquida e outros na forma sólida.

Outra característica deste território em estudo é que as lavouras produtoras de grãos não são exclusividade da sua área rural. Toda a área urbana da cidade é também cercada por lavouras produtoras de grãos. Essa característica faz com que não somente os agricultores, mas toda a população, incluindo a urbana, sofra o impacto nocivo desses produtos de forma direta ou indireta pelo efeito da deriva. Deriva é quando as gotículas de veneno se deslocam para fora do alvo inicial da aplicação (Rio Grande do Sul, 2019b).

Os grupos populacionais que sofrem os efeitos dos agrotóxicos são caracterizados como “População Exposta aos Agrotóxicos” (Paraná, 2018, p. 17). Dentre a população exposta, os agricultores são o grupo populacional que sofre os maiores impactos na saúde. A exposição aos agrotóxicos causa efeitos diretos na saúde humana, tendo como consequência as intoxicações exógenas causadas por agrotóxicos agrícolas. Todo episódio suspeito de intoxicação é de registro obrigatório no Sistema de Agravos de Notificação (Sinan) do Ministério da Saúde (MS) (Rio Grande do Sul, 2016).

Apesar de o Brasil ser, desde 2008, o líder mundial no consumo de agrotóxicos, os registros referentes às intoxicações exógenas por agrotóxicos agrícolas são insignificantes, tanto no Brasil como no RS e, em Ronda Alta, este cenário não é diferente (Rio Grande do Sul, 2016).

O fato de não haver notificações registradas referentes às intoxicações por agrotóxicos agrícolas não significa que elas não aconteçam. Uma estimativa do MS aponta que todos os anos no Brasil, mais de 400 mil pessoas são contaminadas por agrotóxicos, causando cerca de quatro mil mortes por ano em consequência dessas intoxicações (Moreira *et al.*, 2002 *apud* Abrasco, 2012).

Apesar dos números expressivos no que diz respeito à comercialização de agrotóxicos nesse município, que sugerem sua utilização em larga escala, Ronda Alta constava, em 2016, na lista dos municípios silenciosos em notificação por intoxicação exógena por

agrotóxico agrícola (Rio Grande do Sul, 2016), ou seja, não apresentava registros para esse tipo de agravo no Sinan. Em uma série histórica de 2011 a 2021 (período disponível para consulta pública no Sinan na época da pesquisa), Ronda Alta registrou somente uma notificação de intoxicação exógena por agrotóxico agrícola em 2019 (Sinan, 2022).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que a subnotificação das intoxicações causadas por agrotóxicos seja de 1:50, isto é, para cada caso notificado, existem outros 50 sem notificação (Paraná, 2018), ou seja, somente no ano de 2019, em Ronda Alta supostamente haveria 50 registros que deixaram de ser realizados no Sinan.

Durante a revisão bibliográfica realizada para a elaboração do referencial teórico da pesquisa, compreendeu-se a possibilidade de intervenção para transformação do cenário da subnotificação das intoxicações exógenas por agrotóxicos agrícolas nesse território, por meio das ações de educação voltadas para a saúde, já que os processos do trabalho em saúde estão centrados, além da atenção, na gestão e na educação (Pires, 2008 *apud* Signor *et al.*, 2015) e que desde a criação do Sistema Único de Saúde no Brasil, pela Lei n. 8.080/90, a educação é entendida também como uma área da saúde (Brasil, 1990).

Além do mais, as ações de saúde com propósito educativo podem ultrapassar a atenção, apresentando como principal objetivo “a prevenção e a promoção à educação a partir das necessidades dos pacientes que, construída coletivamente, constitui-se na principal estratégia para a obtenção de resultados” (Signor *et al.*, 2015, p. 2).

Como forma de intervenção na pesquisa elegeu-se a Educação na e em Saúde, por entender que ambas eram as que melhor se enquadram nos objetivos da pesquisa. A Educação em Saúde é entendida pelo MS como um processo educativo utilizado para levar conhecimento sobre as diversas áreas da saúde para a população, permitindo que esta se apodere de temas específicos e, conseqüentemente, adquira mais compreensão e consciência acerca dos assuntos relacionados à saúde, sem que isso apresente a intenção de profissionalização ou a necessidade de possuir uma carreira na saúde (Brasil, 2012).

Incorporada ao campo de conhecimento da Educação em Saúde, a Educação Popular em Saúde mostra-se como uma opção de educação destinada à população, apresentando como importante diferencial a intensa valorização da inclusão social. A educação popular em saúde é entendida como uma das “ações educativas que têm como objetivo promover, na sociedade civil, a educação em saúde, mediante inclusão social e promoção da autonomia das populações na participação em saúde” (Brasil, 2012, p. 20).

Em relação à Educação na Saúde, foram priorizadas a Educação Permanente em Saúde (EPS), já que esta foi instituída pelo MS como uma ferramenta de aprendizagem cuja principal característica é a importância de reconhecer a realidade e as demandas encontradas nos próprios locais de trabalho, em que o aprender e o ensinar se integram no cotidiano

das organizações. A finalidade primordial da EPS é a possibilidade de transformação das práticas profissionais e dos processos de trabalho nos serviços de saúde (Brasil, 2018).

DESENVOLVIMENTO

Objetivos

O objetivo da pesquisa foi propor ações de educação permanente em saúde e de educação popular em saúde para qualificar o processo de notificação das intoxicações exógenas causadas por agrotóxicos agrícolas em Ronda Alta.

Objetivos específicos

- sensibilizar as entidades municipais que atuam com os agricultores: Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), Secretaria Municipal da Agricultura (SMA), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural/Escritório Municipal (Emater-Ascar-RS), além da Secretaria Municipal da Saúde (SMS), acerca da importância de adotar ações integradas que busquem encontrar estratégias para a minimização dos riscos relacionados ao uso dos agrotóxicos agrícolas;
- desenvolver ações de EPS para os profissionais de saúde da Atenção Básica (AB) e Hospital Atra;
- realizar ações de educação popular em saúde para a população exposta, principalmente para os agricultores;
- popularizar o conhecimento da pesquisa ampliando as ações de educação sobre intoxicações exógenas causadas pelos agrotóxicos agrícolas e os impactos destes produtos para a saúde humana, por meio de Produtos Técnicos de Comunicação e de cursos de formação profissional.

Metodologia

Este estudo foi desenvolvido como uma pesquisa qualitativa participante na perspectiva da hermenêutica, utilizando um diário de reflexões para registro dos dados coletados. O público-alvo selecionado foi: Profissionais de saúde da Atenção Básica da SMS e do serviço conveniado de urgência e emergência do Hospital Atra, mais a população exposta (usuários de saúde e agricultores atendidos pelas instituições municipais selecionadas). Também fizeram parte das ações de pesquisa o Conselho Municipal de Saúde (CMS) e a Rádio Comunitária Navegantes.

Foram realizadas ações de EPS para os profissionais de saúde e de educação popular em saúde para a população exposta aos agrotóxicos agrícolas.

A participação do CMS na pesquisa se deu com o objetivo de apresentar e dar visibilidade aos dados do cenário dos agrotóxicos agrícolas em Ronda Alta, além de sensibilizar os

conselheiros municipais de saúde, que são os representantes legais de instituições, categorias profissionais e população em geral junto ao conselho. O projeto da pesquisa foi apresentado na reunião mensal ordinária em dezembro de 2022. A Rádio Comunitária Navegantes foi parceira na gravação/edição e divulgação do produto técnico de comunicação

DISCUSSÃO E REFLEXÃO

Foram realizadas nove atividades de EPS, com a participação de 47 profissionais de saúde, totalizando 20 horas de formação, além da criação de uma pasta virtual no formato de “drive” para compartilhamento de materiais técnicos científicos. Ao final da pesquisa, 17 profissionais de saúde manifestaram interesse em ter acesso à pasta virtual. Também foram realizadas 11 atividades de Educação Popular em Saúde. Cada formação teve duração média de três horas, totalizando 33 horas de atividades formativas com a comunidade de Ronda Alta e 144 participantes.

Levando em consideração os movimentos da pesquisa, foram elaborados os seguintes Produtos Técnicos de Comunicação: Programa de rádio no formato Podcast: “Momento Saúde”, destinado à população exposta, a fim de popularizar o conhecimento da pesquisa, em uma sequência de 10 programas, que foram ao ar diariamente de segunda a sexta-feira, pela Rádio Comunitária Navegantes, frequência 104.9 e disponível na Plataforma Spotify 1, além da proposta de um Curso de Extensão para profissionais de saúde que manifestaram interesse sobre o tema, intitulado Educação Permanente em Saúde: Qualificando o Processo de Notificação das Intoxicações Exógenas Causadas por Agrotóxicos Agrícolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como reflexões, para além dos resultados analíticos da pesquisa, ficam a potência e o desafio do trabalho intersetorial, o importante movimento de aproximação com a população exposta, principalmente naquelas comunidades localizadas no interior do município, onde o acesso aos serviços de saúde nem sempre é facilitado e a urgência em se realizar formações aos profissionais de saúde sobre esta temática.

Além do mais, a escolha pela Educação Popular em Saúde foi primordial para o sucesso das ações da pesquisa, pois permitiu realizar rodas de conversa e dialogar com a população exposta, possibilitando a autora a participar com eles e, acima de tudo, ouvi-los, para juntos chegarem à conclusão de que em Ronda Alta temos um problema de saúde relacionado aos agrotóxicos agrícolas, ao mesmo tempo que permitiu a tomada de consciência que a solução desse problema é complexa e dependerá de setores que vão além da saúde e agricultura.

E, para finalizar, apesar deste estudo ter realizado ações para um público além dos agricultores, a formação e qualificação dos profissionais de saúde também repercutem na

saúde dos agricultores/da população exposta, na medida em que as formações realizadas contribuem para a Vigilância em Saúde Ambiental, por meio da promoção da saúde, prevenção dos agravos/morbimortalidade relacionados aos agrotóxicos agrícolas, melhorando o diagnóstico dos casos de intoxicações exógenas, uma vez que se buscou popularizar as informações relacionadas à sintomatologia deste tipo de agravo, contribuindo para que os registros de notificação deste tipo de agravo possam retratar fielmente o contexto epidemiológico ao qual este município está inserido.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA – ABRASCO. *Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. 2ª Parte*. Rio de Janeiro: Abrasco, 2012.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Nacional de Câncer – INCA. Repositório Institucional, Prevenção e Vigilância. Agrotóxicos.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Departamento de Gestão da Educação na Saúde. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde: o que se tem produzido para o seu fortalecimento? 1. ed. rev. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. *Glossário Temático Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde*. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Serviços. Relatórios. Químicos e Biológicos. Relatórios de comercialização de agrotóxicos.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990. Brasília: Casa Civil, 1990.
- BRASIL. Sistema de Informação de Agravos de Notificação. Doenças e Agravos de Notificação: Intoxicação Exógena. Relatório 2011-2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Cidades e Estados – Ronda Alta: panorama. Brasília: IBGE, 2022.
- PARANÁ. Secretaria Municipal da Saúde. Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos. Intoxicações Agudas por Agrotóxicos-Atendimento Inicial do Paciente Intoxicado. Material Técnico, 2018.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural. Sistema Integrado de Gestão de Agrotóxicos-SIG@. Planilha de volume de agrotóxico comercializado em 2018 no município de Ronda Alta. [S.l.: s.n.], 2019a.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual de Saúde. Centro Estadual de Vigilância em Saúde. Informativo VIGISOLO, v. 2, n. 10, outubro de 2019b.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual de Saúde. Centro Estadual de Vigilância em Saúde. *Boletim Epidemiológico*, v. 18, n. 1, 2016.
- RONDA ALTA. Município. Secretaria Municipal de Agricultura. Plano Municipal de Desenvolvimento Rural 2017-2021. Prefeitura Municipal de Ronda Alta, jun. 2017.
- SIGNOR, E. *et al.* Educação permanente em saúde: desafios para a gestão em saúde pública. *Revista de Enfermagem da UFSM*, Santa Maria, v. 5, n. 1, p. 1-11, 2015.
- SILVA, N. E. *et al.* Educação para a Saúde: o Conhecimento como Ferramenta de Redução dos Riscos da Exposição Ocupacional a Agrotóxicos. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA*, 2, 2004, Belo Horizonte, MG. Anais. Belo Horizonte: [s.n.], 2004.

17. Práticas e saberes tradicionais de cuidado: o uso de ervas medicinais enquanto instrumento de geração de renda e resistência feminina no campo

Alexsandra Rodrigues Lima, Edinaldo Correia Novaes

INTRODUÇÃO

A vivência Agroecológica Sem Terra é uma importante ferramenta de desenvolvimento e de trocas entre os assentados e acampados da Reforma Agrária. Inseridas nessa realidade, as iniciativas promotoras do cultivo de plantas medicinais criam redes de apoio entre mulheres rurais. Compartilhar conhecimento, recursos e experiências fortalece a solidariedade e a resistência feminina no campo.

O presente relato é um esforço coletivo, produzido por diversas pessoas, de domínio público, e tem por objetivo apresentar, em âmbito nacional, as experiências da agroecologia com o uso de plantas medicinais.

Trata-se de um processo de compilação de informações para apresentar o relato das experiências ocorridas no assentamento João Pedro Teixeira, em Serra Talhada/PE, no acampamento Marielle Vive, em Valinhos/SP, no Assentamento Pirituba II (agrovila V), em Itaberá/SP e dos assentamentos e acampamentos da Reforma Agrária da cidade de Campo do Meio/MG.

Objetiva-se com esse relato apresentar experiências difusas que ocorrem no país, a partir de um entendimento construído pela militância, referente à importância da agroecologia, do retorno benéfico que o manejo consciente do solo nos traz, da valorização dos saberes tradicionais e da necessidade de fortalecimento dos coletivos femininos como promotores de autossustento e trocas para o cuidado mútuo.

As experiências ocorreram em tempos diversos. Apesar de terem temporalidades e grau de desenvolvimento diversos, todas têm em comum a redução da dependência de insumos químicos a partir do cultivo de ervas medicinais, processamento e produção de produtos derivados, como chás, óleos essenciais, pomadas, sabonetes e fitoterápicos em geral.

DESENVOLVIMENTO

O Grupo Flor de Mandacaru – Serra Pelada/PE

A formação do grupo ocorreu pela iniciativa de Rosicleide Serafim dos Santos, que a partir de estudos desenvolvidos para a sua pós-graduação propôs a reunião das mulheres da regional Pajeú no ano de 2018. Com a finalidade de estabelecer o contato entre mulheres assentadas e suas famílias, buscou-se conhecer seus hábitos e construir uma relação de afetividade. Foi averiguada na primeira reunião a quantidade e qualidade das plantas medicinais que cada um cultivava em seu quintal, identificando ali mesmo suas propriedades farmacêuticas, alinhando os saberes populares à ciência, e partindo da ideia de que cultura é conhecimento compartilhado. A busca por conhecimento foi pautada na ideia de fortalecer essa cultura com a participação popular, nesse sentido a estratégia era de construção desses espaços coletivos onde pudéssemos centralizar os debates no cultivo e manejo das plantas medicinais, valorizando e potencializando as práticas já existentes. Os encontros seguiram com o estudo das plantas medicinais, desde o cultivo até a preparação dos fitoterápicos.

A importância da cultura que envolve as plantas medicinais, trazendo para a vida dos assentados a experiência dos povos mais antigos, colaborou não só para ampliar essa prática, mas também para contribuir com a integração entre o ser que busca o conhecimento e a população do campo. É o saber popular que dá continuidade a um processo histórico embasado em comprovações científicas. A ideia de se trabalhar em coletivo visando a autossustentação e o bem-estar da população impulsionou positivamente na busca pelo resgate das práticas populares. A experiência dos povos mais antigos contribuiu com o conhecimento sobre as plantas e o uso dos fitoterápicos. Hoje as práticas populares são sempre o primeiro recurso utilizado pelas famílias na intenção do cuidado com o uso das plantas em forma de folhas, raízes ou frutos. Curiosamente a busca por esse conhecimento foi pautada na ideia de fortalecer essa cultura com a participação popular. Nesse sentido, a estratégia era de construção desses espaços coletivos onde pudéssemos centralizar os debates no cultivo e manejo das plantas medicinais, valorizando e potencializando as práticas já existentes.

Para a realização do projeto, as mulheres se organizaram para participar das oficinas de fitoterápicos e logo começaram a pesquisar outros produtos, superando as expectativas do projeto. A participação das mulheres foi significativa, os produtos que eram apenas para o consumo passaram a ser oferecidos a parentes e amigos, e ganhou fama entre as comunidades vizinhas.

Em abril de 2019, as mulheres do grupo foram convidadas para participar do II Colóquio Internacional de Feminismo e Agroecologia na Universidade Federal Rural de Pernambuco. Ali elas expuseram seus produtos na feira e apresentaram sua experiência

com geração de renda. Ao longo dos anos esse grupo se fortaleceu e está se tornando autossustentável, replicando essa experiência para outras áreas de assentamento contribuindo, com outros sujeitos a se tornarem independentes e apoiadores das plantas medicinais. Com isso, os quintais produtivos já eram uma realidade, já que o acesso à água era um problema que afetava o manuseio e acompanhamento dessas hortas no quintal coletivo.

O coletivo hoje chamado de Flor de Mandacaru tornou-se um grupo regional do Movimento Sem Terra (MST) onde há todas as representações de outras cidades das áreas de assentamento e acampamento (Serra Talhada, Floresta, São José do Belmonte, Betânia e Belém do São Francisco), e suas produções se mantêm independentes e com número de mulheres ampliado.

A regional Pajeú é composta por oito cidades, todas com áreas de assentamento do MST, e cada assentamento tem uma mulher que faz parte do grupo Flor de Mandacaru. O laboratório Regional está localizado no Assentamento João Pedro Teixeira em Serra Talhada/PE. A produção do Horto Medicinal teve a participação de crianças, jovens e principalmente de mulheres que são as protagonistas deste trabalho.

O ACAMPAMENTO MARIELLE VIVE – VALINHOS/SP

Desde os primórdios do Acampamento Marielle Vive, iniciado em 2018, foi desenvolvido um horto medicinal, que é uma horta de ervas medicinais para o tratamento e cura de doenças. Esse canteiro vivo foi criado a partir de uma decisão coletiva, para atender a demanda dos acampados, por uma medicina mais natural.

Com assessoramento técnico e pesquisa sobre as propriedades específicas de cada planta, os acampados aprenderam a fazer uso das ervas com segurança. A partir de compostos ativos com propriedades curativas, as ervas cultivadas têm sido usadas para o tratamento de doenças como resfriados, gripes e problemas digestivos. Algumas plantas são conhecidas por aliviar sintomas de dores de cabeça, dores musculares, insônia e ansiedade. O uso preventivo também é destaque a partir do uso de chás ou alimentos preparados com plantas medicinais.

Os principais desafios para a implementação do horto medicinal e sua manutenção foram a escassez de água e o solo pedregoso, o que exigiu *expertise* para a escolha de um local adequado. Passados 4 anos da implantação, hoje, além de atender os acampados, a produção do horto medicinal é comercializada.

Para o sucesso dessa experiência, foi fundamental o estudo da agroecologia entre as famílias acampadas. O desenvolvimento do horto medicinal foi fundamental para proporcionar às famílias uma nova vivência de superação, em especial para as mulheres que encontraram no cultivo das ervas medicinais uma forma de autossustento. Abaixo apresentamos a Figura 1, que mostra a horta comunitária e o espaço de cultivo das ervas medicinais.

Figura 1. Vista aérea da horta comunitária em forma de mandala, do Acampamento Marielle Vive



Fonte: Acervo coletivo do Acampamento Marielle Vive.

COOPLANTAS – COOPERATIVA DE PRODUÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS – ITABERÁ/SP

A Cooplantas é uma cooperativa formada por 32 agricultoras e trabalha com plantas medicinais, condimentos, fitoterápicos, fitocosméticos, entre outros, de forma agroecológica, com certificação orgânica e biodinâmica (Deméter).

Os trabalhos se iniciaram no ano de 1995, com um grupo de 18 mulheres, na área dos quintais produtivos, para atender a comunidade assentada e acampada. Resgatando conhecimentos tradicionais e populares (raizeiros, benzedeiros, curandeiras, mateiros), essas mulheres iniciaram a produção com a multimistura (para vermes), a pomada milagrosa (anti-inflamatória), o shampoo anti-piolho e anticapa, o sabonete de barbatimão (cicatrizante, antibacteriano) e o xarope de umbigo de banana.

Entre 1998 e 2000 é formado o coletivo de mulheres e inicia-se a transição para a produção agroecológica. Nessa mesma época o coletivo ampliou a sua formação a fim de dar conta da transição proposta e iniciar a comercialização dos produtos.

No ano de 2008, o coletivo passa a ter uma sede fixa. Nesse local, o coletivo passou a ofertar oficinas de produção de fitoterápicos e beneficiamento da matéria-prima vegetal. Também nesse ano é iniciada a certificação orgânica.

No ano de 2009, o coletivo de mulheres transformou-se na Cooplantas, a partir da decisão de focar a atuação em beneficiamento de plantas medicinais. Surgiu então

a necessidade de buscar financiamentos, parcerias institucionais e parcerias com produtores dos quintais produtivos.

Entre os anos de 2012 e 2014, novas parcerias de comercialização foram criadas e a partir de um projeto de reflorestamento das áreas degradadas houve o aumento nas áreas de produção. No ano de 2023, o projeto da PNUD/Humana BR de empoderamento feminino na agroecologia e gestão, certificação da agroindústria, certificação dos quintais, fortaleceu a Cooplantas, a partir da produção de fitoterápicos à base de plantas nativas dos quatro biomas brasileiros.

A Cooplantas produz hoje sabonetes em barra (calêndula, barbatimão, argila preta, argila branca, argila vermelha, rosa, leite de cabra, arroz), sabonete líquido de barbatimão, shampoos (calêndula, camomila e anticapa), cremes (calêndula, barbatimão, contra manchas), pomadas (calmax, barbatimão, calêndula, milagrosa), extratos vegetais e de própolis, sais de ervas, hidrolato, óleos essenciais, escalda-pés, chás, manipulação de babosa e mudas.

Dentre as diversas dificuldades para se estabelecer e crescer que a Cooplantas enfrentou, destaca-se o fechamento dos mercados durante a pandemia do covid-19. Nesse período, muitas cooperadas adoeceram e houve perdas de áreas de plantio por descredenciamento de cooperados.

A principal conquista da Cooplantas é a demonstração de que o feminismo é emancipador e que mulheres podem e devem, se desejarem, ocupar cargos de gestão e cuidar da comercialização agroecológica. Abaixo apresentamos a Figura 2, que mostra os momentos de trabalho coletivo das mulheres envolvidas.

Figura 2. Trabalho coletivo da Cooplantas



Fonte: Acervo coletivo Cooplantas.

COLETIVO DE MULHERES RAÍZES DA TERRA – MG

Criado em 2015, o Coletivo de Mulheres Raízes da Terra vem cultivando a camomila como carro-chefe de produção e venda para o autossustento de suas integrantes. De produção e origem orgânica, a camomila cultivada pelo coletivo é certificada pela OSM participativa (Orgânicos Sul de Minas). A partir dela são beneficiados oito produtos, entre fitoterápicos e cosméticos. Trata-se de uma iniciativa que vem promovendo o desenvolvimento humano da região de Campo do Meio, em Minas Gerais.

As integrantes do Raízes da Terra enfrentam muitos desafios. A desvalorização dos companheiros, o desafio de produzir o autossustento, as dificuldades para escoamento dos produtos e sementes, as dificuldades de mecanização para plantar e colher a camomila, entre outros fatores que somam o desafio de ser mulher camponesa.

Parte desses desafios foi solucionado a partir da conscientização e planejamento a longo prazo. As articulações com os parceiros centrais, como as universidades, e o acompanhamento político das dirigentes da região se tornaram peças-chaves para que pudéssemos avançar na produção. Somando-se a essas conquistas, a experiência se tornou mais exitosa quando da efetiva parceria com a cooperativa de sementes orgânicas Bionatur que, junto ao MST, tem auxiliado a continuidade ao trabalho que provém o desenvolvimento humano e a permanência na terra.

A regional Sul de Minas, local em que se encontra o conjunto de assentamentos e acampamentos do MST, denominado Quilombo Campo Grande, município de Campo do Meio em Minas Gerais, vem protagonizando diversas experiências bem-sucedidas no campo agrário e no fortalecimento da agricultura familiar, sendo a experiência do cultivo de camomila, da produção de fitoterápicos e de cosméticos uma delas. O coletivo traz a questão da mulher para o centro do debate, a partir da construção de uma história potente e de fôlego na luta pela terra.

Hoje o Coletivo de Mulheres Raízes da Terra tem contribuído e compartilhado muitas trocas de experiências. Esse coletivo, responsável pelo acompanhamento dos quintais de produção da camomila, dos fitoterápicos e dos cosméticos, vêm fomentando e estreitando laços junto aos órgãos públicos, como o de saúde municipal. Via implantação de farmácias vivas, tais experiências estão se tornando realidade em lugares antes não frequentados. Hoje, o coletivo organizado multiplica e divulga o trabalho desenvolvido por elas a partir de *podcasts* em parceria com o Instituto Federal de Machado, município vizinho. Abaixo apresentamos a imagem 03, que apresenta o coletivo de mulheres na colheita da camomila.

Figura 3. Colheita de Camomila – Coletivo de Mulheres Raízes da Terra



Fonte: Acervo Coletivo Raízes da Terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram relatadas aqui experiências de escalas de produção distintas, em localidades diversas, cujo fio condutor foi a agroecologia e a produção de horto medicinal como instrumentos feministas. Como foi possível observar, essas experiências promoveram a equidade de gênero e fortaleceram o papel das mulheres do campo e o cuidado com a saúde. O resultado foi o empoderamento econômico e emancipador feminino, a participação ativa em redes de apoio, a preservação dos conhecimentos tradicionais, a redução da dependência de insumos químicos e a preservação do meio ambiente.

A cultura agroecológica e feminista que permeia a militância do MST e os esforços dos Setores nacional, regionais e locais de saúde é o que gera a replicação de experiências distintas e similares. Há muitas outras como essas sendo executadas em diversos espaços em que o MST atua. Ao combinar as lutas pela reforma agrária, agroecologia e igualdade de gênero, o MST construiu um legado feminista agroecológico que influencia não apenas as práticas agrícolas, mas também a dinâmica social e política nas áreas rurais. Essa abordagem integral reflete o comprometimento do movimento com uma visão de justiça social e igualdade.

PARTE III

1. Análise e caracterização dos relatos de experiências: lições aprendidas e contribuições futuras

Claudiana Guedes de Jesus, Gabriel Salles Rêgo, Allan Razera, André Luiz Dutra Fenner, Camila Lima Gomes, Fátima Cristina C. Maia Silva, Gabriel Cunha Maia, Gislei Siqueira Knierim, Juliana Chagas de Souza, Missifany Silveira, Virginia da Silva Corrêa

INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta um balanço da Chamada Pública n. 9/2023 entre a Fundação Oswaldo Cruz Brasília (Fiocruz Brasília) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), encerrando neste livro uma importante coleção de relatos de experiências que articulam a produção sustentável da agricultura familiar à promoção da saúde. Ele possui como objetivo principal a caracterização geral da chamada e dos relatos apresentados, bem como trazer uma breve reflexão das lições aprendidas e das contribuições para o futuro.

O capítulo encontra-se dividido em quatro partes, além de uma breve apresentação e das considerações finais. Na primeira parte, iniciamos conceituando relatos e descrevemos os principais números da chamada, nomeadamente o total de inscritos e de aprovados dentro dos eixos temáticos estabelecidos. Na segunda parte do capítulo, analisamos a abrangência das inscrições por região e estados. Na terceira parte, descrevemos a quantidade de autores e autoras por relato e a faixa etária das pessoas que se inscreveram. Por fim, na quarta parte do capítulo, fazemos uma análise das contribuições e aprendizados que os relatos trazem e que podem subsidiar o aperfeiçoamento de políticas públicas e estimular outras iniciativas que aliam a produção sustentável à promoção da saúde.

Em termos metodológicos utilizamos, com base em pesquisa qualitativa, os dados primários presentes na base de dados das inscrições realizadas, bem como dos próprios relatos aprovados, além da elaboração da Chamada Pública, a sistematização e análise de todo material documental apresentado. A pesquisa qualitativa, ora proposta, foi realizada a partir de um enfoque descritivo. O uso da pesquisa qualitativa se mostrou o mais adequado, uma vez que se busca uma compreensão detalhada do fenômeno examinado por meio do significado que os participantes atribuem ao problema (Creswell, 2014).

Ademais, de acordo com Creswell (2014), a pesquisa qualitativa deve começar com pressupostos, uma lente interpretativa/teórica e o estudo dos problemas de pesquisa, explorando o significado que os indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano. Esse enfoque visa revelar as experiências, perspectivas e interpretações dos(as) participantes, proporcionando uma visão mais rica e detalhada sobre o fenômeno em estudo.

CARACTERIZAÇÃO DOS RELATOS DA CHAMADA PÚBLICA N. 09/2023 FIOCRUZ BRASÍLIA E MDA

Na Chamada Pública n. 09/2023 Fiocruz Brasília e MDA, os relatos de experiências poderiam ser inscritos tanto na modalidade técnica quanto na modalidade popular. Alguns pré-requisitos eram necessários, tais como: a) serem trabalhos originais; b) orientados pelos cinco eixos propostos; c) com uma descrição da problemática; d) que valorizem e fortaleçam sistemas agroalimentares inseridos na promoção da saúde, da sustentabilidade, da expressão artística, da equidade e da inclusão social; e) com capacidade de aumentar a disponibilidade e o consumo de alimentos adequados e saudáveis e inspirar a promoção de avanços nas políticas públicas.

Os relatos de experiência técnica englobam descrições de projetos e/ou ações realizadas por instituições de ensino, pesquisa e extensão, em colaboração com organizações da sociedade civil, comunidades e/ou agricultores e agricultoras familiares, enquanto os relatos de experiência popular referem-se às vivências contextualizadas pelos próprios agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais, bem como por organizações sociais populares.

No que diz respeito à definição de relatos, Casarim e Porto (2021) destacam que relatos de experiências e estudos de casos (Yin, 2001) são publicações comuns e/ou relevantes em periódicos científicos da área da saúde; contudo, ao serem distintos, necessitam de atenção na escrita dessas categorias de manuscrito. Dessa maneira, algumas considerações serão destacadas na sequência.

De acordo com Casarim e Porto (2021), os relatos de experiência trazem uma descrição de determinado fato que, na maior parte das vezes, não provém de pesquisas, pois é apresentada uma experiência individual ou de um grupo/profissionais sobre determinada situação. Entretanto, eles também podem ser resultantes de pesquisas científicas estruturadas, por exemplo, ao relatarem a experiência de um grupo de pesquisadores com determinada metodologia de pesquisa ou ao aplicar e analisar determinada intervenção.

Embora os relatos de experiência em geral não sejam baseados em métodos científicos convencionais, eles desempenham um papel importante no compartilhamento de saberes práticos e no registro de situações do cotidiano, principalmente em campos como a educação e a saúde.

No entanto, também é possível que esses relatos surjam a partir de pesquisas científicas estruturadas, especialmente quando documentam a vivência de um grupo de pesquisadores em um estudo específico ou o impacto de uma intervenção aplicada.

Nesse sentido, os relatos de experiência podem ser usados para ilustrar a aplicação de uma metodologia de pesquisa ou os desafios enfrentados durante um processo investigativo. Assim, os relatos de experiência podem ser ferramentas valiosas tanto na transmissão de saberes práticos quanto na contextualização de experiências de pesquisa, enriquecendo o entendimento de práticas e metodologias científicas.

Em que pese não se tratarem, na maioria dos casos, de pesquisas científicas *stricto sensu*, os relatos agregam características exploratórias essenciais, e que ajudam a compreender causas e justificativas teóricas a partir da vivência relatada, em contextos socioterritoriais e “lugares de fala” específicos.

Os relatos técnicos descrevem de maneira objetiva os processos, resultados e conclusões de uma pesquisa ou experiência técnica, geralmente com a finalidade de transmitir informações de forma clara e precisa, conforme nos lembra o professor Antônio Carlos Gil (2008), sendo que os elementos do relato técnico podem variar de acordo com a área de conhecimento, mas em geral envolvem a descrição de metodologias, análise de dados e discussão de resultados de maneira precisa e estruturada. Já Moraes (2009) enfatiza que a principal característica de um bom relato técnico é a clareza e a objetividade. O autor discute como o texto deve ser direto ao ponto, evitando ambiguidades e informações desnecessárias. Enfim, visa transmitir de maneira objetiva e clara os resultados e processos de uma investigação ou projeto técnico.

Em contrapartida, os relatos populares são fundamentais para entender não apenas o modo de vida das populações do campo, da floresta e das águas, mas também como elas lidam com desafios como a seca, a pobreza, as mudanças econômicas e sociais. Essas narrativas podem fornecer pistas importantes sobre as adaptações e resistências das comunidades frente a adversidades. No contexto da agricultura familiar, os relatos populares ajudam a revelar práticas agrícolas tradicionais, formas de convivência com o semiárido e as experiências de luta pela terra e pelos direitos sociais. Além disso, esses relatos possuem uma grande capacidade de resistência e resignificação cultural, ao modo de Patativa do Assaré (Antônio Gonçalves da Silva), que, com uma linguagem simples, conteúdo poético, retrata a vida sofrida e árida do povo do sertão (2014), ou de Nêgo Bispo (Antônio Bispo dos Santos), que, conhecido por dar voz a relatos populares, busca preservar e divulgar histórias e vivências que são muitas vezes marginalizadas ou esquecidas pela historiografia oficial (2023).

Na Chamada Pública n. 09 Fiocruz Brasília e MDA (2023), os relatos de experiências técnicas não se restringem a aspectos descritivos ou cronológicos da experiência,

mas trazem também análises e aprendizados. Embora as experiências técnicas tenham, quase sempre, um caráter local ou territorial, sua importância e seus resultados, assim como suas bases e princípios, podem apresentar um caráter mais amplo e inspirar novas experiências e pesquisas.

Por sua vez, os relatos de experiência popular foram apresentados no formato de uma síntese, um texto resumo. Trata-se de experiência relatada e apresentada pelos(as) próprios(as) agricultores(as), povos e comunidades tradicionais ou organizações sociais populares. No caso desta chamada, a expectativa foi de colher relatos que apresentassem uma vivência contextualizada segundo os princípios da agroecologia.

A partir dos dados informados pelos inscritos na Chamada Pública, foi possível sistematizar alguns pontos principais que serão demonstrados e descritos a seguir. Foram 71 relatos inscritos, sendo 60 homologados e 49 aprovados para publicação. Dos aprovados, 09 são relatos de experiências populares e 40 de experiências técnicas, conforme pode ser observado, por eixo temático, no Quadro 01.

**Quadro 1. Números Gerais da Chamada Pública n. 09
Fiocruz Brasília e MDA (2023)**

Eixos Temáticos	N. de Relatos Aprovados		
	Técnicos	Populares	Total
Eixo 1 – Agricultura Familiar e Agroecologia	07	02	09
Eixo 2 – Cultura e Educação do Campo & Governança Fundiária e Desenvolvimento Territorial	05	03	08
Eixo 3 – Soberania e Abastecimento Alimentar	14	01	15
Eixo 4 – Promoção da Saúde, Ambiente e Trabalho na Agricultura Familiar	14	03	17
Total	40	09	49

Fonte: Informações coletadas nas inscrições e compilações da Chamada Pública n. 09, 2023.

Na distribuição por eixos temáticos, foram 09 relatos aprovados no Eixo 1 – Agricultura Familiar e Agroecologia (18,4%). Esses relatos trataram, em especial, o financiamento e a proteção da produção na agricultura familiar, cooperativismo de crédito, microcrédito e economia solidária, sendo destacados os trabalhos que valorizaram as experiências em pesquisa, inovação e uso de bioinsumos, bem como a abordagem de temas como biocombustíveis, energias renováveis, assistência técnica e extensão rural, transição agroecológica, sistemas agroflorestais, agricultura urbana e a inclusão social de povos e comunidades tradicionais.

No Eixo 2 – Cultura e Educação do Campo & Governança Fundiária e Desenvolvimento Territorial, tivemos apenas 08 relatos aprovados (16,32%). Foram abordadas

experiências relacionadas a saberes locais e tradicionais, valorização e resgate da ancestralidade dos territórios e práticas tradicionais de produção de alimentos saudáveis. Ressaltam-se as experiências de formação de agentes de assistência técnica e extensão rural e práticas educativas que integram as temáticas de território, agroecologia, sustentabilidade e diálogo de saberes, envolvendo os atores do campo, da floresta e das águas.

A chamada também buscou experiências de projetos territoriais de desenvolvimento rural sustentável e relacionados ao acesso à terra que impulsionam a produção sustentável, o desenvolvimento socioambiental e a saúde, por exemplo, em áreas impactadas por grandes empreendimentos, tragédias ambientais, mudanças climáticas, escassez de água, assim como relatos de experiências exitosas de combate aos conflitos agrários e racismo ambiental e de seus impactos à saúde e à vida das famílias rurais. Não tivemos na chamada sobre Governança Fundiária e Desenvolvimento o retorno esperado, o que nos remete a pensar novas estratégias de identificação dos casos específicos de impacto à saúde e experiências de enfrentamento aos desafios fundiários e territoriais.

Os Eixos de Governança Fundiária e Desenvolvimento Territorial (Eixo 2) e de Cultura e Educação do Campo (Eixo 4) foram reunidos em uma única seção, pois abordam temas de uma mesma Secretaria do MDA, a Secretaria de Governança Fundiária e Desenvolvimento Territorial e Socioambiental (SFDT).

No Eixo 3 – Soberania e Abastecimento Alimentar, foram 15 relatos aprovados (30,6%). Diante do cenário de desestruturação das políticas públicas de abastecimento e de segurança e soberania alimentar do governo anterior, diversas organizações e atores do campo implementaram práticas e experiências locais que trazem contribuições significativas para a construção de sistemas agroalimentares saudáveis e sustentáveis, e para a superação da fome e da insegurança alimentar.

Esse eixo reuniu relatos de experiências relevantes que trataram de circuitos curtos de comercialização, compras públicas da agricultura familiar, associativismo e cooperativismo solidário, redes de cooperação solidária, estruturação das cadeias produtivas, processamento e comercialização dos produtos da agricultura familiar e inclusão sanitária dos empreendimentos.

Por fim, no Eixo 4 – Promoção da Saúde, Ambiente e Trabalho na Agricultura Familiar, foram aprovados 17 relatos de experiência, representando 34,7% do total. O conjunto de relatos reunidos nesse eixo retrata experiências, projetos e desafios para a saúde e bem-viver do agricultor e da agricultora no seu trabalho rural. São abordados temas fundamentais como saúde mental, promoção da saúde e equidade, saneamento rural, agroecologia, biodiversidade, territórios saudáveis, mudanças climáticas na produção de alimentos, saúde das mulheres do campo, vigilância popular em saúde rural, impactos de grandes empreendimentos na saúde dos(as) agricultores(as) familiares e os

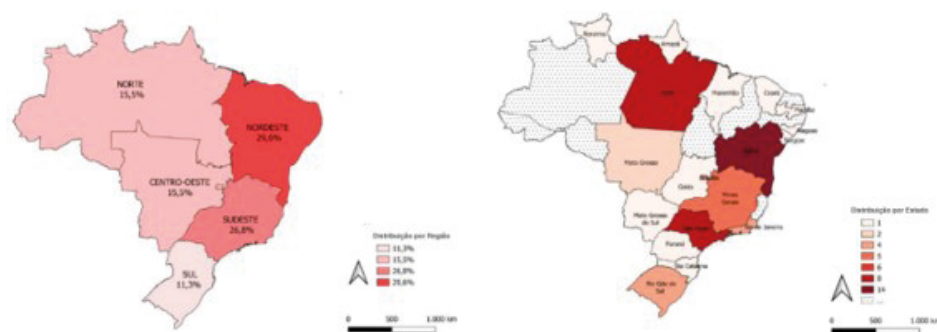
efeitos dos produtos químicos perigosos (agrotóxicos e fertilizantes). São relatos que valorizaram as práticas e saberes da população no âmbito da promoção da saúde.

Cabe ressaltar que, na estruturação do livro, apresentamos os relatos dos cinco eixos organizados e divididos em quatro seções.

ANÁLISE DOS RELATOS INSCRITOS: ABRANGÊNCIA POR REGIÃO

Em termos de abrangência regional tivemos, nos 71 relatos inscritos, autores e autoras de quase todo território nacional. Os autores e autoras principais foram de todas as cinco regiões, como pode ser observado na Figura 01 e Tabela 01. A região Nordeste é de onde veio a maior parte do total de inscritos, 29,53%, seguida do Sudeste, com 26,75%. Já a região Norte teve 15,47% dos autores e autoras inscritos/as, empatada com a Centro-Oeste. Da região Sul, foram 11,25% dos inscritos.

Figura 1. Representação dos relatos inscritos por região e por estado da federação



Fonte: Elaboração própria dos(as) autores(as), 2025.

Verificamos de quais estados brasileiros são os autores principais dos relatos inscritos, sendo na totalidade 18 estados brasileiros e o Distrito Federal, portanto somente sete estados não tiveram candidatos inscritos. O estado da Bahia teve o maior número de inscritos, com 14 relatos, seguido de São Paulo e Pará, ambos com 8 relatos (Figura 1 e Tabela 1).

Com a chamada tivemos uma distribuição dos relatos inscritos que cobriu todas as regiões do país, observando que os estados com mais relatos inscritos foram Bahia, São Paulo, Pará e Minas Gerais. Assim, a chamada conseguiu um de seus objetivos, que era uma cobertura com representação nacional. Cabe destacar que a agricultura familiar está presente em todo o território nacional, e os relatos refletem essa diversidade, ofere-

cendo uma amostra importante das diferentes realidades e contextos regionais. Como podemos observar, a região Nordeste apresentou mais relatos, talvez por concentrar a maior parte das propriedades voltadas para a agricultura familiar no país, sendo uma das principais fontes de produção agrícola e sustentabilidade econômica para muitas famílias e ocupando uma posição estratégica na produção de alimentos, geração de renda e desenvolvimento rural.

Tabela 1. Distribuição dos relatos inscritos por região e estados do Brasil – 2024

Regiões	Estados	Relatos	%
Nordeste	Bahia (BA)	14	19,71%
	Alagoas (AL)	2	2,81%
	Paraíba (PB)	2	2,81%
	Ceará (CE)	1	1,40%
	Maranhão (MA)	1	1,40%
	Sergipe (SE)	1	1,40%
	Total	21	29,53%
Sudeste	São Paulo (SP)	8	11,26%
	Minas Gerais (MG)	6	8,45 %
	Rio de Janeiro (RJ)	5	7,04%
	Total	19	26,75%
Norte	Pará (PA)	8	11,26%
	Amapá (AP)	2	2,81%
	Roraima (RR)	1	1,40%
	Total	11	15,47%
Centro-Oeste	Distrito Federal (DF)	5	7,04%
	Mato Grosso (MT)	4	5,63 %
	Mato Grosso do Sul (MS)	1	1,40 %
	Goiás (GO)	1	1,40%
	Total	11	15,47%
Sul	Rio Grande do Sul (RS)	5	7,04%
	Paraná (PR)	2	2,81 %
	Santa Catarina (SC)	1	1,40 %
	Total	8	11,25%
Total Relatos Inscritos		71	100%

Fonte: Dados Inscritos na Chamada Pública n. 09, 2023 – Fiocruz Brasília e MDA, 2024.

Observa-se que há uma diversidade nas narrativas, em que a agricultura familiar no Brasil não é uma realidade homogênea. Existem inúmeras diversidades regionais que se refletem nas práticas, nos desafios e nas vivências dos agricultores. Ao analisar os relatos, tanto técnicos quanto populares, torna-se evidente como a agricultura familiar é permeada por contextos climáticos, culturais, étnicos e sociais diferentes. São apresentados os desafios das diferentes regiões, por exemplo, o agricultor familiar no Nordeste do Brasil enfrenta a seca, enquanto no Sul a questão das geadas e da monocultura são desafios significativos.

ANÁLISE DOS RELATOS INSCRITOS: QUANTIDADE DE AUTORES POR RELATOS E FAIXA ETÁRIA DOS AUTORES

No que se refere à idade dos candidatos, tivemos inscritos nascidos entre os anos de 1948 até 2002, hoje um universo de pessoas entre 22 e 76 anos, o que mostra uma representação etária bastante diversificada. Na Tabela 2, a seguir, observamos percentualmente essa distribuição.

Tabela 2. Distribuição de inscritos nos relatos por ano de nascimento (%)

Ano de nascimento	Inscritos	%	Ano de nascimento	Inscritos	%
1948	1	1,4%	1986	1	1,4%
1961	1	1,4%	1987	2	2,8 %
1963	1	1,4 %	1988	4	5,6 %
1964	2	2,8 %	1989	1	1,4 %
1967	1	1,4 %	1990	3	4,2 %
1970	1	1,4 %	1991	5	7,0 %
1972	5	7,0 %	1992	1	1,4 %
1973	1	1,4 %	1993	1	1,4 %
1975	3	4,2 %	1994	4	5,6 %
1977	1	1,4 %	1995	1	1,4 %
1978	3	4,2 %	1997	1	1,4 %
1979	2	2,8 %	1998	2	2,8 %
1980	5	7,0 %	1999	1	1,4 %
1982	4	5,6 %	2000	2	2,8 %
1983	3	4,2 %	2001	3	4,2 %
1984	3	4,2 %	2002	1	1,4 %
1985	1	1,4 %			
Total de relatos				71	100,0

Fonte: Dados Inscritos na Chamada Pública n. 09, 2023 – Fiocruz Brasília e MDA, 2024.

De acordo com a Chamada Pública n. 09/2023, os relatos poderiam contar com a participação de um a sete autores(as). Assim, ao analisarmos a distribuição dos relatos inscritos conforme o número de autores(as) (Tabela 03), observamos que aproximadamente 24% dos relatos foram escritos por três autores(as), seguidos por 17% de relatos com um(a) único(a) autor(a). No que se refere ao restante, os relatos com dois e seis autores(as) obtiveram, aproximadamente, 14% dos inscritos, além do menor percentual (7%) do total dos trabalhos, com 5 autores(as).

Tabela 3. Número de autores(as) por relatos inscritos

N. de autores(as)	N. de relatos	%
01 autor(a)	12	16,90%
02 autores(as)	10	14,10%
03 autores(as)	17	23,90%
04 autores(as)	9	12,70%
05 autores(as)	5	7,00%
06 autores(as)	10	14,10%
07 autores(as)	8	11,30%
Total	71	100,00%

Fonte: Dados Inscritos na Chamada Pública n. 09, 2023 – Fiocruz Brasília e MDA, 2024.

O levantamento e sistematização das idades dos(as) principais autores(as) e da quantidade de autores(as) demonstrou uma diversidade importante na análise dos relatos, sejam técnicos, sejam populares, registrando experiências do campo brasileiro e a importância da agricultura familiar no seu cotidiano e com toda a sua complexidade.

Os relatos registram uma memória do povo brasileiro que, na maioria das vezes, não fica documentada. No caso dos relatos (técnicos ou populares) desse livro, eles buscaram registrar a memória do dia a dia da agricultura familiar em toda a sua complexidade. Alguns(mas) autores(as) destacam que a agricultura familiar adota critérios para orientar as decisões relativas à exploração agrícola que não se subordinam unicamente pelo ângulo da produção e rentabilidade econômica. Contrariando o modelo patronal, no qual há completa separação entre gestão e trabalho, no modelo familiar, estes fatores estão intimamente relacionados (Carmo *apud* Troian, Klein, Dalcin, 2011).

LIÇÕES APRENDIDAS E CONTRIBUIÇÕES FUTURAS

Com o encerramento desse trabalho, buscamos analisar as principais lições aprendidas com o livro, a partir dos relatos e da experiência conjunta na chamada pública.

Essa coletânea de relatos é o primeiro resultado materializado tornado público do ACT entre a PSAT/Fiocruz Brasília e o MDA, visando uma cooperação técnico-científica. Vale resgatar que o objetivo geral norteou a elaboração de ações conjuntas para executar pesquisas, estudos, formação e sistematização do conhecimento nas áreas da saúde, ambiente, trabalho, agricultura familiar e desenvolvimento agrário rural.

Com análise dos eixos propostos na chamada, observamos que os temas escolhidos de maior interesse, e com mais de 65% das escolhas, estavam dentro dos eixos 3 e 4, respectivamente Soberania e Abastecimento Alimentar e Promoção da Saúde, Ambiente e Trabalho na Agricultura Familiar, sendo os outros eixos menos procurados. O eixo de Governança Fundiária e Desenvolvimento Territorial obteve apenas um relato aprovado (2% do total), o que revela tendências e prioridades dadas a um ou outro tema no decorrer dos tempos.

Governança Fundiária e Desenvolvimento Territorial são temas interligados que envolvem a gestão e o uso da terra, tendo grande impacto no desenvolvimento social, econômico e ambiental das regiões. Ambos os conceitos são fundamentais para garantir a gestão eficaz dos recursos naturais, promover a justiça social e incentivar o crescimento sustentável, especialmente em áreas rurais e periféricas. Para que isso ocorra, é necessário o engajamento de todos os sujeitos envolvidos – desde os governos até as comunidades locais, em um processo contínuo de negociação, planejamento e ação colaborativa.

Portanto, essa amostra se configura como um termômetro que permite refletir sobre o *modus operandi* da governança fundiária e suas implicações no desenvolvimento territorial. Ela nos desafia a avaliar não apenas as estratégias de gestão adotadas, mas também a forma como a sociedade participa e se envolve nos processos decisórios. A reflexão final aponta para a importância de um modelo de governança que seja inclusivo, transparente e adaptável, garantindo que os direitos de posse e uso da terra sejam respeitados e que o desenvolvimento regional seja equitativo e ambientalmente responsável.

Como disse Alves Junior (2018), coordenador de juventude do Condraf, a agricultura familiar tem papel central e efetivo na construção do desenvolvimento sustentável, sendo uma robusta alternativa de produção de alimentos ambientalmente saudáveis para a nação brasileira. Para isso, é preciso política de Estado que vá além da perfunctória, do compensatório, mas que dê conta da atual realidade dessa atividade tão desmerecida e ao mesmo tempo tão importante para a nação.

Para próximos trabalhos, consideraremos também quais novos temas junto à agricultura familiar estão surgindo e podem ser tendências futuras de estudos, como mudanças climáticas e agricultura familiar, e outros como inovação, novas tecnologias e mecanização no campo.

Precisamos acompanhar as mudanças para manter a qualidade de vida no campo. A agricultura familiar é o *locus* mais indicado para a consolidação de um novo padrão de produção agrícola. As características desse novo padrão, por sua vez, farão com que ela venha a ser valorizada, em função de ser detentora de conhecimentos agroecológicos e pela capacidade de participação das comunidades e dos movimentos sociais organizados, dentre outros (Veiga, 1995 *apud* Troian *et al.*, 2011).

Durante esse processo, foi possível aprender várias lições tanto no aspecto literário quanto no de construção comunitária, além de *insights* sobre os atuais e futuros temas próprios da agricultura familiar. Compartilhamos aqui algumas lições e aprendizados que podem ser extraídos desse trabalho, como a importância do respeito às narrativas e vozes locais. Durante a coleta de relatos, foi essencial respeitar a forma como as pessoas escreveram sobre sua experiência, sem impor uma visão externa.

A valorização da linguagem e dos saberes locais, muitas vezes carregados de regionalismos e expressões próprias, é crucial para a autenticidade do trabalho. Percebemos que “ouvir sem pressa” e garantir o tempo e o espaço para que os(as) autores(as) se expressassem livremente são atitudes fundamentais. A escrita deve refletir a fluidez e a espontaneidade das narrativas, que muitas vezes se desdobram em histórias paralelas, reflexões e ensinamentos valiosos.

A produção de um livro coletivo, que reúne relatos de diferentes pessoas, também envolve um aprendizado na colaboração e coautoria. O processo de inscrições, análise e construção das narrativas exige um esforço conjunto para garantir que as diferentes vozes se integrem de maneira harmoniosa, sem perder sua individualidade, respeitando a individualidade de cada narrador: cada relato tem um tom, um ritmo e uma visão do mundo próprios. Ao articular essas narrativas de maneira coesa, o(a) autor(a) precisa ter cuidado para não homogeneizar as experiências, preservando a riqueza de cada história.

O impacto de um livro construído coletivamente a partir de relatos pode ser profundo, tanto no contexto local quanto em um âmbito mais amplo. É possível que ele se torne uma ferramenta educativa para as novas gerações, tanto nas áreas rurais quanto urbanas, que assegura a importância da agricultura familiar e a sua relação com a cultura local e a sustentabilidade. Também em relação ao fortalecimento das políticas públicas, ao visibilizar as necessidades e conquistas dos(as) agricultores(as) familiares, o livro pode atuar como uma forma de inspiração para que as políticas públicas atendam melhor a essa população, oferecendo subsídios e apoio técnico adequado.

O aprendizado em projeto coletivo com a Fiocruz Brasília & MDA nos trouxe importantes trocas de conhecimento e experiências, e possíveis contribuições nas discussões, especialmente nas temáticas de análise da chamada. Por fim, para além do conhecimento adquirido, observamos as possíveis contribuições futuras que podem

reverberar novos estudos visando dar continuidade ao fortalecimento e promoção das políticas públicas para as populações do campo, da floresta e das águas.

As discussões realizadas ao longo do projeto não se limitaram apenas à compreensão das questões emergentes, mas também abrangeram a elaboração de estratégias mais eficazes para a promoção de políticas públicas que atendam às especificidades de cada território.

Uma das principais contribuições desse processo foi o fortalecimento das práticas de análise da chamada, que envolvem a identificação de lacunas nas políticas existentes e a formulação de novas abordagens que levem em consideração a diversidade regional e as múltiplas dimensões do desenvolvimento territorial. Esse tipo de análise tem se mostrado essencial para a criação de políticas públicas que sejam não apenas adequadas às realidades locais, mas também integradas aos objetivos globais de sustentabilidade e inclusão social.

Ademais, ao observarmos as possíveis contribuições futuras, é importante destacar o potencial desses estudos no fortalecimento das políticas públicas voltadas para as populações do campo. O aprofundamento nas questões relacionadas à governança fundiária, à segurança alimentar e ao acesso a direitos fundamentais, como educação e saúde, é essencial para garantir que o desenvolvimento territorial seja verdadeiramente inclusivo e sustentável.

Além disso, a conexão entre a Fiocruz Brasília e o MDA oferece uma oportunidade única de integração entre a saúde pública, o desenvolvimento rural e as questões ambientais, criando um espaço interdisciplinar para discutir as interdependências entre esses campos.

Por fim, as trocas de experiências e conhecimentos proporcionadas por esse projeto coletivo não apenas enriquecem o entendimento das complexas dinâmicas territoriais, mas também abrem novas possibilidades para a criação de soluções inovadoras e mais eficazes que atendam às necessidades urgentes das populações mais vulneráveis. Espera-se que as contribuições provenientes desses estudos possam influenciar políticas públicas mais justas e eficazes, garantindo que as gerações futuras possam continuar a contar com a promoção e fortalecimento das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável das áreas do campo, da floresta e das águas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Chamada Pública n. 9/2023 foi a primeira atividade/resultado do Acordo de Cooperação Técnica (ACT), celebrado em agosto de 2023, entre o MDA e a Fiocruz Brasília, por meio do Programa de Promoção da Saúde, Ambiente e Trabalho (PSAT). O tema da promoção da saúde, ambiente e trabalho é fundamental na agricultura fa-

miliar, uma vez que esses três aspectos estão interligados e devem ser considerados em conjunto para garantir a sustentabilidade da atividade agrícola.

Nesse sentido, houve 71 relatos de experiências inscritos, distribuídos entre relatos técnicos e populares, encaminhados de todo o país. Após avaliação pela comissão, foram aprovados 49 deles, sendo o resultado final da Chamada publicado no dia 18 de abril de 2024.

De maneira sistemática, ressalta-se que a saúde é um tema importante na agricultura familiar, pois a produção de alimentos é destinada ao consumo local e regional. A adoção de práticas agroecológicas, como a utilização de insumos naturais e a diversificação de cultivos, é fundamental para garantir a qualidade dos alimentos produzidos e eliminar o uso de agrotóxicos e outros produtos químicos que podem ser prejudiciais à saúde humana, animal e do ambiente.

O registro documental dos relatos de experiência nesta publicação tem papel fundamental na preservação dos conhecimentos científicos e tradicionais da agricultura familiar brasileira. Cada relato, seja de natureza técnica, seja popular, contribui para manter viva a memória e valorizar as práticas desenvolvidas no campo. O cuidado dos(as) autores(as) ao compartilhar suas vivências resultou em importantes registros, que fortalecem a identidade e a riqueza do saber construído no cotidiano da agricultura familiar.

A agricultura familiar, quando amparada por políticas públicas sérias e fundamentada em uma matriz de produção agroecológica, é capaz de gerar, sem dúvida, condições reais para promover dignidade e cidadania no campo. Cabe a nós, trabalhadoras e trabalhadores, seguir ousando, lutando, resistindo e nos organizando coletivamente para influenciar e transformar a matriz de desenvolvimento do país (Alves Júnior, 2018).

Escrever um livro coletivo de relatos técnicos e populares sobre temas relevantes da agricultura familiar é uma tarefa que exige sensibilidade, respeito e empatia. Ao mesmo tempo, proporciona valiosas lições sobre a cultura e os modos de vida do campo. Esse processo enriquece não apenas quem escreve, mas também fortalece o reconhecimento e a autonomia das comunidades retratadas. Ao dar voz às populações do campo, da floresta e das águas, a obra torna-se uma poderosa ferramenta de resistência e transformação, contribuindo para a construção de um futuro mais justo, consciente e sustentável.

Por fim, observou-se que a multidisciplinaridade de temas dos relatos de experiências comunga com a diversidade das pessoas que escreveram esses estudos: diversidade cultural, diversidade regional, diversidade de idades, diversidade de ideias, de histórias e de vidas. Essa diversidade também é característica singular da agricultura familiar, o que clarifica, e até intensifica, sua importância como figura central da alimentação saudável brasileira.

REFERÊNCIAS

- ALVES JÚNIOR, F. A. *Agricultura familiar. Uma história de luta, conquistas e transformação camponesa*. CONTRAF BRASIL. Publicado em: 27/07/2018. <https://contrafbrasil.org.br/artigos/agricultura-familiar-uma-historia-de-luta-conquistas-e-transformacao-camponesa-fc85/>
- ASSARÉ, P. [Antônio Gonçalves da Silva]. *Cante lá que eu canto cá: Filosofia de um Trovador Nordestino* 18. ed. São Paulo: Editora Vozes, 2014.
- BISPO DOS SANTOS, A. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora/Piseagrama, 2023.
- CASARIN, S. T.; PORTO, A. R. Relato de Experiência e Estudo de Caso: algumas considerações/ Experience Report and Case Study: some considerations. *Journal of nursing and health*, 2021. Disponível em: www.periodicos.ufpel.edu.br, acesso em 10 de junho de 2024.
- CRESWELL, J. W. *Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens*. Porto Alegre: Penso, 2014.
- DADOS INSCRITOS na Chamada Pública n. 09, 2023, Fiocruz e MDA (mimeo).
- EDITAL CHAMADA PÚBLICA. Disponível em: www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/wp-content/uploads/2023/08/CHAMADA-PUBLICA-No-09_2023-1.pdf Acesso em: 08 ago. 2025.
- EXPERIÊNCIAS PROMOTORAS de saúde no campo: resultado final. Disponível em: www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/experiencias-promotoras-de-saude-no-campo-resultado-final/
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- TROIAN, A; KLEIN, A. L.; DALCIN, D. Novidades e inovações na agricultura familiar: debates e discussões da produção de tecnologias. *Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável (RBAS)*, v. 1, n. 1, p. 6-17, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/rbas/article/view/2604>.
- VEIGA, J. E. Delimitando a agricultura familiar. *Revista Reforma Agrária*. Campinas, v. 25, 1995.
- YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

VOZES DOS TERRITÓRIOS: DIÁLOGOS ENTRE A ACADEMIA E OS SABERES POPULARES

No momento em que escrevo esse posfácio, o faço cheia de esperança e alegria. Em primeiro lugar, me sinto motivada pelo lançamento do III Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), assinado pelo presidente Lula, ao lado do Plano Nacional de Abastecimento Alimentar – Alimento no Prato, em cerimônia pelo Dia Mundial da Alimentação. Participei ativamente do I Planapo (2013) e do II Planapo (2016) no governo da presidenta Dilma Rousseff e, sem dúvida, este é um momento de muita celebração.

Em segundo lugar, tenho a feliz oportunidade de estar presente nesta importante e necessária coletânea de relatos representativos de todas as regiões do Brasil. São temas diversos que traduzem, em grande parte, o que temos construído e sistematizado sobre a inseparável relação da agricultura familiar e camponesa com a produção de alimentos saudáveis e com a produção e reprodução da vida. Me refiro à valorização e o reconhecimento dos saberes e fazeres das pessoas do campo, das florestas e das águas. Me refiro também a toda reconexão da academia com esses saberes na promoção da Saúde e de Sistemas Agroalimentares Saudáveis, Sustentáveis e Justos.

Ao dar luz a esses conhecimentos, observo que há uma expertise rara e fundamental nesse processo: no registro das atividades, no exercício de metodologias e técnicas participativas, há a tradução de vivências coletivas. Temos a socialização de resultados de pesquisas, narrados a partir de relatos de experiência e contação de histórias, por exemplo, o que torna ainda mais acessível o diálogo entre saberes. Esse, com certeza, é um caminho possível para quem, muitas vezes, tem apenas o domínio da oralidade para compartilhar

¹ Agricultora Assentada, Conselheira do Conselho Nacional de Desenvolvimento (Condraf) e representante da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

os seus saberes e se expressar. É uma forma de garantirmos o protagonismo dos donos e donas da experiência. Tudo isso, por si só, já nos permite muitos aprendizados. A todas e todos que ousaram participar desta seleção, minhas felicitações. Suas escritas contribuem para a perpetuação dos nossos modos de vida e a ampliação de nossas vozes.

São relatos que nos conduzem a uma imersão em vários territórios de todas as regiões do Brasil, onde a vida acontece e onde são experimentados os aprendizados na superação da fome, na luta por saúde, por terra e território, contra os agrotóxicos e as várias formas de violência. Eles também nos trazem aprendizados e estratégias de construção de outro projeto político de vida e de produção, fundamentado na agroecologia, na convivência com o semiárido e nas diversas experiências dos povos e comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas, que bebem dos saberes e fazeres acumulados pela nossa ancestralidade e estão em permanente troca com a academia na construção e ampliação de conhecimentos.

Este é um esforço de trazer e ampliar as vozes de sujeitas e sujeitos em diálogo com temas que têm nos desafiado à reflexão e à articulação com toda a sociedade. Para além das técnicas de produção, a saúde é um desses temas que, ao reconhecer a produção e o consumo de alimentos livres de agrotóxicos e transgênicos e todas as formas de violências, também trazem a dimensão da importância da Educação Popular, do autocuidado, da justa divisão do trabalho doméstico e do cuidado e da produção nos quintais com as farmácias vivas, por exemplo.

Nesse processo de reflexão e aprendizado, os relatos desta coletânea nos ajudam a entender e dimensionar o papel da agricultura familiar como a única forma de produção de alimentos saudáveis e do protagonismo das mulheres na produção e reprodução da vida, como guardiãs da biodiversidade dos saberes e fazeres cotidianos.

De igual forma, é importante reconhecer o papel das mulheres nos processos auto organizativos, quando se fortalecem nas rodas e na ocupação dos espaços de participação política, na luta e incidência sobre políticas públicas e como protagonistas das transformações de suas vidas, comunidades e territórios. São mudanças que vão desde as paisagens à produção de alimentos saudáveis, à valorização de seus saberes de cura, na produção e preparo dos alimentos, pela espiritualidade e na sustentação e solidariedade na partilha do trabalho de cuidados.

O resultado desse processo nos permite avaliar a importância da articulação e do diálogo entre as várias políticas públicas, de articular ações e reunir os diversos sujeitos no território de forma colaborativa, alcançando outras dimensões. Tê-los juntos nos permite pensar em uma grande constelação de experiências e em como elas se tornam grandes e potentes. A articulação das políticas públicas continua sendo um grande desafio, mas que sejamos inspiradas e inspirados por essas experiências de vida que transformam vidas.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PRESIDENTE Luiz Inácio Lula da Silva

VICE-PRESIDÊNCIA Geraldo Alckmin

MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR Luiz Paulo Teixeira Ferreira

SECRETÁRIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR Fernanda Machiaveli Morão de Oliveira

DIRETOR DE AVALIAÇÃO, MONITORAMENTO, ESTUDOS E INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS (DAMEI) Ernesto Pereira Galindo

EQUIPE DAMEI Agmerson Bruno Brito da Silva; Bernardo de Araújo Moraes Trovão; Camila Alves Rodrigues; Fernanda da Silva Araújo; Iorrana Lisboa Camboim; Letícia Koepfel Mendonça; Lucinete do Nascimento Sousa; Marcelo Cabreira Bastos; Maurício Polidoro; Rafael Rosa Cedro

SECRETÁRIO EXECUTIVO CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL (CONDRAF) Samuel de Albuquerque Carvalho

EQUIPE CONDRAF Carolina Magno Rodrigues da Costa Chaves; Claudiana Guedes de Jesus; Danilo César Castro Lima; Gabriela Elaine de Sousa; Gildene Soares Carvalho; João Carlos Sampaio Torrens; Laurent Philippe Prates Reymond; Matías Alejandro Toplas; Mirvaldo Viegas Serra; Milena Araguaia de Castro Sá Lima; Mônica Vasconcelos Kuhlmann; Paulo César Arns; Rejane Carvalho Paz e Roseli Bueno de Andrade.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

PRESIDENTE Mario Moreira

VICE-PRESIDÊNCIA, AMBIENTE, ATENÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE (VPAAPS) Valcler Rangel Fernandes

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ BRASÍLIA (GEREB) Maria Fabiana Damásio Passos

VICE-DIRETORA DA GERE B Denise Oliveira e Silva

DIRETORA EXECUTIVA DA ESCOLA DE GOVERNO DA FIOCRUZ BRASÍLIA Luciana Sepúlveda Köpcke

PROGRAMA DE PROMOÇÃO DA SAÚDE, AMBIENTE E TRABALHO (PSAT) Jorge Mesquita Huet Machado

EQUIPE DO PSAT André Luiz Dutra Fenner; Aletheia Santos de Almeida; Ana Paula Andrade S. Milhomem; Camila Gomes Lima; Claudia de Oliveira D'Arede; Denise Cidade Cavalcanti; Elizete Maria P. da Rocha; Fátima Cristina C. Maia Silva; Fernanda Knierim Correa; Francilene Menezes dos Santos; Francyslane Vitória da Silva; Gabriel Cunha M. Silva; Gislei Siqueira Knierim; Juliana Chagas de Souza; Kaleb Giulia Ribeiro Salgado; Luara Dal Chiavon; Luiza D. Garcia; Marcelo Pinto da Rocha, Missifany Silveira; Pamela Arruda Vasconcellos; Rosely Fabrícia de Melo Arantes; Virginia da Silva Corrêa; Yasmim Silva da Cruz.

COORDENAÇÃO André Luiz Dutra Fenner e Iracema Ferreira de Moura

ORGANIZADORES André Luiz Dutra Fenner; Fátima Cristina Cunha Maia Silva; Missifany Silveira; Camila Lima Gomes; Iracema Ferreira de Moura; Allan Razera; Iorrana Lisboa Camboim; Claudiana Guedes de Jesus; Alfredo da Costa Pereira Júnior; Gabriel Salles Maria de Macedo Rego

AUTORES Adinei Almeida Crisóstomo; Ádria Fernandes da Silva; Aldnira Tolentino Nogueira; Alessandra Monteiro Lopes; Alexa Pupíara Flores Coelho Centenaro; Alexandra Santos de Assis; Alexandre Caique Costa e Silva; Alessandra Rodrigues de Lima; Alfredo da Costa Pereira Júnior; Aline da Silva Costa; Allan Razera; Alnira Tolentino Nogueira; Altemar Felberg; Ana Georgina Peixoto Rocha; Ana Karina Cavalcante Holanda; Ana Paula dos Santos Fonseca Boquadi; André Luiz Dutra Fenner; Angela Francielly Candido da Silva; Angélica Orunesu Araújo; Ângelo Bernardelli Garcia; Antônia Alice Costa Rodrigues; Ariadne Enes Rocha; Bárbara Pitanga Santos Souza; Beatriz Cristina Antunes Silva; Bernardina Renhere; Bianca Silva Araujo; Brenda Cibelle Martins da Silva; Bruno Barros Anchieta; Bruno Santos Inácio; Camila de Jesus Brito; Camila Fernanda Detro Correia; Camila Lima Gomes; Carla Agostini; Claudiana Guedes de Jesus; Cibele Lima dos Santos; Claudemir Pereira Brito; Clérison dos Santos Belém; Cristiane

Coradin; Daniel de Oliveira Silva; Daniela Pauletto; Deleon Damasceno Freitas; Denice de Campos; Denise Cidade Cavalcanti; Derivaldo Santiago Oliveira; Diana Nascimento Rodrigues; Edinaldo Correia Novaes; Edmille da Silva Farias; Edna Verônica Mendes da Cunha; Edwirges Anacleto de Macedo; Elismar Fernandes dos Santos; Everaldo da Conceição Júnior; Fabiana Mongeli Peneireiro; Fabiana Thomé da Cruz; Fátima Cristina Cunha Maia Silva; Fernanda Beheregaray Cabral; Francely Brandão de Souza; Francisca Ferreira Michelin; Gabriel Cunha maia Silva; Gabriel Salles Maria de Macedo Rego; Gabriel R Lima; Geraldo Gomes de Maria; Giane Trovo Belmonte; Giovana Rodrigues Soto Lizana; Gisele Macedo de Araujo; Gislane da Silva Lopes; Gislane Mendes Moraes; Gislei Siqueira Knierim; Gleiber Costa de Santana; Gleiza Raiane Pereira Santos; Guillaume Xavier Rousseau; Hugo Hermsdorff das Neves; Icaro Renne de Gois Santos; Iorrana Lisboa Camboim; Iris Mayara Leão Mota; Iracema Ferreira de Moura; Iuri Trezzi; Jackson dos Anjos Nascimento; Janice Moraes Oliveira; Jefferson Duarte Brandão (Taata Sobodê); Jéssica Cordeiro de Godoi Kotarski; Joana Moscoso Teixeira de Mendonça; João Itácito de Moraes Duda; João Paulo Assunção Borges; João Torren; Joelton Belau da Silva; José Marcos de Jesus Santos; José Ribamar Gusmão Araújo; Josilda Junqueira Ayres Gomes; Jucilaine Neves Sousa Wivaldo; Jucimara Gonçalves do Santos; Juliana Chagas de Souza; Juliana de Almeida Costa; Juliana Mendes de Oliveira; Karina Zanoti Fonseca; Kelly Santiago Oliveira; Lais Vitor Rodrigues; Larissa Silva Santos; Laura Maria de Oliveira da Silva; Leandro Nascimento Bertoldi; Leila Mariza Hildebrandt; Letícia Andrea Chechi; Letícia Renata Conceição Santos; Lillian Regina Furtado Braga; Lilier Rodrigues dos Santos; Livio Sergio Dias Claudino; Lucas Silva Peixoto; Lucia Cordeiro; Luís Almeida Santos; Luiza Lorena Martins Lobo; Mainara Mizzi Rocha Frota; Maira Taquiguthi Ribeiro; Manuela Batista de Souza; Manuele Maria Gomes dos Santos; Manuella Castelo Branco Pessoa; Marden Manuel Rodrigues Marques; Maria Antônia Rufina da Silva Souza; Maria da Conceição de Menezes Soglia; Maria da Conceição Martins Bezerra; Maria de Los Angeles Arias Guevara; Maria de Lourdes Carvalho Neta; Maria Leticia da Costa Nascimento; Maria Natividade de Lima; Maria Rosângela Malheiros Silva; Maria Vitória Dias Couto; Mariana Monferdini Romão; Mariana Oliveira Príncipe do Amaral; Marília da Silva Alves; Mario Alberto dos Santos; Mario Luis Tavares Mendes; Marisa Beltrão Malta; Mariza da Silva Rodrigues; Mauricio Bigolin; Mauricio Lourenço Operti; Mayara Marangoni Guimarães; Mayra Gabriela Machado de Souza; Meire Ane de Lima Costa; ; Milena Araguaia de Castro Sá Lima; Missifany Silveira; Moacir de Souza Junior; Mônica Miyuki Akune; Nice Hellen Mateus Oliveira Miranda; Olimpia Lima Silva Filha; Olivia Dias Leal; Polyana Aparecida Valente; Priscila Valente Batista Neto; Radmila Raysha Santana de Oliveira; Rafael Arenhaldt ; Rafael Rode; Rair Silvio Alves; Raissa Menezes de Oliveira; Raul Wallace Amorim Carvalho; Renato Genuíno de Oliveira Santos; Ricardo Luiz Rocha Ramalho Cavalcanti; Rissandreia Dantas de Vasconcelos; Rommel Noce; Ronaldo Vasconcelos Farias Filho ; Rosani Passos; Roseli Bueno de Andrade; Rosely Santos Mota; Rubia Camaratiba Silva; Silvana Pedreira Dias Silva; Simone Santos Oliveira; Sirlei Aparecida de Oliveira; Sofia Martins Carvalho; Suellen Quadrat de Almeida; Tatiana Pacheco Rodrigues; Thiálita Carneiro Lima; Valney Dias Rigonato; Valtiângeli Rodrigues da Silva Moitinho; Van Giap Ramalho Cardoso; Vanessa Cristina Rescia; Vanessa Santa Rosa Santana; Veranilta Alves Costa; Verena Macedo Santos; Vinícius de Jesus Ferreira; Virginia da Silva Correa; Vitória Sampaio Monteiro Furtado; Wagner Halmenschlager; Wesley Jordan Pereira da Silva; Wilson Sabino; Yago Silva Oliveira; Yokowama Daguiri Enes Cabral

REVISÃO/AVALIAÇÃO André Luiz Dutra Fenner; Camila Lima Gomes; Missifany Silveira; Allan Razera; Iorrana Lisboa Camboim; Claudiana Guedes de Jesus; Alfredo da Costa Pereira Júnior; Fátima Cristina C. Maia Silva; Gabriel Salles Maria de Macedo Rego; Alexandra Filipa; Larissa Alves Lacerda; Luana Paré de Oliveira; Samuel de Albuquerque Carvalho.

